

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

MARCIA LUIZA PIRES DE ARAÚJO

A escolarização de crianças negras paulistas
(1920-1940)

São Paulo

2013

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

MARCIA LUIZA PIRES DE ARAÚJO

A escolarização de crianças negras paulistas
(1920-1940)

Tese de Doutorado apresentada como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

Área de Concentração: História da Educação e Historiografia

Orientadora: Prof^ª Dra. Cecilia Hanna Mate

São Paulo

2013

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

371.98(81.61) Araújo, Marcia Luiza Pires de

A663e **A escolarização de crianças negras paulistas (1920-1940) / Marcia Luiza Pires de Araújo ; orientação Cecilia Hanna Mate. São Paulo: s.n., 2013.**

202 p. : il., grafs. tabs. mapas

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração : História da Educação e Historiografia) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

1. Negros – Educação – Aspectos sociais – São Paulo 2. História da educação – 1920-1940 – São Paulo 3. Escola Nova – História – São Paulo I. Mate, Cecilia Hanna, orient.

ARAÚJO, Marcia Luiza Pires. A escolarização de crianças negras paulistas (1920-1940). Tese de Doutorado apresentada como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Área de Concentração: História da Educação e Historiografia.

Aprovado em: 26 de abril de 2013.

Banca Examinadora

Prof^a Dra. Cecilia Hanna Mate (Orientadora)

Instituição: Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação

Assinatura: _____

Prof^a Dra. Circe Maria Fernandes Bittencourt

Instituição: Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação

Assinatura: _____

Prof^a Dra. Cynthia Greive Veiga

Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação

Assinatura: _____

Prof^a Dra. Iliada Pires da Silva

Instituição: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente

Assinatura: _____

Prof^a Dra. Maurilane de Souza Biccás

Instituição: Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação

Assinatura: _____

RESUMO

ARAÚJO, Marcia Luiza Pires. **A escolarização de crianças negras paulistas (1920-1940)**. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Apontando a necessidade de problematizar os trabalhos que tendem a generalizar (e branquear) as relações escolares da escola paulista nas primeiras décadas do século XX, e partindo da hipótese que os negros, obstante às limitações, frequentaram os grupos escolares nesse período, a tese pretendeu discutir a escolarização de crianças negras na cidade de São Paulo.

O período que compreende os anos de 1920-1940 marca as transformações das estruturas econômicas, sociais, políticas e ideológicas da cidade de São Paulo, e as discussões sobre a necessidade de democratizar a educação popular no sentido de alfabetizar as massas também se faziam presentes.

Para realizar a análise utilizamos pesquisa bibliográfica e investigação documental. Com base nos jornais da imprensa negra paulista, que tratavam das aspirações por educação e instrução profissional, nas pesquisas etnológicas realizadas pelo Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo na década de 1930, nos depoimentos de famílias negras da Coleção Memória da Escravidão em Famílias Negras de São Paulo (Universidade de São Paulo) e na documentação oficial depositada em arquivos públicos estadual e municipal, foi possível considerar a presença de crianças negras nos grupos escolares da capital.

A partir dessas fontes construiu-se um perfil racial deste universo escolar, que revelou a inserção de crianças negras na ordem de, aproximadamente, 10%. A presença negra na escola paulista traz a compreensão de que os negros obtiveram oportunidades de escolarização quando da implementação da Escola Nova, especialmente pela intenção dos reformadores paulistas em “disciplinar” os diferentes grupos étnico-raciais que perfaziam o universo escolar, para enfim, propagar os valores republicanos e reformar a vida social paulista rumo à modernidade anunciada.

Palavras-chave: História da Educação – Negros – Escola Nova – Direito social e biológico – São Paulo – década de 1920 a 1940.

ABSTRACT

ARAÚJO, Marcia Luiza Pires. **The schooling of black children from São Paulo (1920-1940)**. Thesis (Doctorate). Faculty of Education. Universidade de São Paulo, São Paulo Brazil, 2013.

Pointing out the need to problematize the works that tend to generalize (and whiten) school relations of schools from São Paulo city in the early decades of the twentieth century, and assuming that blacks, despite the limitations, attended school groups during this period, the thesis intended to discuss the education of black children in São Paulo city.

The period that covers the years 1920-1940 marks the transformation of economic structures, social, political and ideological of São Paulo city, and discussions about the need to democratize education in the sense of popular alphabetize the masses were also presented.

It has used bibliographic and documentary research to conduct the analysis. Based on the journals of the black press in São Paulo, which dealt aspirations for education and professional instruction in ethnological research conducted by the Department of Culture of the municipal government of São Paulo city in the 1930s, in the testimonies of black families Collection Memory of Slavery in Black Families of São Paulo (University of São Paulo) and in the official documentation filed in state and local public records, it was possible to consider the presence of black children in school groups from São Paulo city.

From these sources it has built a racial profile of this school universe, revealed that the inclusion of black children in the order of approximately 10%. The black presence in schools from São Paulo brings the understanding that blacks had opportunities of schooling when the implementation of the New School, especially the intent of reformers from São Paulo to "discipline" the different ethnic and racial groups that accounted for the school environment, to finally spread republican values and reform of social life of São Paulo city toward modernity announced.

Keywords - History of Education - Negros - New School - Biological and Social Law - São Paulo : decades 1920 – 1940

AGRADECIMENTOS

*A Esperança não murcha, ela não cansa,
Também como ela não sucumbe a crença.
Vão-se sonhos nas asas da descrença,
Voltam sonhos nas asas da Esperança.
(Augusto dos Anjos, 1912)*

A realização deste trabalho só foi possível mediante a colaboração de muitas pessoas. Agradeço a todos que contribuíram para a sua realização.

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado de São Paulo, do Arquivo Histórico Municipal “Washington Luis”, do Centro de Apoio à Pesquisa em História “Sérgio Buarque de Holanda” da Universidade de São Paulo, das Bibliotecas da Universidade de São Paulo, sobretudo ao Instituto de Estudos Brasileiros da USP (IEB), pelo material bibliográfico e documental gentilmente colocado à minha disposição.

Aos funcionários do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da “Fundação Getúlio Vargas” do Rio de Janeiro, pela disposição em ajudar-me nas buscas.

Aos funcionários da Secretaria da pós-graduação da FEUSP, pela atenção e gentileza no atendimento.

Aos colegas e professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo, meus companheiros de estudos.

Ao professor e amigo Geraldo da Silva pelo apoio, amizade e sugestões irrecusáveis na revisão deste trabalho.

À orientadora Cecília Hanna Mate pelo paciente trabalho de dialogar comigo e compartilhar conhecimentos essenciais para a pesquisa.

Especialmente aos meus pais Hugo e Laura e à minha filha Leilla, por existirem e compartilharem dos meus sonhos.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01. Censo Demográfico Brasileiro 2010	16
Tabela 02. População total servil, segundo os Distritos da Província de São Paulo	53
Tabela 03. População Escrava e de Cor no Estado de São Paulo.....	55
Tabela 04. População da Cidade de São Paulo segundo	57
os recenseamentos federais de 1872, 1890, 1900, 1920 e o estadual de 1934	57
Tabela 05. Nacionalidade dos avós de Grupos Específicos na cidade de São Paulo	60
Tabela 06. Município de São Paulo – Distribuição da população segundo ramo de atividade	68
Tabela 07. Município de São Paulo - Distribuição da população segundo ramo de atividade	69
Tabela 08. Município de São Paulo - Distribuição da população segundo ramo de atividade	69
Tabela 09. Município de São Paulo - Distribuição da população segundo ramo de atividade	70
Tabela 10. Município de São Paulo - Distribuição da população segundo ramo de atividade	70
Tabela 11. Município de São Paulo - Distribuição da população segundo ramo de atividade	71
Tabela 12. Município de São Paulo - Distribuição da população segundo ramo de atividade	72
Tabela 13. Município de São Paulo - Distribuição da população segundo ramo de atividade	72
Tabela 14. Município de São Paulo - Distribuição da população segundo ramo de atividade	73
Tabela 15. Município de São Paulo - Distribuição da população segundo ramo de atividade	73

Tabela 16. População da Cidade de São Paulo segundo os recenseamentos federais de 1872, 1890, 1900, 1920 e o estadual de 1934.	77
Tabela 17. Histórico da imprensa negra paulista em três períodos	98
Tabela 18. Histórico da imprensa negra paulista.....	99
Tabela 19. Histórico da imprensa negra paulista.....	99
Tabela 20. Histórico da imprensa negra paulista.....	102
Tabela 21. Histórico da imprensa negra paulista.....	103
Tabela 22. Distribuição das crianças dos Grupos Escolares segundo a cor	138
Tabela 23. Distribuição das crianças dos Grupos Escolares segundo a cor	142
Tabela 24. Resumo dos dados da Coleção Memórias da Escravidão.....	180
Tabela 25. Resumo dos dados de escolaridade em Famílias Negras de São Paulo.....	182

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	12
I. ESTUDOS SOBRE NEGRO E EDUCAÇÃO	36
1.1. Negro e educação: o estado da arte.....	44
II - GRUPOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO NO LIMAR DO SÉCULO XX	50
2.1. Evolução da economia e da população paulista e paulistana	50
2.2. Os negros na cidade: a luta pela expansão de direitos.....	63
2.3. Escolarização de negros em São Paulo: entre pareceres e reformas	77
III – “NÓS OS MODERNOS”: A IMPRENSA NEGRA PAULISTANA E AS DISCUSSÕES SOBRE EDUCAÇÃO	93
3.1. Organizações e jornais da população negra.....	94
3.2. O discurso educativo dos jornais da imprensa negra.....	103
3.2.1. O Alfinete – dedicado aos homens de cor (1918)	103
3.2.2. A Sentinela (1920).....	106
3.2.3. O Kosmos (1922)	106
3.2.4. O Clarim / O Clarim da Alvorada (1924).....	107
3.2.5. Elite (1924).....	111
3.2.6. Auriverde (1928)	113
3.2.7. O Progresso (1928).....	115
3.2.8. A Chibata.....	116
3.2.9. A Voz da Raça.....	116
3.2.10. Tribuna Negra (1935)	126

IV. OPORTUNIDADES DE ESCOLARIZAÇÃO DE CRIANÇAS NEGRAS NOS GRUPOS ESCOLARES DA CIDADE DE SÃO PAULO.....	130
4.1. Crianças negras nos Grupos Escolares da Capital.....	132
4.2. Depoimentos de famílias negras residentes na cidade de São Paulo.....	149
4.2.1. FAMÍLIA 01 - ALBINA MARIA ANTONIA – 1ª GERAÇÃO	150
4.2.2. FAMÍLIA 02 - BENEDITA DE JESUS ATANÁSIO – 1ª GERAÇÃO.....	152
4.2.3. FAMÍLIA 03 - BENEDITO ATANÁSIO – 1ª GERAÇÃO	153
4.2.4. FAMÍLIA 04 – SEBASTIÃO AUGUSTO – 1ª GERAÇÃO	158
4.2.5. FAMÍLIA 05 – ANA XAVIER BATISTA – 1ª GERAÇÃO	161
4.2.6. FAMÍLIA 06 – TEREZA PEREIRA DE CAMPOS – 1ª GERAÇÃO	163
4.2.7. FAMÍLIA 07 – GERALDINA MARIA PATRICIO DA LUZ – 1ª GERAÇÃO.....	166
4.2.8. FAMÍLIA 08 – SALVADOR DE MELLO MACHADO – 1ª GERAÇÃO	168
4.2.9. FAMÍLIA 09 – ILMA ROSA DE OLIVEIRA – 1ª GERAÇÃO	169
4.2.10. FAMÍLIA 10 – FELIPE MIGUEL PEREIRA – 1ª GERAÇÃO.....	170
4.2.11. FAMÍLIA 11 -JOÃO DOS SANTOS – 1ª GERAÇÃO	173
4.2.12. FAMÍLIA 12 - JOSÉ BENEDITO DOS SANTOS – 1ª GERAÇÃO	176
4.2.13. FAMILIA 13 – DALGISA MORAES DA SILVA – 1ª GERAÇÃO	177
V. CONSIDERAÇÕES FINAIS	187
VI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	190
DOCUMENTOS ELETRÔNICOS	199
FONTES CONSULTADAS.....	201

*A cidade não pode mais ser estudada
como uma máquina maciça. (Milton
Santos, 2004)*

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

(...) e eu penso que é preciso ir mais longe: questionar a documentação histórica sobre as suas lacunas, interrogar-se sobre os esquecimentos, os hiatos, os espaços brancos da história. É necessário fazer o inventário dos arquivos do silêncio e fazer a história a partir dos documentos e das ausências de documentos. (Le Goff, 2000)

Obstante as resistências daqueles que consideram que *tudo já foi dito* sobre a Escola Nova, pesquisadores brasileiros e de vários outros países do mundo promovem novas indagações às séries documentais, questionam as lacunas e inevitavelmente fazem surgir vozes (outrora silenciadas) dos sujeitos da época.

Há registros documentais que propõem novos ângulos de visão e novas estruturas de análise. Para Monarca (2009)¹ “as vozes dos sujeitos de época pedem para serem ouvidas e meditadas, de fato, as visões esperanças de liberdade e felicidade futuras são inequivocadamente eloquentes e demandam atenção” (p.16). Nesse sentido, o autor optou por um ensaio documentado do tema Escola Nova “não como um dado de fato ou pressuposto histórico, mas como problema” (idem), abordando do saber clássico representado pelo filósofo Herbart ao nascimento de uma *Sciencia Nova* condensada nas produções de Claparède, Ferrière, Dewey, Montessori e Decroly, entre outros. Igualmente retratou os cenários de um Brasil republicano, os progressos da ciência e da técnica, os conflitos militares, o caos pulsante do desenvolvimento urbano-industrial e as ideologias modernizadoras que visavam reconstruir as populações “tensas e desemealhadas”.

Para finalizar, Monarca (2009) diz:

Entre 1910 e 1930, décadas irremediavelmente polêmicas na vida nacional (e mundial), reformadores de toda a sorte demonstravam-se ansiosos por aplicar os progressos científicos aos afazeres do mundo e à vida de todo dia e, assim, conferir solidez as frágeis inervações do corpo coletivo, acometido por sérias afecções, e reparar antigos sacrifícios e injustiças. (Monarcha, 2009, pg. 309)

¹ MONARCHA, C. *Brasil arcaico, escola nova: ciência, técnica & utopia nos anos de 1920-1930*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

As experiências desses tempos iniciais da República também foram analisadas por Mate (2002)² no estudo das reformas educacionais realizadas nas décadas de 1920 e 1930 em São Paulo, Ceará e Distrito Federal e a dimensão racionalizadora dos métodos escolares; por Peixoto (2003)³ no contexto das escolas mineiras e das reformas de Francisco Campos e Mario Casasanta nos anos de 1927 e 1928; por Rodrigues (2008)⁴ que pesquisou a representações do feminino no ensino profissional técnico nos anos de 1920 e 1930 na cidade do Rio de Janeiro e por Vidal (2010)⁵, que analisou a racionalização dos processos educativos na escola primária brasileira dos anos de 1920 a 1930, abordando a escrita, a leitura e as ciências naturais como disciplinas escolares.

Para ampliar o horizonte dos debates acerca da Escola Nova, Ascolani e Vidal (2009)⁶ publicaram estudos que visam compreender o movimento latino-americano de construção de identidades nacionais por meio da educação. A obra é resultado do projeto “A constituição e reforma dos sistemas educativos no Brasil e na Argentina, histórias conectadas (1820-1980)” realizado com apoio da CAPES⁷ e do SECyT/MINCYT⁸. O recorte temporal escolhido pelos organizadores permitiu a reflexão acerca do movimento escolanovista e das reformas escolares promovidas nos dois países, no âmbito da história comparada.

Veiga (2000)⁹ problematizou a constituição de uma nova cultura escolar, fundamentada na política do branqueamento, no contexto do movimento escolanovista brasileiro. Na análise dos discursos e das práticas dos educadores adeptos ao movimento, a

² MATE, C. H. *Tempos Modernos na escola: os anos 30 e a racionalização da educação brasileira*. Bauru, SP: Editora da Universidade do Sagrado Coração - EDUSC; Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, 2002.

³ PEIXOTO, A. M. C. *Uma nova era na escola mineira: a reforma Francisco Campos e Mario Casasanta (1927-1928)*. In: LEAL, M.C.; PIMENTEL, M.A.L. (org.). *História e Memória da Escola Nova*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

⁴ RODRIGUES, R. N. *A escolarização dos saberes domésticos e as múltiplas representações do feminino. Rio de Janeiro - 1920 e 1930*. In: VIDAL, D. G. (org.). *Educação e Reforma: o Rio de Janeiro nos anos 1920-1930*. Belo Horizonte: Argymentvm; São Paulo: CNPq: USP, Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação, 2008.

⁵ VIDAL, D. G. *Escola Nova e processo educativo*. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. *500 anos de Educação no Brasil*. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

⁶ ASCOLANI, A. VIDAL, D. G. (orgs.). *Reformas educativas no Brasil e na Argentina – ensaios de História Comparada da Educação (1820-2000)*. São Paulo: Cortez, 2009.

⁷ CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior é uma fundação do Ministério da Educação (MEC). Desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) em todos os estados brasileiros.

⁸ SECyT/MINCYT - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação Produtiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação da Argentina. O Convênio CAPES - SECyT/MINCYT , na área de pós-graduação, objetiva apoiar projetos conjuntos de pesquisa e cooperação científica entre Brasil e Argentina.

⁹ VEIGA, C. G. *Escola de alma branca. O direito biológico à educação no movimento da Escola Nova*. Educação em Revista (on line). 2000. Número especial, pp. 123-150. Acesso em 02/04/2012.

autora analisou a presença de teorias higienistas e eugenistas que visavam “construir uma outra organização da população que superasse e/ou resolvesse problemas de ordem racial, social, econômica e cultural”. Para a autora:

De que cor era a alma da escola? Branca, sem margem de dúvidas, cor de referência para identificar a qualidade social e cultural, e presente nos programas de higiene, nos pelotões de saúde, nos critérios para seleção de professores, nos livros literários e didáticos, nos currículos, na organização do trabalho nas escolas, nos testes de aptidão física e mental, na organização das salas A,B,C,D, enfim, no direito biológico à educação, um dos ideários produtores das mentalidades segregacionistas ainda presentes em nossa sociedade. (Veiga, 2000, pg. 147)

Obstante as teorias higienistas e eugenistas, a história da educação abalizou a participação da população negra nas décadas iniciais do século XX, e nas mais variadas condições que se referem ao processo educacional, como veremos nas próximas páginas. Foi possível depreender que a Escola Nova ainda é um campo rico para investigações que contemplem a questão étnico-racial, especialmente para problematizarmos em que medida as teorias da higiene e eugenia intervíram nas práticas educativas.

Esta tese, longe de exaurir o tema, se permitiu a incursões em questões pouco exploradas. Meu objetivo é discutir em que medida houve a disseminação da escolaridade entre as camadas populares na cidade de São Paulo nos anos 20 a 40. Busco apontar, nesse momento histórico agitado por tensões raciais, conflitos sociais, polarizações ideológicas, mudanças econômicas e revoluções políticas, as reformas que pretendiam modificar a escola primária introduzindo os princípios do escolanovismo, se estes ideais apontavam uma preocupação em educar crianças e jovens descendentes dos ex-escravizados e se efetivaram na prática o “direito social e biológico” destes sujeitos à educação.

Costa (1988)¹⁰ afirma que a historiografia brasileira no período descrito “privilegiava as forças históricas impessoais: as transformações das estruturas econômicas, políticas e ideológicas, as classes sociais e não os indivíduos e suas percepções”. Apesar da ausência dos registros históricos que constata sua mobilização, a população negra foi compelida a adequar-se à nova ordem social republicana, e para essa finalidade desenvolveu mecanismos de enfrentamento e resistência.

¹⁰ COSTA, E V. *História, Metáfora e Memória: a Revolta de Escravos de 1823 em Demerara*. Boletim do Arquivo Brasileiro História e Informação, São Paulo, v.1, n.9, 1988.

Sob este ponto de vista, o desafio deste trabalho foi problematizar as fontes históricas, promover a visibilidade, dar voz aos indivíduos e corroborar com a hipótese de que **os negros, obstante às limitações, frequentaram os grupos escolares no período de 1920-1940, visando uma inserção positiva na sociedade moderna e científica.**

* * *

Ainda nesta introdução é importante apresentar algumas reflexões sobre a produção acadêmica em história da educação na perspectiva das categorias *cor, raça e etnia*.

É crescente a produção acadêmica em história da educação que preserva a memória e dá visibilidade às iniciativas dos negros. Tais estudos, além de configurarem um desafio historiográfico no sentido de identificar, num universo limitado de fontes, as evidências da presença destes sujeitos, pretendem preencher algumas lacunas e promover a complementaridade necessária para um olhar de longa duração que nos falta no presente.

Tal complementaridade pode ser a chave para o entendimento da educação contemporânea, onde nem mesmo a universalização do atendimento escolar foi suficiente para promover a equidade étnico-racial do alunado brasileiro.

A democratização da educação enquanto política pública é uma das conquistas mais relevantes dos séculos XX e XXI no Brasil. A universalização do ensino fundamental, com mais de 90% de atendimento escolar, segundo os estudos e dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), apontam que o Brasil apresenta uma cobertura escolar *quase suficiente*. No entanto o Instituto revelou desigualdades entre as populações branca e negra, quando os indicadores educacionais foram analisados isoladamente.

O Censo Demográfico Brasileiro 2010 – Características Gerais da População, Religião e Pessoas com Deficiência, promovido pelo IBGE comprovou que a população negra é predominante no Brasil. As notas metodológicas do IBGE (2010) esclarecem que a investigação da *cor* ou *raça* ocorreu de acordo com a autotranscrição da pessoa em uma das seguintes opções: *branca*, para a pessoa que se enquadrava como branca; *preta*, para a pessoa que se enquadrava como preta; *parda*, para a pessoa que se enquadrava como parda ou se declarou mulata, cabocla, cafuza, mameluca ou mestiça; *amarela*, para a pessoa que se enquadrava como de raça amarela de origem japonesa, chinesa, coreana e etc.; ou *indígena*,

para a pessoa que se declarou como indígena ou índia. Sendo assim, o IBGE (2010) apresentou o seguinte resultado:

Tabela 01. Censo Demográfico Brasileiro 2010
Características Gerais da População, Religião e Pessoas com Deficiência

POPULAÇÃO Cor ou Raça	Percentual	Número absoluto
Branca	47,7%	91,0 milhões
Preta	7,6%	14,5 milhões
Parda	43,1%	82,3 milhões
Amarela	1,1%	2,1 milhões
Indígena	0,4%	0,8 Milhão
100%		190,7 milhões

Para os propósitos de análise, com base na classificação do IBGE (2010), utilizo neste texto o termo *negro* ou *população negra* em referência aos indivíduos de ascendência africana (*preto, pardo, mulato, moreno, caboclo, cafuzo, mameluco, mestiço, “homens de cor”*, entre outros). Sendo assim, atualmente 50,7 % da população brasileira é negra, ou seja, aproximadamente 97 milhões de brasileiros (IBGE, 2010, p.01).

A pesquisa realizada pelo IBGE no ano de 2012, denominada “Síntese de Indicadores Sociais”, analisou os dados gerais sobre a Distribuição, Desenvolvimento, Pobreza, Emprego e Desemprego, Educação e Condições de Vida da população brasileira e verificou a existência de desigualdades quando os índices eram analisados pela categoria *cor* ou *raça*.

Nos últimos anos houve um grande avanço na taxa de escolarização da população brasileira. Os níveis do ensino fundamental e médio apresentaram evolução significativa, com destaque para o ensino médio, para qual a taxa de matrícula aumentou de 18,9% em 1993 para 49% em 2012, em função da universalização do ensino público (IBGE, 2012, p.01).

Contudo, nos níveis de ensino mais avançados, os diferenciais em relação a *cor* ou *raça* apresentam uma sub-representação da população negra. A “Média de anos de estudos das pessoas com 10 anos ou mais” (IBGE, 2012, p.02) apontou uma média de 9,2 anos de estudos para a população branca e 7,2 anos de estudos para a população negra. A “Proporção de pessoas de 18 anos a 25 anos de idade frequentando curso superior, por Cor ou Raça” (IBGE, 2012, p.02) constatou que 20,6% da população branca e 7,9% da população negra frequentam o ensino superior.

Estes dados inferem que apesar da universalização do ensino fundamental e médio, os negros estão sub-representados no nível superior: conforme avança a escala do grau de escolaridade, menor é o índice de inserção da população negra. Em suma, a universalização da matrícula no ensino fundamental e médio não garante a permanência da população negra nos níveis de ensino mais avançados.

O desempenho educacional é essencial na determinação dos rendimentos do mundo do trabalho. A categoria “Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por cor ou raça, por ocupação” (IBGE, 2012, p.03) aponta que 39,5% da população branca e 33,9% da população negra é empregada com carteira assinada; 1,9% da população branca e 3,1% da população negra são empregados domésticos com carteira assinada. Com relação aos salários, a população branca recebe 3,2 salários mínimos e a população negra recebe 1,8 salários mínimos, na média nacional.

Os dados analisados sobre as desigualdades de *cor* ou *raça* no mercado de trabalho apontam uma hierarquia que se repete em todos os indicadores analisados: a população branca está, em geral, em melhores condições de inserção e salário que a população negra. Constatou-se também que existem distinções em relação ao momento de entrada e saída do mercado de trabalho entre indivíduos pertencentes a grupos raciais distintos. De acordo com os dados apresentados pelo IBGE (2012), são os negros que começam a trabalhar mais cedo e permanecem mais tempo no mercado de trabalho, pois encerram o período produtivo mais tarde. Nesse círculo vicioso de desigualdades, a entrada precoce de crianças e jovens negros no mercado de trabalho devido a necessidade de contribuírem para a renda familiar eleva as taxas de evasão escolar, comprometendo o rendimento escolar e agravando a situação de desvantagem em relação à população branca, não só no sistema educacional, mas também no mercado de trabalho.

As explicações tradicionais sobre as desigualdades raciais nos indicadores de escolaridade destacam que a população negra, por pertencer às camadas econômicas mais baixas, tende a apresentar índices menores que a população branca. Esse aspecto deve ser levado em consideração, pois não é excluyente, e cabe salientar a influência da dinâmica das relações raciais na configuração destes índices.

Para Munanga e Gomes (2004)¹¹:

O abismo racial brasileiro existe, de fato, e são as pesquisas e estatísticas que comparam as condições de vida, emprego, escolaridade entre negros e brancos que comprovam a existência da grande desigualdade racial em nosso país. Essa desigualdade é fruto da estrutura racista, somada à exclusão social e à desigualdade socioeconômica, que atinge toda a população brasileira e, de modo particular, os negros. (p.172)

Esta consideração nos remete a conceituar os termos que permitirão compreender a dinâmica das relações raciais no Brasil. Entende-se por *racismo* a crença na existência de raças hierarquizadas; o *preconceito* pode ser definido por ideias, sentimentos e/ou atitudes negativas de um grupo com relação ao outro; a *discriminação* é qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada na raça ou cor.

A etimologia do termo *raça* é proveniente da palavra italiana *razza* e do latim *razio*, que significa *categoria* ou *espécie*. Primeiramente utilizado na zoologia e na botânica para classificar animais e vegetais, segundo Munanga (2000, p.17)¹², o termo foi empregado nos séculos XVI e XVII para classificar a diversidade humana em grupos fisicamente contrastados. No século XVIII a busca pela racionalidade recoloca em debate o conceito de raça, já existente nas ciências naturais, para nomear os povos recém-descobertos. Tal classificação foi baseada na diferença e na semelhança e a cor da pele foi considerada critério fundamental e divisor de águas entre as chamadas raças branca, negra e amarela. No século XIX acrescentou-se, ao critério de cor, os critérios morfológicos como a forma de nariz, dos lábios e do crânio, entre outros parâmetros.

No século XX investigou-se que o sangue humano apresenta critérios químicos determinantes para se consagrar a divisão da humanidade (os denominados marcadores genéticos) que, combinados com os estudos da biologia molecular e da bioquímica, levaram à conclusão que *raça* não é uma “realidade biológica” (Munanga, 2000, p.20).

¹¹ MUNANGA, K.; GOMES, N. L. *Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidade, problemas e caminhos*. São Paulo: Global: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação, 2004.

¹² MUNANGA, K. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. In: BRANDÃO, A. A. P. (org.). Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira. Cadernos PENESB: 5. Niterói: EdUFF, 2000.

Assim, biológica e cientificamente falando, não existem raças, pois este é um conceito cientificamente inoperante para explicar a diversidade humana. Atualmente, o termo raça não é utilizado pelo seu caráter biológico, mas simbólico:

É um conceito carregado de ideologia, pois, assim como todas as ideologias, esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação. (...) Os conceitos de negro, branco e mestiço não significam a mesma coisa nos Estados Unidos, Brasil, África do Sul, Inglaterra, etc. Por isso, o conteúdo destas palavras é etnossemântico, político-ideológico e não biológico. (Munanga, 2000, p.22)

Embora reconheça que o século XXI promoveu uma mudança epistemológica, sugerida por diversos pesquisadores contemporâneos que defendem a substituição do termo *raça* pelo termo *etnia* - que representa uma construção sociocultural, histórica e psicológica para designar um conjunto de indivíduos que apresentam ancestral, língua, religião, cosmovisão, cultura e/ou espaço geográfico em comum - Munanga (2000) defende que esta nova apropriação não mudaria a realidade do racismo, ou seja, não seria capaz de destruir a crença na existência de raças hierarquizadas, que é um dos seus elementos.

Abordagem semelhante a esta detectamos em Guimarães (2003)¹³, que expõe que o termo raça tem pelo menos dois sentidos analíticos, o primeiro reivindicado pela biologia genética e o segundo reivindicado pela sociologia. E acrescenta que embora exista uma proposta dos cientistas para o uso da palavra população para se definir grupos razoavelmente isolados, endogâmicos, que concentram alguns traços genéticos entre si, o uso do termo raça ainda é apropriado na construção social e assim deve ser estudado, pois “estamos no campo da cultura, e da cultura simbólica” (p.106).

Nesta perspectiva, na análise da escola primária paulista nos anos de 1920 e 1940, momento após a I Guerra Mundial em que as ideias nazi-fascistas circulavam o mundo e os discursos sobre nação e nacionalidade se constituíam como práticas comuns, a utilização do termo raça mostrou-se eficaz para a interpretação da relação entre a população negra e os imigrantes de diversas etnias e nacionalidades que aportaram no estado entre meados do século XIX e os anos iniciais do século XX.

¹³ GUIMARÃES, A. S. A. *Como trabalhar com raça em sociologia*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p.93-107, jan./jun. 2003.

Retomando a questão dos Indicadores Sociais (IBGE, 2012) e as desigualdades na educação brasileira, vários autores que tratam das relações étnico-raciais na escola brasileira enriquecem este debate, afirmando que a democratização do ensino fundamental não foi acompanhada da preparação do magistério para tratar com as classes *racionalmente heterogêneas*.

Comprovando a permanência do racismo no cotidiano da rede infantil paulistana Cavalleiro (2000)¹⁴ concluiu que este comportamento pode acarretar, aos alunos negros, auto-rejeição, desenvolvimento de baixa auto-estima, rejeição ao seu outro igual racialmente, timidez, pouca ou nenhuma participação em sala de aula, ausência de reconhecimento positivo de seu pertencimento racial, dificuldades no processo de aprendizagem, recusa em ir à escola e evasão escolar. Para o alunado branco, a autora refletiu que a permanência do racismo no cotidiano do ensino infantil pode cristalizar um sentimento irreal de superioridade e a criação de um círculo vicioso de discriminação nos ambientes interno e externo à escola.

Segundo Zandona (2010)¹⁵ o preconceito e a discriminação racial continuam agindo no espaço escolar; alunos negros do ensino médio relatam que são vítimas de “xingamentos, piadas, apelidos, deixando implícito que o corpo negro tem um peso na sua trajetória escolar” (p.05). A autora parte do pressuposto que as manifestações de racismo, discriminação e preconceito racial interferem na trajetória escolar destes alunos, e esta estigmatização pode inibir o desenvolvimento das suas potencialidades individuais.

Com relação aos currículos, é no espaço do conhecimento histórico, em especial, que mais se fazem sentir os resquícios de uma elaboração historiográfica eurocêntrica, que ignorou, de maneira sistemática, a participação do negro e seus antepassados na construção da nação brasileira.

A história da educação brasileira tem nos mostrado que a escola foi construída como um privilégio determinado pela condição econômica e social do aluno. Nesse contexto, a partir de referenciais eurocêntricos, negou as outras matrizes culturais que constituíram o país, como afirmam Santana e Moraes (2009)¹⁶:

¹⁴ CAVALLEIRO, E. S. *Discriminação racial e pluralismo em escolas públicas da cidade de São Paulo*. In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

¹⁵ ZANDONA, E. P. *Desigualdades raciais na trajetória escolar de alunos negros no ensino médio*. ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. GT-21: Afro-Brasileiros e Educação. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/2poster/gt21-4566>. Acesso em 20/03/2012.

¹⁶ SANTANA, J. V. J.; MORAES, J. O. *História do negro na educação: indagações sobre currículo e diversidade cultural*. Universidade Estadual de Maringá, Paraná: Revista Espaço Acadêmico. Nr. 103, Dezembro de 2009.

A História da educação escolar brasileira, nos últimos cinco séculos, tem demonstrado que as diversas matrizes culturais que compuseram a nossa Nação tiveram tratamentos diferenciados no que diz respeito, também, ao acesso aos projetos de educação escolar. Se formos pensar nas três grandes matrizes culturais que construíram esse país – indígena, negra e europeia – é possível afirmar que diferentes projetos civilizatórios e, conseqüentemente, educacionais foram direcionados (ou negados) a essas três grandes matrizes, com intenções diferenciadas. (p.53)

A partir destas observações, ressalto a importância da Lei 10.639/03¹⁷ para a promoção de mudanças nas práticas, nas políticas e no imaginário escolar com relação ao tratamento do “diverso”, aqui, nesse caso, representado pelo segmento negro da população, como analisa Gomes (2011)¹⁸:

Tais políticas possuem caráter mais amplo, denso e profundo. Ao considerar esta dimensão, a Lei 10.639/03 pode ser interpretada como uma medida de ação afirmativa, uma vez que tem como objetivo afirmar o direito a diversidade étnico-racial na educação escolar, romper com o silenciamento sobre a realidade africana e afro-brasileira nos currículos e práticas escolares e afirmar a história, a memória e a identidade de crianças, adolescentes, jovens e adultos negros na educação básica e de seus familiares. (Gomes, 2011, p.02).

É diante destes pressupostos – afirmação de direitos, rompimento do silenciamento e preservação da história/memória da educação da população negra – que as mudanças nas práticas, no currículo escolar e na ação dos professores vão se construindo paulatinamente. E ainda que haja resistências e o cumprimento da legislação esteja aquém do planejado, a implementação da Lei 10.639/03 representa um resultado positivo da luta do movimento social negro ao longo da história do Brasil.

É importante ressaltar que esta legislação não propõe a substituição de um foco etnocêntrico de raiz europeia por um africano, mas sim a ampliação dos currículos escolares

¹⁷ Em 2003 o governo brasileiro alterou a Lei nº 9.394/96 (Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e sancionou a Lei nº 10.639/03, que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileiras e africanas nas escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio.

¹⁸ GOMES, N. L. *Educação, relações étnico-raciais e a Lei 10.639/03*. Disponível em <http://www.acordacultura.org.br/artigo -25-08-2011>. Acesso em 22/julho/2012.

para as contribuições histórico-culturais de ambos os povos. E é nesta perspectiva que a Lei 10.639/03 incentiva a produção de estudos, pesquisas e materiais didático-pedagógicos que tratem da história dos afro-brasileiros e africanos e das relações étnico-raciais brasileiras¹⁹.

Entre outros princípios, a lei dá destaque à produção historiográfica:

O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, evitando-se distorções, envolverá articulação entre passado, presente e futuro no âmbito de experiências, construções e pensamentos produzidos em diferentes circunstâncias e realidades do povo negro. (...) Registro da história não contada dos negros brasileiros, tais como em remanescentes de quilombos, comunidades e territórios negros urbanos e rurais. (...) Será dado destaque a acontecimentos e realizações próprios de cada região e localidade. (...) Organização de centros de documentação, bibliotecas, midiotecas, museus, exposições em que se divulguem valores, pensamentos, jeitos de ser e viver dos diferentes grupos étnico-raciais brasileiros, particularmente dos afrodescendentes. (Parecer CNE/CP 003/2004, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, 2004, p.01-03).

Destarte, por razões que se cruzam entre as desigualdades apresentadas no conjunto de Indicadores Sociais (IBGE, 2010; 2012) quando analisada a categoria *cor* ou *raça*, a permanência do racismo, do preconceito e da discriminação racial na escola brasileira, a falta de preparo do magistério para tratar com as classes racionalmente heterogêneas, os resquícios de uma produção historiográfica eurocêntrica e a consequente naturalização da escola enquanto espaço privilegiado da população branca (pela invisibilidade das outras populações que corroboram o mesmo contexto) torna-se urgente a necessidade de realizarmos pesquisas que reconheçam, valorizem e divulguem os processos históricos desencadeados pelos africanos no Brasil e por seus descendentes, sejam estas ações individuais ou coletivas.

¹⁹ Podemos citar, entre outras obras: BRASIL. Ministério da Educação. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005; MUNANGA, K. (org.). *Superando o Racismo na Escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005; ROMÃO, J. (org.). *História da educação do negro e outras histórias*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

Uma das formas de inferir uma educação pluralista é dimensionar a importância das relações étnico-raciais na historiografia e na história da educação, não como um capítulo à parte, mas como categoria de análise para compreensão da realidade. Por uma escola verdadeiramente democrática e igualitária, a participação do negro precisa ser melhor qualificada e quantificada, e só a multiplicação de estudos historiográficos sobre a presença negra nas escolas oficiais e não-oficiais poderá nos dar um quadro mais realista sobre a questão.

Gondra (2005)²⁰ organizou um conjunto de textos a respeito das pesquisas sobre a história da educação brasileira. A coletânea apresentou um inventário sobre a produção paulista anos de 1943-2003, visando identificar lugares, modos de produção, principais temáticas, recortes temporais e teóricos, assim como as lacunas e incompletudes no estudo da educação brasileira. É possível encontrar, nesta produção, dados relevantes sobre pesquisas, pesquisadores e instituições formadoras de pesquisadores, além da demarcação temporal e temática dos principais estudos paulistas nesse campo.

Avalio importante ressaltar que, no período compreendido entre os anos de 1952 a 2003, de 181 (cento e oitenta e uma) teses e dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo (FE/USP), 19 (dezenove) trabalhos referem-se à temática *etnia, raça e gênero* (10,50% do total). Os autores avaliam que, obstante a maioria dos trabalhos analisados deter-se às categorias de análise *ideias pedagógicas, sistemas escolares, instâncias educativas, profissão docente, impressos e práticas de leitura, imprensa educacional, currículo e disciplinas escolares, materiais e práticas escolares*, há uma tendência para o aumento dos trabalhos que constroem abordagens teóricas referentes às relações étnico-raciais na educação.

No mesmo sentido, Gondra e Schueler (2008)²¹ destacam que a história dos processos formais de escolarização e da inserção de negros nas escolas é recente, no entanto, enfocam as intensas discussões sobre a abrangência da educação escolar ao “povo miúdo, homens e mulheres livres e pobres, aos caboclos e índios da terra e também aos negros, escravos e libertos” (p.226). Segundo os autores, o debate a respeito do acesso às letras por indivíduos e grupos pertencentes à população negra, desde a sociedade oitocentista, em várias regiões do país, ajuda a compreender melhor a formação do nosso país:

²⁰ GONDRA, J. G. (Org.). *Pesquisa em história da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

²¹ GONDRA, J. G.; SCHUELER, A. *Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro*. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

Apesar da violência da escravidão, das discriminações e das interdições legais, a escolarização dos escravos e libertos esteve presente na disputa entre os vários projetos políticos que visavam construir a nação e inventar o Brasil. (Gondra e Schueler, 2008, p.227)

Portanto, se a historiografia brasileira e a história da educação desenvolveram-se sem a construção de um padrão de relações com a questão racial, é o momento de reavaliar nossa história, e provocar uma reflexão crítica a respeito da nossa diversidade cultural, em todos os âmbitos.

* * *

Este trabalho objetivou abordar a história da educação paulista, nos anos iniciais do século XX, para compreender a relação dos negros com as escolas oficiais. A análise tem como foco a experiência social dos negros na cidade de São Paulo, nos anos de 1920 e 1940, nesse período da história brasileira marcado por profundas transformações em todos os setores da vida nacional: economia, política, cultura e educação.

Nesse contexto de mudanças, a educação foi considerada um instrumento fundamental de transformação social, tanto para os educadores, como para os extratos sociais mais pobres ou excluídos. A educação renovada em São Paulo foi implantada nos cursos primários dos grupos escolares, indicando que as crianças das camadas médias e pobres foram o público atingido por esse modelo de educação.

A maioria das histórias sobre a escola em São Paulo cria a impressão de que os grupos escolares atendiam exclusivamente uma população branca, nacional, descendentes de luso-brasileiros, assim como os filhos dos operários imigrantes - portugueses, alemães, italianos, espanhóis, japoneses, russos, austríacos e poloneses, entre outras nacionalidades. Conseqüentemente, houve uma “naturalização” da escola enquanto espaço privilegiado da população branca pela invisibilidade das outras populações que participaram do mesmo contexto.

Para problematizar os trabalhos que tendem a generalizar (e branquear) as relações escolares da escola paulista nas primeiras décadas do século XX, e investigar a presença de crianças negras nos grupos escolares, prestou-se atenção quanto à seleção das fontes de pesquisa bibliográficas e documentais.

Com relação à ausência de fontes Nunes e Carvalho (1993)²² refletem sobre as dificuldades dos arquivos:

O gesto típico e necessário de o historiador ir aos arquivos é acompanhado de dois tipos de dificuldades: as de ordem mais geral, que afetam a existência das instituições-memória da sociedade e as de ordem específica, que têm a ver com a lógica das instituições que as guardam. Com relação às dificuldades de ordem mais geral mencionamos, apesar dos esforços ao contrário, a sistemática destruição de fontes históricas e dos suportes da memória coletiva. (...) Com relação às dificuldades de ordem específica, destacaremos uma que nos parece crucial: a heterogeneidade das instituições portadoras de acervos, cujas trajetórias próprias impregnam a documentação recolhida. (Nunes e Carvalho, 1993, p.07)

Considerando tais reflexões, a escolha das fontes oficiais de pesquisa deu-se com a plena consciência de que a localização, a conservação e a organização destes documentos estão intrinsecamente ligadas à lógica da instituição de arquivo que os abrigam. À instituição coube eleger a informação a ser repassada, e a decisão surgiu de escolhas e descartes impregnados de mecanismos de controle e governabilidade. Portanto, este trabalho propôs comparar as fontes oficiais aos depoimentos das famílias negras, no intuito de identificar a história no seu caráter multifacetado.

Dar maior visibilidade à presença negra nos processos educacionais brasileiros fez com que eu procurasse, inicialmente, as fichas de matrícula e/ou as fichas de identificação dos alunos ingressantes nas séries primárias dos grupos escolares na primeira metade do século XX. E também, as fichas dos alunos dos grupos escolares submetidos ao teste ABC, no ano de 1931, na gestão do educador Lourenço Filho. Na observação do modelo da ficha do aluno submetido ao teste ABC, havia um item que classificaria sua “cor”. Assim, pela primeira vez que fui ao Rio de Janeiro consultar o acervo “Lourenço Filho” depositado na Fundação Getúlio Vargas, foi decepcionante verificar que tais documentos originais não foram arquivados, mas somente alguns relatórios e observações esparsas, que, infelizmente, proporcionavam apenas pedacinhos ocasionais de informações...

Reiniciei a pesquisa em parte porque minha ascendência africana não permitiu acreditar que seríamos “um povo sem história”...

²² NUNES, C.; CARVALHO, M. M. C. *Historiografia da educação e fontes*. Cadernos ANPED, n. 5, p.7-64, set. 1993.

A pesquisa foi desenvolvida a partir das fontes oficiais e não oficiais encontradas e submetidas a um novo inquérito, reagrupadas sob a perspectiva da história da escola paulistana - ainda que estas fontes não tenham sido produzidas exclusivamente para este trabalho e tenham servido de referencia para outras pesquisas sobre o segmento negro. Nesse sentido interdisciplinar, também foi necessário dialogar com outras disciplinas, da sociologia à geografia, interlocução que exigiu um maior esforço de investigação, mas ao mesmo tempo contribuiu para um melhor entendimento do objeto de pesquisa.

Diante da perspectiva metodológica proposta, estudei a educação considerando-a em relação ao contexto social da população negra – africanos e seus descendentes – observando que para este grupo a educação assumiu um significado próprio, explicativo dentro de um determinado processo, no qual estavam presentes fatores sociais, políticos e econômicos mutuamente influentes.

A hipótese principal que deu origem ao estudo é que **a população negra frequentou a escola pública no período de 1920-1940**, período destacado pelos embates, manifestos, inquéritos, reformas, debates públicos e implantação de uma “consciência educacional” que visava inaugurar uma sociedade civilizada, moderna e científica.

A respeito deste processo, não foram fixados uma única linha teórica, mas foi adotada uma postura mais plural. Com isso, as relações de poder observadas por Foucault (1979)²³ contribuíram na interpretação de que não existe uma forma única ou concreta de poder, mas sim formas heterogêneas, em constante transformação. Pude identificar, a partir dessa análise, uma multiplicidade e dispersão de práticas de poder na educação brasileira, articuladas (ou não) de maneiras variadas ao aparelho do Estado. O entendimento da educação e da escola, na perspectiva dos micro-poderes, forneceu um panorama mais amplo e apropriado para a compreensão da inserção dos diferentes segmentos sociais, cada um à sua maneira, no sistema de ensino paulistano.

²³ FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Organização, Introdução e Revisão Técnica de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

Wesseling (1992)²⁴ afirmou que nos últimos vinte anos o desenvolvimento da história da África foi espetacular, “talvez tenha sido o campo mais vivo, dinâmico e inovador da história, desde a emergência da nova história social e econômica das décadas de 20 e 30” (p.110).

Este avanço se deu apesar da escassez das fontes: as civilizações africanas eram, em grande parte, civilizações da palavra falada, mesmo em regiões aonde existia a escrita. As tradições orais concentraram-se numa atitude em relação ao discurso, atitude essa totalmente diferente da de uma civilização onde a escrita registrou as experiências: uma sociedade oral reconhece a fala não apenas como um meio de comunicação, mas também como um meio de preservação da sabedoria dos ancestrais (Wesseling, 1992).

A tradição oral e a escassez de fontes escritas proporcionou um estímulo ao desenvolvimento de novas técnicas e métodos: a arqueologia, a antropologia, a cartografia, a linguística e a onomástica (estudo dos nomes próprios) contribuíram enormemente na escrita da história africana. Wesseling (1992) acrescentou que “a mais famosa das técnicas desenvolvidas para a história africana foi, é claro, o estudo da tradição oral” (p.111). A técnica, dividida em cinco categorias (formulários, poesia, inventários, narrativas e depoimentos) pressupõe que a história oral não deve ser aceita tacitamente, mas sim após uma verificação crítica e em confronto com outras fontes, como por exemplo, documentos escritos e achados arqueológicos.

O fato é que, no Brasil, quase quatro séculos de diáspora negro-africana produziram fontes exógenas (provenientes de viajantes, comerciantes ou administradores europeus) e pouco material escrito produzido pelos negros. Uma série de fatores coadunaram na ausência de fontes: a tradição oral, a diversidade cultural e linguística dos africanos que aqui desembarcaram; a violência da escravidão e o trato do africano-escravo como “objeto” (que poderia ser vendido, alugado, emprestado ou hipotecado), que impossibilitava a guarda e a manutenção dos documentos pessoais escritos; o ato do Ministério da Fazenda que mandou queimar todos os livros de matrícula e documentos relativos a escravos em 1891²⁵ para evitar

²⁴ WESSELING, H. *História do além mar*. In: BURKE, P. (org.) *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.

²⁵ Segundo Barbosa (1988), em dezembro de 1891 Rui Barbosa, então Ministro da Fazenda, ordenou eliminar os livros de matrículas de escravos existentes nos cartórios das comarcas e registros de posse e movimentação patrimonial envolvendo escravos, o que foi feito ao longo de sua gestão e de seu sucessor. Tal documentação poderia ser utilizada para o pleito de indenizações pelos ex-proprietários de escravos. Ver: LACOMBE, A. J.; SILVA, E.; BARBOSA, F. A. *Rui Barbosa e a Queima dos Arquivos*. Brasília: Ministério da Justiça; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988. BARBOSA, F. A. *Apresentação ao livro Rui Barbosa e a queima dos arquivos*. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos>. Acesso em 02/04/2012.

que os ex-senhores pleiteassem indenizações junto ao governo da República; o processo de indiferenciação entre brancos e negros nos registros oficiais do período republicano, como tentativa de “silenciamento” das antigas categorias que, no período colonial, definiam o lugar social dos indivíduos.

Mas apesar da escassez de fontes, estudos sobre a escravidão no Brasil foram publicados nas últimas décadas, baseados nos registros paroquiais (batismo, casamento e óbito de escravos nas paróquias), nas teses médicas dos séculos XVIII a XIX, nas lembranças dos filhos e netos de escravos, nos registros fotográficos, nos registros notoriais de alforrias, nas petições de escravos aos imperadores protestando contra “tratamento cruel”, nos registros dos tribunais, nos registros de viagens e nos casos jurídicos, criminais e testamentários.

Portanto, o período escravocrata brasileiro e o pós-abolição representam possibilidades para o registro da sua história, e nesta perspectiva faço uso da história oral para reexaminar as fontes oficiais sob uma nova luz, na tentativa de resgatar o direito da existência da história da educação dos negros até esta tornar-se parte da história da educação do Brasil.

Estudos sobre a história da educação no Brasil conduziram a uma abordagem ampla da vida social e cultural dos anos de 1920-1940. Na perspectiva dos autores Demartini, Faria Filho, Gomes, Gondra, Hilsdorf, Mate, Nunes, Veiga e Vidal, entre outros, procurou-se compreender a escola primária paulista numa abrangência cronológica, de forma que todos os períodos fossem considerados. É preciso esclarecer que, apesar do recorte temporal proposto pela pesquisa (1920-1940), não ignorei as forças que transformaram São Paulo antes e depois do período delimitado, e em alguns momentos extrapolei esse recorte. Nesta dinâmica, busco compreender o negro e a sua relação com o movimento escolanovista, sem a preocupação da exaustão, mas como um problema a ser investigado.

Estudos de outras ciências fizeram-se necessários e foram realizados. Essa condução respaldou-se em Fernandes, Guimarães, Munanga, Lowrie, entre outros, os quais forneceram subsídios imprescindíveis ao tipo de análise que desejei empenhar.

Nesta perspectiva, entendo que este corpo conceitual contribuiu efetivamente para a compreensão da escola primária paulista, em um determinado período da história, apesar das limitações, conflitos e tensões inerentes às disputas ali travadas.

* * *

Como fontes documentais foram utilizadas os Jornais da Imprensa Negra paulista, integrantes do acervo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo - IEB/USP. Criado por Sérgio Buarque de Holanda em 1962, o Instituto de Estudos Brasileiros é um centro multidisciplinar de pesquisas e documentação sobre a história e as culturas brasileiras. O Instituto preserva um acervo documental de aproximadamente 300 mil documentos, constituído por fundos pessoais de artistas e intelectuais brasileiros, distribuídos entre o Arquivo, a Biblioteca e a Coleção de Artes Visuais.

A ideia de realizar uma pesquisa dessa natureza com a análise dos jornais da imprensa negra no período de 1920 a 1940 surgiu do contato que mantive com os artigos do jornal “A Voz da Raça” (1931-1937) no desenvolvimento da dissertação de mestrado. Julguei extremamente importante dar continuidade a este trabalho, desta vez incorporando outros periódicos, pois estes vêm colaborar para recuperar e preencher lacunas, no que tange à história do negro em São Paulo. A preservação dessa memória nos auxilia a rastrear as pistas sobre o pensamento educacional da população negra, em particular na cidade de São Paulo, onde os jornais surgiram por volta de 1915.

A inauguração de uma modernidade negra pode ser observada nesses periódicos, seja na divulgação de discursos que enaltecem a importância da educação, seja na defesa da integração social da população negra.

Em contrapartida, tenho consciência de que este debate também realizou-se em outros municípios paulistas e Estados brasileiros. Mas a medida que o estudo foi avançando, cheguei à conclusão que seria mais interessante, do ponto de vista acadêmico, centralizar as análises apenas nos artigos de jornais da imprensa negra do município de São Paulo, pois estes são valiosos instrumentos para compreendermos, em parte, os anseios por escolarização da liderança negra local nos anos de 1920 a 1940.

Consultei também a Coleção Memória da Escravidão em Famílias Negras de São Paulo (1987-1988), depositada no CDAPH/USP²⁶. Trata-se de um importante acervo oral formado por 150 (cento e cinquenta) fitas cassetes, transcrições datilografadas, relatório inicial, cadernos de campo, fichas das famílias, autorizações de divulgação e publicação de relatos e relatório final.

²⁶ CDAPH/USP - Centro de Apoio à Pesquisa em História “Sérgio Buarque de Holanda” da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

As fontes orais contém depoimentos de 110 (cento e dez) pessoas, membros de 45 (quarenta e cinco) famílias negras paulistas, com o objetivo de “subsidiar a compreensão do negro pós-abolição” (Janotti e Queiroz, 1988)²⁷.

Este primoroso conjunto de documentos coordenado pelas professoras Dra. Maria de Lourdes Monaco Janotti e Dra. Suely Robles Reis de Queiroz teve como objetivo aprofundar as discussões e os estudos teórico-metodológicos sobre o uso de fontes orais no trabalho historiográfico. Nesse sentido, Nunes (2003)²⁸ faz compreender que

As autobiografias, as memórias e os diários têm constituído documentos singulares e decisivos para a reconstituição de aspectos dos processos educativos de outras épocas históricas, com ricos testemunhos sobre os modos de educação familiar, escolar e ambiental de determinadas gerações ou certos grupos sociais. (p.20)

A Coleção Memória da Escravidão preservou depoimentos negligenciados pela historiografia brasileira, que tratam da memória que as famílias negras cultivaram sobre a escravidão, a escolarização, a atividade profissional e a constituição familiar, entre outros aspectos do cotidiano. O projeto registrou e transcreveu os relatos orais, assim como as perspectivas que as reminiscências adquiriram através de gerações, com base nas atuais correntes historiográficas que tratam da reavaliação dos critérios pelos quais se devem julgar as fontes históricas.

Portanto, a Coleção Memória da Escravidão propõe uma dialética da relação passado-presente contida nas lembranças, reconhecendo as contribuições que a memória pode oferecer como fonte de estudos históricos, especialmente quando se trata de uma obra coletiva e dinâmica centrada na família negra.

Para Janotti e Queiroz (1988):

O mais sólido e duradouro quadro social para a sustentação da memória, particularmente a oral, encontra-se na família. Como todo espaço social onde o indivíduo é fortemente destinado pela fixidez das relações de parentesco e onde, ao mesmo tempo, a personalidade individual ganha maior relevo,

²⁷ JANOTTI, M. L. M.; QUEIROZ, S. R. R. *Projeto Coleção Memória da Escravidão de Famílias Negras de São Paulo (1987-1988)*. São Paulo: CAPH, 1988. (Mimeo).

²⁸ NUNES, C. *Memória e história da educação: entre práticas e representações*. In: LEAL, M.C.; PIMENTEL, M.A.L. *História e memória da Escola Nova*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

reminiscências sustentadas pelo grupo familiar subsistem mesmo após a desagregação do núcleo original de sua história. Tão sólidos são os vínculos criados no interior da família que em nenhum outro grupo se processa tão fortemente o fenômeno que transforma em reminiscências pessoais as lembranças de outros, fazendo da voz de um a fala de muitos. (p.04)

A pesquisa abrangeu o Estado de São Paulo, onde a escravidão foi significativa a partir do século XVIII, quando a produção agrícola (açúcar e, posteriormente, café) agregou-se à economia de exportação.

As localidades selecionadas para a Coleção da Escravidão foram aquelas do Vale do Paraíba e Centro-Oeste do estado de São Paulo, regiões de grandes lavouras e alta concentração de escravos: São José do Barreiro, Silveiras, Areias, Bananal, São Luis do Piratininga. As localidades de Campinas, Piracicaba, Taubaté, Guaratinguetá e São Paulo igualmente foram selecionadas, por terem constituído áreas de concentração de escravos e experimentarem transformações urbano-industriais significativas no século XX, como a entrada de famílias negras de outras localidades.

Outra preocupação das coordenadoras para que a pesquisa tivesse um corpo documental convincente foi estabelecer, como critério de seleção das famílias, que cada uma apresentasse 03 (três) gerações adultas que tivessem a escravidão como tema de memória, além de serem residentes há longo tempo na localidade visitada.

O documento oral, construído com base nas memórias dessas famílias negras possibilitou revisitar outros documentos, redimensionar o olhar a respeito da Escola Nova, refletir acerca das ações dos protagonistas em relação às suas limitações e resistências. Assim considerei os relatos das 13 (treze) famílias residentes em São Paulo, pertencentes à 1ª e 2ª geração, nascidas entre os anos de 1892 e 1946, com o objetivo de identificar a importância dada à educação, onde e em quais condições se deu o acesso à escola primária e as várias contingências que foram enfrentadas na trajetória educacional destes sujeitos.

Visitei o Arquivo Histórico Municipal Washington Luís, inaugurado em 1907, uma das mais antigas instituições de memória da municipalidade de São Paulo. Atualmente o Arquivo Histórico integra a Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura da Cidade de São Paulo.

No século XXI foi realizado um conjunto de ações significativas para preservar e divulgar as fontes arquivísticas referentes à história da cidade de São Paulo e colocar à disposição de todos a memória da administração pública paulistana, entre elas, a instalação da sede no Edifício Ramos de Azevedo, localizado na Praça Coronel Fernando Prestes, nº. 152, Bairro da Luz, na região central da cidade de São Paulo.

O Arquivo Histórico Municipal dispõe de obras do Fundo Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, da documentação do Serviço Funerário Municipal, de obras particulares, da coleção “A cidade de São Paulo e sua Arquitetura” financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo em parceria com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAUUSP, da Seção de Manuscritos, de acervo bibliográfico, da coleção “Denominação de Logradouros Públicos”, das Atas das Câmaras Municipais de Santo André da Borda do Campo e de São Paulo (1555-1909), do Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo (1583-1863), da coleção “Revista do Arquivo Municipal” (até o nº. 200), além dos mapas e plantas da cidade de São Paulo.

Em relação às fontes do Arquivo Histórico Municipal Washington Luís que integram esta pesquisa, foram consultadas as pesquisas etnográficas publicadas na Revista do Arquivo Municipal.

Lançada em 1934, a Revista foi veiculada até meados de 1950, quando foi substituída pela Revista de História. Em 1936 a Revista do Arquivo Municipal passou a fazer parte do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo, sob a direção do escritor modernista Mário de Andrade. Em busca da hegemonia cultural da cidade de São Paulo, a Revista foi porta-voz das tendências que haviam sido lançadas com a Semana de Arte Moderna - nela os escritores modernistas encontraram espaço de divulgação de sua produção.

A Revista promoveu vários estudos sobre as relações sociais da cidade de São Paulo, numa tentativa de descobrir as características da população paulista e paulistana, analisar seus problemas e propor soluções, com uma acentuada influência da sociologia norte-americana através da produção de Samuel H. Lowrie e Donald Pierson, professores da Escola Livre de Sociologia e Política. O método etnográfico apresentou-se, para o Departamento de Cultura, como um esforço de solução ao tradicional *problema do negro*, e articulava um grupo eclético formado por professores e alunos da Escola Livre de Sociologia e Política, dos recém-criados

curso de Ciências Sociais de São Paulo, profissionais liberais e funcionários do Departamento de Cultura.

A reflexão que promovi sobre estes documentos teve como foco verificar a quantidade de negros na cidade de São Paulo e a quantidade de crianças negras matriculadas nas escolas oficiais, e os estudos de Lowrie sobre “os elementos negros” nos anos de 1936-1938 permitiram uma aproximação com a informação perseguida.

Constituído formalmente em 1892, o Arquivo Público do Estado de São Paulo – AESP, subordinado desde 2007 à Casa Civil do Governo do Estado de São Paulo, tem sob a sua responsabilidade a guarda da documentação administrativa paulista. Seu acervo recebe e disponibiliza para consultas uma documentação de origem e de natureza bastante diversificadas, proveniente das Secretarias de Estado, do Poder Judiciário, de Cartórios e Municípios, além de acervos de natureza privada.

O acervo do Arquivo Público possui uma série de documentos denominada “Memória da Educação”, que relacionam a história da educação nos séculos XIX e XX. Foram consultadas nas séries “Governo – Instrução Pública” e “Governo – Secretaria da Educação e Saúde Pública” os relatórios de inspetores dos anos de 1880 a 1943, os dados estatísticos, as instruções pedagógicas e os anuários de ensino.

Com a leitura direta dessa documentação e dos textos correlatos foi possível fazer uma avaliação da mobilização realizada em São Paulo em prol da alfabetização das massas e a inserção de diversos grupos sociais na escola primária. No entanto, existem lacunas nos documentos preservados. Por exemplo, não foram localizadas as listas de presença, as fichas dos “Testes ABC para verificação da maturidade escolar” e os álbuns fotográficos dos alunos matriculados em grupos escolares da capital no período de 1920-1940.

Compreendo que utilizar a legislação escolar, os relatórios e as estatísticas como fonte na análise da história da educação pressupõe entender que tais documentos, em sua especificidade, mantêm intrínseca relação com o contexto no qual foram elaborados. Afinal, apesar destes documentos oficiais serem considerados “evidências históricas” que sobreviveram além dos seus criadores e assim, constituírem um testemunho de um processo histórico, não podem ser entendidos isoladamente, mas relacionados a outras evidências, formando um ordenamento e uma lógica específica própria.

Para Carvalho (2000)²⁹ os anuários das primeiras décadas republicanas visavam dar visibilidade e materializar o sistema de ensino paulista, modelo que seria exportado aos outros estados da União. Na análise das publicações dos anos de 1907 a 1937, e percebe-se ora um discurso de preocupação com os altos índices de analfabetismo no Estado, ora um discurso propagador de realizações, como os avanços nos índices de escolaridade, o aumento da frequência dos alunos do ensino primário e a inauguração de novos prédios públicos.

Os relatos eram apresentados por diretores de ensino, inspetores, diretores de grupos escolares e outras autoridades envolvidas com a educação. Estes anuários, assim como os anuários estatísticos e outros relatórios da Secretaria da Educação e Saúde Pública do Estado de São Paulo, foram vistoriados para contemplar as questões de interesse desta investigação.

Finalmente cabe registrar a visita ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), parte integrante da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro. Criado em 1973, tem o objetivo de abrigar conjuntos documentais relevantes para a história recente do país. Atualmente, é um dos mais importantes acervos de arquivos pessoais de homens públicos do país, composto por aproximadamente 200 fundos, totalizando cerca de 1,8 milhão de documentos.

Para melhor compreender a Escola Nova e a inserção das classes populares na escola primária, na perspectiva do educador e reformista Lourenço Filho, consultei o acervo disposto no Centro de Pesquisa e Documentação no Rio de Janeiro. Os documentos localizados foram os seguintes: a) artigo “A escola extensa – o ensino em São Paulo” (1931); b) Carta dos Inspetores de Ensino ao Diretor Geral do Ensino (1931); c) Relatório “A Escola Nova – resposta ao inquérito que, acerca do ensino público paulista, promoveu O Estado de São Paulo em junho de 1926” (1927); d) Relatório “Escolas necessárias nos Estados e Distrito Federal” (1931), e) Relatório “Primeiro ano de trabalho na Diretoria Geral de São Paulo” (1931); f) Relatório “Testes ABC – Grupos Escolares – Promoção dos alunos nos anos de 1928-1931 em São Paulo” e g) Revista Escola Nova “Iniciação ao Estudo dos Testes”, Edição de Março/Abril de 1931” (1931).

* * *

²⁹ CARVALHO, M. M. C. *Reformas da Instrução Pública*. In: LOPES, E. M. T; FARIA FILHO, L. M de; VEIGA, C. G. (org). 500 Anos de Educação no Brasil. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

A organização do presente estudo está composta em cinco capítulos, cada um deles tratará de forma sequencial um crescente de dados e discussões com o objetivo de examinar a escolarização de crianças negras na cidade de São Paulo entre os anos de 1920 a 1940.

No capítulo I, apresento um breve “estado da arte” na área de estudos sobre “Negro e Educação”.

Nos três próximos capítulos, trato de reconstruir os dilemas, conflitos e tensões na ocupação do espaço sócio-cultural, econômico e político da cidade de São Paulo.

No capítulo II, apoiando-me nas obras bibliográficas que refletiram sobre o tema, retrato as principais transformações sociais da cidade (abolição da escravatura, imigração, urbanização, industrialização, política), ocorridas nos anos finais do século XIX e iniciais do século XX, para discutir a educação popular como ferramenta de luta na expansão de direitos. Também abordo a Escola Nova e as reformas educacionais realizadas por Sampaio Dória (1920) e Lourenço Filho (1930) na cidade de São Paulo.

No capítulo III, por meio da análise dos discursos apresentados nos jornais da imprensa negra nos anos de 1920-1940, discuto como a população negra participou do debate educacional presente na época, e como o segmento articulou o ingresso de crianças negras nas escolas, especialmente nos grupos escolares inaugurados no período.

No capítulo IV trato das oportunidades de escolarização das famílias negras, com base nas pesquisas realizadas pelo Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo e na análise dos depoimentos orais da Coleção Memória da Escravidão em Famílias Negras de São Paulo.

As considerações finais e a bibliografia fazem parte de uma sequência lógica que buscou dar *visibilidade* ao negro na cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século XX.

I. ESTUDOS SOBRE NEGRO E EDUCAÇÃO

Para resistir, é preciso que a resistência seja como o poder. Tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele. Que, como ele, venha “de baixo” e se distribua estrategicamente. (Foucault, 1979)

Grande parte dos estudos referentes à história da cidade nos anos iniciais do século XX ilustram o negro em situação de pobreza e abandono extremos, no período em que a metrópole inicia rápido processo de modernização e esta população disputa com os imigrantes europeus as vagas de trabalho. Estes mesmos estudos também apontam as mudanças de valores, os conflitos entre os diferentes segmentos étnico-raciais e a necessidade de criação de novas formas organizacionais e dispositivos psicossociais para a sobrevivência das populações na sociedade moderna e industrial.

Não obstante o avanço observado nesta produção, ainda nos deparamos com estudos que tratam da história da educação paulista e brasileira ignorando a multiplicidade de sujeitos ligados aos processos educacionais. Marcílio (2005)³⁰ contextualizou as transformações ocorridas na cidade de São Paulo no período de 1870 a 1930 e concluiu que, para o segmento negro, sobraram somente os bolsões de pobreza e marginalidade:

O negro saía da escravidão física para entrar na escravidão moral. É por essas razões que nenhum negro sobressai no regime da República Velha. Alcoolismo, prostituição, abandono de criança, desemprego, mendicância, vagabundagem, doenças, criminalidade, problemas sociais imperantes no meio negro não eram problemas isolados; eles foram obstáculos à participação eficaz da população negra na sociedade inclusiva, nas palavras de Florestan Fernandes. (Marcílio, 2005, p.118)

A autora não problematizou as possibilidades de escolarização dos negros, seja em escolas públicas, seja nas escolas recém-criadas pelo movimento negro, ainda que tenha citado a existência de várias iniciativas de escolas fundamentais que visavam atender os segmentos populares, como por exemplo, os cursos noturnos para a alfabetização de adultos, o ensino profissional primário para crianças pobres e órfãs, a escola profissional para classes intermediárias, as instituições preventivo-correcionais, as escolas filantrópicas gratuitas de

³⁰ MARCÍLIO, M. L. *História da escola em São Paulo e no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Instituto Fernand Braudel, 2005.

frequência livre para a preparação de artífices, entre outras instituições. Além disso, não levou em conta as iniciativas de grupos negros, tais como as escolas, centros culturais, e o engajamento destes nas campanhas de alfabetização. Esta concepção, reafirmada com certa frequência nas pesquisas a respeito da escola paulista, encontram contestação nos trabalhos contemporâneos que demonstram a pluralidade étnica deste alunado.

A tese da *herança deformadora da escravidão* surgiu da percepção de um sistema escravista no qual a exploração e a dominação dos escravos pela violência eram marcas. Tal tese não considerou as relações familiares, muito menos os espaços de convivência e de negociação entre senhores e escravos.

Azevedo (2004)³¹ refuta a hipótese dessa *herança* e analisou que tais concepções por vezes circulam no meio acadêmico e, de certa forma, atualizam os vieses racistas das décadas de 1870 e 1880, especialmente quando reafirmam a existência de um pesado legado cultural cuja superação excederia a capacidade dos próprios negros, ou seja, uma teoria que encontra no racismo a sua justificativa. Para a autora, a diminuta elite de brancos intelectualizados do século XIX e a massa de negros escravos e livres estavam distantes material e socialmente; este afastamento não trouxe, de imediato, a percepção do cotidiano destes sujeitos, nem o conhecimento da astúcia com que estes conduziam suas relações sociais e culturais. Assim “o que hoje se reconhece como formas de resistência, naquela época, mesmo entre as mentes mais humanitárias, passava por desordem, desenfreamento, paixões soltas e criminosas”(Azevedo, 2004, p.152).

A autora ainda faz críticas ao ideário marxista que, preocupado em apresentar o processo histórico à luz da luta de classes, rendeu-se a uma postura “racionalista e reducionista” que remeteu a todo instante a explicação dos eventos históricos à estrutura econômica.

Fonseca (2000)³² defendeu o mesmo entendimento, ao afirmar que as novas formas de abordagem histórica têm desmistificado a história oficial, recuperado as ações do segmento negro e ampliado a compreensão acerca das formas de resistência, atitudes que até então não eram vistas dessa forma. Novos estudos historiográficos já lançaram análises sobre o papel do cativo na sociedade escravista, vendo-o como agente ativo e não mais como submisso; os estudos relacionam as práticas cotidianas dos escravos, suas redes de solidariedades e seus

³¹ AZEVEDO, C. M. M. *Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites do século XIX*. São Paulo: Annablume, 2004.

³² FONSECA, M.V. *A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição do trabalho escravo no Brasil*. In: Educação em Revista. Educação e Relações Etnico-Raciais. Número Especial. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, setembro, 2000.

costumes como *estratégias de resistência*. Em outras palavras, *conquistas e visões de liberdade*³³ estavam encravadas na sociedade escravista, e estes aspectos enriqueceram a compreensão das relações raciais no Brasil no período pós-abolição.

Em contraponto à afirmação de Marcílio (2005), há de se considerar que os estudos de Florestan Fernandes sobre as relações raciais na cidade de São Paulo se configuram num campo de consensos e contradições. A hipótese da *escravidão moral* ou da *herança deformadora da escravidão* que aprisionava o negro e impedia a sua integração social nos primeiros anos da República é refutável, porque creditava ao segmento social toda a responsabilidade pela degradação sócio-econômica na qual se encontravam. A tese não considerou os fatores externos que influenciaram a situação do negro recém-liberto, como a falta de pecúnia ou indenização após anos de trabalho compulsório, a ausência de política agrária que fornecesse posse de terra para a sobrevivência e permanência das famílias libertas na área rural e a carência de políticas públicas de educação para o segmento. Além destes fatores, os fenômenos decorrentes da campanha imigrantista, como a disputa por vagas de trabalho com os imigrantes europeus, a urbanização crescente e a especulação imobiliária que aumentou os preços dos aluguéis e impulsionou as populações pobres para as áreas mais degradadas da cidade, limitavam a integração do negro nas classes médias operárias recém-constituídas.

Freitag (2005)³⁴ defende a hipótese de que o Brasil da primeira metade do século XX estava cheio de tensões e contradições, tendo em vista três fatores: o dilema social de uma sociedade rural e estamental, em fase de modernização, que não conseguia libertar-se das estruturas do passado; o dilema racial que consistia no fato de a abolição da escravatura ter ocorrido sem assegurar aos negros livres uma verdadeira integração na sociedade; e o dilema educacional, que expressava um discurso democrático, mas que, de fato, mostra-se seletivo e pouco atraente para os já desprivilegiados (negros, pobres e mulheres).

³³ Nesse sentido ver: CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil século XIX*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995. CHALHOUB, S. *Visões da Liberdade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990. REIS, J. J. (Org). *Escravidão e Invenção da Liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988. SILVA, E.; REIS, J. J. (Org). *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989. SLENES, R. W. *Na senzala, uma flor: Lembranças e recordações na formação da família escrava. Brasil Sudeste, século XIX*. Nova Fronteira, 1999.

³⁴ FREITAG, B. *Florestan Fernandes: revisitado*. Estudos Avançados, dez. 2005, v.19, n.55, p.229-243.

Nessa interpretação, Freitag afirma que Fernandes defendeu a hipótese da *escravidão moral* sem levar em consideração os dilemas, as diferenças e as injustiças da sociedade republicana.

Com o propósito de matizar essa tese, pondero que as alterações da cidade na virada do século XIX para o século XX, obstante colocarem o negro numa situação à margem do contexto econômico, social e político, não foram suficientes para coibir a sua presença na cidade, pelo contrário. Problematizando essa questão, Santos (1979)³⁵ define que a pobreza significa um complexo jogo de relações sociais, econômicas, culturais e políticas, que pode ser definida como maior ou menor participação aos poderes de compra ou na modernização da cidade. E por mais que o impacto da modernização das cidades seja responsável pelo desenvolvimento do sub-emprego, da pobreza e da marginalidade, Santos (1979) afirma que

A noção de marginalidade foi julgada inadequada na opinião de muitos, pois mostrou-se ambígua. O uso da expressão marginalidade e sua conceituação frequentemente permitiram que a chamada “população marginal” de um país fosse julgada excedente, ou que, sob o aspecto econômico, fosse considerada uma população inútil. A própria palavra foi condenada. Paulo Freire lembra que ‘os oprimidos não são marginais’ não são homens que vivem fora da sociedade. (p.28)

Os pobres são explorados e reprimidos, e nesse contexto participam socialmente. Portanto, a análise da marginalidade do negro paulistano não anula a sua participação na cidade de São Paulo, pelo contrário, pode indicar que teve um papel preciso na fase de desenvolvimento do sistema capitalista, pois facilitou a acumulação:

(...) a massa marginal pesa fortemente sobre o mercado de trabalho não-intelectual no circuito moderno e baixam os salários. Implica ao mesmo tempo, um aumento do excedente do empresário como também um aumento na taxa de lucro. (Santos, 1979, p.31).

³⁵ SANTOS, M. *Pobreza Urbana*. São Paulo: Hucitec, 1979.

É por esse motivo que ao analisar as fontes que informam sobre a cidade de São Paulo no limiar do século XX pude observar uma dialética entre a incorporação de um certo número de negros nos postos de trabalho e nas escolas públicas. E obstante o número dos postergados ser grande, eles fizeram parte de um subsistema específico³⁶, um circuito inferior que, como complemento do circuito superior, foi responsável pela definição social, econômica e política das elites e pelas possibilidades de evolução da cidade.

Para Santos (2003)³⁷ a historiografia nacional já destacou a vida e a resistência dos nacionais pobres nas fábricas, nas associações, nas agremiações políticas:

Parcela da população despossuída, em boa parte fora desses lugares, vivenciou nas ruas, nas praças, becos e margens dos rios processos de disciplinamento. Pelo que foi possível surpreender, vivenciaram esses momentos transgredindo as imposições, influenciando ou incorporando valores no seu cotidiano, no modo de vida, na forma de se relacionarem com São Paulo e com os outros sujeitos sociais, mas sempre à sua maneira. (p.177)

Ao tratar da escolarização de crianças negras no período de 1870-1920, Barros (2005)³⁸ constatou a participação de alunos negros nas escolas oficiais, obstante as dificuldades encontradas. A autora apresentou um relatório de um professor público da cidade de São Paulo que, incomodado pela presença de alunos negros em suas aulas, relatou que os filhos de africanos livres “os negrinhos que por ahi andão” “contaminariam” os alunos brancos com seus vícios.

Com base em depoimentos orais de pessoas negras que vivenciaram o processo de escolarização no período, a autora concluiu pela existência de dificuldades tais como a negação ao direito à matrícula, restrição a vestimentas vistas como inadequadas, falta de responsáveis para efetuar a matrícula, manifestações de racismo vivenciadas dentro da escola, dificuldades inerentes à pobreza, ingresso precoce no mercado de trabalho, entre outros

³⁶ SANTOS, M. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. 2ª Ed. São Paulo: Edusp, 2004.

³⁷ SANTOS, C. J. *Nem tudo era italiano – São Paulo e Pobreza (1890/1915)*. São Paulo: Annablume: Fapes, 2003.

³⁸ BARROS, S. P. *Negrinhos que por ali andam: a escolarização da população negra em São Paulo (1870-1920)*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

problemas. No entanto, atestou a inoperância da tese da *herança deformadora da escravidão* ao constatar, na São Paulo no final do século XIX:

Um grupo cujos integrantes tinham em comum, além da origem étnico-racial, o fato de que se movimentavam com extrema desenvoltura no universo letrado. Como exemplos, temos André Rebouças (1833-1898), José Rubino de Oliveira (1837-1891), Machado de Assis (1839-1908), Luiz Gama (1850-1882), José do Patrocínio (1854-1905), Lima Barreto (1881-1922), Cruz e Sousa (1861-1898) entre outros, reconhecidos como importantes escritores, intelectuais, jornalistas, advogados. (Barros, 2005, p.119).

Meus estudos de Mestrado no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da USP³⁹, iniciados em 2005, indicaram a existência de iniciativas educacionais negras na década de 1930. A Frente Negra Brasileira foi organizada em 1931 para reivindicar os direitos sociais e políticos dos negros. Em meados de 1934 uma escola primária foi inaugurada na sua sede, na cidade de São Paulo, conforme a análise das fontes documentais, entre as quais a nomeação das professoras, as memórias orais de ex-militantes, os jornais da grande imprensa e o jornal oficial da Frente Negra Brasileira “A Voz da Raça”, que se sobressaiu como considerável base de informações.

Ao problematizar o projeto educacional da Frente Negra Brasileira – sua organização e funcionamento, seu corpo docente e sua relação com as outras escolas do período - identifiquei que a escola primária foi criada a partir do anseio daqueles militantes negros em dar aplicabilidade prática às ideologias acerca do saber escolarizado como instrumento de ingresso e mobilidade social no mundo moderno e industrial. Outrossim, também surgiu como alternativa às dificuldades de acesso às escolas oficiais e pela necessidade de instituir um projeto educacional com características culturais específicas, a exemplo das escolas dos imigrantes que proliferavam no período. Em suma, os negros desejavam garantir um espaço social negro, além da possibilidade de receberem uma educação que estivesse “livre da coação do racismo”, por meio de práticas pedagógicas de valorização do pertencimento étnico-racial.

³⁹ ARAÚJO, M. *A escola da Frente Negra Brasileira na cidade de São Paulo (1931-1937)*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

No desenrolar desta pesquisa, surgiram novas questões e indícios sobre a escolarização de negros em escolas oficiais. Na busca de informações sobre as professoras negras que ministravam aulas na Frente Negra Brasileira, localizei a nomeação em comissão das professoras Francisca de Andrade⁴⁰, adjunta do Grupo Escolar de Cabreúva, e Aracy Ribeiro de Oliveira⁴¹, adjunta do grupo escolar de Boa Esperança do Sul.

Provavelmente as professoras Francisca de Andrade e Aracy Ribeiro de Oliveira eram normalistas, pois segundo Demartini (1986)⁴², somente professoras formadas eram nomeadas pelo governo para reger grupos escolares. As normalistas, inicialmente, exerciam o magistério em escolas rurais ou distritais, sendo que somente após esta experiência poderiam ser removidas para uma escola urbana. Depois de dois ou três anos de regência em escola urbana poderiam ser promovidas como adjuntas em grupo escolar, categoria das professoras Francisca de Andrade e Aracy Ribeiro de Oliveira quando nomeadas para a escola diurna da Frente Negra Brasileira.

O estudo sobre a escola da Frente Negra Brasileira também revelou a presença de negros letrados nos mais diversos espaços da cidade de São Paulo: engenheiro formado pelo instituto Mackenzie, dentista, advogado, professor, guarda-livros e médico. Como não foi possível estabelecer, naquele momento, aonde e como estes negros adquiriram formação educacional, dadas as proporções da pesquisa, pude deduzir que ainda serão necessárias outras investigações sobre as oportunidades educacionais do segmento negro na cidade de São Paulo, seja em escolas oficiais, seja nas iniciativas particulares. Por conseguinte, resolvi retomar o tema, ampliando a análise, por meio deste estudo sobre o ingresso de crianças negras nos grupos escolares nos anos de 1920 a 1940.

Em suma, os estudos dos autores Santos (1979; 2004), Santos (2003), Barros (2005) e Araújo (2008) realizaram uma crítica à tese da *herança deformadora da escravidão* e avançaram ao ampliar as questões relativas à presença dos negros na disputa às melhores condições de vida, trabalho e educação na cidade de São Paulo.

⁴⁰ Diário Oficial do Estado de São Paulo, ano 44, n.155, p.6, São Paulo, 18/07/1934.

⁴¹ Diário Oficial do Estado de São Paulo, ano 47, n.194, p.11, São Paulo, 28/8/1937.

⁴² DEMARTINI, Z. B. *Velhos mestres das novas escolas: um estudo das memórias de professores da Primeira República em São Paulo*. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

Stephanou e Bastos (2005)⁴³ organizaram uma coletânea de estudos sobre a história da educação brasileira, procurando incorporar a multiplicidade de pesquisas no campo. A obra, lançada em três volumes, reuniu 50 (cinquenta) autores e 53 (cinquenta e três) textos.

O primeiro volume tratou do século XVIII e, entre 11 (onze) artigos publicados, Maestri (2005)⁴⁴ propôs uma reflexão sobre o “medo” como forma de disciplinar os negros escravos e libertos. No segundo volume, igualmente apresentado numa coletânea de 11 (onze) artigos, Kreutz (2005)⁴⁵ analisou as escolas dos imigrantes. No terceiro volume, que abordou a educação brasileira no século XX, entre os 27 (vinte e sete) artigos publicados, somente o artigo de Bergamaschi (2005)⁴⁶ apresentou um recorte étnico-racial.

A coletânea não analisou a diversidade étnico-racial, tampouco ponderou as múltiplas identidades constituintes no ambiente escolar brasileiro. Quem eram os alunos que frequentavam as escolas públicas e particulares nos séculos XVIII, XIX e XX? Qual era a etnia destes alunos? E as classificações de gênero dessas crianças? E seus professores? Infelizmente a série citada não problematizou as análises sob tais categorias.

Analiso que a redução das categorias de *gênero*, *raça* e *etnia* como meramente descritivas podem, sim, inverter o resultado das análises, ou ainda, diminuir a experiência da luta pela cidadania nos quadros da sociedade brasileira. A história da educação ainda está limitada em razão da existência dessas lacunas, e a utilização acrítica dos dados que cercam a escola paulista e brasileira podem falsear as conclusões finais de muitas análises...

Para enfrentamento deste desafio, será necessário partir de uma esfera por vezes familiar e preencher com novos elementos passíveis de questionamentos, promovendo novas compreensões a respeito das relações raciais no Brasil, como exposto a seguir.

⁴³ STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. (Org.). *História e Memória da Educação no Brasil*. Volumes I, II e III. São Paulo: Vozes, 2005.

⁴⁴ MAESTRI, M. *A pedagogia do medo: disciplina, aprendizado e trabalho na escravidão brasileira*. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. (Org.). *História e Memória da Educação no Brasil*. Volume I. São Paulo: Vozes, 2005.

⁴⁵ KREUTZ, L. *Escolas étnicas na história da educação: a contribuição dos imigrantes*. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. (Org.). *História e Memória da Educação no Brasil*. Volume II. São Paulo: Vozes, 2005.

⁴⁶ BERGAMASCHI, M. A. *Educação escolar indígena no século XX: da escola para os índios à escola específica e diferenciada*. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. (Org.). *História e Memória da Educação no Brasil*. Volume II. São Paulo: Vozes, 2005.

1.1. Negro e educação: o estado da arte

As questões relacionadas às relações raciais no Brasil têm sido objeto de um número crescente de estudos que promovem a compreensão do processo de construção e desconstrução do racismo. Gomes (2004)⁴⁷ destacou os estudos que, no final do século XIX e início do século XX, promoveram debates sobre a constituição e a convivência racial brasileira.

As pesquisas de Nina Rodrigues (1862-1906), estudos ligados à medicina legal na Faculdade de Medicina de Salvador inspirados na antropologia criminal italiana, inauguraram a discussão, defendendo a tese da existência de vínculos entre os comportamentos criminais e a composição étnica da população brasileira. Arthur Ramos (1903-1949), médico psiquiatra, concentrou seus estudos na cultura, nas religiões e nas tradições afro-brasileiras.

Nos anos de 1930 Gilberto Freyre (1900-1987) e sua obra “*Casa Grande e Senzala*”, baseada numa concepção culturalista, realizava uma interpretação “harmoniosa” sobre a convivência racial brasileira, influenciando o olhar da intelectualidade nacional e estrangeira da época. No final da década de 1950 os trabalhos de Florestan Fernandes (1920-1995) e Roger Bastide (1898-1974), sob a perspectiva sociológica, trouxeram novas discussões sobre a inter-relação “raça e classe” e a desmistificação do mito da democracia racial.

Nos anos de 1980 Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle e Silva introduziram a análise dos dados quantitativos de base demográfica para a comprovação do preconceito racial como parte integrante da estrutura social e da formação histórica brasileira. Igualmente aos estudos de Guerreiros Ramos (1915-1982) e Clóvis Moura (1925-2003), em suma, pode-se avaliar que este elenco de autores desmistificou a visão simplista de que a sociedade brasileira fora resultado da somatória das três raças, problematizando o imbricamento incessante do elemento negro na formação brasileira, tanto do ponto de vista étnico como do ponto de vista cultural (Gomes, 2004).

Sobre a produção contemporânea que privilegia os estudos sobre Negro e Educação, Gomes estabeleceu como hipótese que estas obras emergiram nos finais dos anos de 1970, quando o movimento negro reivindicou posições no cenário político e educacional brasileiro.

⁴⁷ GOMES, N. L. *Levantamento bibliográfico sobre relações raciais e educação: uma contribuição aos pesquisadores e às pesquisadoras da área*. In: MIRANDA, C.; AGUIAR, F. L.; PIERRÔ, M. C. (orgs.). *Bibliografia básica sobre relações raciais e educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

Para a autora, na década de 1980 esta produção também sofreu um impacto positivo com a consolidação dos cursos de pós-graduação em Educação. Nesse período igualmente se deu o avanço dos estudos sobre as relações raciais brasileiras em outras áreas do conhecimento. Vale a pena ressaltar a excelência dessa produção: existem trabalhos e pesquisas desenvolvidas por entidades e grupos culturais negros não pertencentes aos espaços acadêmicos, mas que contaram com a colaboração intelectual de pesquisadores vinculados às universidades, como é o caso do NEN – Núcleo de Estudos Negros em Florianópolis (Santa Catarina), os Congressos Brasileiros de Pesquisadores Negros (2001; 2002; 2004), o Grupo de Estudos de Educação e Afro-Brasileiros da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED, o Programa Internacional de Bolsas da Fundação FORD e Fundação Carlos Chagas (2002 a 2007), o Concurso para Dotação de Pesquisas “Negro e Educação” promovido pela Ação Educativa, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED e Fundação Ford (2001 a 2008), entre outras associações brasileiras e internacionais. As iniciativas citadas têm como objetivo investir na formação de uma nova geração de intelectuais, desencadeando e estimulando a produção de pesquisas, seminários, debates e publicações sobre a temática racial brasileira.

Esse elenco de autores e suas obras atestam o quanto é importante analisar a questão racial para o entendimento da nossa formação social, histórica, econômica e cultural. Igualmente comprovam que a produção sobre Negro e Educação, que é mais recente, surge profundamente influenciada pelos estudos advindos de outras áreas do conhecimento. Será que essa influência continua com a mesma intensidade nos dias atuais? Longe de responder definitivamente esta questão, acredito que esta influência ainda é presente, pois constatei que embora a maioria da produção contemporânea sobre Negro e Educação seja oriunda da pós-graduação na área da Educação, nota-se que estes estudos também ocupam um território que se espalha em direção a outras áreas.

Ao entrar em contato com o levantamento bibliográfico da temática racial nos últimos anos, noto uma aproximação dos pesquisadores educacionais com as Ciências Sociais. Assim, a cada avanço historiográfico nas áreas das humanidades (história, sociologia, antropologia, psicologia e política brasileira), cresce a necessidade de vigília na *construção e reconstrução* das abordagens educacionais que sustentam (ou explicitam) tais conjunturas.

Considerando esse ponto de vista, sugiro uma releitura das pesquisas que dizem respeito à história da escola paulista e brasileira, sob a perspectiva da categoria de análise *raça e etnia*, fato que interessa diretamente a esta tese.

Sem excluir a produção fora desse período, e sem desconsiderar as outras áreas do conhecimento que se debruçaram sobre as relações raciais e promoveram uma intensa interface entre si, a seguir exponho uma revisão de alguns dos principais estudos desenvolvidos nos últimos vinte anos, que tratam da escolarização de negros nos finais do século XIX e iniciais do século XX.

Os trabalhos de Peres (1993)⁴⁸ na área da *história da escola*, da *pedagogia* e da *profissão docente* privilegiou os cursos noturnos da Biblioteca Pública Pelotense (BPP) nos anos de 1875 e trouxeram à tona a trajetória dos negros em escolas alternativas, assim como a vida social e profissional dos irmãos Juvenal Moreno Penny e Durval Moreno Penny, fundadores do jornal “A Alvorada” nos anos de 1907. A partir dessa experiência de pesquisa, em 2002 a autora problematizou em artigo os limites e as possibilidades das fontes em história da educação no que diz respeito ao tratamento da questão racial.

A tese defendida na Universidade de São Paulo por Irene Maria Ferreira Barbosa (1997)⁴⁹ reconstruiu a trajetória do professor Cesarino Junior no Colégio Culto à Ciência de Campinas (São Paulo) e como brilhante docente na Universidade de São Paulo (Faculdade de Economia e Administração; Faculdade de Direito). Cesarino Junior era bisneto do fundador do Colégio Perseverança ou Cesarino de Campinas, que na década de 1860 já “fazia parte dessa categoria de estabelecimento privado que, ao lado das alunas que podiam pagar, mantinha as pobres negras e, para isso, recebia subvenção”. A trajetória do docente negro em meados de 1918 revelou as dificuldades de escolarização da população negra e o imbricamento com a questão da classe social – quer pelos mecanismos escolares, que operavam como reprodutores de preconceitos raciais, quer pela situação sócio-econômica da criança negra pobre.

Wissenbach (1998)⁵⁰ remontou a vida da cidade de São Paulo na segunda metade do século XIX para abordar os processos de letramento e seus múltiplos significados entre escravos e foros, avistados por meio da análise dos processos criminais em que estes sujeitos

⁴⁸ PERES, E. T. *Templo de Luz: os cursos noturnos masculinos de instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense – 1875-1915*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 1993. PERES, E. T. *Sob(re) o silêncio das fontes: a trajetória de uma pesquisa em história da educação e o tratamento das questões étnico-raciais*. Revista Brasileira de História da Educação, Bragança Paulista, n. 4, p.75-102, 2002.

⁴⁹ BARBOSA, I. M. F. *Enfrentando preconceitos. Um estudo da escola como estratégia de superação de desigualdades*. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1997.

⁵⁰ WISSENBACH, M. C. C. *Sonhos africanos, vivências ladinas*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

se viram envolvidos. Em artigo publicado em 2002⁵¹ Wissenbach revisita a dissertação e analisa os hábitos de leitura e escrita difundidos entre os negros para sublinhar a dimensão histórica do passado escravista nas discussões sobre a questão educacional dessas populações.

A escola do professor Pretextato dos Passos e Silva era primária, urbana, particular e estava desvinculada do aprendizado de ofícios específicos. Era destinada a atender *com perfeição* meninos pretos e pardos livres; foi criada em 1853 por Pretextato, que se autodesignou *preto* e requereu, em 1856, ao então inspetor geral da Instrução Primária e Secundária da Corte (Eusébio de Queirós), algumas concessões para dar continuidade ao funcionamento do projeto. Com esta análise Silva (1999)⁵² contrariou as imagens produzidas pela maior parte da historiografia da educação brasileira, notadamente republicana, que dá conta de um mundo dominado pelos brancos em que os negros foram simplesmente relegados ao analfabetismo e à miséria.

Santos (2000)⁵³ realizou uma análise dos aspectos da construção de uma identidade negra na cidade de Pelotas, por meio da análise do jornal da imprensa negra “A Alvorada”.

Fonseca (2000; 2007)⁵⁴ analisou as propostas da educação sob o ponto de vista dos políticos, intelectuais, senhores e escravos na efetivação da abolição dos escravizados. O autor analisou como esta luta tomou uma configuração específica e marcante durante os debates sobre a abolição no Brasil. Na tese de doutoramento o autor pesquisou a instrução pública mineira nos anos de 1820 a 1850, sob a perspectiva do perfil racial da população negra livre, concluindo que houve uma forte presença dos negros nas escolas mineiras do século XIX, perfil modificado à medida que o Estado estabeleceu um conjunto de normas e regras que deu à escola novos padrões de organização.

⁵¹ WISSENBACH, M. C. C. *Cartas, procurações, escapulários e patuás: os múltiplos significados da escrita entre escravos e forros na sociedade oitocentista brasileira*. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas, v. 4, p. 103-122, 2002.

⁵² SILVA, A. M. P. *Aprender com perfeição: escolarização e construção da liberdade na Corte da primeira metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1999. SILVA, A. M. P. *A escola de Pretextato dos Passos e Silva: questões a respeito das práticas de escolarização no mundo escravista*. Revista Brasileira de História da Educação, Bragança Paulista, n. 4, jul/dez, 2002.

⁵³ SANTOS, J. A. *Raiou a Alvorada: intelectuais negros e imprensa, Pelotas (1907-1957)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2000.

⁵⁴ FONSECA, M. V. *Concepções e práticas em relação à educação dos negros no processo de abolição do trabalho escravo no Brasil (1867-1889)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000. FONSECA, M. V. *Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX*. 2007. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

Barros (2005)⁵⁵ pesquisou a escolarização de crianças negras em São Paulo no período de 1870 a 1920 e reafirmou a análise que as séries que tratam do registro e da memória das escolas negras são incompletas e dificultam - às vezes inviabilizam - o uso das fontes oficiais como objeto de estudo, obstante haverem indícios que estas práticas pedagógicas existiram e fizeram parte do contexto social e econômico da época.

A dissertação de mestrado por mim defendida em 2008⁵⁶ pretendeu dar uma contribuição ao campo da história da educação, dando materialidade à iniciativa educacional negra na década de 1930 e, sobretudo, comprovando a mobilização e a participação do negro paulista frente ao debate educacional datado nesse período histórico. Pesquisando a escola da Frente Negra Brasileira na cidade de São Paulo nos anos de 1934 a 1937, registrei, à luz da história da educação, a iniciativa do grupo negro visando refutar a tese da *marginalidade* do negro que conferiu a ideia de que este segmento social pouco contribuiu para o campo educacional, pois dele pouco se beneficiou.

Comum a todas estas análises é o foco na educação do negro e na avaliação deste enquanto sujeito de suas narrativas. Destaca-se, nesses trabalhos, um referencial teórico baseado na Nova História e o uso de novas fontes primárias como os censos demográficos e estatísticos, as fotografias, os depoimentos, os periódicos da imprensa negra, os inventários e uma ampla pesquisa documental baseada tanto nos arquivos escolares como na documentação oficial depositada nos arquivos públicos. Essa nova historiografia indica uma substituição das extensas sucessões lineares pelo estudo das interrupções históricas e o esforço “arqueológico” do pesquisador para a compreensão de tais rupturas.

Nos últimos dez anos, a pesquisa contemporânea em história da educação tem demonstrado que, nos séculos XIX e XX, a escola enquanto dispositivo de educação e inserção no mercado de trabalho angariou adeptos em todas as camadas sociais. Como atestam as pesquisas realizadas, existiram múltiplas estratégias de acesso do negro à escolarização e à aprendizagem das letras. Não podemos deixar de reconhecer a importância dessas estratégias que foram, e ainda são nos dias atuais, percussoras da luta das camadas populares ao acesso à instrução formal e integração na sociedade mais ampla.

⁵⁵ BARROS, S. A. P. *Negrinhos que por ali andam: a escolarização da população negra em São Paulo (1870-1920)*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

⁵⁶ ARAÚJO, M.L.P. *A escola da Frente Negra Brasileira na cidade de São Paulo (1931-1937)*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

Por fim, a problemática da escolarização do negro paulista vem sendo alargada por novas produções. No entanto, ainda que a educação pública no período republicano tenha assumido a função social de solucionadora dos problemas nacionais – a escola era defendida como uma ferramenta para o desenvolvimento da sociedade e preparação das classes populares para a transição do modelo agrário-exportador para uma configuração social de base urbano-industrial – ainda são poucos os estudos que apontam para a cor dos alunos e alunas que ocuparam os grupos escolares.

Objetivamente, esta pesquisa pretende abordar os conflitos que acirraram as disputas no campo educacional operados nos anos de 1920-1940, como a mudança na base econômica do país, a aceleração da urbanização da cidade de São Paulo, o processo de industrialização, a formação do “novo” trabalhador nacional, a escola “nova” e as reformas educacionais e políticas, entre outros. Neste trabalho, tais agitações serão revistas, não somente como peças da história da escola paulista, mas também como oportunidades que delinearão novos direcionamentos para a participação negra. Esse cenário de luta e disputa pode ter propiciado a inserção do negro em novos ambientes sociais, políticos, econômicos e educacionais, remontando a sua vivência na sociedade paulistana.

Nesta perspectiva, a escolarização do negro será debatida sob dois pontos de vista convergentes: a) o crescimento da indústria e a necessidade de formar trabalhadores a serem inseridos na máquina de produção capitalista; b) a luta das classes populares por educação, como forma de disputar melhores postos de trabalho e ascender socialmente. Pretende-se avaliar a possibilidade (ou não) de inserção do negro na escolarização formal, mediante a apropriação do discurso escolanovista de “direito biológico à educação”.

II - GRUPOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO NO LIMIAR DO SÉCULO

XX

(...) a história tradicional oferece uma visão de cima, no sentido de que tem sempre se concentrado nos grandes feitos dos grandes homens, estadistas, generais ou ocasionalmente eclesiásticos. Ao resto da humanidade foi destinado um papel secundário no drama da história. (...) Vários novos historiadores estão preocupados com a “história vista de baixo”, em outras palavras, com as opiniões das pessoas comuns e com sua experiência da mudança social. (Burke, 1992)

A cidade de São Paulo na passagem dos séculos XIX para XX rendia-se rapidamente às inovações da sociedade capitalista, ainda que coexistissem, nesse momento, sobrevivências da sociedade escravagista. Nesta linha, para melhor compreensão do processo de resistência dos negros paulistanos é preciso situar, ainda que genericamente, o contexto histórico da época. Este capítulo visa refletir sobre como os negros disputavam os espaços nas estruturas de poder na cidade de São Paulo e como assumiram a educação como pré-requisito para a expansão de seus direitos.

2.1. Evolução da economia e da população paulista e paulistana

A porcentagem de negros na população paulista, em meados do séculos XVI, era reduzida. A antiga povoação de São Paulo de Piratininga⁵⁷, fundada pelos jesuítas em 1554, teve um crescimento lento, trabalhoso, limitado por um grosso muro de taipas à guisa de defesa e fortificação.

Documentos oficiais dos fogos da pequena São Paulo do Campo de Piratininga, registrados em 1589, estimaram uma população de 1.500 a 2.000 pessoas, incluindo-se brancos, índios, negros e mestiços. Aproximadamente três quintos dessa população seriam constituídos por indígenas, capturados em diversas regiões.

⁵⁷ A vila denominada São Paulo do Campo de Piratininga ocupava toda a área denominada de “Triângulo”, hoje correspondendo aproximadamente ao Pátio do Colégio, Carmo, Largo de São Bento, Rua São Bento, Rua da Boa Vista, Largo de São Francisco e Sé. Ver: IBGE – HISTÓRICO DE SÃO PAULO. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat>. Acesso em 20/01/2012.

Para Fernandes (2008)⁵⁸ a baixa percentualidade de negros é entendida pela análise da pobreza dos moradores, que não possuíam recursos para competir com os senhores de engenho na aquisição de escravos. Em contrapartida, os índios eram capturados nas chamadas “guerras justas” com facilidade, e supriam as necessidades de mão-de-obra. Daí o padrão de composição racial com acentuada predominância de índios, que deixaram marcas de sua influência tupi nos nomes de famílias, lugares e ruas, até os dias de hoje.

Num segundo momento, no decorrer do século XVII, o panorama das relações raciais modifica-se gradativamente, devido às transformações introduzidas no sistema econômico pela descoberta das minas de ouro. Após a saída dos jesuítas, os paulistas lançaram-se à interiorização no afã de escravizar e comercializar os índios do sertão, explorar as riquezas minerais e permutar gêneros alimentícios, destinando parte dos recursos gerados à importação de escravos africanos. No final do século XVII e início do século XVIII, com a descoberta de várias jazidas de ouro em Minas Gerais (1693), Mato Grosso (1719) e Goiás (1725) “aventureiros de toda parte chegaram de Portugal para tentar fortuna fácil no Brasil de modo que bem depressa a ‘fome do ouro’ transformou-se, pela contingência do trabalho servil, em ‘fome do negro’” (Fernandes, 2008, p.33).

Já elevada à condição de cidade com a denominação de “São Paulo” pela Carta Régia de 1711, houve uma transformação substancial na constituição racial da população, devido à crescente importação de africanos para as atividades de mineração. O tráfico de africanos para o Brasil não só atendia a demanda, como também proporcionava a renovação dos quadros humanos de maneira rápida e sistemática, pois como o processo de exploração das minas era rudimentar (as condições climáticas eram extremas, e os ataques das tribos indígenas eram hostis) os escravos faleciam após um período aproximado de apenas 08 (oito) anos de trabalho (Fernandes, 2008).

Munanga e Gomes (2004)⁵⁹ informam que os europeus foram os maiores responsáveis pelo tráfico transatlântico, através do qual mais de 40 milhões de africanos foram deportados para a Europa e América. E ainda que não haja dados precisos sobre o número de africanos deportados para o Brasil, estima-se, para todo o período de escravatura, mais de 5 milhões de africanos, fora os africanos traficados ilegalmente após 1850.

⁵⁸ FERNANDES, F. *Do escravo ao cidadão*. In: BASTIDE, R. FERNANDES, F. Brancos e Negros em São Paulo. 4ª Ed. São Paulo: Global, 2008.

⁵⁹ MUNANGA, K; GOMES, N. L. *Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos*. São Paulo: Global Editora e Distribuidora; Ação Educativa, Assessoria, Pesquisa e Informação, 2004.

Através da rota transatlântica, deu-se a entrada de diferentes grupos étnicos africanos no Brasil:

- a) África Ocidental, de onde foram trazidos homens e mulheres dos atuais Senegal, Mali, Níger, Nigéria, Gana, Togo, Benin, Costa do Marfim, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné, Camarões.
- b) África Centro-Ocidental, envolvendo os povos do Gabão, Angola, República do Congo, República Democrática do Congo (antigo Zaire), República Centro-Africana;
- c) África Austral, envolvendo povos de Moçambique, da África do Sul e Namíbia. (Munanga e Gomes, 2004, p.20)

O século XVIII assistiu o declínio das atividades de mineração e o retorno às atividades agrícolas. O que se precisa considerar em primeiro plano é que a mineração propiciou um ganho de capital, e com o colapso da produção aurífera por volta de 1756 os capitais refluem da mineração para as atividades agrícolas, sendo que sertanistas e mineiros passam a dedicar-se à criação, à lavoura de cana e à produção de açúcar. Dados censitários indicam que cada proprietário possuía, em média, de 01 (um) a 05 (cinco) escravos, sendo que alguns moradores mais ricos possuíam de 10 (dez) a 30 (trinta) escravos. Em sua maioria, os escravos ocupavam-se dos serviços da lavoura, verificando-se que profissionais como artesãos, profissionais liberais e comerciantes eram recrutados na população branca pobre.

O século XIX inaugura uma nova fase de desenvolvimento no estado e na cidade de São Paulo. Graças às condições favoráveis de adaptabilidade ao meio físico, o equilíbrio econômico e a disponibilidade de escravos, o estado passa da agricultura da subsistência à produção de artigos tropicais com demanda no exterior: açúcar, algodão e café. Esse quadro indica que o progresso de São Paulo deu-se pelo desenvolvimento da “grande lavoura” do século XIX, mas isto seria inconcebível sem a presença do escravo, ao qual coube o papel de articular dinamicamente o sistema econômico do estado.

O estado de São Paulo expandiu-se com o ciclo do café. Em 1817 é fundada a primeira fazenda paulista de café, localizada no Vale do Paraíba. Esse cultivo ganha forças nestas terras, gerando uma oligarquia rural que se beneficiava da mão-de-obra escrava. A decadência no cultivo do café a partir de 1860 no Vale do Paraíba é resultado da exaustão dos solos e das crescentes dificuldades impostas ao regime escravocrata, e conforme a região vai se esvaziando economicamente, o cultivo do café migra em direção ao Oeste Paulista, adentrando primeiramente na região de Campinas e Itu.

Após proibição do tráfico negreiro em 1850, os governos imperial e provincial passam a incentivar a imigração de europeus. O escoamento de grãos passa a ser feito via porto de Santos, após a inauguração da primeira ferrovia paulista (São Paulo Railway) e a cidade de São Paulo transforma-se em importante entreposto comercial entre o litoral e o interior cafeeiro. O café vai se expandindo para o oeste paulista (Campinas, Rio Claro, Porto Ferreira) e encontra a área mais propícia para seu cultivo, as férteis terras roxas do nordeste paulista, próximas a Ribeirão Preto, onde surgirão as maiores e mais produtivas fazendas de café do mundo. Este desenvolvimento provoca o surgimento de novas cidades entre a Serra de Botucatu e os rios Paraná, Tietê e Paranapanema, como Bauru (1896), Marília (1926), Araçatuba (1908) e Presidente Prudente (1921), que tiveram um desenvolvimento econômico importante até a crise internacional do café em 1929 (Fernandes, 2008).

Samuel Harman Lowrie, norte-americano contratado pela Escola Livre de Sociologia e Política e pelo município de São Paulo, desenvolveu vários trabalhos voltados à sociologia entre os anos de 1935 a 1938, com objetivo de estudar a influência da imigração sobre a população brasileira e identificar a constituição racial da população paulistana.

Lowrie (1938) observou o deslocamento da população escrava no interior da província paulista, especialmente das regiões norte, litoral e norte para a região oeste, devido a importância da produção cafeeira, nos anos de 1836 a 1886.

Tabela 02. População total servil, segundo os Distritos da Província de São Paulo

Ano		Norte (1)	Litoral (2)	Central (3)	Mogiana-Paulista (4)	Total
1836	População	91.122	36.687	127.147	29.794	283.750
	Escravos	24.460	12.317	38.497	3.584	78.858
	Percentual	27%	35%	29%	16%	28%
1854	População	107.501	50.648	181.468	78.914	418.531
	Escravos	33.823	15.445	47.574	20.143	116.985
	Percentual	31%	30%	26%	26%	28%
1872	População	-	-	-	-	837.354
	Escravos	-	-	-	-	156.612
	Percentual	-	-	-	-	19%
1886	População	314.213	77.518	415.021	381.165	1.187.917
	Escravos	43.361	4.148	53.545	67.036	168.090
	Percentual	14%	5%	13%	18%	14%
1890	População	317.363	91.245	475.729	500.416	1.384.753

Fonte: Lowrie, 1938.

Para composição dessa tabela, Lowrie utilizou os dados dos Recenseamentos do Brasil (1872; 1890), os Relatórios da Diretoria Geral de Estatística (1876; 1890; 1895) e os Relatórios de Mortalidade do Anuário Demográfico de São Paulo (1836; 1854; 1872; 1886; 1890), entre outros documentos. A província foi dividida em quatro regiões⁶⁰ diferentes entre si segundo o tempo de seu desenvolvimento econômico e a importância da sua produção cafeeira.

Os dados exemplificam o aumento da porcentagem de escravos na região Mogiana-Paulista na segunda metade do século XIX conforme avança o crescimento econômico do café, passando de 16% em 1836 para 26% de população escrava em 1854. Nos anos que precederam a emancipação da escravatura, decresceu a porcentagem do elemento servil nas regiões Norte e Central; em 1886 observa-se que a escravidão praticamente não existia na região do Litoral, com apenas 5% de população escrava. Nesse contexto, é singular a ação do maçom paulista Antônio Bento de Sousa e Castro (1843 -1898)⁶¹, promotor público das cidades de Botucatu e Limeira e juiz na cidade de Atibaia. Antônio Bento organizou uma sociedade secreta denominada “Os Caifazes”, cujos membros foram recrutados em todas as camadas sociais, com ramificações em repartições públicas e instituições particulares, além dos membros da maçonaria. O grupo apoiava as fugas de escravos nas fazendas do interior paulista e encaminhavam os escravos fugidos ao quilombo do Jabaquara, na cidade litorânea de Santos, tendo em vista que esta região já havia antecipado a libertação dos escravos.

Contrastando com esse fato, na região Mogiana-Paulista a libertação dos escravos se manifestou de maneira mais tardia. Os dados indicam que em 1886 havia uma população escrava na ordem de 18%, e sugerem que na região operavam interesses econômicos no sentido da manutenção da escravatura.

⁶⁰ **Norte** (1): Arêas, Bananal, Bocaina, Buquira, Caçapava, Cruzeiro, Cunha, Guaratinguetá, Jacareí, Jambeiro, Lagoinha, Lorena, Mogi das Cruzes, Natividade, Paraibuna, Patrocínio de Sta. Isabel, Pindamonhangaba, Pinheiros, Queluz, Redenção, Santa Branca, São Bento do Sapucaí, Santa Isabel, São José do Barreiro, São José dos Campos, São José do Paraitinga (Salesópolis), São Luis do Paraitinga, Silveiras, Taubaté. **Litoral** (2): Apiaí, Cananéia, Caraguatatuba, Conceição de Itanhaen, Iguape, São Sebastião, São Vicente, Santos, Ubatuba, Vila Bela, Xiririca, Iporanga, São Pedro. **Central** (3): Araçariguama, Atibaia, Bom Sucesso (Itaí), Bragança, Cabreúva, Campinas, Campo Largo de Sorocaba (Campo Largo), Capital, Capivari, Conceição dos Guarulhos, Cotia, Espírito Santo da Boa Vista, Faxina, Guareí, Indaiatuba, Itapeçerica, Itapetininga, Itatiba, Jundiá, Monte-Mór, Nazaré, Paranapanema (Capão Bonito), Parnaíba, Piedade, Piracicaba, Porto Feliz, Rio Bonito, Sorocaba, Itú. **Mogiana Paulista** (4): Amparo, Araraquara, Araras, Batatais, Belém do Descalvado (Descalvado), Botucatu, Brotas, Caconde, Cajuru, Carmo da França (Ituverava), Casa Branca, Dous Corregos, Espírito Santo do Pinhal, Espírito Santo do Turvo, Franca, Jaboticabal, Jaú, Lençóis, Limeira, Mogi-Guaçu, Mogi-Mirim, Patrocínio do Sapucaí, Penha do Rio do Peixe (Itapira), Pirassununga, Ribeirão Preto, São Carlos, São José do Rio Pardo, Socorro.

⁶¹ Ver: CATELLANI, J. *Os maçons e a abolição da escravatura*. Londrina: A Trolha, 1998.

É conveniente assinalar que houve uma alteração na composição racial da população da província de São Paulo na passagem do século XIX para o século XX, tendo em vista a movimentação de escravos e libertos.

Como fatores influentes para a diminuição da população negra, podemos aludir que os movimentos abolicionistas, a proibição do tráfico de escravos (1850), a Lei do Ventre Livre (1871), a Lei dos Sexagenários (1885), as fugas e as compras de cartas de alforria são fatores que devem ser considerados no aumento da população de libertos e na crescente pressão social pela promulgação da Lei Áurea, em 1888. Para Lowrie (1938), após a libertação dos escravos - que nesse período já se encontram em números reduzidos na província paulista, na ordem de 14% do total da população - o alto índice de mortalidade negra e a migração destes para outras regiões do estado e do país modificaram o panorama racial da província de São Paulo, onde obviamente se verificou a predominância do elemento branco.

**Tabela 03. População Escrava e de Cor
Estado de São Paulo (diversas épocas)**

Ano		Brancos	Índios	Mulatos	Negros	Escravos	Total
1872	População	433.432	39.465	196.458	167.999	156.612	837.354
	Percentual	52%	5%	23%	20%	19%	100%
1886	População	515.096	64.296	102.711	78.439	168.090	1.187.917
	Percentual	68%	8%	14%	10%	14%	100%
1890	População	873.423	114.199	217.605	179.526	-	1.384.753
	Percentual	63%	8%	16%	13%	-	100%
1940	População	6.097.862	220.199	337.814	524.441	-	7.180.316
	Percentual	85%	3%	5%	7%	-	100%

Fonte: Lowrie, 1938.

Lowrie (1938) contabilizou, para o ano de 1872, 156.612 cativos, ou seja, 19% da população geral do estado. Para o ano de 1886, contabilizou 168.090 cativos, ou seja, 14% da população geral do estado de São Paulo, considerando que, à época da abolição, menos de 14% da população era escrava.

Diferentemente dessa análise, para Costa (1999)⁶², a introdução de imigrantes europeus no cenário nacional e a diminuição da utilização de mão-de-obra escrava nos anos que antecedem a abolição são fatores que sugerem que apenas 5% da população era escrava no Brasil na época da promulgação da libertação. Apesar das diferentes análises, ambos os autores concordam que a população escrava já estava reduzida quando da promulgação da Lei Áurea.

⁶² COSTA, E. V. *Da senzala à Colônia*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

A expansão das classes médias urbanas na cidade de São Paulo se deu na última etapa de desenvolvimento do capitalismo agrário – ascensão da economia cafeeira e multiplicação das atividades governamentais – e acompanhou o aumento da população. Este aumento se dá especialmente quando o complexo cafeeiro provocou a construção de uma infra-estrutura de serviços indispensáveis ao setor exportador. Nesta situação, imigrantes e brasileiros originários dos estratos mais empobrecidos foram recrutados para a ocupação de funções nas áreas recém-abertas.

A Tabela 04 apresenta a população da cidade de São Paulo escriturada pelos Censos Federais de 1872, 1890, 1900, 1920 e o Censo Estadual de 1934, e foi aqui reproduzida para demonstrar o aumento da população paulistana na passagem do século XIX para o século XX.

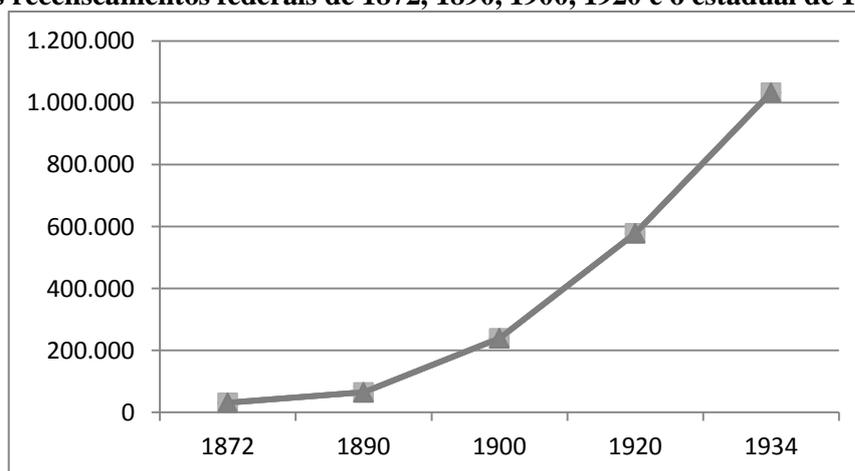
Tabela 04. População da Cidade de São Paulo segundo os recenseamentos federais de 1872, 1890, 1900, 1920 e o estadual de 1934

ESPECIFICAÇÃO	RESULTADOS CENSITÁRIOS				
	1872	1890	1900	1920	1934
TOTAL GERAL	31.385	64.934	239.820	579.033	1.033.202
Sexo					
Homens	15.728	34.236	124.605	294.007	515.985
Mulheres	15.657	30.698	115.215	285.026	517.217
Nacionalidade					
Nacionais	28.926	50.631	-	372.376	744.144
Estrangeiros	2.459	14.303	-	206.657	289.058
Faixa etária					
Menos de 01 ano	1.154	1.475	-	15.994	23.088
01 ano	539	1.418	-	11.324	16.608
02 anos	565	1.284	-	13.869	22.189
03 anos	527	1.290	-	14.380	23.461
04 anos	601	1.247	-	14.852	24.201
05 a 09 anos	4.219	6.044	-	69.011	117.965
10 a 14 anos	3.523	5.605	-	64.117	109.947
15 a 29 anos	9.254	16.588	-	188.898	310.797
30 a 39 anos	4.261	10.202	-	75.292	149.249
40 a 49 anos	2.955	7.864	-	49.964	106.239
50 a 59 anos	1.821	5.302	-	34.374	70.108
60 a 69 anos	963	3.652	-	16.938	40.717
70 a 79 anos	471	467	-	5.314	11.187
80 a 89 anos	234	171	-	1.031	4.238
90 a 99 anos	132	40	-	205	1.876
100 a mais anos	30	16	-	52	417
Idade ignorada	136	2.269	-	3.418	915

Fonte: Anuário Estatístico do Estado de São Paulo, 1940.

Na observação do Gráfico 01, apresentado a seguir, pode-se constatar a dimensão deste crescimento: a população da capital passou de 579.033 mil habitantes em 1920 para 1.033.202 mil habitantes no ano de 1934, um crescimento de 78% em apenas 14 anos:

Gráfico 01. População da Cidade de São Paulo segundo os recenseamentos federais de 1872, 1890, 1900, 1920 e o estadual de 1934



A expansão urbana da cidade de São Paulo ampliou, em 1937, a sua divisão administrativa, que já somava 37 distritos constituídos: São Paulo, Belenzinho, Bela Vista, Bom Retiro, Braz, Butantã, Cambuci, Casa Verde, Consolação, Ibirapuera, Indianópolis, Itaquera, Jardim América, Jardim Paulista, Lajeado, Lapa, Liberdade, Mooca, Nossa Senhora do Ó, Osasco, Pari, Penha de França, Perdizes, Perus, Pirituba, Santana, Santa Cecília, Santa Efigênia, Santo Amaro, São Miguel, Saúde, Sé, Tatuapé, Tucuruvi, Vila Mariana, Vila Prudente e Ipiranga.

Constata-se, como a literatura já apontou anteriormente, o aumento expressivo da população branca e a diminuição da população negra, alterando a composição étnica da cidade de São Paulo: em 1886 os negros representavam 21% da população, porém, em 1940, representavam apenas 12% da população (Fernandes, 2008).

Em 1938 a cidade de São Paulo era o centro através do qual passava a grande massa de imigrantes do estado. Tal afluência deu à cidade uma característica acentuadamente cosmopolita, com antagonismos baseados nos conceitos de raça e diferenças culturais.

Para estudar o panorama étnico-racial da cidade de São Paulo sob influência da imigração, Lowrie (1938)⁶³ apresentou para o Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo uma pesquisa para averiguar a origem étnica do paulistano.

Em 1936 o Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo iniciou uma pesquisa sobre os ancestrais (pais e avós) das 1.624 crianças frequentes nos Parques Infantís municipais. Juntou-se à esta pesquisa, à título de comparação, as pesquisas “Biotipologia dos Universitários Paulistas”⁶⁴, estudo relativo aos ascendentes de 501 estudantes da Universidade de São Paulo e a “Pesquisa sobre a Mancha Pigmentária Congênita na Cidade de São Paulo”⁶⁵, um estudo antropológico de 600 crianças nascidas nas seções gratuitas das maternidades da cidade de São Paulo.

Lowrie (1938), com base nestas informações, construiu o seguinte quadro:

Consequentemente, temos informações aproveitáveis concernentes a ancestralidade de grupos originários de três classes sociais relativamente distintas: o grupo superior é representado pelos estudantes da Universidade; a classe trabalhadora, pelas crianças matriculadas nos parques municipais; e a classe semi-dependente, pelos recém-nascidos das seções gratuitas das maternidades. Embora não se possa dizer que os grupos estudados sejam inteiramente representativos das classes de que precedem, não deixa de ter fundamento a suposição de que, até certo ponto, caracterizam essas classes e refletem as diferenças existentes entre elas. (p.197)

Nessa concepção, Lowrie concluiu pela distinção dos três grupos sociais, especialmente os dois primeiros, com vistas aos seguintes fatores: a) como o número de estabelecimentos de ensino superior no Brasil era restrito, supôs que os universitários matriculados na Universidade de São Paulo procedessem de famílias social e economicamente elevadas; b) os parques em questão foram construídos pela municipalidade em três zonas industriais da cidade, portanto, o fato de serem frequentados por filhos de operários coloca este grupo na classe social baixa; outra evidencia foi a observação dos salários dos pais das crianças frequentes nos parques; e c) ainda que as crianças nascidas das seções gratuitas dos

⁶³ Ver: LOWRIE, S. H. *Origem da população da cidade de São Paulo e diferenciação das classes sociais*. Revista do Arquivo Municipal, Nº XXXIX, 1938, p.195-212.

⁶⁴ PAULA SOUZA, R. *Contribuição à Etnologia Paulista*. Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, nº XXXI, 1936, p.95-105.

⁶⁵ SILVA, C. C.; GUIMARÃES, M. S. *Pesquisa sobre a mancha pigmentaria congênita na Cidade de São Paulo*. Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, nº XXXVI, 1936, p.43-70.

hospitais públicos pudessem ser de classes elevadas, o autor considerou tal grupo como semi-dependente, pois havia indícios de que eram as classes trabalhadoras que mais se valiam destes auxílios.

Tabela 05. Nacionalidade dos avós de Grupos Específicos da cidade de São Paulo

Nacionalidade dos Avós	Avós		
	Universitários	Crianças (Parques Municipais)	Recém-nascidos (seções gratuitas)
Brasileiros	60%	21%	48%
Portuguesa	7%	8%	12%
Espanhola	2%	18%	8%
Italiana	20%	39%	19%
Síria	5%	10%	2%
Alemã	1%	1%	2%
Japonesa	1%	0	1%
Outras/Desconhecida	4	1%	8%
TOTAL	100%	100%	100%

Fonte: Lowrie, 1938.

O estudo concluiu pela existência de uma diferença absolutamente clara entre a posição étnica das classes: num extremo se colocam os universitários, como representantes da classe alta, acentuadamente brasileiros, provavelmente descendentes grupos sociais ligados à propriedade (ou a algum outro privilégio) através de várias gerações (Lowrie, 1938). No outro extremo, as crianças nascidas nas seções gratuitas dos hospitais, com uma porcentagem de avós brasileiros um pouco menor do que a encontrada na classe dos universitários. Em contraste com os outros grupos, as crianças dos parques, claramente estrangeiras e representativas dos trabalhadores industriais e comerciais da cidade.

Tomando como referência as duas classes majoritariamente formadas por avós brasileiros (universitários e crianças nascidas nas seções gratuitas dos hospitais) o autor concluiu pela diferença entre estes dois grupos (classe alta e classe baixa) e ressaltou o contraste de cor que cada um deles apresentou. Dos universitários pesquisados, apenas três foram classificados pretos ou pardos, representando aproximadamente 2% da amostra. Assim, na classe superior, 98% da amostra era branca, provavelmente “descendentes dos antigos portugueses, fundamentalmente brancos e/ou pouco misturados com elementos estrangeiros ou negros nas últimas gerações” (Lowrie, 1938, p.203).

Das crianças nascidas nas seções gratuitas dos hospitais, segundo os dados da pesquisa 34% das crianças examinadas foram registradas como tendo “um ou mais de um dos pais ou

avós com alguma mistura de sangue negro” (Lowrie, 1938, p.202) pois eram descendentes, em grande parte, dos antigos escravos e das baixas classes trabalhadoras do Império.

Mesmo com as significativas margens de erro, o estudo foi suficiente para Lowrie (1938) concluir pela hipótese de que “a população de cidade tenda a se diferenciar profundamente em uma classe alta e outra baixa, ambas acentuadamente brasileiras, com um grupo intermediário considerável e indistintamente estrangeiro” (p.205).

Essa análise é importante para aferir que os negros e seus descendentes, na década de 1930 pertenciam às camadas mais pobres da população. Também sugere que a frequência dos negros na escola formal era limitada, tendo em vista a pouca inserção de negros na Universidade. Lowrie (1938) aponta para a existência de desigualdades econômicas e raciais entre negros e brancos na cidade de São Paulo.

De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano – Brasil 2005⁶⁶ desigualdades raciais são disparidades de desenvolvimento humano entre grupos raciais e étnicos e, no caso brasileiro, foram construídas historicamente pela ausência de políticas sociais direcionadas aos descendentes de escravos após a libertação:

Não apenas de renda, mas pobreza humana (...) enquanto a pobreza de renda pode ser medida pela insuficiência de rendimentos monetários, medidas indiretas podem inferir a pobreza humana, como falta de acesso ou acesso deficiente a bens, infra-estrutura e serviços públicos – água potável, saneamento, saúde, educação, energia, comunicações – necessários para o sustento de capacidades humanas básicas. (Relatório de Desenvolvimento Humano – Brasil 2005, p.57)

Outros estudos desenvolvidos na década de 1930, igualmente publicados pelo Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo nos dão informações de que, para resistir à pobreza e ao abandono, os negros criaram formas de resistência, por meio do

⁶⁶ O Relatório de Desenvolvimento Humano Brasil é uma publicação anual do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e realiza uma avaliação crítica do progresso dos países em direção aos Objetivos do Milênio propostos pela Organização das Nações Unidas – ONU, com base nos números do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Na sua edição de 2005 analisou as desigualdades raciais brasileiras em áreas como renda, educação, saúde, emprego, habitação e violência, e concluiu que os negros estão em situação pior em todos os indicadores. Ver: PNUD BRASIL. Relatório de Desenvolvimento Humano - Brasil 2005. Brasília, DF, 2005.

associativismo. Quem defendeu esta hipótese foi Artur Ramos (1938)⁶⁷, em estudos desenvolvidos na cidade de São Paulo. Diz o autor:

O negro, no Brasil, procurou muitas vezes pagar com o trabalho a sua própria alforria. Este esforço tornou-se coletivo. E então surgiram as confrarias, as irmandades, as juntas, isto é, reuniões de negros que, além de outros objetivos, se quotizavam para os fundos de alforria. (...) Restam, porém, outras reivindicações de ordem econômica e cultural. E aqui é que subsistem alguns preconceitos. O negro sente que algumas oportunidades lhe são recusadas. A curiosidade científica o impulsiona ao exame dos seus próprios problemas étnicos e culturais. E é neste sentido que se têm fundado algumas Sociedades negras, no Brasil contemporâneo, como o Centro Cívico Palmares (1920-1926), a Frente Negra Brasileira (1931-1937), a União Negra Brasileira, com sede em São Paulo, a Frente Negra Pelotense, o Centro de Cultura Afro-Brasileira, de Recife, fundados por negros e mulatos brasileiros (Ramos, 1938, p.109-125)

Nesse mesmo sentido Gonçalves (2000)⁶⁸ compartilhou a hipótese de que o associativismo negro na primeira metade do século XX foi combativo à pobreza e a exclusão social do negro, e chamou a atenção para o fato do movimento negro criar organizações de luta no mesmo período em que a classe operária ampliava a suas ações. Os negros contavam com a solidariedade da classe, e as associações negras surgiram, na realidade, como entidades “benéficas” e de “mútuo socorro”. Segundo Gonçalves (2010) o assistencialismo predominava em associações como “ ‘Flor de Maio’, em São Carlos, ‘José do Patrocínio’, em Rio Claro, ‘Luiz Gama’, em Jundiá; e, ainda, ‘Organização de Cultura e Beneficência Jabaquara’ e ‘Sociedade Benéfica 13 de Maio’ ambas em São Paulo” (p.338).

Foram análises como essas que me fizeram repensar o papel da educação para a população negra nas primeiras décadas do século XX. Insisto na hipótese de que a pobreza e o abandono dos negros eram *reais*, porém, não podemos considerá-los *absolutos*. Na medida em que a cidade de São Paulo expandia-se rumo à “modernidade” e surgiam as classes sociais intermediárias, predominantemente imigrante, acirravam-se, por conseguinte,

⁶⁷ RAMOS, A. *O espírito Associativo do Negro Brasileiro*. Revista do Arquivo Municipal. Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo, Ano IV, vol. XLVII, São Paulo, maio, 1938, pp. 105-126.

⁶⁸ GONÇALVES, L. A. O. *Negros e Educação no Brasil*. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L.; VEIGA, C. G. 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

os conflitos entre as classes e as tensões raciais. É nesse sentido que os negros articularam estratégias para a conscientização de seus pares, e a resistência foi programada para utilizar-se das mesmas armas dos brancos: educação e instrução profissional.

2.2. Os negros na cidade: a luta pela expansão de direitos

Fui ver pretos na cidade/ que quisessem trabalhar./ Falei com esta humildade/ - Negros, querem trabalhar?/ Olharam-me de soslaio, / E um deles, feio, cambaio,/ Respondeu-me arfando o peito:/ - Negro, não há mais não./ Nós tudo hoje é cidadão./ O branco que vá pro eito. (O Monitor Campista, 28/03/1888)

Estudos sobre a cidade de São Paulo indicam que a resistência e a luta pela igualdade de direitos possuíram bases consolidadas e afirmativas desde o período da escravatura. Escravos e escravas conceberam e puseram em prática inúmeras formas reativas e preventivas contra a opressão dos senhores (ainda que em condições desfavoráveis) como as ações em grupos: as rebeliões, insurreições e quilombos⁶⁹, que imprimiram fortes marcas no período escravocrata. Deste modo, foi possível aferir que os anos que antecederam a Lei Áurea os movimentos abolicionistas⁷⁰ e as alforrias conquistadas por força da lei⁷¹ denunciam o vigor e a abrangência da luta pela liberdade.

O fim do cativo e a República promoveram uma mudança nas categorias e identidades sócio-culturais que construíam a ordem no meio rural: senhores, escravos, homens nascidos livres deixaram de existir e novas identidades sociais precisavam ser construídas, transformando as relações humanas em campos de disputa, pois nelas se inseriam novas relações de poder.

O poema publicado no jornal “O Monitor Campista” em 1888⁷² reflete a mudança de mentalidade e a luta travada na definição das novas identidades sociais no período pós-

⁶⁹ Ver os aspectos organizativos e políticos dos quilombos em: MOURA, C. *Quilombos: resistência ao escravismo*. São Paulo: Ática, 1987.

⁷⁰ Guimarães analisa que a ordem escravocrata convivia com um número significativo de alforrias; com isso pretos e pardos livres conquistaram novos espaços na sociedade escravocrata. Ver: GUIMARÃES, A. S. A. *Como trabalhar com raça em sociologia*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p.93-107, jan./jun. 2003.

⁷¹ A autora realiza uma análise cuidadosa das cartas de liberdade registradas na cidade de São Paulo no século XIX e revela, nas entrelinhas dos discursos concessivos e filantrópicos dos senhores, os aspectos da luta dos escravos pela conquista da liberdade. Ver: BERTIN, E. *Alforrias na São Paulo do século XIX: liberdade e dominação*. São Paulo: Humanitas, 2004.

⁷² CASTRO, H. M. M. *Das cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil século XIX*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.

abolição na zona rural. O termo “negro” parece significar “escravo”; já o termo “cidadão”, ainda que não tenha naquele período o mesmo significado social atualmente estabelecido (com a formação do conceito de Nação, “cidadão” é a representação do indivíduo que possui os direitos e deveres estabelecidos pela Lei na sua relação com a sociedade), pode representar o homem “livre”. Logo, renegando a identidade de escravo (“negro, não há mais não”) há uma representação da luta dos negros em se estabelecerem como homens livres. Esta preposição simboliza uma série de conflitos e tensionamentos na luta negra pelo direito à liberdade e direitos sociais.

Passados os momentos de “loucuras da liberdade”, muitos dos libertos pretenderam retornar às antigas fazendas. Onde os senhores não dispunham de outra mão-de-obra, eles foram readmitidos, na condição de assalariados. Nas regiões em que viviam muitos imigrantes, porém, os senhores substituíram os trabalhadores negros por trabalhadores brancos.

Wissenbach (1998)⁷³ buscou compreender a maneira que os negros sobreviveram na região urbana da cidade de São Paulo ainda na segunda metade do século XIX e concluiu que houve uma confluência de atividades produtivas e funções relacionadas ao abastecimento e serviços. Ainda que não houvesse um mercado de trabalho formalmente constituído, o século XIX caracterizou-se pela coexistência de formas de trabalho compulsório com formas de trabalho remunerado, promovendo um convívio entre escravos, tutelados, africanos livres agenciados, negros livres e imigrantes. Sendo assim, havia uma quantidade significativa de trabalhadores nacionais⁷⁴ na cidade de São Paulo no período da transição do modelo escravista para o trabalho livre.

Além do trabalho agenciado, as fontes que relatam as origens da industrialização em São Paulo apontam a existência de indústrias no século XIX, ainda que estas experiências fossem bastante diversas daquelas configuradas no século seguinte. Prado Junior (2008)⁷⁵ fez a seguinte análise da indústria paulista:

⁷³ WISSENBAACH, M. C. *Sonhos africanos, vivências ladinas*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

⁷⁴ Trabalhadores nacionais, à época, é o termo que denomina os negros e pardos livres; pessoas da “ralé”; homens brancos a rigor dispensáveis, desvinculados dos processos essenciais à sociedade; colonos. O termo “negro livre” se refere ao conjunto amplo de pessoas que deixaram de ser cativos: forros, aquilombados, os nascidos livres, os fugidos que viviam na clandestinidade e até mesmo os africanos livres. Ver: FRANCO, M. S. C. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Kairós, 1983.

⁷⁵ Ver: PRADO JUNIOR, C. *História Econômica do Brasil*. 49ª reimpressão da 1ª edição de 1945. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

Entre 1890 e 1895 serão fundadas 425 fabricas, com inversão de mais de 200 mil contos (...). Em 1907 realiza-se o primeiro censo geral e completo das indústrias brasileiras. Serão encontrados 3.258 estabelecimentos industriais e empregando 150.841 operários. Quanto à distribuição geográfica da indústria, 33% da produção cabia ao Distrito Federal (capital da República, a que se podem acrescentar os 7% do estado do Rio de Janeiro, vizinho e formando geograficamente na mesma unidade); 16% a São Paulo e 15% ao Rio Grande do Sul. Nenhum outro estado alcançará 5%. (...) Seria particularmente notável o caso de São Paulo que se tornaria logo o maior produtor do país, com a grande parcela de 40% do total. (Prado Junior, 2008, p.260)

O quadro histórico da industrialização paulista pode ter agilizado a transição entre a escravidão e as formas livres de trabalho, especialmente no centro urbano onde a indústria arregimentava mão-de-obra entre os nacionais pobres da cidade e os primeiros imigrantes europeus.

Para Jacino (2006)⁷⁶ houve uma quantidade significativa de trabalhadores negros livres na cidade de São Paulo e esses exerceram variadas profissões, desde as mais simples até as mais sofisticadas. O autor estima, com base no Recenseamento Geral do Império de 1872, 7.851 pretos e pardos livres na cidade de São Paulo “que de alguma maneira vendiam a sua força de trabalho para sobreviver” (p.41). Assim, negros livres aos poucos conquistavam um espaço de liberdade na cidade, distante da sujeição e da dependência do “senhor”, desenvolvendo relações de solidariedade, reencontro e formação de grupos familiares.

No século XX, conforme os bairros se redefiniam, aumentava a gama de atividades de produção, circulação e consumo que constituíam novos setores de serviços como água, luz, esgoto, transportes, limpeza pública e comércio. A maior parte desses serviços, especialmente água, esgoto e limpeza urbana, eram feitos por trabalhadores em serviços externos, quase sempre em jornadas noturnas, sem a necessidade de qualificação. Em sua maioria eram trabalhos temporários, diários, não havendo a possibilidade de trabalhadores serem funcionários municipais e gozarem de benefícios e da regularidade de trabalho. Essa sociedade do trabalho livre inaugurou técnicas para diferenciar seus indivíduos, pois as posições sociais já não seriam determinadas pelo nascimento, mas sim por competição. Os

⁷⁶ JACINO, R. *O trabalho do negro livre na cidade de São Paulo (1872-1890)*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

negros, nesse contexto, exerciam funções braçais (carregadores, agricultores, ajudantes, serventes, pedreiros, quitandeiras, engomadeiras, cocheiros) e trabalhos semiqualeificados (barbeiros, sapateiros, alfaiates, ferreiros, domésticos, artesãos, tropeiros), pois essa era a forma de diferenciá-los, uma vez que agora gozavam da condição de juridicamente livres.

Nas primeiras décadas do século XX a cidade de São Paulo passou por um processo de crescimento do parque industrial. Os salários baixavam sistematicamente, e permitiram à indústria o benefício do baixo custo da mão-de-obra. Vale a pena destacar que a exploração da mão-de-obra feminina e infantil, apesar do recenseamento de 1920 apontar um índice de 30%, perpassava o índice de 50% do total de operários assalariados, o que contribuiu para o declínio dos salários dos homens adultos.

Para completar o quadro do trabalho na cidade de São Paulo, Decca (1987)⁷⁷ informa que os trabalhadores urbanos sofriam as condições das longas jornadas diárias e dos baixos salários. Adultos e crianças, por vezes menores de 12 anos, moravam em residências insalubres, alimentavam-se deficientemente e vestiam-se precariamente; poucas famílias operárias tinham casas próprias, a maioria vivia em casas de aluguel em habitações coletivas, vilas, cortiços e porões.

O processo de inclusão do trabalhador negro caracteriza-se por uma absorção lenta, em ocupações humildes e mal-remuneradas. A partir de 1930, em particular durante a II Guerra Mundial, a cidade de São Paulo passou por um processo de desenvolvimento sem paralelo na história econômica moderna dos países latino-americanos e as empresas tiveram que apelar, em grau maior ou menor, para o trabalho de pessoas não-qualificadas e não-escolarizadas. (Fernandes, 2008 p.78).

Para exemplificar, o Censo de 1940 aponta a presença de negros e mestiços em quase todos os setores profissionais da cidade de São Paulo. Em relação a esta constatação, não se pode esquecer que a especificidade histórica do estado de São Paulo impunha um baixo nível educacional ao negro e, conseqüentemente, esta condição educacional limitava sua competição com o trabalhador imigrante no processo de expansão industrial paulista. O negro ainda tinha contra si o antigo *estigma da servidão* e as ocupações manuais eram associadas à sua figura e à marca permanente da sua cor de pele.

⁷⁷ DECCA, E. *O nascimento das fábricas*. 5ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

Contrariamente ao que postulou Gilberto Freyre em 1930, Roger Bastide e Florestan Fernandes⁷⁸ defenderam a existência da desigualdade entre brancos e negros em São Paulo, bem como a permanência de um sistema excludente e perverso na integração do negro à sociedade capitalista. Por meio de entrevistas e observação direta, verificaram que a indústria paulista propiciou a aceitação do segmento social negro em diversas atividades econômicas desde manuais até as administrativas e burocráticas, porém a ascensão social era lenta.

Concomitantemente, processou-se a transformação da mentalidade econômica do segmento negro, pois as polarizações sociais acentuavam a importância da alfabetização e da aprendizagem sistemática das profissões, reconhecendo as vantagens da especialização profissional na competição por vagas de trabalho. Outrossim, também demonstram uma perspectiva realista na escolha das profissões, e orientam a conduta deste segmento em um sentido competitivo “animando-os a disputar com os brancos as ocupações em que só eram admitidos, no passado, por exceção” (Bastide & Fernandes, 2008 p.79).

A competição por vagas de trabalho pelo segmento negro surgiu da incorporação dos ideais urbanos. Houve uma impulsão psicossocial que dependeu, em parte, pelo surgimento das novas oportunidades econômicas e da possibilidade de assalariamento.

A garantia de colocação, a vigência do “salário mínimo”, o aumento natural dos níveis de rendas, as facilidades concedidas pela expansão do sistema de vendas a crédito (de utilidades, de terrenos e de casas) se refletiram também no padrão de vida do negro da cidade e em seus ideais de segurança econômica. O abandono dos “cortiços”, o cuidado na apresentação pessoal (em particular, com o vestuário), o conforto na vida doméstica, a educação dos filhos, a posse de bens econômicos (inclusive imóveis) são preocupações que já se fazem sentir com muito vigor em diversas camadas da população de cor em São Paulo. Tais preocupações alimentam e dão corpo a aspiração de “melhorar economicamente”, de “subir de posição”, e redundaram na disposição de competir com o branco, de usufruir com ele, em condições de igualdade, as garantias sociais proporcionadas pelo trabalho livre. (Bastide & Fernandes, 2008 p.80).

⁷⁸ Ver: BASTIDE, R. FERNANDES, F. *Branco e Negro em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana*. 4ª Edição Revisada. São Paulo: Global, 2008. FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1964.

A participação do segmento negro na vida econômica urbana pode ser observada nas tabelas produzidas por Bastide & Fernandes (2008), que forneceram dados relevantes sobre a participação do negro na vida econômica em São Paulo.

Tabela 06. Município de São Paulo
Distribuição da população de 10 anos e mais, segundo ramos de atividade principal com
discriminação do sexo e da cor (cf. Recenseamento de 1940)

Ramo de Atividade Principal	HOMENS					MULHERES				
	Brancos	Pardos	Pretos	Amarelos	Total	Brancas	Pardas	Pretas	Amarelas	Total
Agricultura, Pecuária, etc.	11.342	535	736	1.434	14.047	530	23	41	168	762
Indústrias Extrativas	1.755	154	192	63	2.164	69	11	9	1	90
Indústrias de Transformação	162.750	5.087	7.697	704	176.238	48.946	1.488	1.620	73	52.127
Comércio de Mercadorias	73.758	1.119	1.462	1.030	77.369	7.457	103	96	97	7.753
Comércio de Valores, etc.	9.983	114	107	65	10.269	743	5	2	8	758
Transportes e Comunicações	26.444	1.285	1.821	64	29.614	1.380	24	12	2	1.418
Adm. Pública, Justiça e Ensino Público	20.908	1.272	1.639	41	23.860	7.396	146	93	4	7.639
Defesa Nacional e Segurança Pública	10.894	1.265	924	11	13.094	170	27	11		208
Prof. Liberais, Ensino Particular, Culto	12.051	235	148	211	12.645	4.695	67	49	40	4.851
Serviços e Atividades Sociais	37.554	1.367	1.882	703	41.506	23.286	1.356	1.778	182	26.602
Atividades Domésticas e Escolares	71.134	1.972	2.558	1.114	76.778	376.020	15.648	24.655	3.833	420.156
Inativos	39.288	1.631	2.231	404	43.554	14.865	855	1.263	184	17.167
TOTAL	477.861	16.036	21.397	5.844	521.138	485.557	19.753	29.629	4.592	539.531

Fonte: Bastide e Fernandes, 2008.

A Tabela 06 demonstra o processo de inserção econômica do segmento negro no processo de desenvolvimento econômico da cidade de São Paulo. Obstante os números indicarem que a maioria das vagas de trabalho era ocupada pelos indivíduos de cor branca, aproximadamente 8% das vagas eram ocupadas por indivíduos pardos e pretos e 9% das vagas eram ocupadas por mulheres pardas e negras.

Tabela 07. Município de São Paulo
Distribuição da população de 10 anos e mais, segundo ramos de atividade principal com
discriminação do sexo e da cor (cf. Recenseamento de 1940)

RAMO DE ATIVIDADE PRINCIPAL E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	HOMENS				MULHERES			
	Branco	Pardos	Pretos	Amarelos	Branca	Pardas	Pretas	Amarelas
Agricultura, Pecuária, etc.	11.342	535	736	1.434	530	23	41	168
Empregador	817	5	1	99	43	2	-	1
Empregado	5.083	391	597	290	211	18	27	21
Autônomo	4.624	123	115	724	125	-	5	27
Membro Família	767	10	19	317	131	1	7	114
Posição Ignorada	51	6	4	4	20	2	2	5

Fonte: Bastide e Fernandes, 2008.

Realizada a análise da Tabela 07 por ramo de atividade, verifica-se que aproximadamente 10% de pardos e pretos ocupavam funções na Agricultura e Pecuária, a maior parte operando como empregados ou autônomos. No universo feminino, aproximadamente 8,4 % de pardas e negras exerciam funções nesta área, majoritariamente como empregadas.

Tabela 08. Município de São Paulo
Distribuição da população de 10 anos e mais, segundo ramos de atividade principal com
discriminação do sexo e da cor (cf. Recenseamento de 1940)

RAMO DE ATIVIDADE PRINCIPAL E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	HOMENS				MULHERES			
	Branco	Pardos	Pretos	Amarelos	Branca	Pardas	Pretas	Amarelas
Indústria Extrativas	1.755	154	192	63	69	11	9	1
Empregador	55	-	-	-	4	-	-	-
Empregado	1.359	138	172	32	54	11	9	-
Autônomo	283	12	17	19	1	-	-	-
Membro Família	42	4	3	12	6	-	-	-
Posição Ignorada	16	-	-	-	4	-	-	1

Fonte: Bastide e Fernandes, 2008.

A Tabela 08 demonstra que 15% de pardos e pretos ocupavam funções na Indústria Extrativa, seja de origem mineral (exploração de minerais), animal (peles, carne, óleos), ou vegetal (madeiras, folhas, frutos...) a maioria como empregado (18% do total de empregados). Cerca de 22% de mulheres negras e pardas exerciam funções nessa indústria, somente como empregadas.

Tabela 09. Município de São Paulo
Distribuição da população de 10 anos e mais, segundo ramos de atividade principal com
discriminação do sexo e da cor (cf. Recenseamento de 1940)

RAMO DE ATIVIDADE PRINCIPAL E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	HOMENS				MULHERES			
	Branco	Pardos	Pretos	Amarelos	Branco	Pardas	Pretas	Amarelas
Indústria de Transformação	162.750	5.087	7.697	704	48.946	1.488	1.620	73
Empregador	5.798	19	10	56	114	1	2	1
Empregado	147.085	4.877	7.371	533	47.957	1.452	1.579	66
Autônomo	8.935	170	298	101	377	6	18	2
Membro Família	716	12	7	10	132	1	5	3
Posição Ignorada	216	9	11	4	366	28	16	1

Fonte: Bastide e Fernandes, 2008.

A Tabela 09 demonstra que 7,25 % de homens pardos e pretos ocupavam funções na Indústria de Transformação, como empregados e autônomos em sua maioria, em geral em empresas de fabricação de calçados, tecidos, máquinas e equipamentos. Por volta de 6% de mulheres pardas e pretas exerciam atividades na área, a maioria como empregada.

Tabela 10. Município de São Paulo
Distribuição da população de 10 anos e mais, segundo ramos de atividade principal com
discriminação do sexo e da cor (cf. Recenseamento de 1940)

RAMO DE ATIVIDADE PRINCIPAL E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	HOMENS				MULHERES			
	Branco	Pardos	Pretos	Amarelos	Branco	Pardas	Pretas	Amarelas
Comércio de Mercadorias	73.758	1.119	1.462	1.030	7.457	103	96	97
Empregador	5.551	22	15	90	144	2	-	4
Empregado	43.645	898	1.212	563	5.692	81	75	61
Autônomo	23.077	185	212	346	950	14	15	15
Membro Família	1.299	8	16	28	506	5	6	15
Posição Ignorada	186	6	7	3	165	1	-	2

Fonte: Bastide e Fernandes, 2008.

A Tabela 10 demonstra que 3% de homens e 2,5% de mulheres pardos e pretos desenvolviam atividades de comércio de mercadorias. Este baixo índice de participação da população negra na área, comparada com as demais atividades, pode indicar que os proprietários que atuavam nas atividades agrícolas ligadas à plantação de cana-de-açúcar e café também agiam nas atividades de comércio, exportação e importação de mercadorias. Atesta ainda que os imigrantes que chegaram a São Paulo com algum recurso lançaram-se às especulações financeiras, movimentando negócios comerciais, bancários, imobiliários e industriais, como observou Prado Junior (2008):

Outra fonte importante de acumulação capitalista no Brasil tem sua origem nos próprios lucros diretos e normais da indústria e do comércio (...). Este será o caso, em particular, de imigrantes estrangeiros, colocados em situação social que lhes permitia tal regime de vida. Efetivamente, a maior parte da indústria brasileira encontrou-se logo nas mãos de adventícios de recente data ou seus sucessores imediatos – os Matarazzo, Crespi, Jaffet, Pereira Ignácio etc. (Prado Junior, 2008, p.265).

À margem do grande surto comercial e industrial, as tabelas demonstram que os poucos negros que dispunham de alguns bens raramente cogitaram em explorá-los em um sentido capitalista, como fizeram os imigrantes e seus descendentes.

Tabela 11. Município de São Paulo
Distribuição da população de 10 anos e mais, segundo ramos de atividade principal com
discriminação do sexo e da cor (cf. Recenseamento de 1940)

RAMO DE ATIVIDADE PRINCIPAL E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	HOMENS				MULHERES			
	Branco	Pardos	Pretos	Amarelos	Branco	Pardas	Pretas	Amarelas
Comércio de Valores	9.983	114	107	65	743	5	2	8
Empregador	232	-	-	1	6	-	-	-
Empregado	7.298	95	93	47	692	5	2	8
Autônomo	2.418	19	14	17	42	-	-	-
Membro Família	21	-	-	-	2	-	-	-
Posição Ignorada	14	-	-	-	1	-	-	-

Fonte: Bastide e Fernandes, 2008.

Igualmente ao setor de comércio de mercadorias, a Tabela 11 demonstra que poucos pardos e pretos atuaram no comércio de valores, na porcentagem de aproximadamente 2%, exclusivamente como empregados e autônomos. Para as mulheres pardas e pretas, esta participação foi ainda menor: aproximadamente 0,9%. Este dado comprova a dificuldade do segmento negro penetrar nos setores que exigiam investimentos de grandes capitais.

Tabela 12. Município de São Paulo
Distribuição da população de 10 anos e mais, segundo ramos de atividade principal com
discriminação do sexo e da cor (cf. Recenseamento de 1940)

RAMO DE ATIVIDADE PRINCIPAL E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	HOMENS				MULHERES			
	Branco	Pardos	Pretos	Amarelos	Branco	Pardas	Pretas	Amarelas
Transportes e Comunicações	26.444	1.285	1.821	64	1.380	24	12	2
Empregador	190	1	3	1	-	-	-	-
Empregado	21.554	1.207	1.709	39	1.334	21	9	1
Autônomo	4.584	71	98	24	28	1	2	1
Membro Família	69	3	1	-	2	-	-	-
Posição Ignorada	47	3	10	-	16	2	1	-

Fonte: Bastide e Fernandes, 2008.

A Tabela 12 demonstra que 10,5 % de homens pardos e pretos ocupavam funções na área de transportes e comunicações. Cerca de 2,5% de mulheres pardas e pretas ocupavam postos no setor; observa-se que as mulheres, de uma maneira geral, sejam brancas, pardas, pretas ou amarelas, pouco atuavam nesta área.

Tabela 13. Município de São Paulo
Distribuição da população de 10 anos e mais, segundo ramos de atividade principal com
discriminação do sexo e da cor (cf. Recenseamento de 1940)

RAMO DE ATIVIDADE PRINCIPAL E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	HOMENS				MULHERES			
	Branco	Pardos	Pretos	Amarelos	Branco	Pardas	Pretas	Amarelas
Serviços Atividades Sociais	37.554	1.367	1.882	703	23.286	1.356	1.778	182
Empregador	1.775	11	11	78	230	6	7	5
Empregado	22.807	919	1.272	369	10.736	602	840	94
Autônomo	11.778	266	390	198	10.887	666	837	59
Membro Família	416	3	2	49	461	8	14	17
Posição Ignorada	778	168	207	9	972	74	80	7

Fonte: Bastide e Fernandes, 2008.

Na área de serviços e atividades sociais, segundo a Tabela 13, exerciam atividades 8,6% de pardos e pretos como empregados e 5,1% como autônomos. Mulheres pardas e pretas constituíam 11,7% como empregadas e 12% como autônomas, comprovando uma atuação significativa dessas mulheres no setor.

Tabela 14. Município de São Paulo
Distribuição da população de 10 anos e mais, segundo ramos de atividade principal com
discriminação do sexo e da cor (cf. Recenseamento de 1940)

RAMO DE ATIVIDADE PRINCIPAL E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	HOMENS				MULHERES			
	Branco	Pardos	Pretos	Amarelos	Branco	Pardas	Pretas	Amarelas
Profissões Liberais, Ensino, Particular, Cultos	12.051	235	148	211	4.695	67	49	40
Empregador	264	3	2	6	38	-	-	-
Empregado	5.945	163	109	162	2.545	47	38	31
Autônomo	5.373	49	25	38	966	13	5	6
Membro Família	26	-	-	-	48	1	-	-
Posição Ignorada	443	20	12	5	1.098	6	6	3

Fonte: Bastide e Fernandes, 2008.

A Tabela 14 demonstra que 3% de pardos e pretos ocupavam funções liberais, sendo, na sua maioria, empregados e autônomos. Apenas 2,3% de mulheres pardas e pretas exerciam atividades nesse setor, quase que exclusivamente como empregadas e autônomas.

Tabela 15. Município de São Paulo
Empregados domésticos segundo o sexo e a ocupação. População de 10 anos e mais.
(Cf. Recenseamento de 1940)

GRUPO DE COR	HOMENS					MULHERES				
	População de 10 anos e mais		Empregados domésticos			População de 10 anos e mais		Empregados domésticos		
	Número absoluto	Percentua	Número absoluto	Percentua	Proporção por 100 hab. Em cada grupo de cor	Número absoluto	Percentua	Número absoluto	Percentua	Proporção por 100 hab. Em cada grupo de cor
Branco	477.861	91.69 %	4.011	80,53 %	0,84	485.557	90.00 %	22.010	58.92 %	4,53
Pardos	16.036	3.08 %	327	6.56 %	2,04	19.753	3.66 %	4.663	12.48 %	23,61
Pretos	21.397	4.11 %	552	11.08 %	2,58	29.629	5.49 %	10.501	28.11 %	35,44
Amarelos	5.844	1.12 %	91	1.83 %	1,56	4.592	0.85 %	183	0.49 %	3,99
TOTAL	521.138	100 %	4.981	100 %	0,96	539.531	100 %	37.357	100 %	6,92

Fonte: Bastide e Fernandes, 2008.

O Censo de 1940 demonstrou trabalhadores negros (com 10 anos ou mais) exercendo atividades em empresas ou estabelecimentos, em praticamente todas as esferas da vida econômica do município de São Paulo. Também comprovou as análises anteriores: as atividades que mais absorveram a mão-de-obra negra foram aquelas ligadas às atividades domésticas: 17,6% de homens pardos e pretos e 41% mulheres pardas e pretas foram contratados como empregados domésticos, conforme Tabela 15.

Outros setores que apresentaram proporções significativas de trabalhadores negros foram: a indústria extrativa, com 15% de trabalhadores pardos e pretos, e a agricultura/pecuária, com 10% de trabalhadores pardos e pretos.

Os índices de distribuição de ocupações também põem em evidência a constituição da população economicamente ativa da cidade: a proporção é de 8 negros para 91 brancos, aproximadamente, conforme os resultados do Censo de 1940. Entretanto, estes dados comprovam que nas primeiras décadas do século XX os negros já davam os primeiros sinais de organização para melhorar as condições socioeconômicas na já complexa metrópole paulistana.

O quadro de atividades profissionais e a inserção do negro podem ser problematizados com as impressões dos memorialistas da cidade, como o tipógrafo Antonio Egydio Martins (1863-1922)⁷⁹, que pesquisou nos antigos recenseamentos e demais documentos da Repartição de Estatística e Arquivo do Estado a crônica da cidade de São Paulo. Em seus escritos sobre a cidade, publicados entre os anos de 1905 a 1910 nas colunas do *Diário Popular* e posteriormente reunidos em livros publicados nos anos de 1911 (primeiro volume) e 1912 (segundo volume), o autor registrou informações relevantes sobre a cidade e seus personagens. Martins revelou uso e costumes da cidade desaparecida e reconstituiu o trajeto dos negros pela cidade, caracterizando algumas funções desempenhadas pelas negras africanas, como vendedeiras de doces e quitandeiras, assim como suas manifestações culturais, nos territórios de maioria negra:

A mesma Igreja da Misericórdia, que se ignora quem foi seu fundador, já existia em 1703, e nas escadarias de pedra de cantaria que em frente a ela existiam, era o lugar onde se estacionavam, antigamente, à noite, para vender a sua quitanda, as vendedeiras de doces, biscoitos de polvilho, bolos de milho socado ou de mandioca puva, pastéis de farinha de milho ou de trigo, saborosos cuscuz de bagre e de camarão de água doce, empadas de piquira ou lambari, peixe frito, pinhão quente, amendoim torrado, pequenos pedaços de quindungo (amendoim torrado e socado com pimenta comari e sal) e pé-de-moleque com farinha de andioca e amendoim, os quais eram expostos à venda em pequenos tabuleiros de madeira forrados com alvas toalhas e no centro deles, para alumiar, era colocada uma lanterna de folha de Flandres

⁷⁹ MARTINS, A. E. *São Paulo Antigo. 1554 a 1910*. Editora Paz e Terra, 2003.

com uma vela de sebo acesa. As quitandeiras que em altas vozes apregoavam a sua quitanda eram na sua maioria escravas de várias famílias, que então viviam desse gênero de negócio. (Martins, 2003, p. 285).

Ao longo do período de 1890 a 1925 as intervenções municipais⁸⁰ transformaram a configuração urbanística da área central. A saúde pública visava aplicar os recentes conhecimentos médicos e solucionar os problemas higiênicos da cidade, entre eles, a ausência de sistemas de água tratada e esgotos, a presença de lixo e de animais mortos nas ruas, a transmissão de doenças através do ar (“teoria dos miasmas”), a falta de insolação das construções, as precárias condições de vida nas habitações coletivas e operárias. Dessa forma, no limiar do século XX, e em nome do progresso, demoliram-se as igrejas e as antigas construções colônias erguidas a “taipa de pilão”.

Na virada do século XX os distritos de Santa Efigênia e Sé apresentavam a maior porcentagem de negros, num momento em que São Paulo se “italianizava” rapidamente e a população negra representava menos de 10% da população total. Tomando como base as leis de zoneamento e urbanização da cidade de São Paulo, Rolnik (1997)⁸¹, também constatou negros localizados principalmente nos distritos da Sé, Santa Efigênia, Paredão dos Piques (Liberdade) e nos largos e várzeas do Carmo. Ocupavam-se das atividades de cozinheiros, praças (condutores dos bondes puxados a burro), domésticos, pedreiros, oficiais (ferreiros), pintores, alfaiates, praças da polícia, trapeiros, vendedores e carregadores.

Identificando nas áreas de concentração territorial deste grupo étnico as possibilidades de trabalho, Rolnik (1997) concluiu que esta população negra sobrevivia “às bordas e atrás” dos setores brancos e ricos, e tiravam vantagens da proximidade com as casas luxuosas, um dos maiores mercados de trabalho para os negros. Também inferiu que nesses bairros, ou em parte deles, os negros associavam-se em instituições étnicas com funções religiosas, beneficentes, culturais, comerciais, como casas de dança, clubes sociais e escolas.

⁸⁰ Na cidade de São Paulo, os debates sobre a “cidade salubre” iniciam-se na Escola Politécnica, fundamentando-se nas teses dos primeiros congressos internacionais de higiene. As primeiras intervenções de âmbito saneador são aplicadas pelo Serviço de Obras Públicas no período de 1889 a 1925, sob a gestão de Victor da Silva Freire, lente catedrático da Escola Politécnica e também diretor da repartição municipal. Ver: DEAECTO, M.M. *Entre Rendas e Pince-nez: a dinâmica do Centro de São Paulo - Comércio e Vida Urbana: combinação estimulante, síntese do desenvolvimento vertiginoso da capital paulista no limiar do século XX*. Revista Cultura e Extensão. Universidade de São Paulo, São Paulo, vol. 08, novembro de 2012.

⁸¹ ROLNIK, R. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1997.

A rua, enquanto área pública, compunha um dos espaços de troca, cultura, experiência, trabalho e relacionamentos dessa população, que era constantemente submetida à intervenção policial. O controle social aumentou à medida que crescia o índice demográfico e urbano na cidade. Nos anos iniciais do século XX as regiões mais policiadas eram a Sé, Santa Ifigênia, Brás e Consolação. Para Fausto (2001)⁸² a preocupação das autoridades era com relação ao problema da chamada “vadiagem ou ociosidade”, que representavam atitudes reprováveis, prejudiciais à imagem da cidade moderna e civilizada que se buscava construir naquele momento. A prisão de sujeitos considerados infratores eram causadas pelas acusações de embriaguez, ociosidade, vadiagem, desordem e prostituição, porém a questão maior que emerge nesta intervenção relaciona-se ao trabalho - ou à falta dele.

Assim, as primeiras décadas do século XX representaram a “reelaboração” do lugar do trabalho, do trabalhador e das raças. Mediante a visão de que o “trabalhador nacional” era um sujeito a ser produzido, o pressuposto que a educação poderia intervir no destino dos pobres, formando trabalhadores prontos para o grande impulso de modernização da nação, ganha força e maior número de adeptos.

E é nesse contexto que a formação do cidadão negro se deu, evidentemente, com conflitos. A afirmação da igualdade pela força da lei Áurea foi negada na prática, mas as experiências anteriores de liberdade e a convivência em áreas de concentração do grupo étnico negro, seja para trabalho, seja para moradia, seja para a participação em associações com funções beneficentes, são experiências que demonstram uma luta articulada pela expansão de direitos.

⁸² FAUSTO, B. *Crime e cotidiano: criminalidade em São Paulo 1880-1924*. São Paulo, EDUSP, 2001.

2.3. Escolarização de negros em São Paulo: entre pareceres e reformas

Entre convergências e divergências a população negra se articulava na conquista de novos espaços na estrutura do poder. A educação formal estava na pauta e no limiar dessas disputas, associada à admissão do indivíduo na sociedade mais ampla e à possibilidade de mobilidade social.

Os dados do Censo Estadual do Estado de São Paulo (Tabela 16) despertam algumas incertezas sobre a questão da alfabetização na capital. Em 1920 foram declaradas 337.702 pessoas “sabendo ler e escrever” e 241.331 foram declaradas pessoas “não sabendo ler e escrever” (58,3% do total da população e 41,6% do total da população, respectivamente).

Em 1934 foram declaradas 691.765 pessoas “sabendo ler e escrever” e 341.437 pessoas “não sabendo ler e escrever” (67% do total da população e 33% do total da população, respectivamente).

Tabela 16. População da Cidade de São Paulo segundo os recenseamentos federais de 1872, 1890, 1900, 1920 e o estadual de 1934.

ESPECIFICAÇÃO	RESULTADOS CENSITÁRIOS				
	1872	1890	1900	1920	1934
TOTAL GERAL	31.385	64.934	239.820	579.033	1.033.202
Grau de instrução					
Sabendo ler e escrever	7.729	18.814	-	337.702	691.765
Não sabendo ler e escrever	23.656	46.120	-	241.331	341.437

Fonte: Anuário Estatístico do Estado de São Paulo, 1940.

De acordo com estes dados, entre os anos de 1920 e 1934 o número de não-alfabetizados decresceu, o que pode levar ao entendimento que houve uma efetivação na educação primária. Porém, levo em consideração algumas hipóteses que, problematizadas, podem relativizar estes dados.

Em primeiro lugar, devo considerar um desvio padrão ou uma margem de erro que é admissível em todos os dados estatísticos, informação que não foi especificada nos dados do Anuário Estatístico do Estado de São Paulo (1940). Em segundo lugar, alerto que uma porcentagem significativa dos imigrantes adultos que aportaram no Brasil foi alfabetizada em seus países de origem. Shibata (1997)⁸³ afirmou que entre os imigrantes alemães que desembarcaram na cidade de São Paulo no período de 1908 a 1941, 87,2% eram alfabetizados e entre os imigrantes japoneses, 72,9% eram alfabetizados. Nesta perspectiva, uma porcentagem dos estrangeiros contabilizados no Anuário Estatístico provavelmente receberam instrução escolar em seus países de origem, e esta análise é embasada pelo fato de que as etnias japonesa e alemã, entre outras, davam uma grande importância ao processo escolar. Como esta questão não é considerada na tabela, de uma maneira geral, a escolaridade dos imigrantes elevou o índice de alfabetização geral da população paulistana.

Em terceiro, como os dados do Anuário Estatístico não especificam quais são os níveis de escolaridade das pessoas que se declararam alfabetizadas, apenas nomeia esta série como “sabendo ler e escrever”, posso supor que uma parte das pessoas que assim se declararam poderiam ser alfabetizadas funcionais, ou seja, sabiam apenas ler e escrever de maneira rudimentar. Muito provavelmente estes alfabetizados desejassem prosseguir nos estudos, o que aumentaria a procura por vagas nas escolas.

Para Mate (2002)⁸⁴ existem “indicadores de que a população reivindicava escolas e, em alguns casos, organizava formas próprias de educação, o que não correspondia exatamente à situação retratada pelo Inquérito” (p.16). Demartini (2006)⁸⁵ coaduna perfeitamente com a observação, quando observou que havia um empenho efetivo dos grupos excluídos em providenciar seus estudos e, apesar do Estado impor um “modelo” educacional hegemônico para toda a população, cada qual resignificava suas iniciativas escolares de maneira diferente.

Para Hilsdorf (2007)⁸⁶ a luta, a expansão e a diversidade dos projetos educacionais da cidade de São Paulo na década de 1920 e 1930 estavam relacionadas às questões político-ideológicas.

⁸³ SHIBATA, H. *As escolas japonesas paulistas (1915-1945): a afirmação de uma identidade étnica*. 1997. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

⁸⁴ MATE, C. H. *Tempos Modernos na escola: os anos 30 e a racionalização da educação brasileira*. Bauru, SP: EDUSC; Brasília, DF: INEP, 2002.

⁸⁵ DEMARTINI, Z. B. F. *Relações interétnicas na prática pedagógica*. In: ARAÚJO, M. M. *Intelectuais, Estado e Educação*. Rio Grande do Norte: EDUFRN, 2006.

⁸⁶ HILSDORF, M. L. S. *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo: Pioneira, 2007.

As correntes políticas ligadas ao socialismo defendiam uma educação politizante do trabalhador com a “escola elementar pública, estatal, leiga, gratuita e obrigatória e a criação de escolas operárias noturnas e profissionalizantes e de bibliotecas populares públicas, para os quais solicitaram incessantemente o uso de verbas e recursos públicos” (p.73). Na Primeira República os socialistas iniciaram um processo de articulação dos trabalhadores brasileiros, sendo uma das estratégias a fundação de associações assistenciais “do tipo caixas de beneficência e sociedades de auxílio mútuo para enfermos, viúvas e desempregados” (p.72).

Já os grupos que representavam os ideais libertários, associados à corrente libertária oriunda dos imigrantes portugueses, espanhóis e italianos, defendiam a escola leiga, privada e livre, oposta à intervenção do Estado, da Igreja ou de qualquer outro tipo de instituição (Hilsdorf, 2007). Na proposta libertária, as crianças deveriam receber uma educação integral, em superação à divisão entre a formação para o trabalho intelectual e trabalho manual defendida no modelo dualista da escola dos liberais “o ginásio e os cursos superiores para a elite e a escola normal e o ensino técnico para os trabalhadores” (p.74). Para os setores comunistas, que assumiram a vanguarda comunista em 1922 ao organizar um partido político, tem como princípios de política educacional:

Apoio à escola pública, obrigatória, leiga e gratuita que o Estado liberal já oferecia; melhoria de vida e de condições de trabalho para os professores (salários) e alunos (transporte, uniformes, livros, material de estudo); educação político partidária para a formação da consciência operária; e defesa da escola unitária, sem divisão em ensino profissionalizante e intelectual, proposta pedagógica que acompanhava a politecnicidade posta em prática na Rússia (...). (Hilsdorf, 2007, p.77)

A pluralidade étnica das escolas paulistas foi analisada por Kreutz (2005)⁸⁷. Para o autor os povos de língua alemã formaram a primeira corrente migratória do país, a partir de 1824, seguidos dos italianos a partir de 1875, japoneses, russos, austríacos e poloneses em meados de 1908. Os grupos citados estabeleceram-se predominantemente na área rural, formando comunidades com escolas étnicas, cujos espaços eram de afirmação e de reelaboração das características culturais do grupo.

⁸⁷ KREUTZ, L. *Escolas étnicas na história da educação: a contribuição dos imigrantes*. In Stephanou, M.; Bastos, M. H. C. (Org.). *História e Memória da Educação no Brasil*, Vol. 3: Século XX. Petrópolis, RJ: 2004.

Para Kreutz (2005) existem dúvidas sobre o número de escolas étnicas no Brasil, pois este número varia de acordo com as fontes. Na década de 1930, ápice das escolas étnicas de imigrantes, em números aproximados, estima-se a existência de 2.500 escolas, sendo 1.579 de imigrantes alemães (61 no estado de São Paulo), 396 de imigrantes italianos (187 no estado de São Paulo), 349 de imigrantes poloneses (somente 1 no estado de São Paulo) e 178 de imigrantes japoneses (10 escolas estavam localizadas na capital paulista e as restantes em cidades ou núcleos rurais do estado). Estas escolas representaram uma tentativa de articulação mais profunda entre o segmento social étnico e as suas dimensões culturais, no sentido da afirmação e conservação de suas especificidades culturais. Algumas estavam vinculadas à congregações religiosas, e retrataram a luta das igrejas cristãs, católica e luterana contra o avanço do estado laico.

Hilsdorf (2007) questiona sobre as escolas e cursos de alfabetização desenvolvidos pelo movimento negro:

Na primeira República, para o trabalhador branco nacional ou estrangeiro, além das escolas públicas oficiais, havia as instituições particulares e as escolas dos trabalhadores. E para os ex-escravos? Temos ainda poucas informações sobre eles. (p.77)

Para a autora faltavam recursos para sustentar um projeto pedagógico de longa duração, além disso, o governo republicano expandia sua rede e havia lugar para as crianças negras nas escolas públicas, ainda que elas fossem nelas discriminadas.

Ao tratar da escolarização de crianças negras Barros (2005) reafirma os indícios de que as práticas pedagógicas existiram e fizeram parte do contexto social do movimento negro:

Ainda que não tenhamos encontrado documentos acerca dessas escolas criadas a partir das irmandades e do movimento negro, citadas pelos militantes Correia Leite e Raul Jovino do Amaral, podemos explicar a busca pela escolarização por parte da camada negra também como uma forma de disputa entre os trabalhadores. (Barros, 2005, p.150)

Em artigo a respeito das escolas profissionais⁸⁸ avaliei as iniciativas do grupo negro para garantir um espaço social. Como os demais segmentos sociais, eles desenvolveram estratégias e projetos educacionais na cidade de São Paulo, como os cursos de alfabetização em irmandades negras religiosas e nos clubes sociais, a escola para crianças e o curso de formação moral desenvolvidos na sede da Frente Negra Brasileira, e a frequência em escolas profissionais. Nesta totalidade, tais experiências foram relevantes para a progressividade educacional dos negros paulistas.

A educação, em seu processo histórico, é um lugar privilegiado, exclusivo e legítimo de saber. A concepção educacional apresentada para os anos iniciais do século XX atribuem ao ato de educar a possibilidade de redenção do homem em seu estado de “selvageria” ou “incivilidade”, para que este se tornasse útil ao corpo social.

Nesta perspectiva, a escola do século XX foi (re) inventada para governar os sujeitos modernos, dispensando o uso da violência, valendo-se de métodos mais sutis de persuasão que agiriam de forma indireta sobre os sujeitos, deixando-os, de uma certa forma, livres para escolher, mesmo que constantemente envolvido por normas que os aprisionam à sua própria consciência (Foucault, 1995).

Com relação à escolarização dos negros, desde 1854 a reforma de Couto Ferraz⁸⁹ instituiu a obrigatoriedade escolar para crianças maiores de sete anos, contemplando o ingresso de crianças estrangeiras e a nacionalização dessa população, porém, restringindo o ensino às crianças escravas. No entanto a resistência negra já se manifestava nesses tempos: precariamente reunidos em grupos, conscientes de suas limitações, os escravos formavam sociedades secretas – uma espécie de franco-maçonomia cuja palavra de ordem era a proteção mútua, de acordo com Costa (1999) – desafiando os senhores hostis que desejavam isolá-los uns dos outros. Estes escravos assumiam fidelidade às religiões africanas e aprendiam a ler, escrever e calcular. Prova dessa resistência é a constatação histórica de um número considerável de pretos e pardos alfabetizados e multilíngues, falando um idioma europeu do

⁸⁸ SILVA, G. ARAÚJO, M. L.P. *Da interdição escolar às ações educacionais de sucesso: escolas dos movimentos negros e escolas profissionais, técnicas e tecnológicas*. In: ROMÃO, Jeruse. (org.). *História da educação do negro e outras histórias*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

⁸⁹ O Decreto 1.331-A de 17/02/1854 aprovou o regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do Município da Corte. Sobre a restrição aos escravos, apresentou o seguinte artigo: “Art. 69. “Não serão admittidos a matrícula, nem poderão frequentar as escolas: §1º. Os meninos que padecerem moléstias contagiosas. §2º. Os que não tiverem sido vacinados. §3. Os escravos.” Fonte: COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL. 1854. Tomo 17. Parte 2. Seção 12. Decreto nº 1331 A de 17 de fevereiro de 1854. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br>. Acesso em 03/03/2012.

seu senhor estrangeiro, além do português e uma ou mais línguas africanas, incluindo as línguas vernaculares⁹⁰.

Karasch (2000)⁹¹ apresentou esta mesma hipótese ao estudar a vida dos escravos urbanos do Rio de Janeiro e constatar, por meio de registros notoriais, correspondência policial, registros de óbitos, petições e testamentos, entre outras fontes, que os estereótipos vigentes no Brasil de que os negros eram “vítimas passivas” são equivocados. Para revelar o quanto os negros se tornaram participantes ativos da evolução de sua própria cultura, agora “afro-brasileira”, constatou que alguns africanos que chegavam ao Rio já haviam aprendido a falar, ler e escrever em português, pois eram provenientes das regiões da África colonizadas pelos portugueses ou tiveram contato, ao longo de anos, com mercadores ou missionários que utilizavam essa língua. Diz a autora:

Assim, é perfeitamente possível que alguns dos escravos alfabetizados do Rio tivessem aprendido a ler e escrever português na África, ou com outros escravos da cidade que continuavam a transmitir a língua “de pai para filho”.
(Karasch, 2000, p.298)

Prosseguindo esta análise, Karasch constatou que escravos africanos do Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo e Minas Gerais foram alfabetizados em árabe:

Ainda mais revelador do uso do árabe no Rio é um documento da polícia de 1849, uma queixa de que os minas da cidade se reuniam em “associações secretas” e se correspondiam em escritos cifrados com minas da Bahia, São Paulo e Minas Gerais. Devido a natureza suspeita das associações, a polícia fez buscas em suas casas e encontrou “uma infinidade de papéis escritos (...) em caracteres desconhecidos, alguns livros também manuscritos”. Quando a polícia chamou especialistas para traduzir as cifras, eles declararam que eram orações do Corão em “árabe espúrio” misturado com a língua dos malês minas (iorubas muçulmanos?). Infelizmente para os registros

⁹⁰ Margarida Maria Taddoni Petter, na palestra “Línguas Africanas” ministrada em 2004 no Curso de Extensão Cultural do Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo “África – Sociedades e Culturas”, reportou-se ao conceito aqui sucintamente exposto sobre a íntima relação entre escravos, as línguas africanas oficiais, as línguas africanas vernaculares (vulgares; de origem; geralmente utilizadas para instruir) e as línguas estrangeiras dos dominadores.

⁹¹ KARASCH, M. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Tradução: Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

históricos, a polícia não ficou com cópias dos papéis e livros, devolvendo-os aos seus donos, pois eram de natureza religiosa. (Karasch, 2000, p.298-299)

As hipóteses sobre a alfabetização de escravos são muitas: a educação informal poderia ocorrer tanto no meio rural como no meio urbano, por meio da observação silenciosa das aulas das sinhas-moças ou da instrução religiosa dos padres, entre outras situações improvisadas. Também a educação formal poderia ocorrer desde que houvesse recursos para estudar, seja pela “proteção” de alguns senhores, seja pela tutela de professores, a exemplo do professor Pretextato dos Passos e Silva, que fundou uma escola primária urbana e particular para ensinar “com perfeição” meninos negros (Silva, 1999)⁹².

Em 1881 o inspetor Francisco Aurélio de Souza Carvalho⁹³ relatou ao presidente da província de São Paulo sua indignação quanto ao número excessivo de analfabetos, citando, inclusive, a situação dos 156.612 escravos registrados no Censo de 1874:

Em vista dos elementos que pude colligir e se acham aschivados n’esta repartição, foram confeccionados os mapas annexos a este relatório, e por elles verá V.Ex. que a matrícula subio no corrente anno a 13.210 allumnos, sendo 7.986 do sexo masculino e 5.224 do outro sexo, e bem assim que a frequênciã de taes allumnos nas escolas foi de 11.585 sendo 6.880 do sexo masculino e 4.705 do outro sexo.

Segundo os dados estatísticos ministrados em 1874, pela Directoria Geral, na nossa Provincia, apenas 92.777 homens e 4.899 mulheres livres e 81 homens e 23 mulheres escravas sabem ler e escrever, ao todo 14.167 livres e 104 escravos. Mas sendo a nossa população em sua totalidade 837.354, são analfabetos, 255.237 homens e 284.438 mulheres livres, e 87.959 homens e 68.549 mulheres escravas: somma 696.83 analfabetos! (...) A demonstração eloquente produzida por estes algarismos convence de que n’esta Provincia a população vive em trevas. (grifos meus) (Carvalho, 1881, p.12)

⁹² SILVA, A. M. P. *Aprender com perfeição: escolarização e construção da liberdade na Corte da primeira metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1999.

⁹³ PROVINCIA DE SÃO PAULO. Relatório sobre o estado da Instrução Pública na Província de São Paulo. Anno de 1880. Apresentada ao Presidente da Província Dr. Laurindo Abelardo de Brito pelo Inspector Geral o Bacharel Francisco Aurélio de Souza Carvalho. São Paulo: Santos – Typographia a vapor do Diário de Santos, 1881. (Arquivo Público do Estado de São Paulo).

Há, portanto, uma informação surpreendente na análise do inspetor Carvalho. Nesse relatório, o inspetor descreve que 104 escravos “sabem ler e escrever”! Ainda que não forneça maiores informações sobre estes cativos (tratavam-se de adultos ou crianças? Foram alfabetizados na província de São Paulo ou fora dela?), ao demonstrar sua preocupação com a situação educacional da província, o inspetor refletiu a realidade à sua volta: uma minoria da população era alfabetizada, confundindo-se então os livres e os escravos.

Obstante não possuir informações precisas sobre os registros destes escravos, com base nesse relatório pude supor que o grau de alfabetização dos escravos paulistas não era nulo. Talvez este grupo fizesse parte da intervenção proposta pelo departamento de Instrução Pública da província de São Paulo, pois nas décadas de 1870 e 1880 estavam acirradas as discussões a respeito da eminente extinção do sistema de trabalho servil e a necessidade de democratizar a educação popular no sentido de alfabetizar as massas. Esta análise vem da constatação da preocupação de Carvalho: tendo sob sua responsabilidade a reorganização da instrução pública da província e o aumento do número de alfabetizados, o inspetor compõe um panorama geral sobre a educação primária e secundária da província, enumerando, entre os problemas do ensino da época: a) o número insuficiente de escolas; b) a má distribuição geográfica das escolas entre os municípios – que obrigava aos alunos percorrer grandes distâncias; c) a pobreza constantemente alegada como motivo da infrequência, que tinha maior influência quando se tratava da escola destinada ao sexo feminino; d) a má formação docente.

Além de sugerir que a obrigatoriedade do ensino decretada pela Lei Nº 09 de 22 de março de 1874⁹⁴ fosse imposta somente aos municípios que tivessem meios de satisfazê-las, “onde há escolas em abundância”, o inspetor manifestou sua inquietação com a formação moral do povo da província, pois “cresce o número dos criminosos nas localidades onde há mais ignorância” (p.14).

Deve-se considerar, no discurso do inspetor, que nesta época o racismo científico creditava aos negros a inferioridade e a deformação moral, e a aproximação da abolição da escravatura trazia o “medo” para a elite brasileira. Era preciso que os comportamentos considerados ameaçadores da ordem social estivessem controlados. E é com essa convicção que o inspetor Carvalho defendeu a educação como uma ação estratégica do governo para

⁹⁴ A Lei Nº 09/1874 estabeleceu o ensino primário obrigatório para menores, do sexo masculino, de 07 a 14 anos, e do sexo feminino, de 07 a 11 anos. PROVINCIA DE SÃO PAULO. Relatório sobre o estado da Instrução Pública na Província de São Paulo. Anno de 1880. Apresentada ao Presidente da Província Dr. Laurindo Abelardo de Brito pelo Inspector Geral o Bacharel Francisco Aurélio de Souza Carvalho. São Paulo: Santos – Typographia a vapor do Diário de Santos, 1881.

suavizar os costumes, elevar o nível de moralidade, retirar a província “das trevas” e estabelecer os benefícios da civilização.

Em nível estadual, as décadas de 1920 e 1940 foram caracterizadas por debates, iniciativas e reformas educacionais, sendo o educador escolanovista Lourenço Filho (2001) importante representante. Sua defesa pela alfabetização e pela qualidade da escola em seu contexto social repercutiu nacionalmente.

Manoel Bergström Lourenço Filho (1897-1970) foi indicado pelo professor Sampaio Dória para a Cadeira de Psicologia e Pedagogia da Escola Normal de São Paulo em 1920. No período de 1922 a 1924 foi comissionado como professor da Escola Normal de Fortaleza, Ceará, realizando a reforma do ensino primário e normal. Participou da fundação do IDORT – Instituto de Organização Racional do Trabalho. Organizou e publicou a Biblioteca da Educação (Edições Melhoramentos). Publicou as obras “Juazeiro do Padre Cícero”, “Cartilha do Povo” e “Introdução ao Estudo da Escola Nova”, que culminou na sistematização do ideário da Escola Nova no país. Traduziu obras pedagógicas de Pièron, Claparède, Binet e Simon, entre outros. Foi conferencista nas Conferências Nacionais de Educação de 1927 (Curitiba), 1928 (Belo Horizonte) e 1929 (São Paulo). Em São Paulo, convergia quanto à necessidade da propagação da educação para todos.

Lourenço Filho pertencia a um grupo de amigos que transitava em torno do jornal “O Estado de São Paulo” maior jornal paulista da época e um dos maiores do país: Sampaio Dória, político e educador; Sud Mennucci, escritor e educador; Thales de Andrade, escritor e educador; Monteiro Lobato, escritor e editor; Júlio Mesquita Filho, jornalista, filho do proprietário do jornal; Amadeu Amaral, poeta folclorista; Léo Vaz, escritor e educador; Fernando de Azevedo, sociólogo e educador; Plínio Barreto, jornalista e político; e Rangel Pestana, jurista e político, entre outros intelectuais.

Identificado com o jurista Rui Barbosa⁹⁵, Lourenço Filho admirava as ideias e a força simbólica dos Pareceres de 1882, que expressavam o valor da cultura brasileira e a sua aspiração numa “pátria agigantada pela educação a serviço do povo”.

⁹⁵ Rui Barbosa de Oliveira (1849-1923). Jurista, político, diplomata, escritor e orador, foi figura presente nos mais diferentes “campos de luta”: atuou em defesa do abolicionismo e foi um dos organizadores da República brasileira. Dentre as muitas causas que defendeu, também destacou-se pela luta em favor da educação pública, laica e de qualidade. Em 1882 Rui Barbosa redigiu os pareceres, provenientes da análise do Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879, que reformava o ensino primário e secundário no município da Corte e o ensino superior em todo o Império. Ver: LOURENÇO FILHO, M. B. *A pedagogia de Rui Barbosa*. Organização de Rui Lourenço Filho. 4ª Edição revista e ampliada. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, 2001.

Rui Barbosa defendeu uma reforma urgente na situação do ensino no Brasil, pois de acordo com as análises realizadas, era lastimável a proporção geral de analfabetos no país: aproximadamente 78% da população. Discursava que a prosperidade de uma nação encontrava-se diretamente associada à cultura popular e numa sólida organização do ensino, ao lado de outras reformas de âmbito econômico e político. Para o jurista, somente a educação pública seria capaz de formar os cidadãos para o trabalho, especialmente com a libertação dos escravos e a entrada de novos trabalhadores no cenário nacional. Nesse aspecto, a escola utilizaria seus métodos disciplinares para que o progresso e a ordem fossem assegurados.

Para Rui Barbosa a escola promoveria o fortalecimento das classes menos favorecidas e a formação de uma classe média. Com relação ao problema particular do Brasil – o da escravidão – o jurista defendeu, aos que iriam sair das senzalas, o “batismo da instrução”.

Para Lourenço Filho (2001) os quatro princípios fundamentais da proposta de Rui Barbosa jamais perderiam validade: ensino público, liberdade de ensino, obrigatoriedade escolar e laicidade. O fato é que, na época dos pareceres, esses pressupostos situavam-se em fronteiras ideológicas, e até financeiras, difíceis de enfrentamento: o governo imperial promulgou o ensino público, mas negou os recursos necessários à educação para todos; muitos defenderam a laicidade, porém diversos grupos religiosos exigiram subvenções dos poderes públicos. Com a implantação da República, a educação passou a ser organizada e mantida pelos Estados, abrindo novas perspectivas para as reformas no âmbito do ensino primário e secundário.

Em 1930 houve a permanência e a ampliação dos projetos reformistas que, segundo Mate (2002)⁹⁶ já estavam sendo constituídos desde os anos de 1920 por vários agentes sociais, sob muita tensão:

(...) as estratégias de montar um sistema de ensino ocorreram sob tensões e já estavam presentes desde finais do século passado e início do 20, em meio aos discursos normativos das práticas educativas. Iniciado de forma dispersa e descontínua, a montagem de um sistema de ensino toma impulso nos anos 20 através de reformas nos Estados. Sua inspiração foram as ideias pedagógicas sistematizadas no início do século 20 na Europa e Estados Unidos, tornadas conhecidas, genericamente, como uma tendência enfeixada

⁹⁶ MATE, C. H. *Tempos Modernos na escola: os anos 30 e a racionalização da educação brasileira*. Bauru, São Paulo: EDUSC; Brasília, Distrito Federal: INEP, 2002.

sob a denominação *Escola Nova*, em que pese as diferenças entre autores e lugares nos quais germinaram. (Mate, 2002, p. 40)

Para a autora, muitos aspectos da reforma do ensino primário foram discutidos e sofreram alterações significativas na década de 1920, culminando na sistematização do ideário da Escola Nova. Também o “O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”⁹⁷ estabeleceu a educação como signatária da “reconstrução social do país” e nesse sentido configurou-se como uma grande frente *pró-educação*, formada por uma composição de forças unidas em prol da implantação de mudanças.

O ensino primário na cidade de São Paulo na década de 1920 é marcado pela Reforma Sampaio Dória⁹⁸, concebida em prol de uma educação intelectual, moral e cívica, empenhada na construção de uma ordem social. Em nome da erradicação do analfabetismo, a Reforma reduziu a escolaridade primária obrigatória de quatro para dois anos e instituiu o método intuitivo. A obrigatoriedade escolar permanecia articulada a outras ações, como por exemplo, a inspeção escolar. Estas ações visavam garantias que a escola mantivesse o maior número possível de alunos e cumprisse sua função “regeneradora”.

A permanência de Sampaio Dória à frente à Diretoria da Instrução Pública foi muito curta, mas suficiente para provocar, à época e nos anos subseqüentes, uma série de polêmicas em torno de sua gestão. A Reforma Sampaio Dória tornou-se referência na historiografia da educação paulista e nacional, pois foi a única reforma com padrão de modernização anterior ao movimento escolanovista.

⁹⁷ O Manifesto dos Pioneiros (1932) defendeu uma escola oficial, única, com uma educação comum, igual para todos. A laicidade, a gratuidade, a obrigatoriedade e a coeducação são outros princípios que defenderam os pioneiros. Foram signatários deste Manifesto: Fernando de Azevedo, Afrânio Peixoto, Sampaio Dória, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Roquette Pinto, Frota Pessoa, Julio de Mesquita Filho, Raul Briquet, Mario Casassanta, Delgado de Carvalho, Ferreira de Almeida Jr., J. P. Fontenelle, Roldão Lopes de Barros, Noemy da Silveira, Hermes Lima, Atilio Vivacqua, Francisco Venancio Filho, Paulo Maranhão, Cecília Meirelles, Edgar Sussekind de Mendonça, Armanda Alvaro Alberto, Garcia de Rezende, Nobrega da Cunha, Paschoal Lemme, Raul Gomes. Ver: XAVIER, M. C. *Manifesto dos Pioneiros da Educação: um legado educacional em debate*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

⁹⁸ Antônio de Sampaio Dória foi convidado em 1920 pelo presidente do estado de São Paulo, Washington Luis, a assumir o cargo de Diretor da Instrução Pública.

Em 1931 Lourenço Filho promoveu outra Reforma no ensino primário paulista, enquanto Diretor da Instrução Pública⁹⁹. Sua ação no Ceará, aonde realizou uma reforma educacional em 1922, já havia repercutido nos centros urbanos do sudeste do país. A articulação de Lourenço Filho com as questões da organização do trabalho devem ser consideradas na reforma paulista, especialmente na análise da finalidade dessa escola (Mate, 2002). Lourenço Filho propôs uma escola capaz de reformar os velhos hábitos e desenvolver novos comportamentos condizentes com as demandas da sociedade moderna.

Nas palavras de Mate:

Envolvimento direto e simultâneo nos dois campos – educação e trabalho – de forma que o lugar da escola, em suas ações, era preciso e claro: agência de criação de dispositivos reguladores de ações que produzissem comportamentos disciplinados para um outro ritmo de vida social para o qual a população deveria ser treinada. (Mate, 2002, p.91)

No “Relatório do primeiro ano frente à Diretoria Geral do Ensino” (1931) Lourenço Filho proclamou um discurso sobre as ações realizadas em São Paulo. Descreveu inicialmente as alterações na legislação vigente, a reorganização dos serviços burocráticos e a constituição de duas novas seções públicas: “protocolo e notas”, “estatística e arquivo”. As delegacias regionais foram descentralizadas e reorganizadas as unidades escolares por municípios.

A respeito da educação popular, Lourenço Filho afirmou:

A educação popular não pode ficar sujeita aos limites estreitos de uma organização escolar definida e estática. Para bem definir e prosperar, ela não se pode reger pela vontade de um homem, nem se molda a força de decretos. Na renovação pedagógica que se vai processando, por todo o mundo, verificou-se a necessidade de uma maior e mais acentuada compreensão comunitária, por parte de todos os órgãos de socialização da criança – o Estado, a família, a Igreja, os grupos de profissão, a imprensa – para que a

⁹⁹ Em outubro de 1930 Lourenço Filho é nomeado Diretor Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo. Permaneceu no cargo até novembro de 1931, quando ocorreram as mudanças do Interventor e de todos os Secretários de Estado e Diretores. Lourenço Filho reorganizou a Diretoria, mudando-lhe a denominação para Diretoria Geral de Ensino, agora composta pelos Serviços de Assistência Técnica e Inspeção Escolar, 10 Delegacias Regionais de Ensino, uma Biblioteca Pedagógica Central, o Museu da Criança e o serviço de Inspeção Médico-Escolar.

obra da escola se integre na ação geral educativa de cada comunidade.
(Lourenço Filho, 1931, p.05-06)

Nesse discurso, Lourenço Filho declarou que a educação popular não poderia ficar submetida apenas à ação assistencialista do Estado, mas sim, abrir-se para as formas “vivas” de socialização, como as instituições profissionais interessadas pela obra da educação.

Desde meados do século XX o governo dedicou-se a conhecer e a intervir nos processos biológicos da população: a saúde, a doença, a duração da vida humana, as taxas de natalidade, mortalidade e etc. Estes aspectos passaram a ser estudados e administrados pela bio-política, ou seja, uma forma de poder que se baseia em saberes sobre a vida dos indivíduos e das populações, visando preservar e promover as condições de vida desses mesmos indivíduos, na medida em que isso seja considerado importante para o Estado.

Nessa abordagem, Lourenço Filho começou a utilizar os testes de Quociente de Inteligência (QI) com o objetivo de compreender as causas do fracasso escolar. O educador foi além, pois verificou que fracasso escolar seria decorrente das diferenças individuais no nível de maturidade do aluno. Para solucionar esse problema, o Lourenço Filho desenvolveu os testes ABC¹⁰⁰, que ofereciam a possibilidade de conhecer e organizar a população escolar. Na sua gestão frente à Diretoria Geral da Instrução Pública, Lourenço Filho mandou realizar o teste ABC com 15.605 crianças analfabetas matriculadas nos 54 grupos escolares da capital.

Lourenço Filho (1932)¹⁰¹ recomendou que as classes do 1º grau de todos os grupos escolares da capital fossem organizadas seletivamente, de acordo com os resultados dos Testes ABC. O objetivo era habilitar os professores com conhecimentos mais objetivos de seus alunos, para que a seleção das classes não se desse apenas por critério “simplesmente estético, da estatura, ou o da idade cronológica”. Igualmente objetivava instruir os mestres na prática da Psicologia Aplicada e reduzir os altos índices de reprovação escolar nas classes iniciais.

¹⁰⁰ O teste ABC é constituído de oito testes que medem a “maturidade” das crianças para o aprendizado da leitura e da escrita. Mediante seus resultados, a população escolar é dividida em três grupos “homogêneos”: fortes, médias e fracas. Esses testes visam estabelecer uma classificação inicial dos alunos ingressantes na escola primária, além de oferecer uma base mais segura para o início do trabalho do professor. Os resultados dos testes permitem prever o tempo necessário à aprendizagem da leitura e da escrita, em condições “normais”: os alunos fortes seriam capazes de aprender em apenas um semestre; o grupo médio aprenderia normalmente no prazo de um ano letivo e o grupo fraco não conseguiria aprender no prazo estabelecido a não ser em condições especiais, com atendimento individualizado e em classes com um número reduzido de alunos.

¹⁰¹ Revista Escola Nova “Iniciação ao Estudo dos Testes”, Edição de Março/Abril de 1931. CPDOC/RJ (1931).

A estatística oficial, levantada em fins de 1930, demonstrou que esses estabelecimentos, apresentaram, em média, nas classes de 1º grau, 45% de alunos repetentes. Grupos escolares havia em que essa taxa se elevava a 60 e 70%. Algumas crianças repetiam a classe inicial por duas, três, quatro e cinco vezes. Esse represamento no 1º ano, explicava, em grande parte, porque a distribuição da matrícula se fazia tão desproporcionadamente pelos vários graus de ensino (Lourenço Filho, 1932).

A aplicação dos Testes ABC nos Grupos Escolares paulistas aconteceu sob a coordenação da Professora Noemi Silveira, então Assistente Técnica da Psicologia Aplicada. Ocuparam 15 (quinze) dias de trabalho, com aproximadamente 375 (trezentos e setenta e cinco) professores, para o exame de 15.605 (quinze mil seiscentos e cinco) crianças.

De acordo com o relatório apresentado por Noemi Silveira, os trabalhos desenvolveram-se normalmente em 49 (quarenta e nove) Grupos Escolares, sendo que em 05 (cinco) unidades a aplicação do testes foi prejudicada por “inobservância de alguns pontos essenciais da técnica de exame”. A maioria dos diretores (94,44%) julgou útil a classificação dos alunos por meio do teste, após três meses da aplicação dos testes. Os professores envolvidos (87%) avaliaram que as classes classificadas pelo método apresentaram vantagens.

Com bases estatísticas, Lourenço Filho (1932) defendeu que o aumento dos níveis de aprovação mediante a adoção de classes seletivas foi indiscutível. Analisando as taxas de promoção dos anos de 1928 a 1931, Lourenço Filho apontou: as médias gerais de cada ano do triênio oscilaram em 62,02% (1928), 63,16% (1929), 64,60% (1930), enquanto que a do ano de 1931 se apresentou como 81,97%.

Para Lourenço Filho (1932) os dados numéricos indicam os benefícios sociais que as classes seletivas proporcionam. Primeiramente, o aumento na taxa de aprovação gerou maior confiança na escola pública por parte dos pais, pois a escola ensinou mais, em um prazo menor. Segundo, o trabalho docente foi melhor avaliado pela administração pública. Depois, a seleção dos alunos permitiu melhor compreensão das suas capacidades de aprendizagem e, conseqüentemente, a adoção de tratamento menos empírico de cada grupo de crianças, impedindo o desânimo nas crianças menos amadurecidas e encorajando os mais capazes para o trabalho e à mais rápida produção social.

Lima (2007)¹⁰² também considerou que os testes ABC funcionaram como um recurso de bio-política, na medida em que:

Seu emprego nas escolas primárias paulistanas no início da década de 1930 buscou produzir conhecimentos sobre a aprendizagem dos alunos e o trabalho dos professores para favorecer a organização do ensino e simultaneamente atender ao interesse da administração escolar de tornar mais eficiente o sistema e reduzir os gastos com a reprovação escolar.

Nessa representação é evidente que a aplicação dos testes ABC continha uma base racional, de controle social, como o próprio Lourenço Filho ressaltou:

O ensaio da organização de classes seletivas do 1º grau nos grupos escolares desta capital, que foi a maior experiência de psicologia aplicada à educação já realizada na América do Sul, permitiu em junho, a promoção de ano de 1.038 crianças, que veio a representar para o Estado uma economia de mais de 105 contos de reis anuais, dado que cada aluno custa ao Tesouro 202\$000 por ano. (...) Mas o efeito profundo da inovação, e que bem compreendeis, será o de ir contribuindo para que a base empírica e nossa organização escolar se vá, pouco a pouco, transferindo para uma base de aplicação de racionalidade. (Lourenço Filho, 1931, p.09-10).

Com relação à escolarização de crianças negras, Lourenço Filho (1927)¹⁰³ declarou que o Brasil era um país dividido e desigual; nesta concepção, defendeu que somente a educação poderia superar as nossas diferenças geográficas, econômicas e étnico-raciais:

O verdadeiro papel da escola primária é o de adaptar os futuros cidadãos, material e moralmente às necessidades sociais presentes e, tanto quanto seja possível, às necessidades vindouras, desde que possam ser previstas com segurança. Essa integração da criança na sociedade resume toda a função da escola gratuita e obrigatória, e explica, por si só, a necessidade de educação como função pública. (...) No caso particular da sociedade brasileira,

¹⁰² LIMA, A.L.G. *Testes ABC: proposta de governo de uma população problemática*. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE). Volume 11, Número 1, Janeiro/Junho de 2007, p.139-163.

¹⁰³ Ver: LOURENÇO FILHO. *A Escola Nova*. Resposta ao inquérito que, acerca do ensino paulista, promoveu o “O Estado de São Paulo” em junho de 1926. Rio de Janeiro, 1927. Acervo CPDOC-RJ.

compete à escola, ainda, um papel de vulto nacional. O Brasil não é geographicamente, economicamente, ethnographicamente uma sociedade constituída. **O solo, a raça, a vida econômica, todos os fatores naturaes, forçam por partir o paiz.** Só o laço histórico de três séculos, a língua e as aspirações communs de liberdade nos podem continuar a prender. (grifos meus) (Lourenço Filho, 1927, p.16-17).

Em suma, foi possível analisar que o educador Lourenço Filho promoveu transformações no ensino público paulista adaptadas à realidade social e regional, visando uma educação “renovadora” da sociedade paulista e de suas especificidades. A reforma também visava a unidade da nação, por meio de uma educação única, comum, “igual para todos”.

Na perspectiva da governamentalidade e da bio-política, Lourenço Filho desenvolveu “saberes” para tornar conhecidas e governáveis as especificidades das vidas dos alunos, e não importava, nesse momento, que estes fossem brancos ou negros: o ideal era que “todos” fossem submetidos à ação homogeneizadora a ser exercida pela escola primária. E apesar das críticas que se erguem às reformas paulistas e seus ideais liberais e políticos, é possível que esse movimento renovador tenha gerado oportunidades de acesso educacional à população negra, como apresentado no próximo capítulo.

III – “NÓS OS MODERNOS”: A IMPRENSA NEGRA PAULISTANA E AS DISCUSSÕES SOBRE EDUCAÇÃO

Nós, os modernos, nem de longe fazemos uma ideia do quanto custou aos heroes abolicionistas, para derrocarem o nefando captiveiro, porque só o conhecemos atravez da historia; temos todo o conforto, com que, bem ou mal, vamos suprindo as necessidades da maneira que nos aprouver. Agora a nossa evolução, depende, unicamente, de nós, educando cada vez mais a intellectualidade afim de podermos arrojarmos às emprezas onde está accento o seu ponto culminante. (Auriverde, 13 de maio de 1928)

O amplo projeto de constituição do Brasil como um Estado Nacional independente, no limiar do século XX, inaugurou uma campanha de vulto no país. O desafio posto às elites dizia respeito à elaboração da unidade nacional pois, nas palavras de Lourenço Filho (1927) “o solo, a raça, a vida econômica” brasileiros estavam divididos. Nesse contexto, era necessário desenvolver uma opinião pública para a consagração da república e do papel social da escola.

Fernando de Azevedo defendeu, no “Inquérito sobre a Instrução Pública em São Paulo” a função preventiva da escola frente às desordens sociais, através da formação de classes dirigentes de elites competentes e esclarecidas, por sua vez responsáveis pela educação “adequada” das massas populares. Inquéritos, Conferências e Congressos publicados na imprensa tanto envolveram intelectuais, diretores de escola e técnicos em educação como deram visibilidade às ações e propostas dos órgãos governamentais à opinião pública.

Jornais de diferentes matrizes político-ideológicas também debateram e elaboraram propostas para a educação. Gonçalves (2000) destacou que o proletariado urbano exigiu uma melhoria nas condições educacionais dos trabalhadores, principalmente aos trabalhadores nacionais, já que os imigrantes “traziam consigo uma certa qualificação” (p.341). Para Hilsdorf (2007), apesar das divergências sobre os modelos de escola pretendidos pelos trabalhadores de diferentes correntes políticas-ideológicas, era ampla a circulação de folhetos, volantes, jornais e revistas que expunham linhas pedagógicas e reivindicações da escola popular.

Dito isso, vale ressaltar que este debate igualmente instituiria-se no núcleo intelectual da população negra paulista. Para Gonçalves (2000) “os líderes desses movimentos eram recrutados entre os mais educados, entre aqueles que já haviam atingido um certo grau de

escolarização (...) alguns deles com formação em nível superior” (p.336-337). Nos artigos, colunas e propagandas dos jornais da imprensa negra localizam-se vestígios de participação e defesa da educação formal, especialmente nas décadas de 1920 a 1940, quando o debate se tornou mais acirrado.

Este capítulo procura problematizar algumas das ideias acionadas nesses jornais, especialmente aqueles que sublinhavam prescrições, orientações, reclamos, palavras de ordem, demonstrando várias tentativas de disciplinamento e reconfiguração da conduta moral da população negra. A análise do discurso dos jornais da imprensa negra indicam pistas de como o segmento articulou a educação como estratégia de luta para equipararem-se aos brancos na cidade de São Paulo.

3.1. Organizações e jornais da população negra

No limiar do século XX as transformações mais latentes como a imigração de europeus, a expansão da indústria e a formação do proletariado, mudanças sociais e econômicas tratadas nos capítulos anteriores, inferem um cenário favorável à permanência das organizações negras. A situação de abandono e pobreza propiciaram o desenvolvimento de novos dispositivos psicossociais de sobrevivência; e é de acordo com este argumento que entendo a emergência das associações civis negras no século XX.

Os estudos das associações suscitaram as questões sobre a “modernidade negra”. Entre os autores que tratam da integração do negro na sociedade de classes, há divergências com relação à inauguração dessa modernidade. Para Guimarães (2002)¹⁰⁴ a modernidade negra se inicia com a abolição da escravatura, ou seja, com a ruptura do *passado escravocrata* e a possibilidade de inserção no mundo ocidental. Já Fernandes (2008) apontou que a inauguração da modernidade negra ocorreu após a I Guerra Mundial. O sociólogo apontou, como fatores para o levante negro, a imigração, a politização dos discursos e o movimento modernista:

Foi somente após a guerra de 1914-1918 que o negro tomou consciência da sua condição. Primeiro, contra o imigrante que, tendo chegado ao Brasil tão pobre como ele, conseguiu subir na escala social, enquanto ele permaneceu

¹⁰⁴ GUIMARÃES, A. S. A. *Intelectuais negros e modernidade no Brasil*. Oxford: Centre for Brazilian Studies, 2002.

em baixo. E também sob a influência dos partidos socialista e comunista que fazia a propaganda ativa entre o proletariado de cor (...). Ao mesmo tempo, o movimento modernista descobriu a estética africana e contribuiu assim para que o negro se sentisse orgulhoso de suas origens; não se deve esquecer, com efeito, que o movimento modernista nasceu em São Paulo. (Fernandes, 2008, p. 165)

A conceituação de Fernandes (2008), que me parece mais completa, não tira o vigor da perspectiva de Guimarães (2002): a experiência da liberdade inaugurou novas categorias e identidades sócio-culturais, mas estas identidades foram colocadas à prova com a intensificação da imigração e nos embates por espaço sócio-econômico político e cultural, ocorridas nas primeiras décadas do século XX. E é sob esta perspectiva da modernidade negra que Gonçalves e Silva (2000)¹⁰⁵ descrevem os vários papéis que as associações negras desenvolveram na cidade:

O movimento criou suas próprias organizações, conhecidas como entidades ou sociedades negras, cujo objetivo era aumentar sua capacidade de ação na sociedade para combater a discriminação racial e criar mecanismos de valorização da raça. Dentre as bandeiras de luta, destaca-se o direito à educação. Esta esteve sempre na agenda destes movimentos, embora concebida com significados diferentes: ora vista como estratégia capaz de equiparar os negros aos brancos, dando-lhes oportunidades iguais no mercado de trabalho, ora como veículo de ascensão social e por conseguinte de integração, ora como instrumento de conscientização por meio da qual os negros aprenderiam a história de seus ancestrais, os valores e a cultura do seu povo, podendo a partir deles reivindicar direitos sociais e políticos, direito à diferença e respeito humano (Gonçalves e Silva, 2000, p.139).

Carvalho (2009)¹⁰⁶ investigou as associações negras registradas no 1º Cartório de Imóveis de São Paulo, identificando 27 (vinte e sete) registros de entidades religiosas, recreativas e beneficentes no período de 1895 a 1927. Domingues (2005) contabilizou 85 (oitenta e cinco) associações negras no período de 1897 a 1930 na cidade de São Paulo,

¹⁰⁵ GONÇALVES, L. A. O.; SILVA, P. B. G. *Movimento Negro e Educação*. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, v.15, n.15, p.134-158, 2000.

¹⁰⁶ CARVALHO, G. L. *A imprensa negra paulista entre 1915 e 1937: características, mudanças e permanências*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

analisando os registros nos jornais da imprensa e o diário oficial: 25 associações dançantes, 09 beneficentes, 04 cívicas, 14 esportivas, 21 grêmios recreativos, dramáticos e literários, além de 12 cordões carnavalescos¹⁰⁷.

As organizações negras objetivaram combater a discriminação racial, para que os negros obtivessem melhores oportunidades trabalho, e defender o direito à educação, visto que o sistema escravocrata havia marcado profundamente as experiências dessa população no que se refere à educação, sendo a maioria dos negros analfabetos. É importante ressaltar que o foco do presente trabalho não incide sobre tais associações, daí não detalharmos nem aprofundarmos esse tema, embora sejam representativas das reações e resistências negras no período pós-abolição.

As organizações foram precursoras da imprensa negra - jornais de pequeno porte e de baixa tiragem produzidos e distribuídos pela população negra nos mais diversos eventos como bailes, procissões e clubes recreativos. Segundo Santos (2011)¹⁰⁸ a imprensa negra é uma fonte privilegiada para o estudo do pensamento social e político do negro brasileiro, pois os jornais foram publicados em várias partes do país e representaram as ideias e aspirações das principais lideranças negras nos mais diferenciados momentos da história.

Os jornais da imprensa negra em São Paulo foram criados, organizados e dirigidos a uma elite negra letrada que se formava na cidade. No entanto, depoimentos de militantes, como é o caso de Antunes Cunha, militante negro que escreveu diversas matérias no jornal “O Clarim da Alvorada”, explicam que junto aos letrados muitas pessoas sem instrução se reuniam para ouvir as notícias. Assim, a leitura poderia ser ampliada para um público não alfabetizado.

Apesar da variada orientação política, tiragem, duração e região no qual estavam circunscritos, em geral os periódicos negros tinham objetivos comuns:

¹⁰⁷ Entre outras, as irmandades religiosas Nossa Senhora dos Homens Pretos (1895) e São Benedito da Cidade de São Paulo (1896); os clubes recreativos 28 de Setembro (1897) e 13 de Maio (1902); e as beneficentes Sociedade Cooperativa dos Homens Pretos (1902), Sociedade Protectora dos Pobres (1904), Sociedade Internacional Beneficente de Chauffeurs do Estado de São Paulo (1912) e Sociedade Beneficente Feminina Arte Culinária (1920). Ver: CARVALHO, G. L. *A imprensa negra paulista entre 1915 e 1937: características, mudanças e permanências*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. DOMINGUES, P. J. *A insurgência do ébano: a história da Frente Negra Brasileira (1931-1937)*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

¹⁰⁸ SANTOS, J. A. *Imprensa negra: a voz e a vez da raça na história dos trabalhadores brasileiros*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/> Acesso em 12/12/2011.

Ao perseguir as datas festivas de aniversários, casamentos, batizados, festas e bailes, também os anúncios de morte e doenças, artigos assinados e reportagens, temos um quadro aproximado dos comportamentos, anseios, esperanças e reivindicações daquelas pessoas. O protesto contra o preconceito racial e a marginalização social, poesia, teatro, música, conselhos e fofocas que tinham o objetivo de indicar regras morais e de comportamento, bem como juízos afirmativos de uma identidade negra, tudo isso e muito mais se pode vislumbrar nessa imprensa. (Santos, 2011, p.123)

Os membros dos jornais, ao fundarem esta imprensa, também buscavam prestígio e inserção social, numa sociedade que repudiava todos os indivíduos sem instrução. O objetivo principal, então, era ter acesso aos comportamentos da elite como forma de aceitação e conquista de direitos.

O processo de industrialização e urbanização que se instaurou no final do século XIX e início do XX exigiu de toda a sociedade brasileira novas formas de organização. Entre os afro-brasileiros houve o aumento significativo da fundação e circulação de periódicos da "imprensa alternativa negra" em São Paulo e Rio de Janeiro, Paraná (Curitiba, União – 1948), Minas Gerais (Uberlândia, A Raça –1935) e Rio Grande do Sul (Pelotas, A Cruzada – 1905; Santana do Livramento, A Navalha – 1931; Bagé, A Revolta 1925; Rio Grande, A Hora 1917-1934 e Pelotas, A Alvorada 1907-1965). Por meio desses periódicos, sabemos que houve um relativo incremento da organização e participação social em todos os sentidos, inclusive de uma maior sindicalização entre os negros. (Santos, 2011, p.123)

Em consenso com Santos (2011), observo que “aceitar” os comportamentos da classe dominante tanto pode ser entendido como uma forma de *embranquecimento*, como uma estratégia de *resistência*: “a inserção de um cavalo de tróia-negro no interior da fortaleza grega-branca” (p.123). A aceitação desses comportamentos poderia mudar os espaços de circulação dos negros, especialmente no mercado de trabalho.

Ferrara (1986)¹⁰⁹ pesquisou 30 revistas e jornais negros publicados no estado de São Paulo no período entre 1915 e 1963, considerando que por esse meio o segmento se posicionava frente a sociedade dominante:

Um órgão de protesto, oriundo do tratamento desigual entre um grupo minoritário (negros) e outro dominante (brancos), reivindica os direitos dos negros que se manifestam contra esse tratamento. Por outro lado, cabe a essa imprensa fazer com que o negro supere a sua passividade e o seu conformismo; assim, os jornais terão a função de socializar, integrar e controlar o grupo negro. (Ferrara, 1985, p.197).

A imprensa negra surgiu em 1915 e, ainda que não noticiasse diretamente os fatos sócio-políticos e econômicos da sociedade global, como a I e II Guerra Mundial, e outros acontecimentos de tal magnitude, repercutia naturalmente acerca destes eventos. Os jornais registravam notícias das atividades culturais e recreativas de seus grêmios e associações e, de uma maneira geral, lutavam contra os preconceitos, promoviam a conscientização do negro e valorizavam a educação e a instrução como mecanismos de resistência e ascensão social. Em sua maioria, os jornais eram mantidos com escassos recursos do segmento negro, com poucos anunciantes e as vendas eram realizadas nos eventos sociais.

Ferrara (1985) traçou, com base na bibliografia analisada, o histórico da imprensa negra em três períodos:

**Tabela 17. Histórico da imprensa negra paulista em três períodos
Estado de São Paulo**

PERÍODO	ANO
1º Período	1915 – 1923
2º Período	1924 – 1937
3º Período	1945 - 1963

Para a autora, o primeiro período caracterizou-se pela estabilidade econômica decorrente da situação privilegiada do café no mercado mundial. No âmbito cultural, a Semana de Arte Moderna em 1922 repercutiu e propagou novos valores: retratou o povo negro e mestiço em paisagens bucólicas no interior e nas periferias das grandes cidades, em confronto a imagem de um país que desejava ser branco, urbano e moderno. E ainda que os

¹⁰⁹ FERRARA, M. N. *A imprensa negra paulista (1915-1963)*. Revista Brasileira de História. V.5. Nº 10. PP.197-207. Março/Agosto de 1985.

jornais negros não se referissem diretamente à Semana de Arte Moderna, seus articulistas trabalharam com a formação de uma ideologia de grupo, que nos próximos anos ganhou mais força. Nos anos de 1915 a 1923 são fundados os seguintes jornais:

**Tabela 18. Estado de São Paulo
1º período da história da imprensa negra paulista**

TÍTULO	LOCAL PUBLICAÇÃO	DATA
O MENELICK	São Paulo (SP)	1915
A RUA	São Paulo (SP)	1916
O XAUTER	São Paulo (SP)	1916
O ALFINETE	São Paulo (SP)	1918
O BANDEIRANTE	São Paulo (SP)	1919
A LIBERDADE	São Paulo (SP)	1919
A SENTINELA	São Paulo (SP)	1920
O KOSMOS	São Paulo (SP)	1922
GETULINO	Campinas (SP)	1923

Esses jornais possuem características comuns: publicam versos, notas de aniversários e casamentos, festas religiosas e outros eventos sociais. Exerciam o controle de seus pares através de “mexericos”, como o jornal “O Alfinete” que, segundo Ferrara (1985) “tinha por objetivo *cutucar* as pessoas e o fazia de diferentes maneiras, criticando o comportamento moral e social do grupo negro”.

Já o jornal “O Kosmos”, órgão oficial de uma sociedade recreativa do mesmo nome, constituiu uma exceção à sua época, pois estava voltado à publicação de atividades culturais e ensaios literários, inclusive desenvolveu programas educativos e grupos dramático-teatrais.

O segundo período da imprensa negra paulista, compreendido entre os anos de 1924 a 1937, são caracterizados pela fundação dos seguintes jornais:

**Tabela 19. Estado de São Paulo
2º período da história da imprensa negra paulista**

TÍTULO	LOCAL PUBLICAÇÃO	DATA
O Clarim da Alvorada	São Paulo (SP)	1924
Elite	São Paulo (SP)	1924
Auriverde	São Paulo (SP)	1928
O Patrocinio	Piracicaba (SP)	1928
Progresso	São Paulo (SP)	1928
Chibata	São Paulo (SP)	1932
A Voz da Raça	São Paulo (SP)	1933
Tribuna Negra	São Paulo (SP)	1935

Nesse período a imprensa negra atinge seu ápice. As propostas apresentadas nos anos anteriores agora exigem do negro uma reação. O problema do negro é abordado de maneira mais direta e objetiva, em vários campos da vida social, trabalho, lazer, educação, política, habitação e saúde, entre outros, e exigem a participação do negro de maneira mais objetiva. Exige-se um posicionamento de união e luta, para que, fortalecidos, os negros possam reivindicar seus direitos.

Penso que os cenários eram propícios e motivadores para o acirramento dos discursos reivindicatórios: não podemos deixar de relacionar que a ABE – Associação Brasileira de Educação, promotora das Conferências Nacionais em Educação, surgiu como a principal instância social de debate das questões educacionais no período de 1925 a 1935 (Hilsdorf, 2007). Das Conferências participavam intelectuais, educadores, médicos, personalidades ilustres e políticos, com divulgação na imprensa geral; e mesmo que os jornais da imprensa negra não noticiassem diretamente esses eventos, poderiam receber influências deste movimento.

A Semana de Arte Moderna de fevereiro de 1922, realizada em São Paulo, também serviu de referencial para as reflexões da imprensa negra. As questões relacionadas ao nacionalismo, especialmente após a I Guerra Mundial, a industrialização, a valorização da cultura nacional e a criatividade artística motivaram um grupo de intelectuais e jovens artistas a reverem e criarem novos projetos culturais para São Paulo e o país, repensando-o de maneira a desvinculá-lo da Europa.

Entre os participantes estavam os músicos Villa-Lobos, Guiomar Novaes, Ernani Braga e Frutuoso Viana; no grupo de escritores estavam presentes Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Ronald de Carvalho, Menotti Del Picchia, Guilherme de Almeida, Ribeiro Couto e Sérgio Milliet. E embora o modernismo da Semana pareça, atualmente, pouco “moderno”, e que as obras mostradas no Teatro Municipal tenham suscitado a admiração de alguns e a indignação de outros¹¹⁰, não se pode negar que a Semana de Arte Moderna foi um marco, pois difundiu a ideia de renovação.

Após o primeiro momento de contestação, os modernistas buscaram a criação artística baseada na realidade e nas tradições culturais da sociedade brasileira, inaugurando o

¹¹⁰ Alguns autores discutiram a repercussão nacional obtida pela Semana de Arte Moderna. Ver: DI CAVALCANTI, E. *Viagem da minha vida*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1955. ZILBERMAN, R. *Modernismo periférico no Rio Grande do Sul*. In: BULHÕES, M. A. e KERN, M. L. B. (orgs.). *A Semana de 22 e a emergência da modernidade no Brasil*. Porto Alegre, Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p.39-45.

movimento Pau-Brasil em 1924, o movimento Antropofágico em 1928 e o Regionalismo em 1930.

O modernista Mario de Andrade idealizou e foi o primeiro diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo, no período de 1935 a 1938. No que tange às realizações do Departamento no período em que esteve com o cargo de diretor, Mario de Andrade desenvolveu cursos etnografia e biblioteconomia, promoveu a coleta de dados sobre o folclore brasileiro, especialmente as *cantigas*, *parlendas* e *cocos*, disseminando tudo isso através de publicações e correspondências com outros intelectuais da época. Também criou os Parques Infantis nos bairros da *Lapa* e *Ipiranga*, e no *Parque D. Pedro II*. Dirigido às crianças pequenas das famílias operárias, os Parques objetivavam garantir o direito à infância, à educação e ao cuidado, a convivência harmoniosa com a natureza e com a diversidade da cultura nacional, e foram considerados como a origem da rede de educação infantil paulistana (Vieira, 2004)¹¹¹.

Em resumo, a ação política de Mário de Andrade ressaltou o engajamento dos modernistas, a capacidade de reflexão sobre os problemas da cidade e a disposição de transformá-la. E apesar da polêmica que segue em torno Semana de Arte Moderna e da sua abrangência nacional, na cidade de São Paulo posso afirmar da sua importância tanto no campo cultural como em outras esferas da vida pública.

O cenário político também pode ter provocado a tomada de consciência dos negros e, mais uma vez, acirrado o discurso reivindicatório. A Revolução de outubro de 1930 e a chegada de Getúlio Vargas ao poder acrescentaram novos fatores à conjuntura de polarização política no país. Ao mesmo tempo em que a Ação Integralista Brasileira (AIB), de inspiração fascista, conclamava as classes médias, os latifundiários e os industriais na defesa de um Estado autoritário e nacionalista, a Aliança Nacional Libertadora (ANL), liderada pelo Partido Comunista, combatia o fascismo e o imperialismo. Organizou-se em São Paulo a Frente Única Paulista (1932) e, em seguida, inaugurou-se a Frente Negra Brasileira de São Paulo (1932), para reivindicação dos direitos sociais e políticos dos negros.

A imprensa negra apresentou forte crescimento até 1937. No entanto, em novembro de 1937, com o decreto do Estado Novo, todos os partidos políticos foram fechados, o espaço urbano passou a ser vigiado e os comportamentos e opiniões passaram a ser preocupação da

¹¹¹ Ver: VIEIRA, S. A. B. *Os parques infantis da cidade de São Paulo (1935-1938): análise do modelo didático-pedagógico*. Revista de Iniciação Científica da FFC – Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP, Marília, v.4, n.1, 2004. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/ric/article/viewFile/75/77>. Acesso em 28/04/2012.

polícia. Nesse período, não se têm informações sobre a circulação dos jornais da imprensa negra.

É em 1945, com a deposição de Getúlio Vargas do poder e o processo de redemocratização do país, que ressurgem os jornais da imprensa negra. Esta situação de transição da sociedade brasileira e mundial vai repercutir nos jornais negros do período. A propaganda política é aberta, e os negros filiam-se em partidos políticos.

Tem-se em 1945 a 1963 o terceiro período da imprensa negra com os jornais:

**Tabela 20. Estado de São Paulo
3º período da história da imprensa negra paulista**

TÍTULO	LOCAL PUBLICAÇÃO	DATA
ALVORADA	São Paulo (SP)	1945
SENZALA	São Paulo (SP)	1946
UNIÃO	Curitiba (PR)	1948
MUNDO NOVO	São Paulo (SP)	1950
QUILOMBO	Rio de Janeiro (RJ)	1950
REDENÇÃO	São Paulo (SP)	1950
A VOZ DA NEGRITUDE	Niterói (RJ)	1953
O NOVO HORIZONTE	São Paulo (SP)	1954
NOTÍCIAS DO ÉBANO	Santos (SP)	1957
O MUTIRÃO	Pelotas (RS)	1958
HIFEN	Campinas (SP)	1960
NOSSO JORNAL	Piracicaba (SP)	1961
CORREIO D'EBANO	Campinas (SP)	1963

Em 1945 os militantes José Correia Leite, Fernando Góes e Raul J. Amaral apresentaram um programa que é uma revisão das propostas elaboradas por movimentos e jornais anteriores. Encarando os problemas sociais, fundam a ANB – Associação dos Negros Brasileiros, e o jornal “Alvorada”, conclamando os negros que haviam se dispersado para a reivindicação de participação sócio-política e econômica.

O jornal “Alvorada”, assim como os demais jornais fundados no período, desenvolveram novos discursos para a união dos negros nacionais em prol de uma causa comum. No entanto, diferenciavam-se pela referência especial que davam às atividades culturais e artísticas, sendo que alguns chegaram até a desenvolver congressos nacionais.

Em 1963 a imprensa negra sofre outra paralisação, provavelmente motivada pelo autoritarismo que já se instalava no país. Os jornais ressurgem por volta dos anos de 1970, porém com características diferentes dos jornais das décadas anteriores, por se tratar de outro momento histórico.

3.2. O discurso educativo dos jornais da imprensa negra

O conceito de Educação vinculado na imprensa negra pode ser compreendido para além da escolarização ou da prática formal de ensino-aprendizagem. Para o segmento social negro, a educação era compreendida no seu sentido mais amplo, pois envolvia a formação do carácter, a formação moral, o avanço intelectual da etnia, signo de ascensão social e possibilidade de inserção no mercado de trabalho.

Para abordar estas ideias, fiz uma investigação no discurso dos jornais negros da capital paulista no período compreendido entre os anos de 1918 a 1940. A pesquisa baseou-se na análise da coleção de jornais organizados no IEB – Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, organizados pelos professores Michael Mitchell e Miriam Ferrara. Trata-se do conjunto de 10 (dez) jornais publicados por associações, clubes e líderes dos movimentos negros paulistanos, conforme a seguir.

**Tabela 21. Cidade de São Paulo
Jornais da imprensa negra entre 1918 a 1940**

TÍTULO	DATA
1. O ALFINETE	1918
2. A SENTINELA	1920
3. O KOSMOS	1922
4. O CLARIM	1924
5. O CLARIM DA ALVORADA	
6. ELITE	1924
7. AURIVERDE	1928
8. O PROGRESSO	1928
9. CHIBATA	1932
10. A VOZ DA RAÇA	1933
11. TRIBUNA NEGRA	1935

3.2.1. O Alfinete – dedicado aos homens de cor (1918)

Esse periódico circulou nos anos de 1918, 1919 e 1921. Era um jornal independente, de publicação quinzenal e/ou mensal, que se denominava “Orgam Litterario, critico e recreativo dedicado aos homens de cor”. Seu diretor era o sr. Augusto Oliveira. A sua venda era realizada através de assinaturas semestrais, anuais ou números avulsos.

O jornal publicava notícias de nascimentos, aniversários, casamentos, batizados, falecimentos, pessoas enfermas. Igualmente publicava poemas, textos literários, matérias sobre as leis abolicionistas e textos de incentivo à educação dos negros.

Na edição de número 02, de 03/09/1918, Oliveira assinou uma carta aos leitores do periódico pela necessidade de afirmar a qualidade da raça negra. Clamando às “leis psicológicas das evoluções dos povos” o autor afirmou que na raça negra há igualdade de condições morais e intelectuais tanto com relação às demais raças. Contextualizou as conquistas da raça negra nos Estados Unidos, especialmente na “agricultura” e na “indústria”, cujo “despertar de sua energia vital, aliada a uma solida cultura intellectual desenvolveu maravilhosamente o progresso dessa nação”. E no Brasil?, questionou o articulista. Oliveira observou que, em tempos não remotos, José do Patrocínio (1853-1905) e Luiz Gama (1830-1882), com suas defesas abolicionistas, foram exemplos representativos das condições intelectuais da raça negra. Porém, naquele momento, a raça negra brasileira “despauperrando-se moralmente”, vivia um pensamento “acorrentado (...) ou si se julga na realidade inferior”.

Oliveira finaliza o artigo, conclamando à reação: “Cultivemos, extirpemos o nosso analfabetismo e veremos se podemos ou não imitar os nort-americanos” (O Alfinete, 03/09/1918, p.01).

A imprensa negra norte americana iniciou-se com a publicação do Freedom’s Journal em 1827 e há uma indicação que as notícias aqui publicadas sobre a vida dos negros nos Estados Unidos vinham dos jornais afro-americanos. Autores como Ferrara (1985) e Guimarães (2003) registraram um intercâmbio de ideias entre os jornalistas paulistas e americanos; além disso, a referência à situação dos negros norte-americanos pode estar contextualizada nos últimos conflitos da I Guerra Mundial (1914-1918), quando os Estados Unidos emergiram economicamente após o caos socioeconômico instalado na Europa.

Ainda no mesmo número, encontramos um artigo que conclama ao aprendizado de uma profissão, à exemplo dos imigrantes:

OS PRETOS E O PROGRESSO

É preciso que todos os homens de cor, emitem os bellissimos exemplos das colônias estrangeiras, procurando mandar ensinar uma proffissão para seus filhos ganharem a vida no futuro.

Vedes os estrangeiros que aqui desembarcaram para trabalharem como colonos em fazendas e, hoje já abandonando estas, a sua maior parte está, trabalhando pelo seu officio, na capital e mesmo no interior.

Bellissimo exemplo para nós, filhos e nettos de colonos Africano, que nada sabemos porque não queremos aprender um officio, para ganhar honradamente nossa vida. (...) Avante, meus irmãos de cor, caminhae com o progresso da nossa capital, mandae vossas filhas, para aprenderem costura

bordados e engommados; vossos filhos, depois que sahirem do Grupo Escolar, mandae-os aprender officio de sapateiro, funileiro, mechanico encardenador e typographo etc. (O Alfinete, 03/09/1918, p.04).

Chama a atenção três aspectos importantes nesse trecho. Primeiro, a comparação com as “colônias estrangeiras” indica que os imigrantes estavam atentos à questão da escolarização, encaminhando seus filhos às escolas de aprendizado de ofícios.

Segundo, o autor critica o comportamento dos “filhos e nettos de colonos Africano” por não quererem “aprender um officio”. Terceiro, o mesmo autor incentiva a população negra para que encaminhem seus filhos ao aprendizado de determinados ofícios, após o estudo primário no Grupo Escolar, com os quais poderiam acompanhar o progresso da capital: as meninas aprenderiam ofícios como “costura bordados e engommados” e os meninos os ofícios de “sapateiro, funileiro, mechanico encardenador e typographo”.

Portanto, os signatários do jornal “O Alfinete” tinham posições semelhantes ao movimento renovador: compreendiam que os filhos das classes populares (imigrantes e negros pobres) deveriam ser alfabetizados e encaminhados ao ensino profissionalizante.

As profissões caracterizadas – costura, bordados, engomados, sapateiro, funileiro, mecânico e tipógrafo -, foram postos recorrentemente ocupados pela população negra, como indicam as tabelas de participação do negro na vida econômica em São Paulo, apresentados no capítulo II dessa pesquisa.

Na edição de 28/08/1921 O jornal “O Alfinete” abre críticas à “apathia” dos homens pretos:

Quando fundamos o nosso pequeno jornal (...) tínhamos e temos em mira única e exclusivamente combater a apathia em que vivem os homens pretos da nossa querida Paulicéia, o desamor de si mesmo e, por isso mesmo, (...) com conselhos oraes, para um caminho mais cheio de luz e saber – trabalhará para si mesmos e para os seus, para o engrandecimento da Patria, para maior conceito do Estado de São Paulo (O Alfinete, 28/08/1921, p.01).

De uma maneira geral, o jornal criticou duramente os comportamentos considerados prejudiciais à população negra, como a alta frequência em bailes, os namoros e o alcoolismo. Repreendeu a apatia e a baixa auto-estima do negro, incentivando seus leitores a criarem condições para seu próprio desenvolvimento por meio do “saber”.

3.2.2. A Sentinela (1920)

Intitulado “Órgão crítico, literário e noticioso”, foi localizada uma edição do jornal em outubro de 1920. O jornal veiculou eventos sociais como casamentos, batizados e aniversários, mas tinha como característica marcante as críticas. As notas de censura pretendiam exercer um controle moral sobre a população negra, especialmente aos jovens, alertando as moças para não “andar com saias curtas por cima dos joelhos” ou “dançar no salão do Glycerio” (A Sentinella, 10/10/1920).

Como nos jornais da grande imprensa, a conduta moral era discutida entre os membros das associações negras; existiam códigos de conduta moral que deveriam ser exercidos pelos pares e por aqueles que desejassem participar dos eventos promovidos.

3.2.3. O Kosmos (1922)

O periódico circulou nos anos de 1922, 1923, 1924 e 1925.

O Jornal “O Kosmos” era de propriedade do Grêmio Dramático e Recreativo “Kosmos”. Sua periodicidade era mensal, mas eventualmente ocorriam alguns atrasos. A sua venda era realizada através de assinatura anual ou número avulso.

Publicava diversas matérias: notícias sociais, poemas, textos literários, textos que abordavam a situação dos negros, críticas e principalmente notícias do Grêmio “Kosmos”. Tinha como diretor o sr. Francisco Batista de Souza, que também colaborou com o jornal “O Clarim”.

Na edição de nº 27 do ano de 1924 foi publicado o seguinte texto:

Somos viciados, como incultos, somos atrasados e analfabetos? A culpa não é nossa: interrogae os quatrocentos annos do nosso ferrenho captiveiro, interrogae o miseravel regimem de obscurantismo em que fomos creados, interrogae a lei do atavismo e da hereditariedade. O nosso livro foi a chibata e a nossa escola foi a senzala! (O Kosmos, 16/11/1924, p. 2).

A construção deste texto demonstra um discurso de revolta, no qual o autor assumia que o comportamento degenerado do negro era um legado da escravidão. Dá-se a informação que no regime escravocrata não era dado o direito de ir à escola, por este motivo, o alto índice de analfabetismo no segmento. Dá-se também uma referência à importância do material

didático (livro), como uma ferramenta essencial da escola; esta ferramenta foi associada, no contexto da escravidão, com a chibata (açoite), que era um instrumento de persuasão (violenta) para a obediência do escravo.

Comum aos jornais da imprensa negra da época, “O Kosmos” valorizava a nacionalidade. Enfatizavam a condição do negro como “brasileiro” de forma explícita:

Somos brasileiros filhos legítimos deste colossal paiz, desta formidável nação de mares, serras e valles; berço de um povo heroico que tem a sua grandeza alimentada com o sangue dos nossos avós, com o suor enfim dos nossos maiores. (O Kosmos, 16/11/1924, p.02).

Para os jornalistas do jornal “O Kosmos” a educação era uma possibilidade de ascensão social numa sociedade rigidamente hierarquizada e com poucas possibilidades de integração para a população negra.

3.2.4. O Clarim / O Clarim da Alvorada (1924)

O jornal “O Clarim” circulou nos anos de 1924 a 1935. Teve, como fundadores, José Correia Leite e Jayme de Aguiar. Intitulado “Orgam Literário, Scientifico e Humoristico” da mocidade negra, o jornal publicava textos críticos, notas sociais (casamentos, aniversários, batizados, etc.), concurso de simpatia feminina, formaturas, notícias de eventos esportivos e informações das atividades realizadas pelo “Clube Negro de Cultura Social”.

Esse periódico circulou com o nome de “O Clarim” até meados de 1924. Após um período de interrupção, foi republicado com o nome de “O Clarim da Alvorada”.

Sua tiragem variava de 1.000 a 2.000 exemplares; sua publicação era mensal, e o jornal era vendido por assinatura anual, semestral e por números avulsos nas ruas e nos bailes.

Para os articulistas deste jornal, a educação é apresentada como o caminho para o aprendizado das profissões, conquistas materiais e ascensão social:

INSTRUÇÃO

A instrução é a cultura do nosso espírito, tanto intelectual e material quando procuramos aprender uma disciplina que nos auxilie, materialmente como sejam as várias profissões.

A cultura da nossa inteligência é a instrução intelectualmente falada. O mestre é o seu apregoeiro por excelência, incumbe-se de ensinar as crianças. Mas nem sempre, principalmente em nossos dias!

Também o adulto vai a escola. A escola é o recinto sagrado (...) é na escola que encontramos os meios precisos para nos fazer entendidos pelos novos irmãos.

Somos seus fiéis discípulos e os mestres sacerdócios amáveis que nos dão a luz do saber. Para eles devemos a nossa educação em geral. (...) A perfeição da educação é a instrução combatida com polidez e o bem viver e a ciência unida a virtude. Oh, Paes! Mande vossos filhos no templo da instrução intelectual “a escola” não os deixeis analfabetos como dantes! Hoje temos tudo, aproveitai as horas noturnas si os trabalhos vos impedem. Ides à escola! Aproveitai o precioso tempo para engrandecer a nossa raça e o nosso querido Brasil. (O Clarim, 03/02/1924, p.01).

Esse pequeno trecho parece traduzir a atmosfera de expectativas dos autores com a chegada de um novo grupo no poder político central, o que pode ser apreendido pela frase “hoje temos tudo, aproveitai...”. A possibilidade da incorporação da raça negra na identidade nacional, e as oportunidades de trabalho mediante as “várias profissões”, a expectativa de integração social do negro via educação e as perspectivas democráticas da nova escola parecem ser elementos que motivavam à busca da educação escolar, a ponto do articulista determinar “Mande vossos filhos no templo da instrução intelectual a escola, não os deixeis analfabetos como dantes”.

Em nota sobre o analfabetismo, uma das maiores preocupações da época, tendo em vista o crescimento econômico e industrial da cidade de São Paulo e a exigência de conhecimentos técnicos mais específicos, o jornal declama:

ANALPHABETISMO

A verdadeira liberdade do elemento negro começara a raiar do combate decisivo e leal, iluminando o analfabetismo preparando uma geração nova para os novos embates que se ão de ferir nos recessos amplos da democracia futura! (O Clarim da Alvorada, 27/12/1925, p.01).

A valorização do trabalho também foi retratada pelo jornal:

O TRABALHO

É a semente que germina, brota e fructifica em toda a terra. Forma as cidades, fertilisa os campos e crea as maravilhas que enaltecem o valor e reflectem o adiantamento das nações. Ninguém póde viver sem o trabalho, desde o isecto mais insignificante; dos animaes aos homens, todos tem as suas occupações, misteres estes impugnados pela natureza, desde a época mais remota até aos nossos últimos tempos. Dizia notável escriptor patricio: “Envelhece-se mais pela inactividade do que pelo trabalho. O trabalho é a função mais nobre da vida. O trabalho é a lei da natureza. Quem não trabalha, não é digno de viver. Quem não trabalha, está fora da lei porque é inimigo da sociedade”. (Barbosa, O Clarim da Alvorada, 20/06/1926, p.03).

O “O Clarim da Alvorada” publicava artigos condenando a ociosidade. O indivíduo considerado preguiçoso era marginalizado e a ociosidade era combatida. As críticas realizadas pela imprensa negra à preguiça e a outros comportamentos considerados inadequados não podem ser entendidas como uma visão negativa de si próprios. Tampouco deve ser adotada uma visão generalista de que o alcoolismo, a prostituição, o abandono, o desemprego, a mendicância e a criminalidade eram comportamentos “imperantes” no meio negro. Deve-se problematizar a crítica, também, pela necessidade de motivar e desenvolver novos hábitos de comportamento, considerando que esta população estava inserida em uma sociedade preconceituosa que a todo o momento associava aos negros características negativas.

Havia um intercâmbio de ideias entre “O Clarim da Alvorada” e jornais americanos “Chicago Defender” e “Negro World”. A comparação entre os padrões das relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos não foi exclusividade deste jornal, porém, a partir de 1925, tornaram-se mais frequentes nesse veículo. O jornal “O Clarim da Alvorada” tratava do preconceito de cor no Brasil e nos Estados Unidos, afirmando que o negro brasileiro, devido a sua participação fundamental na história econômica do país, era o elemento representativo da nacionalidade e não concordava com relações baseadas na violência e na segregação. O jornal chegou a declarar que nos grupos escolares no Brasil, ao contrário das escolas americanas, estudavam brancos e negros:

O dia que grupos escolares não aceitarem mais os nossos filhos, se as academias não receberem mais a nossa mocidade, para maior gloria da raça que descendemos, então os homens pretos do Brasil se unirão para a formação de tudo quanto necessitamos. Lá na América do Norte, onde o preconceito é um fato, o que é do preto é do preto, o que é do branco é do branco. Aqui não, tudo quanto é do Brasil, é nosso com exceção de qualquer coisinha que se não pode qualificar como preconceito (“Quem somos”. O Clarim da Alvorada, 14/11/1926, p.3).

Em um de seus artigos, publicado em 1926, o periódico afirmou que não havia justificativa para os negros não estudarem. Para o redator, “escolas há em todos os bairros, nocturnas, diurnas, gratuitas, mantidas pelo nosso governo, por associações diversas”. Só que nessas escolas encontram-se alunos de todas as nacionalidades, “mas de côr, não sei qual a razão de se contar as dezenas” (O Clarim d’Alvorada, 24/10/1926, p. 2).

Esse artigo indica que os negros tinham conhecimento da escola pública e gratuita, porém, nestas escolas as crianças negras representavam apenas algumas dezenas... A instrução é conceituada como um complemento do civismo e do patriotismo brasileiro, portanto todos os chefes de família deveriam estimular a educação de seus filhos. Várias recomendações são feitas às famílias para que eduquem os seus filhos, como apresentado no extrato abaixo:

EDUCAÇÃO

Educação corresponde a um conjunto de princípios de ordem social em que impera a delicadeza, a gentileza e a civilidade. Educação é pois, o conhecimento e prática dos usos da bôa sociedade. Posto isso julgamos que o maior trabalho a fazer-se é inspirar as mães uma educação muito particular aos filhos. Que ellas lhe inculquem desde a tenra idade o respeito aos superiores, a cortesia aos iguaes e a civilidade aos inferiores. (O Clarim da Alvorada, 12/11/1928, p.04).

A citação seguinte, assinada por Alcides Costa, igualmente defendeu um conceito de educação relacionada à civilidade e à moralidade. Esta concepção de educação aproximou-se muito do modelo defendido pelos intelectuais brasileiros que, na década de 1920, defendiam a escola como meio de difusão de um modo de vida civilizado:

Esta mais que provada a theoria de que é a infância a época em que se formam os caracteres. É na infância que se estabelecem as directrizes condutoras da vida futura os caminhos rectos ou verêdas menos dignas! Assim saibam as mães dirigir seus filhos, ensinem-lhes o caminho do bem e da justiça; dêem-lhes exemplos salutareos e, estamos certos amanha tereis ó homens de côr, a nova geração de que necessitaes! (Costa, O Clarim da Alvorada, 12/11/1928, p.04).

Nessa concepção, Alcides Costa ressalta que a infância seria o momento ideal para tal educação. Em síntese, as ideias das lideranças negras e dos articulistas do jornal “O Clarim da Alvorada” sobre a importância da educação estavam em sintonia com aquelas concebidas nos debates da imprensa geral. De uma determinada forma, os articulistas defendiam uma concepção de que somente a escola, como modelo formal “dos usos da boa sociedade” e da “civildade”, poderia inserir o negro em práticas culturais superiores, à altura da modernidade da cidade de São Paulo.

3.2.5. Elite (1924)

Esse periódico circulou no ano de 1924.

O jornal “Elite - Orgam official do Grêmio Dramatico e Literário Elite da Liberdade”, provavelmente foi criado no final de 1923, mas até o momento não foi localizada a sua primeira edição. O único exemplar localizado tem a data de 20 de janeiro de 1924, ano da revolução paulista que forçou o então presidente do estado, Carlos de Campos, a afastar-se temporariamente do cargo. Os fatos políticos podem ter prejudicado a continuidade do jornal.

O “Elite” tinha como Diretor o sr. Alfredo E. Silva, funcionário público da Secretaria da Fazenda do Estado e redator chefe o sr. Frederico Baptista de Souza, entre vários outros colaboradores. Os textos encaminhados para publicação só seriam aceitos se não utilizassem “linguagem violenta”.

Esse jornal, por meio de uma linguagem mais branda, realizava concursos de beleza feminina, publicava notas sociais dos membros e atividades de outras associações recreativas. Não eram publicados artigos de crítica social ou denúncia, como era feito em grande parte dos jornais da imprensa negra da época. Dada a importância da educação formal, foram publicadas pequenas notas valorizando o empenho dos resultados escolares obtidos pelos leitores:

A senhorita Durvalina Leonarda de Moura Baptista, foi aprovada com distinção pela Escola de Commercio e Preparatórios, em Portuguez, Francez, Inglez, Dactylographia e Correspondencia, tendo sido diplomada em Portuguez, Dactylographia e correspondência. Parabéns”. (Elite, 20/01/1924, p. 4).

Porém o jornal não conseguiu ficar isento à polêmica campanha de imigração brasileira. Diante da recusa de um pedido de um grupo de negros norte-americanos para se instalarem no Brasil, mais precisamente no estado de Mato Grosso, e a existência de projetos de leis estaduais e federais que impunham restrições à entrada destes imigrantes considerados “indesejáveis”, um dos articulistas do jornal se pronunciou:

E a Câmara alta que acaba de votar a lei que será o opprobrio inexoravelmente lançado em face de tantos brasileiros, continuará consciente de que cumprio o seu dever. Todos nós estamos convencidos de que mais negros no Brasil, seria augmentar o infortunio da raça infeliz. Mas, o que nos fere a alma, como ferro em brasa, é incontestavelmente, a forma por que certo parlamentar justificou o seu projecto, o que vae constar dos annaes do Congresso por toda um eternidade! Sim, por toda uma eternidade vae ficar patente que, o sangue negro é uma corrupção, que o elemento negro é uma desordem na formação do character ethnologico nacional.[...] O Brasil atravessa o periodo mais amargo da sua existência independente. Centupliquemos os nossos esforços, eduquemos os nossos filhos, sacrificuemos tudo para eleva-los a altura de perfeito cidadão e dia virá em que, proclamarão bem alto, para todo universo, que são brasileiros tão dignos como os demais o são e o Brasil ainda mesclado de então, consciente da sua força, consciente no seu valor e orgulhoso de si, lançará fogo nos papelorios infamantes que um dia escarneceram da sua propria casa. (Camargo, Elite, 20/01/1924, p.01).

O representativo texto demonstra que a circulação de ideias e conceitos sobre a “degeneração da raça negra” também estavam presente nos jornais da imprensa negra do período. O artigo acima citado parece revelar que a) os negros combatiam a imagem que a eles era atribuída: desordem, fracasso e atraso do país; b) os negros assumiam o discurso de que a educação poderia elevar o negro à “altura de um perfeito cidadão” a exemplo do

elemento branco; c) os negros se reconheciam como brasileiros, e contestavam o desprezo com que eram tratados em seu próprio país.

3.2.6. Auriverde (1928)

O referido periódico circulou no ano de 1928.

Mesmo com um período curto de vida, o “Auriverde - Orgam Humorístico, noticioso” fundado em abril de 1928, estava bem organizado: sua periodicidade era semanal, e sua tiragem saía pontualmente aos domingos, por volta de 2.000 exemplares.

Era dirigido pelo sr. João Augusto de Campos e pelo redator Deocleciano Nascimento. O jornal era vendido por assinaturas mensais e semestrais, e publicava vários anúncios em sua última página.

O jornal apresentava uma preocupação com o conteúdo que seria publicado, verificando a autenticidade dos textos. Dava visibilidade aos negros e tudo aquilo que se referia à vida em sociedade: notícias sociais, notas a respeito de outras associações e de outros jornais, eventos esportivos e culturais. Havia também uma coluna com o nome de “Charada” onde eram colocadas algumas questões que seriam respondidas no próximo número, motivando a fidelidade do leitor.

Si os immortaes abolicionistas, Luiz Gama, José do Patrocinio, Euzébio de Queiroz, Antonio Bento, Visconde do Rio Branco, e tantos outros, que a Parca implacável levou para a eternidade, pudessem surgir de além tumulo, em todas as datas em que se commemora a de 13 de maio, que alegria, que prazer! ... Como é lindo ver florecer o producto do sacrificio... Nós, os modernos, nem de longe fazemos uma Idea do quanto custou aos heroes abolicionistas, para derrocarem o nefando captiveiro, porque só o conhecemos atravez da historia; temos todo o conforto, com que, bem ou mal, vamos suprindo as necessidades da maneira que nos aprouver. Agora a nossa evolução, depende, unicamente, de nós, educando cada vez mais a intelectualidade afim de podermos arrojarmos às emprezas onde está accento o seu ponto culminante. (Auriverde, 13/05/1928, p.01)

Foi emblemática a ideia de “modernidade” apresentada no artigo: os modernos seriam os negros que já nasceram livres, graças à ação dos abolicionistas Luiz Gama, José do Patrocinio, Euzébio de Queiroz, Antonio Bento e Visconde do Rio Branco, entre outros.

E ainda, os negros modernos eram trabalhadores ativos, que supriam suas próprias necessidades e, em busca da evolução, educavam-se cada vez mais.

Outro artigo publicado pelo jornal, com o título “Os Homens Pretos e a Evolução Social”, Horacio Cunha realizou concepções sobre o preconceito no Brasil, e concluiu que em algumas situações não existiu *discriminação*, mas sim favorecimento ou associativismo entre pessoas do mesmo grupo. Conclamou, então, que os pais encaminhem seus filhos à educação, para que no futuro pudessem se formar como professores, médicos, deputados e senadores:

Ha muitos pretos que afirmam a existencia de um pequeno preconceito em nossa terra! Não é verdade, meus patricios de cor. Existem uns incurtos e invejosos que sempre procuram obstruir á ascenção de alguns dos nossos de cor, em beneficio dos seus candidatos. Isso sempre acontece e tem de acontecer com todas as classes ou pessoas que procuram o bem estar para seus dias. Para combater esses obstaculos, nós os pretos, precisamos mandar educar nossos filhos, dando-lhes uma educação conforme a nossa força; assim elles estarão preparados para tomar parte em qualquer cargo que despenda de exame ou concurso. Bem dissera o grande grammatico João Ribeiro: “Ensinae aos vossos filhos o que não pudesstes aprender”. O Dr. Sylvio Romero no seu livro Moral e Civil diz: “Todos os homens que tem o seu preparo intellectual ou profissional estão aptos para ganhar sua vida honestamente”.[...] E’ por isso meus irmãos, que eu digo não existir preconceito, só há incurtos e invejosos. Tenho observado do meu canto que por todas as partes vejo irmãos de cor, prestando sua actividade profissional e intellectual para a grandesa da nossa industria e progresso do nosso glorioso Estado de São Paulo. Ha muitos annos tendo eu lido uma velha revista, que contava factos dos tempos da escravidão, deparei com essas estrophes cantadas n’um samba por um dos nossos paes velhos, d’aquelle tempo:

Hoje nós somos livres

Amanhã nossos filhos

Vão todos para estudar

Depois serão:

Professor, Medico, Deputado e Senador

Vedes meus patricios? O que cantou no samba á 40 annos passados agora vem realisando o ideal dos nossos antepassados! (Cunha, Auriverde, 29/04/1928, p.02).

3.2.7. O Progresso (1928)

O jornal “O Progresso”, que circulou entre 1928 a 1932, foi fundado como parte das comemorações e divulgação do centenário da morte de Luiz Gama. Pretendia promover a elevação moral dos negros, conduzindo-os ao caminho do progresso, tendo como modelo a personalidade ilustre. Sua publicação era mensal, e era vendido através de assinaturas semestrais. A partir da 14ª edição passou a ser de propriedade da empresa Wanderley & Ferreira, e ter como editor o poeta Lino Guedes.

O jornal atuou de maneira crítica em relação à situação dos negros e, em algumas ocasiões, com relação ao comportamento do grupo. Noticiava casamentos, nascimentos, aniversários, batizados e, notas de pêsames por alguns falecimentos. Também publicava notícias de outras associações recreativas e culturais.

A partir da sua edição de número 14 o jornal passou ter como editor o poeta Lino Guedes¹¹² e representantes nas cidades de Tiête, Limeira, Cosmópolis, Sorocaba, São Vicente, Botucatu, Rio Claro e Uberaba.

Esse jornal empreendeu severas críticas a situação moral dos negros. No artigo apresentado a seguir, o autor veiculou ideias sobre os “erros da raça” indicando que havia determinados aspectos da vida do negro que eram considerados negativos, mas passíveis de regeneração por meio da moralização:

O systema filosofico mais productivo para combater os erros de uma raça como a nossa, é, a meu ver, o moralismo. A experiência da minha mocidade presente, a observação in loco dos costumes degenerados e degenerantes da nossa gente, me ensinaram a apontar o unico remedio para nossa regeneração racial: a moral. Por mais que os tribunos asseverem que a união, a fraternidade, a visão radiosa do ideal, são os meios indispensáveis para o reerguimento dos negros nada conseguirão se não atacarem de riço os vícios amoraes da nossa raça. (Netto, Progresso, 01/08/1932, p.03).

¹¹² Filho de escravos, Lino Guedes (1897-1951) diplomou-se na Escola Normal em Campinas e iniciou carreira como jornalista, chegando a atuar no Correio Paulistano e no Diário de São Paulo. Foi redator chefe do Getulino, jornal da imprensa negra na década de 1920. É reconhecido pela crítica literária brasileira como o primeiro poeta do século XX a assumir em suas obras o seu pertencimento étnico-racial. O livro de versos “O Canto do Cysne Preto” publicado em 1926 é considerado pela crítica literária como um marco de início da exaltação da negritude brasileira.

O jornal também incentivava e valorizava a educação, a formação intelectual e o trabalho:

CUIDAR DA CRIANÇA É CUIDAR DO FUTURO

É preciso cuidar com sinceridade e com inteligência no futuro de nossa mocidade negra e se unam e, dentro da esfera da sua acção, se dediquem à tarefa remuneradora por excellencia, pelo fruto que produzirá no futuro, a salvação da raça negra (Progresso, 15/11/193, p.01).

O cientista negro Juliano Moreira já distinguido pelo imperador Hirohito. O professor Moreira foi distinguido pelo imperador Hirohito, com a Ordem do Sagrado Thesouro do Japão e recebeu grãos honorários de varias sociedades scientificas japonezas. (Progresso, 13/01/1929, p.03).

3.2.8. A Chibata

O periódico circulou no ano de 1932.

José Correia Leite inaugurou o jornal e publicou apenas dois números pois, segundo o militante negro, houve um arrombamento no jornal e tudo foi destruído.

O jornal foi criado com o objetivo principal de criticar a Frente Negra Brasileira e o seu presidente na ocasião, Arlindo Veiga dos Santos. Havia um descontentamento de parte de alguns membros da associação, e o jornal “Chibata” publicava matérias com críticas à Frente Negra Brasileira em forma de poema, música ou adivinhação.

Também publicava notícias de outras associações, alguns anúncios e crônicas.

Não foi possível identificar, nesse jornal, artigo alusivo à importância da educação.

3.2.9. A Voz da Raça

Esse periódico, que circulou entre 1933 a 1937, foi um dos mais representativos da época, e é tratado como uma expressão do “grupo étnico dialogando com seus pares e com a sociedade nacional”. Segundo Silva (2003)¹¹³ o jornal foi editado entre os anos de 1933 a 1937:

¹¹³ SILVA, M. A. P. *A Voz da Raça: uma expressão negra no Brasil que queria ser branco*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

Ao longo deste período, o jornal passou por várias frequências: foi semanal, quinzenal e mensal. Seu formato era pequeno, tipo tablóide, com 4 páginas: rosto, duas páginas internas e, na última página, havia continuação dos artigos, ou novas manchetes. Os anúncios eram, na maioria, escritos em verbetes e sem imagens; eram poucos e, em geral, anúncios dos próprios frentenegrinos. Havia ofertas de serviços de advocacia, dentistas e ainda cursos, oficinas de costura, entre outros. Quanto à tiragem, não há como obter os números exatos. A distribuição do jornal era feita na sede da Frente Negra e nos eventos. No jornal não havia referência à tiragem. (Silva, 2003, p.133-134)

O jornal passou por diversos editores: o primeiro foi o sr. Deocleciano Nascimento e o último o sr. Francisco Lucrécio. “A Voz da Raça” envolveu em várias campanhas, ora políticas, ora específicas à população negra. Das campanhas nacionais destacam-se a defesa de Getúlio Vargas na Revolução de 32 e, das campanhas específicas, a luta pelo fim da discriminação na Guarda Civil, repartições públicas e logradouros.

Na década de 1930, momento pós-guerra, as ideias nazi-fascistas circulavam o mundo, e os discursos sobre nação e nacionalidade se constituíam como práticas comuns. A utilização do termo *raça*, conforme conceituação já apresentada neste texto, mostrava-se eficaz para a interpretação da relação entre os grupos étnicos. Esse uso pode ter produzido, inclusive, o título do jornal “A Voz da Raça”, que sugere um espaço de *discurso* para a população negra.

A Frente Negra Brasileira construiu um forte ideário em prol da educação e esta proposta foi explícita e publicada:

A Frente Negra Brasileira (...) visa a elevação moral, intelectual, artística, técnica profissional e física; assistência, proteção e defesa social, jurídica, econômica e do trabalho da Gente Negra (...) criará cooperativas econômicas, escolas técnicas e de ciências e artes, e campos de esporte dentro de uma finalidade rigorosamente brasileira. (Estatuto da Frente Negra Brasileira, A Voz da Raça, 15/04/1933, p.03).

Esse ideário também permeia todas as suas ações e vários artigos do jornal, que foi um semanário independente categorizado como órgão oficial de propaganda da entidade.

Organizado em colunas, publicava em suas notas sociais os casamentos, nascimentos, noivados, falecimentos e demais eventos da população negra. Em julho de 1937 o jornal “A

Voz da Raça” transcreveu uma homenagem póstuma ao engenheiro Antonio Martins dos Santos escrita pelo Presbitério Lindolfo Koller Anders, do Mackenzie College, texto que havia sido publicado anteriormente no “Noticiário Mackenzista nº 22” de 28.04.1937. Esse artigo é citado, a seguir, quase na íntegra, pois revela, nesta história de vida, a oportunidade de formação escolar e de trabalho de um jovem negro na cidade de São Paulo, ainda que por intermédio ou favorecimento de uma família de Lavras:

Em 2 de setembro de 1911 em Bom Sucesso, estado de Minas, nasceu Antonio Martins dos Santos. De condição humilde, sempre sentiu necessidade de trabalhar para vencer. Assim, não sonhando esforços pessoais, fazendo jus ao auxílio que a família Gammon, em Lavras, lhe prestava, Antonio conseguiu formar uma base sólida para seus estudos vindo, em 3 de fevereiro de 1928, continuar sua instrução no meio mackenzista.

Em breve viram os mackenzistas o coração nobre, o espírito humilde, a alma ebúrnea, clausurados naquele corpo de ébano (...). Como funcionário foi cumpridor dos seus deveres, alcançando logo plena confiança dos seus superiores e grangeando, simultaneamente, simpatia e amizade dos que lhe foram subordinados (...). Como estudante, soube também vencer. Abraçou por ideal, o estudo da engenharia; especializou-se em eletricidade, terminando o curso e defendendo tese em 19 de março de 1936. Altruísta por índole, não se furtou ao prazer de auxiliar aos seus semelhantes; mesmo enquanto estudante, dedicou parte de seu tempo, lecionando abnegadamente no curso de Formação Social da Frente Negra Brasileira; em breve assumiu a direção do jornal daquela entidade. (*A Voz da Raça*, Julho/1937, p.04)

O artigo, além de revelar uma das possibilidades de escolarização do elemento negro na época, ou seja, este poderia ser auxiliado financeiramente por família abastada, também parece indicar a existência de um certo constrangimento dos mackenzistas com relação ao pertencimento étnico-racial desse aluno, a ponto de Anders justificá-lo como um jovem de “coração nobre” e uma “alma ebúrnea” enclausurado num “corpo de ébano”, uma alusão ao termo “negro de alma branca” utilizado à época.

O mesmo periódico informa que Santos foi redator-chefe do jornal “A Voz da Raça”, professor do Curso de Formação Moral da Frente Negra Brasileira e também fazia parte de seu Grande Conselho. Na homenagem póstuma realizada nas dependências da associação, o

professor Anders compareceu pessoalmente, como representante do colégio, para prestar as últimas homenagens ao frentenegrino mackenzista.

A educação era um tema importante para os frentenegrinos. Em novembro de 1937, foi publicada a última edição nº 70 do jornal “A Voz da Raça”. O sr. Francisco Lucrécio, então secretário geral, saudou a nova carta constitucional e ao presidente Vargas, não deixando, porém, de ressaltar que os negros sempre participaram do desenvolvimento do país e que continuariam a participar, mas para isso necessitavam de mais escolas e recursos para a educação:

(...) O dia consagrado à Bandeira do Brasil! Hontem assistimos as manifestações de regozijo prestadas pelas forças armadas, associações culturais, de classes e o povo, à nossa bandeira. (...) O negro esteve presente, como presente esteve sempre, em todas as ocasiões necessárias ao bem comum. Diante das afirmações e de reconhecimento do que é nosso, estamos certos de que os legisladores conscienciosos das suas altas responsabilidades não deixarão passar despercebido e a margem os negros que tanto benefício prestaram e querem continuar a prestar ao país. A nossa gente precisa de escolas, escolas primárias e profissionais, assistência social para serem educados e reeducados sobre todos os pontos de vistas, desde o artístico ao intelectual e cívico para com maior eficiência auxiliar a grande obra de reconstrução da nacionalidade (A Voz da Raça, Novembro/1937, p.01).

Nesse jornal foram expressas tanto as ideias quanto as ações da Frente Negra Brasileira, como artigos de vários outros colaboradores, personalidades influentes da sociedade paulista como o Presbitério Anders, do Mackenzie College e os modernistas Oswald de Andrade¹¹⁴, Menotti Del Picchia¹¹⁵ e Cassiano Ricardo¹¹⁶. Também se manifestaram, nas páginas do periódico, as personalidades políticas com as quais a Frente Negra Brasileira mantinha algum tipo de ligação.

¹¹⁴ Oswald de Andrade (1890-1954) foi um dos principais protagonistas da “Semana de Arte Moderna” de 1922. Foi considerado o modernista mais contundente e agressivo do período, pois assumia uma postura crítica frente ao “analfabetismo letrado” como dizia, referindo-se aos acadêmicos conservadores que defendiam a velha ordem cultural e artística. Como estimulador dos novos valores, reclamava incentivos à educação e à pesquisa brasileira.

¹¹⁵ O bacharel em direito, jornalista, poeta e romancista Menotti Del Picchia (1892-1961) é considerado uma das maiores expressões da vida cultural paulista. Sua obra de maior repercussão é “Juca Mulato” de 1917, onde a figura do mulato é exaltada como “um titã negro e pacífico”.

¹¹⁶ O poeta Cassiano Ricardo (1895-1974), apesar de não ter aderido imediatamente à inovação estética proposta pela Semana de Arte Moderna de 1922, a partir de 1925 tornou-se um “modernista convicto” e foi protagonista de um dos mais importantes grupos do modernista brasileiro, o “Verde-Amarelo”, cuja postura era de valorização da realidade brasileira.

Em sintonia com a movimentação intelectual paulistana, o movimento modernista também se expressou nas páginas do “A Voz da Raça”. Cassiano Ricardo teve seu poema “Mãe Preta” publicado no jornal da Frente Negra Brasileira. O jornal também se posicionou à favor da frente nacionalista conhecida como “Bandeira”. O teor desse enunciado revela a forte ideologia de suas lideranças em oposição ao estrangeirismo do país; por este motivo foi reproduzido na íntegra:

A Frente Negra Brasileira ao lado da Bandeira. Do “Diário Popular” de São Paulo, transcrevemos a entrevista que o Sr. Secretário Geral da F.N.B. dr. Francisco Lucrécio concedeu ao valoroso vespertino paulista.

Tendo sido divulgada a notícia de que a Frente Negra Brasileira promoverá, ao próximo domingo, uma expressiva sessão cívica em homenagem aos dirigentes da “Bandeira”, quizemos ouvir do secretário geral dessa pujante associação de brasileiros de cor, a opinião sobre a nova organização de defesa dos ideais brasileiros, que é “Bandeira” e em cuja frente se destaca um brilhante grupo de intelectuais paulistas. E assim falou-nos o dr. Francisco Lucrécio, secretário geral:

A Frente Negra Brasileira acompanha sempre com o mais vivo interesse, todos os movimentos em proveito da grandeza coletiva nacional, emprestando-lhes o seu apoio. Tão logo soubemos que “Bandeira” se propõe a um incessante trabalho de brasilidade, combatendo ideologias de infiltração, não demoramos em apresentar nossa solidariedade a esses bons brasileiros, que desejam a Pátria sempre aureolada pelas suas tradições dignificantes. “Bandeira” vem ao encontro das nossas aspirações, porque se firma nos mais sadios princípios de brasilidade. E ninguém possui mais amor à Pátria de que o brasileiro negro. Em todas as suas fases políticas e sociais, o Brasil contou com o concurso firme de seus filhos negros, que sempre lhe ofereceram não somente o braço trabalhador e o coração reconhecido, como a própria vida, nos momentos precisos. Estamos no instante das definições. E “Bandeira”, que vem para a luta com um programa definido provar o amor entre os brasileiros; combater a infiltração em nosso país das doutrinas dos outros povos; atacar de frente os preconceitos ridículos e, o mais importante, lutar até a morte pelo feliz engrandecimento nacional – “Bandeira” por tudo isso, merece o nosso integral apoio, mesmo porque a sua finalidade, se confunde com a nossa”.

Eis o motivo, pelo qual a Frente Negra Brasileira vai promover, em sua sede central, no próximo domingo, uma expressiva homenagem à Bandeira. (A Voz da Raça, Novembro/1936, p.04)

Em resposta a esse apoio, Menotti Del Picchia escreveu um discurso na ocasião da sessão cívica, agradecendo o apoio da Frente Negra Brasileira e enaltecendo a função do elemento negro na formação do povo brasileiro, conforme publicado nas páginas do jornal “A Voz da Raça”:

A “BANDEIRA” E A FRENTE NEGRA BRASILEIRA. Frentenegrinos irmãos brasileiros (...) com o fito de cerrarmos fileiras em torno do Brasil. As ideias que condensaram em seu programa os intelectuais paulistas foram ganhando cidade por cidade e hoje já são conhecidas da nação. Ainda agora, pelos seus Governadores, 21 Estados hipotecaram seu apoio a este movimento nacionalista e cultural. (...) A bandeira, porém, não visa os fortes do poder, os fortes da fortuna, os privilegiados e ricos: ela é forte para o povo e quer exprimir a vontade mais íntima e legítima do nosso povo. É por isso que o gesto da Frente Negra Brasileira, correndo ao encontro da “Bandeira” tem para nós um sentido mais profundo, significativo e humano: quer dizer que é a Raça que a esposa e a defende.

Ninguém pode exprimir melhor a alma da Raça que vós outros. E que foi o negro quem tipificou a civilização desta parte do continente, dando-lhe o rico e misterioso conteúdo espiritual que a torna diferente de todas as outras raças. Foi da mistura do latino, do índio e do negro, mistura que significa o alto espírito de fraternidade étnica peculiar apenas à nação brasileira, que surgiu a “raça brasileira”, xadrez poligenético de materiais humanos solidificados em um mesmo espírito e unificado pela mesma língua. Não fôra o negro, capaz de fundir as raças e o Brasil não teria, nas suas populações, o que tão singularmente as caracterizam.

Servindo-me de uma admirável imagem de Cassiano, tirada a essa ilyíada racial que é o “Martin Cererê”, direi que, para amalgamar o metal ilustre do elemento branco, com o bronze quente do homem Ameríndio, foi necessário que o genio da civilização uma fosse buscar o carvão negro.

(...) E em reconhecimento à esse fabuloso tesouro que trouxeste à nossa Raça que nós da “Bandeira” sabemos bem avaliar o que significa o apoio da Frente Negra Brasileira. Esse apoio nós recebemos de joelhos, porque

compreendemos que, mais que nenhum outro ele exprime o sentimento da própria alma brasileira. (Menotti Del Picchia, *A Voz da Raça*, Novembro/1936, p.01)

Menotti Del Picchia prosseguiu o discurso denunciando as ideias estrangeiras, que considerou “perigosas” e “alheias” à índole e à alma cristã e pacífica do brasileiro. Acusou os imigrantes japoneses de elementos infiltrados “para dar-nos o abraço mortal da sua sede de imperialismo” e a tendência do país em “imitar o que se processa na estranja”. Finalmente, o jornalista conclui que a “Bandeira” era um movimento nacionalista que resolveria “a ideia de um povo sem lei dentro de uma confusão de homens sem pátria” e defendeu a salvação do Brasil pela “democracia realizada dentro de princípios da justiça social, de autoridade forte, de disciplina consciente”.

Em março de 1937 a Frente Negra Brasileira organizou uma sessão solene no Teatro Municipal paulista com o intuito de comemorar o “90º aniversário do nascimento do grande poeta Castro Alves” e publicou no seu jornal o discurso de Oswald de Andrade para este evento:

Negros de São Paulo (...) que esta festa continue o plenário aberto pelo grupo romântico de S. Paulo contra as masmorras legisladas da nossa pobre história. Hoje, mais do que nunca, um sentido ecumênico se funde nas manifestações públicas. Se aqui vedes pretos e brancos irmanados e solidários, ide a sede de uma das organizações que nos dão este espetáculo – a Frente Negra Brasileira – e vereis como sinal dos tempos, cursando as suas aulas – nacionais brancos, europeus e até japonezes. Castro Alves pulsa inteiro nessa união. (Oswald de Andrade, *A Voz da Raça*, Março/1937, p.01)

Pudemos apreender, na leitura dos discursos políticos do jornal, que a liderança fretenegrina também estava alinhada com os debates contrários à invasão estrangeira, além de apoiarem as iniciativas governamentais de alfabetização popular. São recorrentes as matérias no jornal “*A Voz da Raça*” que trataram do quadro de carência educacional dos negros. O curso de alfabetização e a escola primária foram associados à necessidade de vencer barreiras – além de ser um instrumento político, ou seja, requisito para a aquisição do direito do voto e a participação em partidos políticos, o saber escolarizado era ferramenta de ingresso e mobilidade social do negro no mundo moderno e industrial.

Nos cinco anos de existência do jornal localizei artigos que comprovaram o ingresso de crianças negras nos grupos escolares do período. A afirmação “(...) Ainda há grupos escolares que recebem negros porque é obrigatório, porém os professores menosprezam a dignidade da criança negra” (Silva, *A Voz da Raça*, Julho/1934, p.02) parece indicar que a obrigatoriedade escolar facilitava o acesso da criança negra na escola pública, mas não garantia um tratamento igualitário no cotidiano escolar. A frase “(...) o governo paga aos mestres para ensinar as crianças e não para ensinar as crianças brancas” (*A Voz da Raça*, 17/03/1934, p.04) pode indicar tanto a discriminação racial existente no cotidiano escolar, como já afirmou Hilsdorf (2007), como a organização de classes seletivas mediante a aplicação de testes - talvez as crianças negras, em sua maioria provenientes de classes sociais menos favorecidas economicamente, apresentassem condições de alimentação, saúde e moradia tão precárias que foram consideradas “imaturas” para a aprendizagem e, conseqüentemente, encaminhadas para as classes de alunos “fracos”.

Ainda há grupos escolares que recebem negros porque é obrigatório, porém os professores menosprezam a dignidade da criança negra, deixando-as de lado para que não aprendam e os pais, pobres, e desacomodados pelo pouco desenvolvimento dos filhos resolvem tira-los e entregar-lhe os serviços pesados, ainda assim dificilmente encontrado. [...]. Sei que a fiscalização é rigorosa, e é repartidas equitativamente, mas os esforços aplicados ao negro aluno, não é aquele que recebem as crianças brancas. (Silva, *A Voz da Raça*, Julho/1934, p.02).

Notam-se duras críticas à postura discriminatória e excludente dos professores nas escolas:

O sentimentalismo envenenado das nossas escolas, com as suas referências mais ou menos tolas ao pretinho Benedito, com os seus elogios de raposas ao heroísmo de Henrique Dias, tem dado ao negro a impressão de que os seus antepassados foram uns desgraçados e de que os jovens negros só por isso tem de ser sempre uns vencidos. [...] E os negros estudem também a fim de não serem insultados a cada momento. Instruídos e educados seremos respeitados; far-nos emos respeitar. (Feliciano, *A Voz da Raça*, Abril/1933, p.01).

O QUE FOI A RAÇA NEGRA. E porque o negro se destaca. A sua inteligência e a sua coragem fazem temer os fracos, intelectuais. Pois bem, se o indivíduo não tem condições de ensinar o negro, é conveniente que deixe a sua cadeira a outro que o suporte, pois o governo paga aos mestres para ensinar as crianças e não para ensinar as crianças brancas.

O ódio opressor que atua sobre o negro, é devido a muitos vultos que têm se destacado, tanto intelectual como no campo de batalha ou nos serviços de grandes riscos de vida. Essa obscuridade vem arrastando o Brasil ao abismo, pois a falta dos braços negros cessou o grande desenvolvimento que vinha tendo entre as demais nações. (A Voz da Raça, 17/03/1934. p.04)

Obstante as queixas, outros artigos publicados no jornal “A Voz da Raça” referendaram o papel da escola como um fenômeno modernizador do negro:

ESTUDAS E SABERÁS. O progresso deste século não permite que os ignorantes vençam todos os obstáculos da Vida. Poderão vencer, isto é, galgar bons postos, mas com o braço amigo estudado. Nunca sem o seu destemido esforço. O homem deve estudar até morrer. Não é só nos Grupos Escolares e nos Ginásios, enquanto se é criança ou moço que se forma o intelecto. Em casa, na sociedade, nos clubes, em qualquer parte. Estudando a psicologia da multidão, a religião tão indispensável ao homem, as leis sociais tão precisas à humanidade, estudar aquilo que se aprecia. Sem estudo não se vence. (...) O estudo é a gota e a pedra é o obstáculo. (A Voz da Raça, 17/03/1934, p.08).

Muitas crianças negras apresentavam dificuldades para frequentar as escolas públicas, seja por conta das condições de vida e trabalho que estavam submetidas, seja por conta do preconceito que sofriam. Diante desse quadro, como proposta de solução, algumas associações investiram em escolas primárias e cursos de alfabetização de adultos, como foi o caso da Frente Negra Brasileira. O funcionamento dessas escolas era precário e instável, pois eram mantidas através das parcas contribuições de seus associados e, em alguns casos, eram cobradas pequenas mensalidades dos alunos.

Francisco Lucrécio relatou sua trajetória de vida a Barbosa (1998)¹¹⁷. Informou que nasceu em Campinas e lá concluiu o ensino ginásial; em meados de 1930 veio para a cidade

¹¹⁷ BARBOSA, M. *Frente Negra Brasileira: depoimentos*. São Paulo: Quilombhoje, 1998.

de São Paulo trabalhar e estudar. Diplomou-se cirurgião dentista na Escola Livre de Odontologia, na rua Barão de Itapetininga, logrando uma trajetória educacional e profissional de sucesso. A crença no papel redentor da escola parece justificar seu empenho como secretário-geral à frente do Departamento de Educação e Instrução da Frente Negra Brasileira, no ano de 1933. Relatou Lucrécio que “os negros eram poucos alfabetizados e tinham dificuldades até para frequentar a escola” mas a Frente Negra Brasileira possuía, em sua sede, uma verdadeira escola, curso de alfabetização, Educação Moral e Cívica, com quatro classes comandadas por professoras nomeadas pelo governo. O militante Lucrécio acrescenta, para demonstrar a eficiência da escola primária, a formação acadêmica do seu corpo docente:

Os fretenegrinos que estudavam e estavam fazendo Engenharia, outros que faziam Biologia, outros Comércio, eles se propuseram a dar aulas. Existiam diversos professores: o Raul Amaral, o Lino Guedes, que era jornalista, Salatiel de Campos (...) jornalista. Havia mulheres que eram professoras. Tinha a Celina Campos, professora de música, a Gersen Barbosa. (Depoimento de Francisco Lucrécio, Barbosa, 1998, p.42)

Pela busca da ascensão dos negros paulistanos e brasileiros, o jornal “A Voz da Raça” defendeu que a próxima demanda da população negra seria frequentar os grupos escolares, os ginásios, as escolas técnicas e as faculdades.

O jornal “A Voz da Raça”, assim como os demais contemporâneos, rendiam homenagens aos ícones negros como Henrique Dias, José do Patrocínio, André Rebouças, Castro Alves, Zumbi e Luis Gama, entre outros. Estas homenagens estavam ligadas ao resgate do heroísmo passado, como modelo a ser seguido pelos jovens. Também objetivaram o cultivo de uma “identidade racial” capaz de combater a imagem negativa disseminada tanto no imaginário da população, como na imprensa diária, que reforçava este negativismo. O intelectual negro, ao adotar em seus discursos um viés étnico com ênfase na valorização da identidade negra, mobilizou a ideia de solidariedade racial ou associativismo, com o objetivo de aglutinar os negros e promover a união necessária à resistência negra.

3.2.10. Tribuna Negra (1935)

O periódico acima circulou no ano de 1935 e teve como diretor o sr. Augusto das Neves.

Foi localizado uma única edição em setembro de 1935. Nessa edição os artigos foram dedicados à literatura, além de notas sociais de aniversários, nascimentos, entre outras festividades. O jornal homenageava abolicionistas como Luiz Gama, e incentivava o negro para o avanço social com base nesses exemplos.

Enquanto a mocidade de outras raças affluem as escolas, outras que não podendo ir, por falta de meios materiais, educam-se, estudam, estão sempre attentas, acompanhando a sociedade, a sciencia que se desenvolve dia a dia, a vida com seus ribombos, as idéas em marcha, novos conflitos ... e o negro dansa ... (A Tribuna Negra, Jan/1935, p.01)

O jornal realizava críticas ao comportamento dos jovens negros, comparando-os com a juventude de outras etnias que buscavam o conhecimento escolar ou autodidata.

* * *

Após estas análises, nas quais buscou-se interpretar os debates educativos nos jornais da imprensa negra paulista durante o período de 1920-1940, identifiquei alguns aspectos que não foram discutidos nos estudos anteriormente realizados por outros autores.

A situação de *abandono* e *pobreza* da população negra, em todas as suas particularidades, foi assunto debatido tanto nas associações quanto nas páginas dos periódicos negros. As associações beneficentes apoiaram a ascensão socioeconômica dos negros, por exemplo, realizando campanhas em prol da compra de lotes populares, para que as famílias negras construíssem moradias próprias e superassem a situação precária dos cortiços. Por outro lado, os jornais da imprensa negra motivaram a adoção de comportamentos que promoveriam social e economicamente as famílias negras e suas futuras gerações. Assim, os periódicos negros criticavam e reprimiam os vícios como o alcoolismo, a prostituição e a ociosidade e, concomitantemente, orientavam mulheres e homens negros a adotarem comportamentos mais adequados à nova ordem social.

Durante o período da I Guerra Mundial as indústrias paulistas expandiram sua capacidade produtiva. Essas estratégias de transformação industrial, motivada pelo aquecimento do mercado interno, representaram aos empresários a possibilidade de implantar a racionalização do processo de trabalho, obtendo a intensificação da produção. A racionalização foi concebida como um processo no qual o trabalho seria dotado de elementos científicos que levariam à sistematização, regulamentação e estabelecimento de novas rotinas de trabalho. Sua implantação resultaria em transformações econômicas e tecnológicas e também em novas regras, disciplinas e comportamentos dos trabalhadores.

Nota-se nesse período uma valorização do trabalho. Por meio de discursos que removiam os atributos degradantes das atividades profissionais e destacava-os como fonte da própria vida, os jornais da imprensa negra atribuíram o trabalho como instrumento de sucesso e engrandecimento do negro e seu país.

Pude observar que essa imprensa se articulou como uma “classe trabalhadora”, em defesa de seus interesses nacionais e étnicos, a exemplo (e no confronto) aos imigrantes europeus, que constituíam a maioria da população da cidade e disputavam diretamente os postos de trabalho. O discurso da imprensa negra enfatizou que os negros deveriam ocupar-se profissionalmente e obter condições de sobrevivência. Abraçando a bandeira nacionalista, os negros ressaltavam o trabalho dos ancestrais africanos que muito haviam contribuído para a construção da riqueza do país, e afirmavam que queriam permanecer no Brasil e aqui conquistar poder. À título de exemplificação, o jornal “A Voz da Raça” empenhou uma campanha pelo fim da discriminação na Guarda Civil e nas repartições públicas, visando a inserção de trabalhadores negros nessas instituições. Outros periódicos prediziam que o futuro do negro estava no trabalho: “progresso”, “engrandecimento da raça e da Pátria”, “meio para conquistas materiais”, “semente que germina e frutifica a terra” e “evolução”, entre outros adjetivos, incitavam a população negra a escolher um caminho profissional.

A educação estava colocada como instrumento de conquista à civilidade necessária para que o negro lograsse êxito nas disputas no mercado de trabalho, no espaço sócio-cultural e político da cidade de São Paulo.

Vários discursos ressaltaram a importância da escola (*diurna*, para as crianças, e *noturna*, para os adultos) para que o negro completasse o projeto da “abolição” e se integrasse na sociedade moderna e industrial. Nesse aspecto, o ensino profissional é uma das reivindicações recorrentes dessa imprensa: os negros só poderiam acompanhar o progresso da capital se, a exemplo dos imigrantes, realizassem os aprendizados dos ofícios necessários à expansão da cidade e da indústria.

De uma maneira geral a imprensa negra indicou os ofícios artesanais e domésticos para as mulheres (costura e bordado) e os ofícios industriais e de serviços para os homens (mecânico, funileiro, encanador e tipografo). Este pensamento está de acordo com o sistema escolar proposto pelos liberais e democratas: um sistema escolar que educasse toda a sociedade, porém escalonado conforme se tratasse da *classe trabalhadora*, que era destinada à escola elementar e ao ensino profissional, ou *classe dominante*, que era destinada aos cursos ginasiais, médios e superiores.

Assumindo o discurso de trabalhadores, a imprensa negra incentivou as atitudes de autonomia, apelando para os esforços e as responsabilidades pessoais do indivíduo na construção de uma escolarização sólida e de uma carreira profissional de sucesso.

Como se viu anteriormente, no período pós-abolição a população negra continuou excluída, apesar do processo acelerado de urbanização e industrialização. Para Fausto (1995)¹¹⁸ o que estava em jogo era a crescente ocupação do espaço sociocultural, econômico e político por estrangeiros. E obstante os jornais da imprensa negra afirmarem uma convivência pacífica entre os negros e os imigrantes, estudos históricos comprovam que em várias esferas da vida social os negros perderam na disputa com os estrangeiros.

Por esse motivo, os jornais da imprensa negra analisados dentro do recorte proposto vincularam as temáticas *trabalho e educação* como projetos de extrema importância, reivindicando atenção a estes direitos. O aperfeiçoamento profissional e técnico do homem negro, a formação educacional capaz de criar condições de desenvolvimento, a civilidade e os bons comportamentos sociais, são concepções encontradas sistematicamente nos artigos dessa imprensa.

Vê-se, assim, que nos anos de 1918 a 1940 a imprensa negra desenvolveu um posicionamento com relação à importância da educação formal e do desenvolvimento intelectual para o processo de integração do negro. A partir daí, desenvolveu ações para a conscientização da massa, com palavras de ordem, direcionamento, demonstração de modelos, que variavam entre abolicionistas, grandes personagens negros da história recente do Brasil, intelectuais negros brasileiros ou estrangeiros que estavam em ascensão.

¹¹⁸ FAUSTO, B. *Imigração e política em São Paulo*. São Paulo: Sumaré: Fapesp, 1995.

Meu entendimento é que a população negra lutou por seus interesses coletivos e individuais, imbuídos por demonstrar o caráter civilizador que a educação promoveria em suas vidas. A partir do momento que resolveram caminhar na direção da *qualificação profissional e educacional*, seja para igualar-se “moralmente” aos brancos, seja como estratégia que possibilitaria a conquista de espaço sociocultural, econômico e político na capital, depararam-se com vários problemas, inclusive condições socioeconômicas. Apesar de tudo, as famílias negras, ainda que estivessem sujeitas às atividades profissionais inferiores, aos baixos salários e às precárias condições de alimentação, vestimenta e moradia, encaminharam seus filhos à escola pública, numa estratégia para que estes alcançassem melhores condições de vida no futuro. Nesse aspecto os jornais da imprensa negra deram informações importantes sobre o incentivo à educação formal e a presença de crianças negras nos grupos escolares mantidos pelo Estado.

IV. OPORTUNIDADES DE ESCOLARIZAÇÃO DE CRIANÇAS NEGRAS NOS GRUPOS ESCOLARES DA CIDADE DE SÃO PAULO

Digo simplesmente: a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa.
(Foucault, 1979)

As primeiras décadas do século XX foram férteis em iniciativas educacionais. O processo de implantação de uma educação renovada no estado de São Paulo, especialmente nos cursos primários dos grupos escolares, acontece efetivamente a partir da década de 1920, com a Reforma Sampaio Dória, cuja *bandeira* era a erradicação do analfabetismo por meio da obrigatoriedade escolar, e avança na década de 1931 com a gestão de Lourenço Filho, cuja *marca* foi a racionalização do espaço e das práticas escolares com o objetivo de adaptação à vida moderna.

Os princípios da escola renovada divulgados por Lourenço Filho, no que tange aos objetivos da *higiene* e da *eugenia*, podem ser observados nos discursos que orientam a aquisição dos hábitos de saúde (ventilação, alimentação, sono e repouso, exercícios físicos, entre outras ações), nas orientações sobre higiene pessoal, estatísticas sobre moléstias contagiosas e orientações de como evitá-las, e na perspectiva da “melhora” racial com base na evolução das gerações. Contudo, observo que estas prescrições foram sugeridas para o interior das escolas, como analisou Mate (2002) na leitura da Revista Escola Nova:

A revista dedicada ao tema da Saúde, um dos números mais volumosos da fase da Escola Nova, apresenta objetivos ligados à higiene que se estendem à família (...). Apresenta também objetivos ligados à eugenia “melhorar a vida individual e coletiva do futuro; assegurar uma segunda geração melhor, e uma terceira geração ainda melhor; uma nação e uma raça mais sadias e mais capazes” (...). No mesmo capítulo sugere-se que os professores fizessem “uso de situações escolares” para o desenvolvimento de alguns “hábitos sadios”. (Mate, 2002, p.107-109).

Outras orientações sobre saúde e higiene são indicadas para o cotidiano escolar, como evitar o contato físico, por exemplo. Esta prerrogativa, no interior da escola renovada, indica que o discurso “civilizador” destinava-se àqueles que, na percepção dos órgãos públicos de saúde e dos educadores, careciam de civilização: no caso especial de São Paulo, uma população de descendentes de negros, cujas teorias raciais da época clamavam serem inferiores. Schwarcz (1993)¹¹⁹ analisou que a partir dos anos de 1920 os profissionais da medicina passaram a *historicizar* a trajetória das epidemias, e em função desses resultados passaram a prescrever um “futuro” para a nação. A questão racial passa a fazer parte das análises médicas: as doenças teriam vindo da África (com os escravos) e da Europa e Ásia (com a entrada da mão-de-obra imigrante), e a mistura racial proporcionou um “enfraquecimento biológico”. Dessa forma, no Brasil, a questão da higiene passou a ser associada à população mestiça e negra.

Nesta perspectiva, Schwarcz (1993) analisou que aos médicos, intelectuais, políticos e educadores restava apenas uma solução: educar as massas populares, imbuir as pessoas de hábitos saudáveis:

Pensar no futuro não significava tão somente a recusa à imigração irrestrita, “o mal que vem de fora”. Era preciso implementar medidas que visassem a nossa situação interna “já tão degenerada”. (...) a saída parece amadurecer nos anos 20, quando esse olhar médico dividirá a população entre “doentes e sãos”, ou melhor, entre “regeneráveis e não regeneráveis”, impondo a esses dois grupos medidas absolutamente diversas. Sobre o primeiro subgrupo recaíram as atenções. Era preciso educá-los, incitá-los a casamentos desejáveis, evitar os maus hábitos e perversões. Data dessa época a publicação de uma série de artigos favoráveis à prática da educação física (1912, 1920, 1921 e 1923) então entendida como uma das maneiras de se chegar à “regeneração da raça”. (...). A nação, pensada pelos eugenistas como um corpo homogêneo e saudável, deveria portanto passar por um processo acelerado de mudança, cujos prognósticos mais alentadores faziam alguns eugenistas brasileiros partilharem o sonho de transformar a população local mestiça em “gregos puros”, modificados em suas características físicas e morais” (Schwarcz 1993, p.232-233).

¹¹⁹ SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Assim, à massa de indivíduos “regeneráveis” couberam as atenções, especialmente na criação de um sistema de ensino que tratasse do “aperfeiçoamento” dessas populações”. Com relação ao destino da massa de “doentes crônicos”, as opiniões se dividiram: os mais moderados defendiam o “desaparecimento natural” das mazelas da mestiçagem, e outros, mais radicais, defendiam as práticas de esterilização já utilizadas nos Estados Unidos (1920), na Suíça (1928) e na Dinamarca (1929) (Schwarcz 1993, p.233).

A entrada dos anos 30 marca o esforço formal pela mudança; para além do empenho teórico, seriam implantados novos modelos de análise social e programas higiênicos. Ou seja, “era preciso cuidar da raça”, defendiam as escolas médicas, intensificando as campanhas de vacinação compulsória e os programas higiênicos.

A concepção de *higiene* e *eugenia*, também defendida pelos educadores paulistas, comprovam que a escola primária foi idealizada como responsável na criação das novas identidades. Tomando essa questão para a população negra, haveria a possibilidade desse segmento ser atingido pelos novos modelos de educação, tendo em vista que era necessário *homogeneizar* e *disciplinar* esse universo e *treiná-lo* para os novos comportamentos demandados pela moderna sociedade industrial.

Erguem-se as seguintes dúvidas: a obrigatoriedade escolar e os projetos higiênicos que visavam a melhora racial podem indicar a presença de crianças negras na escola pública? A escola pública pode ter sido mais negra do que revelaram os nossos registros? Essas questões requerem olhares atentos às fontes, no que se alude às pesquisas estatísticas e etnográficas realizadas em grupos escolares da capital no ano de 1938, e nos depoimentos de famílias negras que viveram em São Paulo no início do século XX.

4.1. Crianças negras nos Grupos Escolares da Capital

A ideia de realizar uma pesquisa para estabelecer a “composição racial da população” surgiu em 1938, no Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo. Lowrie (1938) reuniu dados de vários grupos sociais que integravam a população de São Paulo.

Analisando os registros de óbitos da capital¹²⁰, entre os anos de 1921 e 1928, fornecidos pelo Serviço Demográfico, a pesquisa concluiu que 9% dos habitantes eram mulatos¹²¹ e 7% dos habitantes eram “negros”, perfazendo um percentual total de 16%, considerado razoável para o período, já que os dados do recenseamento de 1872 indicavam uma população negra de 20% e um movimento imigratório ascendente que promovia um processo de branqueamento da população geral.

Em 1938 a Sub-divisão de Documentação Social realizou uma pesquisa com crianças de todos os Grupos Escolares de São Paulo, para verificar a representatividade da pesquisa anterior, a exatidão dos registros de óbitos segundo a “cor” e a distribuição de crianças de origem negra na população urbana.

Mediante a autorização de Antonio Ferreira de Almeida Júnior, então Diretor de Ensino do Estado de São Paulo, foram encaminhados pesquisadores a cada um dos Grupos Escolares, cada pesquisador munido de questionários que seriam preenchidos pelos professores, segundo os seus próprios critérios. Não foram repassadas instruções, nem definições raciais aos professores, com receio de que estas orientações prejudicassem a investigação. O questionário solicitava que os professores classificassem os alunos segundo as seguintes rubricas: *branco, mulato, preto e amarelo*. Lowrie (1938) advertiu que este critério talvez trouxesse uma variação no resultado. Nos Estados Unidos, e em outros países “em que é muito forte o preconceito de raça” os indivíduos são considerados negros pelo critério objetivo da “gota de sangue”, na qual basta uma gota de “sangue negro”, na ascendência do indivíduo, para que este fosse considerado negro. Em contraste, no Brasil qualquer classificação racial é relativa, pois os indivíduos são classificados como brancos, mulatos ou negros, e ocasionalmente como índios, unicamente pela aparência externa, e um método dessa natureza oferece alto grau de inexatidão.

Lowrie (1938) declarou que, qualquer que fosse o método adotado no Brasil, as classificações dos grupos segundo a raça serão sempre relativas, pois variam segundo o interesse e a objetividade dos classificadores.

¹²⁰ Lowrie realizou a análise dos registros de nascimento da população paulistana, e verificou uma disparidade nos dados informados entre nascimentos e óbitos de mulatos e negros, pois geralmente os declarantes dos registros de nascimento incorrem a erros na classificação racial. Já os registros de óbitos constituíram fontes mais seguras para a verificação do elemento negro na cidade, uma vez que estes registros eram realizados mediante a análise clínica. Ver: LOWRIE, S. H. *O elemento negro na população de São Paulo*. Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, nº XLIII, São Paulo, v. 48, 1938.

¹²¹ O termo *mulato* representa o elemento mestiço, resultado do cruzamento entre negros e brancos. Segundo o IBGE (2010), indica a ascendência africana do indivíduo, assim como os termos *pardo, moreno, caboclo, cafuzo, mameluco, mestiço*, “*homens de cor*”, entre outros.

É possível que o sistema seguido pelos professores preenchendo o questionário concomitantemente para toda a classe, e não após a observação específica de cada criança, tenha contribuído para a constatação de um resultado menos exato que o obtido pelos médicos mediante o exame físico e o conhecimento mais íntimo das famílias nos indivíduos classificados. (Lowrie, 1938, p.50)

Obstante a crença de que os dados obtidos sobre a população negra e mulata em São Paulo seriam relativos, com tendências a serem inferiores à realidade – para Lowrie (1938) o preconceito contra os negros favorece o seu exagero, fazendo com que os negros, em geral, queiram ser classificados como mulatos, e os mulatos queiram ser classificados como brancos – a pesquisa foi realizada com 84.447 alunos dos grupos escolares da capital.

Duas considerações são elencadas por Lowrie. Em primeiro lugar, o número considerável de crianças que frequentam escolas particulares: em 1936, por exemplo, das 110.165 crianças matriculadas nas escolas primárias, 28.654 (ou 26%) cursavam estabelecimentos particulares, segundo os dados do Anuário de Ensino do Estado de São Paulo (1936-1937), e muito provavelmente estas crianças pertenciam às classes sociais elevadas. Transportando este número para 1938, o sociólogo chegou à conclusão que aproximadamente 19% das crianças em idade escolar, no Município de São Paulo, frequentavam escolas particulares.

Em segundo, nem todas as crianças da cidade de São Paulo frequentavam a escola – das **152.269 crianças em idade escolar recenseadas em 1934, estavam matriculadas 111.419 crianças**. Esse déficit de 40.850 crianças (ou 27%), transportados para 1938, poderia significar uma alteração na amostra pesquisada, pois muito provavelmente essas crianças não frequentes a escola, em sua grande maioria, eram pertencentes às classes pobres, cuja porcentagem de negros era elevada.

Portanto, o afastamento das crianças matriculadas em escolas particulares (muito provavelmente crianças brancas, das classes abastadas) e das crianças que não frequentavam a escola (muito provavelmente crianças negras, das classes pobres) para o Lowrie foi muito significativa, e teve a particularidade “de tornar os grupos escolares exageradamente brancos em relação à população total”.

Os percentuais gerais indicados na pesquisa foram os seguintes: **91,8% das crianças matriculadas eram brancas, 7,56% das crianças matriculadas eram negras (mulata e preta) e 0,54% eram amarelas, num universo de 84.447 crianças.**

Nas palavras de Lowrie:

Si for exata esta consideração, a porcentagem de cor encontrada para o município – 8% - está aquém da realidade. Dez por cento, ou mais, estariam provavelmente próximos da verdade, não só por causa das influências seletivas, como também em virtude de erros de classificação. (Lowrie, 1938, p.51)

O autor conclui que a despeito das influências seletivas que afetaram o caráter representativo das crianças matriculadas nos grupos escolares, no que diz respeito à cor, a porcentagem de 10%, é praticamente idêntica à população total. A margem de erro é provavelmente a mesma para uma ou outra escola. O mapa de cor das crianças nos grupos escolares, aqui reproduzido na Figura 01, indicou a distribuição dos alunos negros e mulatos na cidade de São Paulo no ano de 1938.

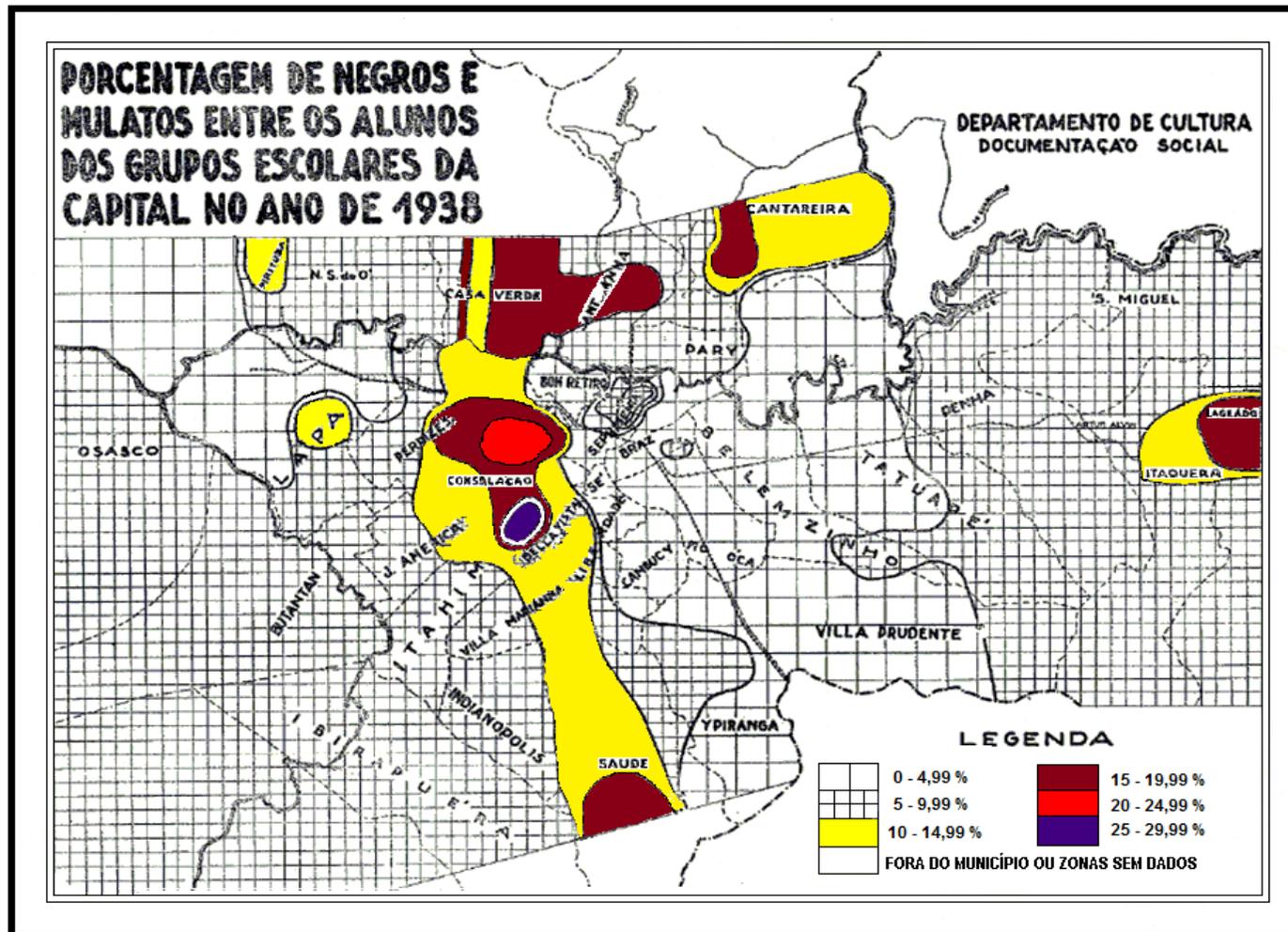


Figura 01. PORCENTAGEM DE NEGROS E MULATOS ENTRE OS ALUNOS DOS GRUPOS ESCOLARES DA CAPITAL NO ANO DE 1938

Fonte: Araújo, 2013. Adaptação: Lowrie, 1938.

O mapa indica uma faixa larga e irregular que divide o município de Norte a Sul. A faixa central representa os bairros residenciais mais nobres da cidade, circunscritos por distritos pobres e superlotados, com alta concentração de negros. A pobreza e a falta de oportunidade econômica oferecem explicação para a concentração da população negra nos cortiços superlotados; assim como a penetração da população negra nas áreas mais fechadas se dá em virtude da sua frequente admissão como empregados domésticos. Outra característica do mapa é que a população é mais negra à medida que se afasta do centro comercial. Esta configuração se deu porque a falta de condições financeiras e a alta dos aluguéis excluía os nacionais pobres e os negros para as áreas periféricas baixas, próximas aos rios e às várzeas alagadas.

As zonas de baixa densidade brasileira, isto é, de concentração estrangeira, estão, por sua vez, localizadas a leste do centro comercial e na Lapa. Não se poderia esperar coincidência maior, visto que os dados foram obtidos nos registros de estabelecimentos de ensino, que não recebem alunos de áreas definidas e limitadas mas de territórios que se entrecruzam.

A distribuição dos elementos de cor na população parece estar ligada – até onde nos permitem concluir os dados que possuímos – a duas condições: moradias baratas e proximidade de classes que os possam admitir como empregados domésticos. (Lowrie, 1938, p.53)

A análise de Lowrie (1938) sobre as áreas de concentração de negros na cidade de São Paulo está de acordo com as pesquisas de Rolnik (1997). Com base nas leis de zoneamento e urbanização da cidade de São Paulo na virada do século XX, Rolnik constatou negros localizados principalmente nos distritos da Sé, Santa Efigênia, Paredão dos Piques (Liberdade) e nos largos e várzeas do Carmo.

Lowrie (1938) apresentou a tabela com os dados obtidos em 85 (oitenta e cinco) grupos escolares de São Paulo. A tabela indica o nome dos grupos escolares à época, o número e percentual de crianças brancas, mulatas (ou pardas, de acordo com o IBGE, 2010), negras, amarelas e não declaradas. A tabela apresentada a seguir é original, conforme publicada em 1938 na Revista do Arquivo Municipal; os nomes das escolas estão dispostos em ordem alfabética, e não indicam a localidade (bairro) onde estava situado o grupo escolar.

**Tabela 22. Distribuição das crianças dos Grupos Escolares segundo a cor
Cidade de São Paulo, 1938**

Nome da escola/Bairro		Branços	Mulatos	Negros	Amaros	Não-declarados	Total
Alfredo Bresser	Número	788	25	23	88	-	874
	Percentual (%)	90	3	3	4	-	100
Alto da Mooca	Número	994	4	5	2	-	1.005
	Percentual (%)	99	-	1	-	-	100
Amadeu Amaral	Número	3.596	88	26	-	-	3.710
	Percentual (%)	97	2	1	-	-	100
Antonio Q. Teles	Número	1.214	28	22	-	-	1.264
	Percentual (%)	96	2	2	-	-	100
Aristides de Castro	Número	1.127	51	41	2	-	1.221
	Percentual (%)	92	4	4	-	-	100
Arnaldo Barreto	Número	499	30	21	1	-	551
	Percentual (%)	91	5	4	-	-	100
Artur Alvim	Número	167	12	5	-	-	184
	Percentual (%)	91	6	3	-	-	100
Artur Guimarães	Número	640	59	125	6	-	880
	Percentual (%)	77	7	15	1	-	100
Bairro do Limão	Número	784	48	60	20	-	912
	Percentual (%)	86	5	7	2	-	100
3ª do Braz	Número	1.244	29	16	-	-	1.289
	Percentual (%)	97	2	1	-	-	100
4ª do Braz	Número	620	22	12	4	-	658
	Percentual (%)	94	3	2	1	-	100
Buenos Aires	Número	1.605	94	60	8	-	1.762
	Percentual (%)	91	5	4	-	-	100
Butantan	Número	407	18	10	6	-	441
	Percentual (%)	92	4	2	2	-	100
2ª do Cambuci	Número	946	19	6	1	-	972
	Percentual (%)	97	2	1	-	-	100
Campos Sales	Número	1.880	141	174	157	-	2.352
	Percentual (%)	80	6	7	7	-	100
Canuto do Val	Número	541	21	28	-	-	590
	Percentual (%)	92	3	5	-	-	100
Carandirú	Número	575	34	16	-	-	625
	Percentual (%)	92	5	3	-	-	100
2º da Casa Verde	Número	364	33	36	5	-	438
	Percentual (%)	83	8	8	1	-	100
2º da Casa Verde	Número	402	19	33	-	14	468
	Percentual (%)	86	4	7	-	3	100
Conselheiro Antonio Prado	Número	1.171	90	124	-	-	1.385
	Percentual (%)	85	6	9	-	-	100
Consolação	Número	641	59	66	8	-	774
	Percentual (%)	83	8	8	1	-	100
Cruz Azul	Número	519	30	21	-	-	570
	Percentual (%)	91	5	4	-	-	100
Eduardo C. Pereira	Número	1.984	24	9	-	-	2.017
	Percentual (%)	98	1	1	-	-	100
Eduardo Prado	Número	2.120	28	15	1	-	2.164
	Percentual (%)	98	1	1	-	-	100

(continua)

Nome da escola/Bairro		Branços	Mulatos	Negros	Amares	Não-declarados	Total
Erasmus Braga	Número	745	26	5	-	-	776
	Percentual (%)	96	3	1	-	-	100
Frontino Guimarães	Número	1.044	73	51	-	-	1.168
	Percentual (%)	90	6	4	-	-	100
Godofredo Furtado	Número	945	47	91	15	-	1.098
	Percentual (%)	86	4	8	2	-	100
Guaiuna	Número	413	23	16	-	13	465
	Percentual (%)	89	5	3	-	3	100
Gen. Couto Magalhães	Número	414	16	33	-	-	468
	Percentual (%)	89	4	7	-	-	100
Ibirapuera	Número	298	20	15	23	-	356
	Percentual (%)	84	6	4	6	-	100
Imaculada Conceição	Número	519	71	108	1	-	699
	Percentual (%)	74	10	16	-	-	100
Indianópolis	Número	841	32	34	-	-	907
	Percentual (%)	93	3	4	-	-	100
Itaquera	Número	636	49	37	25	-	747
	Percentual (%)	85	7	5	3	-	100
João Kopke	Número	806	43	54	7	-	910
	Percentual (%)	88	5	6	1	-	100
João V. de Almeida	Número	888	30	11	-	-	929
	Percentual (%)	96	3	1	-	-	100
José Bonifácio	Número	898	22	12	-	-	932
	Percentual (%)	96	3	1	-	-	100
Júlio Pestana	Número	549	52	22	-	-	623
	Percentual (%)	88	8	4	-	-	100
Júlio Ribeiro	Número	1.026	75	92	-	-	1.193
	Percentual (%)	86	6	8	-	-	100
Lageado	Número	209	28	23	-	-	255
	Percentual (%)	82	9	9	-	-	100
Lapa de Baixo	Número	226	6	3	-	-	235
	Percentual (%)	96	3	1	-	-	100
Marechal Deodoro	Número	1.577	56	63	1	-	1.697
	Percentual (%)	93	3	4	-	-	100
Marechal Floriano	Número	2.174	129	122	1	-	2.426
	Percentual (%)	90	5	5	-	-	100
Maria José	Número	1.142	70	59	5	-	1.276
	Percentual (%)	90	5	5	-	-	100
Maria Zélia	Número	959	25	19	-	-	1.003
	Percentual (%)	96	2	2	-	-	100
Miss Browne	Número	260	22	26	-	-	308
	Percentual (%)	84	7	9	-	-	100
Orestes Guimarães	Número	1.642	51	32	-	-	1.725
	Percentual (%)	95	3	2	-	-	100
Osasco	Número	616	16	17	1	-	650
	Percentual (%)	95	2	3	-	-	100
Oscar Thompson	Número	1.211	33	22	-	-	1.266
	Percentual (%)	96	2	2	-	-	100
Osvaldo Cruz	Número	2.361	43	26	1	-	2.431
	Percentual (%)	97	2	1	-	-	100
Pe. Manuel da Nóbrega	Número	551	16	17	31	-	615
	Percentual (%)	90	2	3	5	-	100
Parada Inglesa	Número	342	21	4	1	-	368
	Percentual (%)	93	6	1	-	-	100

(continua)

Nome da escola/Bairro		Branços	Mulatos	Negros	Amares	Não-declarados	Total
Paulo Eiró	Número	789	41	16	2	-	848
	Percentual (%)	93	5	2	-	-	100
Pedro II	Número	1.373	108	160	5	-	1.646
	Percentual (%)	83	7	10	-	-	100
Pereira Barreto	Número	2.331	71	47	13	-	2.462
	Percentual (%)	95	3	2	-	-	100
Pirituba	Número	286	24	27	4	-	341
	Percentual (%)	84	7	8	1	-	100
Prudente de Moraes	Número	1.613	48	29	6	-	1.696
	Percentual (%)	95	3	2	-	-	100
Regente Feijó	Número	543	47	16	-	-	606
	Percentual (%)	89	8	3	-	-	100
Rodrigues Alves	Número	1.279	79	88	7	-	1.458
	Percentual (%)	88	5	6	1	-	100
Romão Puigari	Número	2.756	31	14	-	-	2.801
	Percentual (%)	98	1	1	-	-	100
1ª do Sacoman	Número	1.158	37	24	-	-	1.219
	Percentual (%)	95	3	2	-	-	100
2ª do Sacoman	Número	533	18	6	-	-	557
	Percentual (%)	96	3	1	-	-	100
Sto. Antonio do Pari	Número	1.640	32	18	1	-	1.691
	Percentual (%)	97	2	1	-	-	100
Santos Dumont	Número	1.878	120	85	7	-	2.091
	Percentual (%)	90	6	4	-	-	100
Princesa Isabel	Número	773	44	49	1	-	867
	Percentual (%)	89	5	6	-	-	100
São Miguel	Número	164	9	1	2	-	176
	Percentual (%)	93	5	1	1	-	100
São Paulo	Número	650	33	28	13	-	724
	Percentual (%)	90	4	4	2	-	100
São Vicente de Paulo	Número	620	52	63	-	-	735
	Percentual (%)	84	7	9	-	-	100
Silva Jardim	Número	761	83	39	2	-	885
	Percentual (%)	86	9	5	-	-	100
Tomaz Galhardo	Número	908	11	7	-	-	926
	Percentual (%)	98	1	1	-	-	100
Vila Anastácio	Número	427	6	9	-	-	442
	Percentual (%)	97	1	2	-	-	100
Vila Anglo-Brasileira	Número	369	11	24	-	-	404
	Percentual (%)	91	3	6	-	-	100
Antonio Alcantara Machado	Número	162	12	20	1	-	195
	Percentual (%)	83	6	10	1	-	100
Vila Carrão	Número	813	37	21	9	-	880
	Percentual (%)	93	4	2	1	-	100
Vila Clementino	Número	445	24	21	-	-	490
	Percentual (%)	91	5	4	-	-	100
Vila D. Pedro II	Número	697	31	27	4	-	759
	Percentual (%)	92	4	4	-	-	100
Vila Esperança	Número	780	36	36	-	-	852
	Percentual (%)	92	4	4	-	-	100
Vila Formosa	Número	571	25	27	2	-	625
	Percentual (%)	92	4	4	-	-	100
Vila Gomes Cardim	Número	919	33	6	2	-	960
	Percentual (%)	96	3	1	-	-	100

(continua)

Nome da escola/Bairro		Branços	Mulatos	Negros	Amares	Não-declarados	Total
Vila Guilherme	Número	865	20	22	-	-	907
	Percentual (%)	96	2	2	-	-	100
Vila Ipojuca	Número	370	17	26	-	-	413
	Percentual (%)	90	4	6	-	-	100
Vila Madalena	Número	431	27	17	1	-	476
	Percentual (%)	90	6	4	-	-	100
Vila Mazzei	Número	293	28	28	-	-	349
	Percentual (%)	84	8	8	-	-	100
Vila Pompéia	Número	915	22	30	2	-	969
	Percentual (%)	95	2	3	-	-	100
Vila Prudente	Número	891	15	18	4	-	928
	Percentual (%)	96	2	2	-	-	100
Vila Santana	Número	433	21	13	-	-	497
	Percentual (%)	93	4	3	-	-	100
TOTAL	Número	77.587	3.349	3.030	454	27	84.447
	Percentual %	91,8	3,97	3,59	0,54	-	100

Fonte: Lowrie, 1938.

Com o objetivo de estudar as particularidades destes grupos escolares, reelaborei a tabela original apresentada por Lowrie (1938). Em primeiro lugar, para aferir visibilidade aos grupos escolares, realizei um levantamento no Centro de Referência em Educação – Mário Covas¹²² e nos anuários depositados no Arquivo Público do Estado de São Paulo – AESP¹²³, para indicar os bairros aonde os grupos escolares estavam localizados à época.

Com relação aos dados, e tendo em vista o foco da pesquisa, foi omitida a coluna “brancos”. As colunas “mulatos” e “pretos” foram desmembradas, ou seja, as colunas com os números absolutos e as porcentagens foram separadas em colunas independentes, com o intuito de melhor visualizar os percentuais de inserção dessas crianças em cada grupo escolar. Foram elaboradas duas novas colunas, com a totalização dos números absolutos e porcentagens de mulatos (pardos) e negros. Foi mantida a coluna com a totalização de alunos, por grupo escolar. Dessa maneira, a tabela foi reclassificada, e o critério da apresentação refere-se às escolas que apresentaram o maior índice de crianças mulatas (pardas) e negras (pretas), conforme segue:

¹²² O Centro de Referência em Educação Mario Covas – CRE, pertence à Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, tem como objetivo ser um referencial pedagógico na disseminação da informação educacional. Ver: CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO MARIO COVAS. Memorial da Educação. Histórias de Escolas Estaduais Paulistas. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/memorial.php>. Acesso em 20/01/2013.

¹²³ Anuário do Ensino do Estado de São Paulo; séries 1909, 1910, 1917, 1927, 1930, 1934, 1935 e 1937. Anuário Estatístico do Estado de São Paulo; séries 1931 a 1938.

**Tabela 23. Distribuição das crianças dos Grupos Escolares segundo a cor
Cidade de São Paulo, 1938**

Ordem decrescente pelo percentual total de Mulatos + Negros

Nome da escola e sua localidade	Mulatos (Pardos)	Percentual Mulatos (%)	Negros (Pretos)	Percentual Negros (%)	Total Mulatos e Negros	Percentual Mulatos e Negros (%)	Total de alunos da escola
Imaculada Conceição (Seminário Maior Imaculada Conceição - Ipiranga)	71	10	108	16	179	26	699
Artur Guimarães (Vila Buarque – Largo do Arouche)	59	7	125	15	184	22	880
Pedro II (Barra Funda – Rua Martha)	108	7	160	10	268	17	1.646
2º da Casa Verde (Casa Verde)	33	8	36	8	69	16	438
Consolação (Consolação – Rua da Consolação)	59	8	66	8	125	16	774
Vila Mazzei (Vila Mazzei)	28	8	28	8	56	16	349
Miss Browne (Perdizes)	22	7	26	9	48	16	308
São Vicente de Paulo (Bom Retiro)	52	7	63	9	115	16	735
Antonio Alcantara Machado (Cursino)	12	6	20	10	32	16	195
Lageado (Lageado -Itaquera)	28	9	23	9	51	15	255
Pirituba (Pirituba)	24	7	27	8	51	15	341
Conselheiro Antonio Prado (Barra Funda)	90	6	124	9	214	15	1.385
Silva Jardim Tucuruvi	83	9	39	5	122	14	885
Júlio Ribeiro Vila Brasilina	75	6	92	8	167	14	1.193
Campos Sales (Freguesia do Ó)	141	6	174	7	315	13	2.352
Júlio Pestana (Tucuruvi)	52	8	22	4	74	12	623
Bairro do Limão (Bairro do Limão)	48	5	60	7	108	12	912
Godofredo Furtado (Jardim Paulista)	47	4	91	8	138	12	1.098
Regente Feijó (Vila Palmeiras)	47	8	16	3	63	11	606
Itaquera (Itaquera)	49	7	37	5	86	11	747
João Kopke (Campos Elíseos – Av. Cleveland)	43	5	54	6	97	11	910
Rodrigues Alves (Vila Mariana - Av. Paulista)	79	5	88	6	167	11	1.458
Princesa Isabel (Bosque da Saúde)	44	5	49	6	93	11	867

(continua)

Nome da escola e sua localidade	Mulatos (Pardos)	Percentual Mulatos (%)	Negros (Pretos)	Percentual Negros (%)	Total Mulatos e Negros	Percentual Mulatos e Negros (%)	Total de alunos da escola
2º da Casa Verde (Casa Verde)	19	4	33	7	52	11	468
Gen. Couto Magalhães (Vila Clarice)	16	4	33	7	49	11	468
Frontino Guimarães (Santana - R. Paulo Gonçalves)	73	6	51	4	124	10	1.168
Ibirapuera (Ibirapuera – Rua Bagro de Jacelmil)	20	6	15	4	35	10	356
Santos Dumont (Penha)	120	6	85	4	205	10	2.091
Vila Madalena (Vila Madalena)	27	6	17	4	44	10	476
Arnaldo Barreto (Tremembé)	30	5	21	5	51	10	551
Marechal Floriano (Vila Mariana – Rua Dona Júlia)	129	5	122	5	251	10	2.426
Maria José (Bela Vista)	70	5	59	5	129	10	1.276
Vila Ipojuca (Vila Ipojuca)	17	4	26	6	43	10	413
Artur Alvim (Artur Alvim)	12	6	5	3	17	9	184
Buenos Aires (Santana – Av. Braz Leme)	94	5	60	4	154	9	1.762
Cruz Azul (Cambuci)	30	5	21	4	51	9	570
Vila Clementino (Vila Clementino)	24	5	21	4	45	9	490
Vila Anglo-Brasileira (Vila Anglo-Brasileira – Perdizes)	11	3	24	6	35	9	404
Carandirú (Santana)	34	5	16	3	50	8	625
Guaiuna (Bairro Guaiuna – Penha)	23	5	16	3	39	8	465
Aristides de Castro (Itaim Bibi)	51	4	41	4	92	8	1.221
São Paulo (Brás – Rua da Figueira)	33	4	28	4	61	8	724
Vila D. Pedro II (Vila D. Pedro II – Tucuruvi)	31	4	27	4	58	8	759
Vila Esperança (Vila Esperança)	36	4	36	4	72	8	852
Vila Formosa (Vila Formosa)	25	4	27	4	49	8	625
Canuto do Val (Santa Cecília - Rua Baronesa de Porto Carreiro)	21	3	28	5	49	8	590
Parada Inglesa (Parada Inglesa)	21	6	4	1	25	7	368
Paulo Eiró (Santo Amaro)	41	5	16	2	57	7	848
Vila Santana (Santana)	21	4	13	3	34	7	497

(continua)

Nome da escola e sua localidade	Mulatos (Pardos)	Percentual Mulatos (%)	Negros (Pretos)	Percentual Negros (%)	Total Mulatos e Negros	Percentual Mulatos e Negros (%)	Total de alunos da escola
Indianópolis (Indianópolis)	32	3	34	4	66	7	907
Marechal Deodoro (Bom Retiro)	56	3	63	4	119	7	1.697
São Miguel (São Miguel)	9	5	1	1	10	6	176
Butantan (Butantã)	18	4	10	2	28	6	441
Vila Carrão (Vila Carrão)	37	4	21	2	58	6	880
Alfredo Bresser (Pinheiros)	25	3	23	3	48	6	874
4ª do Braz (Braz)	22	3	12	2	34	5	658
Orestes Guimarães (Brás, Rua D. Eliza Whitaker)	51	3	32	2	83	5	1.725
Pereira Barreto (Lapa)	71	3	47	2	118	5	2.462
Prudente de Moraes (Luz – Av. Tiradentes)	48	3	29	2	77	5	1.696
1ª do Sacoman (Sacomã)	37	3	24	2	61	5	1.219
Osasco (atual município de Osasco)	16	2	17	3	33	5	650
Pe. Manuel da Nóbrega (Nossa Senhora do Ó)	16	2	17	3	33	5	615
Vila Pompéia (Pompéia)	22	2	30	3	52	5	969
Erasmus Braga (Vila Zilda)	26	3	5	1	31	4	776
João V. de Almeida (Catumbi)	30	3	11	1	41	4	929
José Bonifácio (Ipiranga)	22	3	12	1	34	4	932
Lapa de Baixo (Lapa)	6	3	3	1	9	4	235
2ª do Sacoman (Sacomã)	18	3	6	1	24	4	557
Vila Gomes Cardim (Vila Gomes Cardim)	33	3	6	1	39	4	960
Antonio Q. Teles (Mooca - Rua Itaqueri)	28	2	22	2	50	4	1.264
Maria Zélia (Belenzinho)	25	2	19	2	44	4	1.003
Oscar Thompson (Cambuci - Rua Lavapés)	33	2	22	2	55	4	1.266
Vila Guilherme (Vila Guilherme)	20	2	22	2	42	4	907
Vila Prudente (Vila Prudente)	15	2	18	2	33	4	928
Amadeu Amaral (Belenzinho - Av. da Intendência)	88	2	26	1	114	3	3.710

(continua)

Nome da escola e sua localidade	Mulatos (Pardos)	Percentual Mulatos (%)	Negros (Pretos)	Percentual Negros (%)	Total Mulatos e Negros	Percentual Mulatos e Negros (%)	Total de alunos da escola
Padre Anchieta (3ª do Brás) (Brás – Rua Visconde de Abaeté)	29	2	16	1	45	3	1.289
2ª do Cambuci (Cambuci)	19	2	6	1	25	3	972
Oswaldo Cruz (Mooca – Rua da Mooca)	43	2	26	1	69	3	2.431
Sto. Antonio do Pari (Bairro do Pari - Rua D. Eliza Whitaker)	32	2	18	1	50	3	1.691
Vila Anastácio (Rua Dr. Reinaldo Ribeiro da Silva) Vila Anastácio – (Alvarenga Peixoto)	6	1	9	2	15	3	442
Eduardo C. Pereira (Mooca - Rua da Mooca)	24	1	9	1	33	2	2.017
Eduardo Prado (2º do Brás) (Brás – Av. da Intendência)	28	1	15	1	43	2	2.164
Romão Puigari (1º do Brás) (Brás – Av. Rangel Pestana)	31	1	14	1	45	2	2.801
Tomaz Galhardo (Vila Romana - Rua Marcelina)	11	1	7	1	18	2	926
Alto da Mooca (Mooca)	4	0,5	5	0,5	9	1	1.005
TOTAL	3.349		3.030				84.447

A Tabela 23 demonstrou que, em dois grupos escolares, a porcentagem de alunos negros (mulatos e pretos) ultrapassou o percentual de 20% de alunos negros, percentual significativo para a época, como é o caso dos grupos Imaculada Conceição e Artur Guimarães. Para verificar a justificativa dessa frequência, aqui retomamos o aspecto histórico dos grupos escolares que apresentaram maior frequência de alunos negros.

O Grupo Escolar Imaculada Conceição, situado no bairro do Ipiranga, apresentou o maior percentual de negros da amostra, ou seja, 26% do total de alunos matriculados.

O Seminário Maior Imaculada Conceição foi fundado pelo Conde José Vicente de Azevedo (1859-1944). Provedor na Irmandade do Santíssimo Sacramento da Sé de São Paulo, o Conde desenvolveu, além das obrigações ligadas ao culto eucarístico, obras sociais na região do Ipiranga, onde possuía terras. Surgiram, assim, por volta de 1900, obras educacionais, assistenciais e religiosas, tais como: Asilo das Meninas Órfãs N. S. Auxiliadora do Ipiranga; Orfanato Sagrada Família; Orfanato Cristóvão Colombo; Seminário Maior Imaculada Conceição; Clínica Infantil do Ipiranga (Hospital D. Antonio Cândido Alvarenga); Instituto Padre Chico (primeira instituição educacional para cegos de São Paulo). A finalidade dessas instituições era ministrar instrução primária, educação, prendas domésticas e profissionais gratuitamente a órfãs desvalidas de famílias outrora abastadas, imigrantes, ex-

escravos e seus filhos. Também foram criadas “Casas da Providência”, que compreendiam um Instituto de Agricultura Prática, Artes e Ofícios para ensino de menores, filhos ou descendentes dos antigos escravos, bem como um asilo para velhos ex-escravos ou seus descendentes.

Não foi localizada a data em na qual o seminário foi transformado em grupo escolar. É significativo que esta escola tenha se sobressaído aos demais na porcentagem de matrículas de crianças negras, pois sua origem estava baseada numa obra filantrópica e eclesiástica dedicada ao atendimento de ex-escravos, que muito provavelmente, constituíram residência na região, e encaminharam seus descendentes à matrícula nesta instituição.

O Grupo Escolar Artur Guimarães, localizado no Largo do Arouche, região central da cidade de São Paulo, apresentou uma porcentagem de 22% de crianças negras.

A escola foi criada por decreto em 30/01/1905, com a denominação de Grupo Escolar do Arouche. Em seu primeiro ano de funcionamento foram matriculados 408 alunos, e em virtude da grande demanda, o governo estadual autorizou a abertura de aulas complementares pela manhã. A incidência de crianças negras nesse grupo escolar comprova as análises anteriormente apresentadas por Lowrie (1938); Rolnik (1997); Santos (2003); Fernandes(2008), entre outros, que atribuem aos distritos centrais uma maior concentração de população negra. Como estas famílias ocupavam-se de atividades domésticas (cozinheiras, lavadeiras, costureiras, engomadeiras), atividades braçais (carregadores, ajudantes, serventes, pedreiros, quitandeiros, cocheiros), e atividades semi-qualificadas (barbeiros, sapateiros, alfaiates, ferreiros, pintores), conclui-se que para a população negra, além de sobreviver no entorno dos setores ricos e das casas luxuosas, era possível matricular seus filhos nas escolas públicas dessas regiões.

O Grupo Escolar Pedro II (localizado na Rua Martha, Barra Funda), inaugurado em 1925, apresentou a porcentagem de 17% de crianças negras em seus quadros escolares.

Verificando-se os depoimentos de militantes negros da Frente Negra Brasileira, estes afirmaram que após as primeiras regulamentações urbanísticas e higiênicas que deslocaram e bloquearam alguns circuitos afrodescendentes, especialmente aqueles que estavam articuladas no Centro Velho, as famílias negras mudaram-se para a região ao sul da Sé (bairro da Liberdade) para a região do Bexiga e da Barra Funda. Os depoimentos de Francisco Lucrécio e Henrique Cunha (Barbosa,1998) confirmam esta hipótese:

Naquela época, a maior parte dos homens trabalhava na Barra Funda, descarregando mercadorias que vinham de trem do interior (...). (Depoimento do sr. Francisco Lucrécio, Barbosa, 1998)

Nasci em 1904 no bairro da Barra Funda, São Paulo. Minha mãe lavava roupa para fora, nas casas dos Campos Elíseos (...). (Depoimento do sr. Henrique Cunha, Barbosa, 1998)

O bairro da Barra Funda surgiu na antiga várzea nas proximidades do rio Tietê, onde foi constituída a Chácara do Carvalho, de propriedade do Barão de Iguape. Esta propriedade abrangia parte da Casa Verde e da Freguesia do Ó. No século XIX surgiram novos loteamentos e a construção de uma estrada de ferro para escoamento da produção do café na cidade. Em 1875, a estação Barra Funda da Estrada de Ferro Sorocabana foi inaugurada, permanecendo como depósito e armazém de produtos transportados entre o porto e o interior do estado de São Paulo até os anos de 1920, quando passou a realizar transporte de passageiros. A Barra Funda atraiu uma crescente população, devido a demanda de trabalho gerada nos armazéns das ferrovias. Os primeiros moradores da região foram os imigrantes italianos, que além dos trabalhos relacionados à ferrovia, estabeleceram serrarias e oficinas mecânicas que atendiam à população abastada dos Campos Elíseos. No início do século 20, as características do bairro começam a mudar, pois a região começou a receber a população negra, atraída pelas vagas de trabalho. A Barra Funda se transformou em importante parque industrial, e também sediou as Indústrias Reunidas Matarazzo.

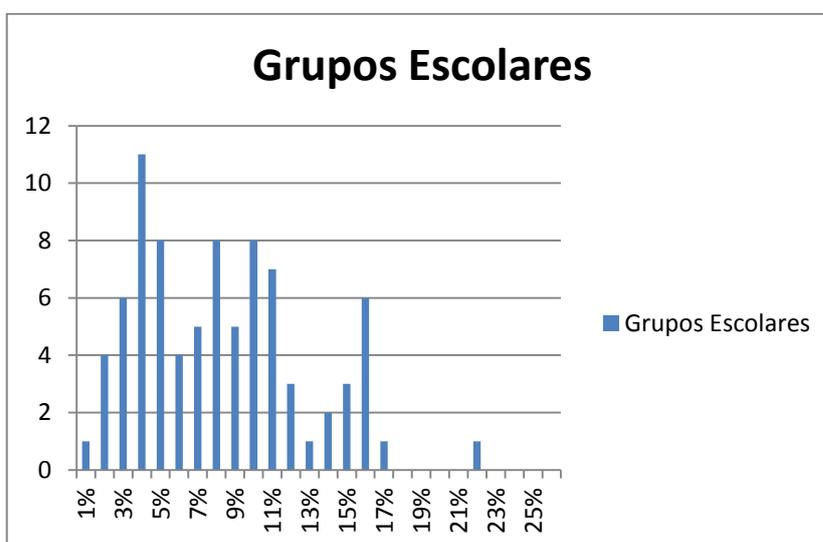
Os Grupos Escolares que apresentaram 16% de frequência de crianças negras, como por exemplo, o 2º da Casa Verde (zona norte), Consolação (zona central) e Vila Mazzei (zona norte), refletem as análises anteriores: as famílias negras se concentravam na região central da cidade, pela proximidade com os postos de trabalho, e nas áreas periféricas baixas, próximas aos rios e às várzeas alagadas, onde os aluguéis eram mais baratos.

A grande maioria dos grupos escolares apresentam um índice entre 16% e 08% de alunos negros (mulatos e pardos), conforme análise traçada a partir destes percentuais:

- ✓ Um grupo escolar apresentou percentual de 26% de alunos negros matriculados;
- ✓ Um grupo escolar apresentou percentual de 22% de alunos negros matriculados;
- ✓ Um grupo escolar apresentou percentual de 17% de alunos negros matriculados;
- ✓ Em 6 dos 85 grupos escolares, ou seja, 7,0% dos grupos escolares analisados apresentaram um percentual de 16% de alunos negros matriculados;

- ✓ Em 3 dos 85 grupos escolares, ou seja, 3,5% dos grupos escolares analisados apresentaram um percentual de 15% de alunos negros matriculados;
- ✓ Em 2 dos 85 grupos escolares, ou seja, 2,3% dos grupos escolares analisados apresentaram um percentual de 14% de alunos negros matriculados;
- ✓ Um grupo escolar apresentou percentual de 13% de alunos negros matriculados;
- ✓ Em 3 dos 85 grupos escolares, ou seja, 3,5% dos grupos escolares analisados apresentaram um percentual de 12% de alunos negros matriculados;
- ✓ Em 7 dos 85 grupos escolares, ou seja, 8,0% dos grupos escolares analisados apresentaram um percentual de 11% de alunos negros matriculados;
- ✓ Em 8 dos 85 grupos escolares, ou seja, 9,5% dos grupos escolares analisados apresentaram um percentual de 10% de alunos negros matriculados;
- ✓ Em 5 dos 85 grupos escolares, ou seja, 5,8% dos grupos escolares analisados apresentaram um percentual de 9% de alunos negros matriculados;
- ✓ Em 8 dos 85 grupos escolares, ou seja, 9,5% dos grupos escolares analisados apresentaram um percentual de 8% de alunos negros matriculados.

Gráfico 02. Porcentagem de crianças negras nos Grupos Escolares (1938)



Considero pertinente a conclusão de Lowrie, com relação à percentualidade de negros no universo escolar dos grupos paulistas: o índice de cor apresentado em São Paulo (08%) não se aproxima totalmente da realidade, tendo em vista que o preenchimento dos formulários por meio da observação dos professores pode incidir ao erro. Estima-se, na média, uma margem de erro de 2,0 (dois) pontos percentuais para mais ou para menos. Sendo assim, considero que a percentualidade de negros no universo escolar era em torno de **10%**.

Fazendo uma breve estimativa do impacto dessas matrículas na população negra em geral, temos um total de 152.269 crianças em idade escolar recenseadas em 1934; se considerarmos a porcentagem de 10% de crianças negras (porcentagem da população negra para o período), teremos uma amostra de 15.226 crianças negras em idade escolar.

Da amostra de 15.226 crianças negras, 6.379 estavam matriculadas nos grupos escolares, ou seja, aproximadamente 41% das crianças em idade escolar frequentavam os grupos escolares da capital.

Não levarei em consideração a permanência dessas crianças na escola, pois o foco do presente trabalho incide sobre o ingresso das crianças negras nos grupos escolares. Tampouco poderei estimar, nesse momento, o número de crianças negras matriculadas em escolas particulares, nem mesmo aquelas que foram atendidas nas instituições para crianças pobres e órfãs ou nas instituições preventivo-correcionais. Estas possibilidades, que merecem ser investigadas e quantificadas, indicam a diversidade de aspectos que precisam ser considerados para a compreensão mais ampla da educação paulista, um projeto que carregou consigo a responsabilidade de promover a alfabetização para uma população pluriétnica.

A diversidade étnica dos grupos escolares da cidade de São Paulo, comprovada por Lowrie em 1938, novamente põe em discussão a teoria da *herança deformadora da escravidão*. Obstante as condições socioeconômicas precárias, avalio que a presença de 10% de crianças negras no grupo escolar é significativa, e implica entender que este segmento estava consciente e mobilizado para a função social da escola.

4.2. Depoimentos de famílias negras residentes na cidade de São Paulo

A evidência oral, transformando os “objetos” de estudo em “sujeitos” contribui para uma história que não só é mais rica, mais viva e mais comovente, mas também mais verdadeira. (Paul Thompson, 1993)

Os relatos orais oferecem fragmentos de história e possibilitam entender o passado circunscrito, processado e integrado à vida das pessoas. Essa reconstrução do passado, seja a nível individual ou coletivo, está impregnada de identificação.

Os depoimentos em seguida apresentados visam fornecer dados sobre a escolarização de famílias negras, nas primeiras décadas do século XX, dos quais ainda temos poucas informações.

Seu conteúdo, cotejado com as demais fontes, podem promover reflexões acerca das identidades destas famílias e seus indivíduos, assim como suas limitações e resistências enquanto sujeitos da história. Consideramos aqui os relatos de 13 (treze) famílias residentes em São Paulo, provenientes da 1ª e 2ª geração, nascidas entre os anos de 1892 e 1946. Devido a extensão dos relatos, realizei um resumo de cada uma dessas memórias com o objetivo de identificar a importância que dedicavam à escola, suas lembranças sobre a infância escolar, as condições de acesso e permanência, assim como as várias contingências que foram enfrentadas nessa trajetória.

4.2.1. FAMÍLIA 01 - ALBINA MARIA ANTONIA – 1ª GERAÇÃO

Nasceu na cidade de Santa Lucia (SP), região oeste do estado, em 14/06/1912. Tinha 75 anos na época da entrevista.

Entre relatos de festas como “Samba-lenço” e “Batuque de umbigada”; “Festa de São Gonçalo”, comandadas por “batuqueiros” nas cidades de Piracicaba, Capivari, Tietê e Laranjal, a sra. Albina rememorou sua infância e juventude.

Seu bisavô paterno foi escravo; sua avó paterna nasceu no período da vigência da Lei do Ventre Livre¹²⁴ e era lavradora. Os pais da sra. Albina, também lavradores, residiram em vários municípios da região oeste do estado de São Paulo, trabalhando nas fazendas de café que substituíram as florestas tropicais.

Desde os 08 (oito) anos de idade a depoente “ia para a roça (...) numa rua de café para carpir”. Trabalhou como lavradora em fazendas de café e também nas lavouras de subsistência: algodão, milho e arroz. A família migrou por várias cidades: Catanduva, Novo Horizonte, Lins e Santos.

A entrevistada não foi na escola quando criança:

¹²⁴ **Lei Nº 2040 de 28/09/1871 – Lei do Ventre Livre.** “Art. 1.º – Os filhos de mulher escrava que nascerem no Império desde a data dessa lei serão considerados de condição livre. § 1.º – Os ditos filhos menores ficarão em poder o sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão a obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. No primeiro caso, o Govêrno receberá o menor e lhe dará destino, em conformidade da presente lei. Art. 2.º – O govêrno poderá entregar a associações, por êle autorizadas, os filhos das escravas, nascidos desde a data dessa lei, que sejam cedidos ou abandonados pelos senhores delas, ou tirados do poder dêstes em virtude do Art. 1.º”.

Se criou na roça, no sítio ... tinha aquelas escolinhas lá da fazenda, mas não era para qualquer um ... aqueles que tinham direito mesmo ... não era para qualquer um principalmente gente de cor. (1988, caixa 25, p.53-54)

Para a depoente, havia muito preconceito na época e quando as mães negras iam procurar vagas nas escolas para os filhos, as professoras não falavam diretamente “não queremos crianças de cor”, mas diziam “não temos vaga”.

Na década de 1960 mudou-se para São Paulo. Nesta cidade foi alfabetizada no movimento do Mobral¹²⁵, com aproximadamente 58 anos. Trabalhou como doméstica e cozinheira, até a aposentadoria. O depoente construiu residência própria na Vila Palmeiras, próximo à Freguesia do Ó, região norte da capital paulista.

Aparecida Gumercinda de Souza – 1ª geração (irmã da sra. Albina Maria Antonia)

Nasceu em 27/09/1916 na cidade de Santa Lucia (SP), região oeste do estado. Tinha 70 anos na época da entrevista.

Residiu em Catanduva e em fazendas da região de São José do Rio Preto, Novo Horizonte e Santos, onde trabalhou na lavoura juntamente a imigrantes portugueses e espanhóis.

É analfabeta; não teve oportunidade de ir à escola pois trabalhou na lavoura desde criança. Quando mudou-se para São Paulo, na década de 1950, empregou-se como doméstica e cozinheira. No período da entrevista a sra. Aparecida residia na Vila Palmeiras, região norte da capital paulista.

Leonice de Oliveira Silva – 2ª geração (filha da sra. Albina Maria Antonia)

Nasceu em Catanduva, região oeste do estado de São Paulo, em 05/04/1935. Tinha 52 anos na época da entrevista.

Morou em Catanduva, Novo Horizonte, Lins, Santos e São Paulo, em companhia da família. Somente aos 13 anos ingressou na escola, na cidade de Lins, onde cumpriu o 1º e 2º anos da escola primária. Em seguida, cursou o 3º e 4º anos da escola primária na cidade de

¹²⁵ O MOBREAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização foi criado pela Lei 5.379, de 15 de dezembro de 1967, propondo “conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade”. Ver: BELLO, J. L. P. Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBREAL. História da Educação no Brasil. Período do Regime Militar. Pedagogia em Foco, Vitória, 1993.

Santos. Segundo a sra. Leonice, a família não possuía condições financeiras para a permanência dos filhos na escola:

Morei em Lins ... Lá que eu estudei. Fiz o primeiro e o segundo ano. Sai de Lins, vim pra Santos ... com treze anos que eu fiz o terceiro e quarto ano em Santos, né?

(...) Com quinze anos ... naquele tempo pegava o diploma... não podia mais continuar estudando porque ... tinha que pagar... então minha mãe pegou, me botou na escola de corte e costura. (1988, caixa 25, p.07)

Após realizar o curso de corte e costura, a depoente iniciou a vida produtiva. Aos 16 anos, quando a família mudou-se para a cidade de São Paulo, a sra. Leonice foi contratada como costureira em fábrica de tênis, em metalúrgica no bairro do Bom Retiro e como costureira em fábrica de lençóis no mesmo bairro, entre outras empregos, até a aposentadoria. Residia na Vila Palmeiras com a família no período da entrevista.

4.2.2. FAMÍLIA 02 - BENEDITA DE JESUS ATANÁSIO – 1ª GERAÇÃO

Sem registro de nascimento. Presume-se que a depoente nasceu em 1911. Tinha 76 anos na época da entrevista.

Lembrou em suas reminiscências que nasceu na cidade de Casa Branca, região oeste do estado de São Paulo:

Minha mãe custou muito a criação minha ... entrei no emprego com 10 anos ... fui pajem ... fiz meu quarto ano e aí fui pro grupo. Não repeti nenhum ano de escola. Entrava ao meio-dia na escola e chegava em casa às quatro e meia. (1988, caixa 26, p.01)

A depoente estudou até o 4º ano primário. Quando a família mudou para São Paulo, em meados de 1925, tinha 14 anos de idade e foi trabalhar como pajem de crianças. Estudou bordado no curso Singer¹²⁶ e trabalhou como doméstica e cozinheira até a aposentadoria. Residia no bairro Jardim Bonfiglioli, região oeste da capital paulista, no período da entrevista.

¹²⁶ Isaac Merrit Singer fundou a empresa Singer Corporation em 1851, nos Estados Unidos, fabricando máquinas de costura. Em 1858 foi aberto no Rio de Janeiro o primeiro ponto de vendas no Brasil. A Singer introduziu no Brasil o sistema de vendas a crédito, com pagamentos semanais de “um mil réis”,

4.2.3. FAMÍLIA 03 - BENEDITO ATANÁSIO – 1ª GERAÇÃO

Nasceu em Descalvado (SP), região oeste do estado de São Paulo, em 20/08/1934. Tinha 53 anos no período da entrevista.

Tendo em vista a precariedade financeira da família, e por intermédio de família aristocrata cafeeira, o depoente foi internado no Preventório Jacareí, em São Paulo. Segundo Curi (2010) e Gomide (1991)¹²⁷ o Preventório Jacareí, na cidade homônima do Vale do Paraíba, a 70 quilômetros da capital paulista, foi inaugurado na década de 1920, numa proposta higienista de livrar o Brasil da endemia leprótica: criar asilos-colônia, dispensários e preventórios. A função do Preventório Jacareí era cuidar dos filhos dos leprosos internados nos asilos e dar-lhes formação até que pudessem conduzir autonomamente suas vidas.

O sr. Benedito tinha 07 anos quando ingressou nessa instituição. Visto a relevância deste depoimento, transcrevo em seguida alguns trechos:

(...) Ali foi quando eu comecei a estudar... Entrei no primeiro ano, segundo, até o quarto ano primário foi feito em Jacareí. E nessa época também, depois que a gente atingiu uma certa idade, tínhamos que trabalhar na parte da manhã e a tarde o que eram, já tinham acima de catorze anos, então nós íamos trabalhar no nosso sítio. Que nós plantava era ... pera, uva, laranja, couve, alface, tudo de consumo do colégio, do próprio colégio.

(...) E ali nós era numa média de duzentos meninos e cem meninas, mas separados, né. Tinha o pavilhão dos meninos e o pavilhão dos ... o nosso pavilhão. Quer dizer, os pavilhões eram constituídos dos menores, que eram aqueles que tinham de oito a dez anos, depois vinha de dez até quatorze e de quatorze em diante. Que eram separados, três pavilhões. Então nossa vida, nós passávamos o dia assim: trabalhando e estudando.

(...) O regime lá era duro porque uma, nós recebíamos uma educação lá muito rígida mesmo.

(...) E tínhamos também um sistema que era de vigilância, que nós tínhamos um vigilante. Então, nós fazíamos qualquer coisa, ele nos punha de castigo.

e cursos profissionalizantes, com objetivo de formar profissionais e propagar o uso da máquina de costura doméstica. Ver: História da Singer. Disponível em: <http://www.singelamaquinas.com.br/historia-da-singer>. Acesso em 03/12/2012.

¹²⁷ Ver: CURI, L.M. *Excluir, isolar conviver: um estudo sobre a lepra e a hanseníase no Brasil*. Tese de Doutorado. Minas Gerais: Universidade Federal de Minas Gerais, 2010. GOMIDE, L.R.S. *Orfãos de pais vivos – a lepra e as instituições preventivas no Brasil: estigmas, preconceitos e segregação*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1991.

Às vezes com braços abertos, ajoelhado em cima do grão de milho, às vezes apanhava, eu cheguei a apanhar com essas correntes ... então ele chegava e batia, onde pegasse, pegava a correntinha.

(...) Muitas vezes nós com aquele espírito de revolta, tentamos fugir lá em massa. Nós não tínhamos dinheiro, não sabia nem que direção nós tomar, então ficamos vagando pela cidade.

(...) Muitos dos colegas foram picados de cobra porque nós, nós trabalhávamos na roça, no sítio, então havia mato e nós entrávamos descalços no meio desse mato, porque nós não tínhamos sapatos. Então muitos colegas nossos foram picados de cobra, mas mesmo no hospital tinha o soro.

(...) Então nosso regime era entrar sete horas da manha... os maiores iam pra roça, quando era uma hora da tarde nós entrávamos pra estudar. Quer dizer, estudávamos de uma às cinco horas, saíamos às cinco horas, às vezes não tínhamos tempo de fazer nada, já tinha a hora do jantar, era que nem um quartel ... Depois da janta, nós descansávamos um pouco, já voltava pra recapitular a matéria que nós tínhamos recebido durante o dia.

(...) Então, naquela época, meu pai era vivo ainda, ele mandava, naquela ocasião, vinte cruzeiros, né. Vinte cruzeiros, quer dizer, então, por domingo, nós tirávamos dois cruzeiros... não era cruzeiros, era dois mil réis. Então naquela ocasião, ainda existe a praça em Jacareí, então nós saíamos, domingo nós podíamos sair.

(...) Meu pai tava doente aqui em São Paulo, minha mãe trabalhando aqui também pro sustento dela. Então não tínhamos quem nos ajudasse nessa parte. Então muita necessidade a gente passou quando, nesse próprio colégio. Que eu me lembro que em 1945, que foi o ano da Segunda Guerra Mundial ... apesar que o governo nos mandava o alimento, então foi uma época dura para nós, que nós chegamos a comer broa, broa de fubá duro, porque não existia pão... depois a gente ficou sabendo que ficou tudo racionado. Precisava enfrentar fila. E nós não enfrentamos fila, mas passamos as necessidades daquela época.

(...) A sala era mista. Então estudava os meninos, um grupo de meninos e meninas. Eu tive nesse colégio mais ou menos sete anos. Sete anos... Como não tinha escola profissional, então era enviado pra escola profissional pra ter uma profissão. Porque eu me lembro de um nosso lá que saiu mecânico ... mecânico de automóvel, que era a coisa mais procurada. Entre as meninas também saiu muitas enfermeiras, costureiras,, Como nós mesmos, depois

que eu tirei o diploma, já estava com quatorze anos, então meu pai já tinha condições de me buscar, então ele foi ... Foi quando nós saímos do colégio, em 1948, 1948 foi a primeira vez que estive aqui em São Paulo.

(...) Meu pai me colocou no SENAI para fazer curso de mecânico ajustador. Ficava vendendo alguma coisinha com alguma pessoa, ou trabalhando assim de ajudante de caminhão, carregar areia, mas não ganhava nada. Era só bico, era só pra conhecimento daqui.

(...) Eu comecei a fazer o SENAI e logo em seguida meu pai também conseguiu, por intermédio de pessoas influentes naquela época, me colocar na Bardella¹²⁸. Era uma grande firma na época, eu comecei a estudar três vezes por semana no SENAI, duas vezes na firma só e ganhava completo. Depois com a idade de dezoito anos mais ou menos, então eu peguei a carta de ofício. (1988, caixa 26, p.01-11)

Após relatar sua vivência de 07 anos no Preventório Jacareí, e sua formação educacional, inclusive no SENAI¹²⁹, o sr. Benedito descreveu aspectos da sua vida pessoal, como casamento e filhos. Deu ênfase à sua ascensão profissional como mecânico de máquinas, e às residências próprias que adquiriu na região norte da capital paulista, patrimônio proveniente de muitos anos de trabalho. Residia na Vila Penteado na época da entrevista. Aposentou-se como mecânico, porém, havia retornado ao mercado de trabalho à convite da mesma empresa na qual solicitou a aposentadoria.

¹²⁸ A Bardella S.A. foi fundada em 1911 por um imigrante italiano de nome Antonio Bardella. A pequena oficina produzia e reparava elementos de transmissão como mancais, luvas de junção, eixos e polias. Com a Primeira Guerra Mundial e o bloqueio das importações, o Brasil foi obrigado a apressar o processo de industrialização. Atualmente produz de bens de capital para empresas do setor elétrico, minerador, portuário, siderúrgico e metalúrgico de alumínio, dentre outros. Ver: Industrias Bardella: um breve histórico. Disponível em: <http://www.econoinfo.com.br/comunicados/ BARDELLA>. Acesso em: 02/01/2013.

¹²⁹ O SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) foi criado pelo Decreto-lei n.4.048, de 22 de janeiro de 1942 com o objetivo de formar mão-de-obra qualificada a curto prazo, algo que o ensino médio profissionalizante não tinha estrutura para atender adequadamente. O SENAI foi desenvolvido como uma rede ensino profissionalizante paralelo ao sistema público de ensino profissional, e seus alunos recebiam um salário para estudar e iniciar a aprendizagem nas empresas, o que tornou essa rede mais atrativa para as classes populares.

Anna Athanasio de Oliveira – 1ª geração (irmã do sr. Benedito Atanásio)

Nasceu em Descalvado (SP) em 12/11/1937. Tinha 50 anos no período da entrevista.

Rememora com carinho a figura do pai, sr. Eufrosino, que era funcionário da família do Dr. Cid Castro Prado¹³⁰, como “peão ou domador de potros”. O pai adoeceu e a mãe separou-se da família, e foi residir em outra cidade. Quando a sra. Anna completou 06 anos, o sr. Eufrosino assumiu a responsabilidade dos 03 filhos mandando-os para São Paulo para residirem com a avó. Em São Paulo, a depoente foi criada na Vila Santa Maria, região norte da capital.

O sr. Eufrosino era muito politizado e admirava o presidente Getúlio Vargas; inclusive recordou que a família possuía o retrato do presidente na sala da residência. O pai era um nacionalista: levava os filhos ao Museu do Ipiranga, entre outros passeios cívicos. Também passeavam no Aeroporto de Congonhas e viajavam de trem até a cidade de Santos, no intuito de admirar as obras que anunciavam o progresso da cidade. Também empenhou-se na formação escolar dos filhos. A sra. Anna ingressou na escola primária com 06 anos, completou o 4º ano primário e após foi cursar datilografia, taquigrafia e corte e costura para profissionalizar-se:

O meu pai fazia questão de que a gente se formasse, então, aí ele me pôs para fazer datilografia e taquigrafia. Mais aí depois ele falou: não, não vai aprender isso não porque mulher tem que aprender a pregar botão em roupa e tem que aprender a fazer corte e costura. Quer dizer, eu fui fazer corte e costura, eu fiz uns quatro corte e costura. (1988, caixa 26, p.02)

A sra. Anna afirmou ainda que com quatorze anos desejava trabalhar em escritório “mas naquele tempo quem trabalhava em escritório era *mundana*”. Portanto, devido ao preconceito da sociedade e da sua própria família quanto à função em escritórios, a depoente iniciou sua vida produtiva em uma oficina de costura na Barra Funda. Trabalhou em fábrica de lixas e em oficina de alta-costura na Av. Angélica (SP), entre outras experiências profissionais.

Após casada e com filhos, a sra. Anna deixou de trabalhar em empresas. Ajudava a organizar a biblioteca da Igreja do bairro, cujos padres eram franceses. Apesar da depoente não relatar em qual escola e em qual situação realizou o curso primário, completou:

¹³⁰ Cid Castro Prado, membro da aristocracia cafeeira paulista, era proprietário das fazendas Sant’anna e Cuyabano, na região de Campinas, no final do século XIX. Ver: PRADO JR, C. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2008.

Foi esse pessoal que ajudou na minha formação, não foi escola, não foi nada. Porque isso não existiu. Tinha a biblioteca, que eu fuçava a biblioteca e me interessava por tudo. Tudo o que caia na minha mão eu lia, lia e tava sempre informada, no fim, os padres falavam francês, não que eu falasse francês, mas já não podiam falar perto de mim ... eu já entendia. (1988, caixa 26, p.43)

No período da entrevista, a depoente trabalhava com artesanato, iniciava uma vida militante em prol dos direitos femininos, e residia na Cidade Patriarca, região leste da capital, onde adquiriu uma residência própria.

Maria de Lourdes Ferreira – 1ª geração (irmã do sr. Benedito Atanásio)

Nasceu em São Paulo em 05/05/1941. Possuía 46 anos no período da entrevista.

Foi criada pela avó materna, que era bisneta de escravos. A avó trabalhou na lavoura na cidade de Casa Branca (SP) e casou-se muito cedo: “com doze anos ... com treze anos, ela diz que brincava com boneca e já estava esperando meu pai”. A avó ficou viúva e quando completou 24 anos veio para São Paulo trabalhar como cozinheira em residências de famílias.

Seu relato aponta que com sete anos foi alfabetizada:

Aí quando eu completei sete anos eu fui pra escola e eu fui bem na escola. Graças a Deus, até quase que a primeira aluna da classe. Eu só me arrependi de não ter ... não foi por falta de dinheiro em casa, não. Não que a gente fosse rico. E lá, morava na Vila Santa Maria e quando eu terminei o primário eu tava com quase onze anos e não tinha quem me levasse no ginásio nas Perdizes, que era o único que tinha da Santa Maria até a cidade. Era o primeiro que tinha nas Perdizes(...). Ainda até agora eu passo lá e me lembro. Uma casa velha, ainda tá lá. O casarão, né. E eu falava: Puxa vida, não pude fazer o ginásio! Eu então, na Associação Cívica Feminina!... (1988, caixa 26, p.01-04)

Segundo a sra. Maria de Lourdes, nesta ocasião o bairro de Santa Maria era deficitário em transporte público, “era horrível de ônibus”. Além disso, como só tinha onze anos de idade, seria preciso ser acompanhada até a Associação Cívica Feminina¹³¹, onde poderia fazer o ginásio gratuitamente e curso de corte e costura. A depoente conclui que a falta de estrutura familiar (separação dos pais), a carência de transporte público e a distância da escola impediram o prosseguimento dos estudos, e demonstra amargura ao lembrar destes fatos.

A sra. Maria de Lourdes aprendeu a costurar com a avó, já que “tinha uma máquina (de costura) em casa”. Exerceu a profissão de costureira, e no período da entrevista era casada, com 06 filhos e exercia a mesma profissão.

4.2.4. FAMÍLIA 04 – SEBASTIÃO AUGUSTO – 1ª GERAÇÃO

Nasceu em Catanduva (SP), região oeste do estado, em 19/01/1928. Tinha 60 anos no período da entrevista.

A mãe nasceu em Araraquara e trabalhou em fazendas de café; o pai nasceu em Minas Gerais e trabalhou na cidade de Catanduva como roceiro e carteiro.

Concluiu o 4º ano primário, mas não informou onde e em quais condições adquiriu esta formação. O entrevistado relatou que começou a trabalhar com nove anos de idade:

Minha infância ... eu praticamente quase não tive infância, né ... porque ... comecei a trabalhar muito cedo, com nove anos de idade, quando meu pai me pôs numa alfaiataria para aprender a profissão e... comecei a trabalhar e estudar ... Fiz o primário. (1988, caixa 27, p.01)

¹³¹A Associação Cívica Feminina foi fundada em 20/12/1932 com objetivo de fornecer assistência social e educação. O atendimento era dirigido a crianças, adolescentes e adultos pobres. Em 1944 o Decreto Nº 14.935 reconheceu a Escola Industrial da Associação Cívica Feminina de São Paulo, com os seguintes cursos de formação profissional: I. Ensino industrial básico; a) Curso de corte e costura; b) Curso de chapéus, flores e ornatos. II. Ensino de mestria; a) Curso de maestria de corte e costura; b) Curso de maestria de chapéus, flores e ornatos. O Decreto foi publicado no Rio de Janeiro pelo Presidente Getúlio Vargas e pelo Ministro Gustavo Capanema. SENADO FEDERAL. Disponível em www.senado.gov.br/legislacao/listapublicacoes.action?id=34342. Acesso em 23/01/2013.

Com quinze anos passou a trabalhar por conta própria. Na década de 1940 mudou-se com a família para São Paulo, pois o pai foi contratado para trabalhar na empresa Santa Marina¹³².

Casou-se e teve 03 filhos. Em 1962 ingressou no Estado, como funcionário público (guarda de presídio). Relatou as dificuldades financeiras para adquirir moradia própria:

Entrei no Estado em 1962. E então ... depois que vim para ... eu mudei pra Casa Verde, ai mudei mais pra baixo, aí a situação complicou ... Tava para ser despejado lá da casa onde eu morava que não dava para pagar o aluguel, ganhava naquela época parece que trezentos e... trezentos e cinquenta , pagava trezentos de aluguel, pra você ver como era... Na agulha tinha que trabalhar muito, né? Os filhos também sempre ajudando. Mas naquela época todo mundo ganhava pouco, mas tudo é relativo. Depois mudei para outra casa mais pra baixo, um sobradinho, ai pagava quatrocentos de aluguel e eu não ganhava isso. Aí, depois de uns três ou quatro meses, o homem ainda queria aumentar pra quinhentos ... quinhentos cruzeiros!

(...) Minha mãe morava sozinha ... Aí fiz mais um cômodo e vim pra cá. (1988, caixa 27, p. 14-15)

O sr. Sebastião construiu residência própria na Vila Palmeiras, próximo à Freguesia do Ó, região norte da capital paulista. No período da entrevista, ainda exercia a função de guarda de presídio, e aguardava a contagem de tempo para a aposentadoria.

Irene Augusto – 2ª geração (filha do sr. Sebastião Augusto)

Nasceu em Catanduva (SP) em 14/07/1946. Tinha 41 anos no período da entrevista.

Rememora que teve uma infância boa, sem preocupações:

A infância pra gente é bom, enquanto a gente é criança tá tudo bom, né? Não está nem se preocupando. (1988, caixa 27, p.10)

¹³² A Fábrica de Vidros Santa Marina foi fundada no final do século XIX no bairro da Água Branca pelo conselheiro do Império Antonio Prado (1840-1929). Em virtude da dificuldade no acesso e das cheias do Rio Tietê, em 1910 a Santa Marina construiu duas vilas operárias vizinhas à fábrica. Ver: HISTÓRIA DA SANTA MARINA. Disponível em: <http://www.santamarina.com.br>. Acesso em 19/01/2013. CAMARGO, L. S. *Habitações populares em São Paulo: precedentes* (On line). Informativo Arquivo Histórico Municipal, 4 (19): jul/ago. 2008.

Também revela que quando criança residiu dois anos na vila operária da Fábrica de Vidros Santa Marina, onde o avô, sua mãe e outros parentes estavam empregados.

(...) Minha mãe ... trabalhava nas máquinas, carregava caminhão, encaixotava os vidros, descarregava ... Meu avô era guarda. Minha tia também, todo mundo trabalhava lá, meu tio José trabalhou muitos anos na Santa Marina, minha tia Dirce também trabalhou, o meu pai é que não, porque era alfaiate, né? (1988, caixa 27, p.10-12)

Quando o avô comprou um terreno na Vila Palmeiras, todos mudaram-se para um barraco de madeira:

É, lá (vila operária da Santa Marina) nós ficamos bem acho que uns dois anos, mais ou menos, e depois tudo aqui em casa mesmo, aqui em casa, que era de madeira, um barraco.

(...) Aqui (Vila Palmeiras) não tinha nada, aqui na frente era um riozinho, um riozinho que cortava aí, muito mato e pouca casa ... Aquele sufoco, né? Mas a gente quando é criança é tudo gostoso. Não tá nem se preocupando com isso e aquilo. Em matéria de infância pra mim foi bom, não tinha preocupação com nada. (1988, caixa 27, p.10-12)

A entrevistada informou que frequentou o ensino primário na capital:

Entrei com sete anos e fiz o primário, estudei na Freguesia do Ó. Fiz um ano lá, depois nos mudamos para cá e eu estudei na (Vila) Palmeiras mesmo, mas também só fiz o curso primário, aí a situação ficou ruim. Tive que trabalhar logo cedo. (1988, caixa 27, p.12)

Seu relato diz que ingressou no mercado de trabalho com doze ou treze anos, aproximadamente, como doméstica. No período da entrevista, trabalhava como cabeleireira e residia na Vila Palmeiras, região norte da capital paulista.

4.2.5. FAMÍLIA 05 – ANA XAVIER BATISTA – 1ª GERAÇÃO

Nasceu na cidade de Lorena (SP), mesorregião do Vale do Paraíba, em 03/04/1915. Tinha 72 anos no período da entrevista.

Segundo a entrevistada, a família mudou-se para São Paulo em meados de 1930, pois a residência em Lorena pegou fogo “porque era tempo de seca no interior”. Para a sra. Ana a mudança para São Paulo inaugurou uma nova fase:

Aí começou a vida, em vez de ter aquela luta de trabalho de enxada como lá, cortar cana, metrar lenha, já esta vida a gente não fazia mais. Que aqui em São Paulo é que eu aprendi a ser cozinheira e passei a trabalhar assim em casa de família. Cozinheira... lavei muita roupa ... engomei muita roupa ... depois fui trabalhar de doméstica” (1988, caixa 28, p.01)

A entrevistada diz também que não frequentou a escola; declarou-se analfabeta e afirmou:

Eu não sabia ler, e não sei ... O pessoal aprende pelos livros e eu aprendi mesmo por força de ... vontade ... porque não tem livro que me ensine... Eu fui cozinheira, trabalhei todos esses tempos assim até casar. (1988, caixa 28, p.23)

Com 14 anos, aproximadamente, a depoente inicia a vida produtiva. Casou-se com 23 anos e teve 7 filhos. Iniciou-se no espiritismo, tornou-se “mãe-de-santo” e abriu um centro de umbanda para atendimento público:

Ai depois desenvolvi com a Baiana, depois com Boiadeiro. E outros caboclos que vieram. Sem ser o caboclo chefe, veio diversos outros caboclos. E com isso foi a minha vida da parte de sorriso e alegre, outra parte de lágrimas, né? Outra parte só triste sem lágrimas. Minha vida sempre foi assim. Praticamente ... assim de pequena ... não me lembro muito bem que são anos de muita coisa que passou ... não me lembro bem. Aqui toda hora tem gente ... Criançada para benzer, pessoas que querem consulta ... pessoas que vem saber o que o guia falou ... (1988, caixa 28, p.05-07)

Declarou sofrer muito preconceito, por conta da sua opção religiosa e o atendimento do centro espírita.

No começo o centro era muito perseguido. Mesmo, por parte policial e por parte do povo ... A paisana, também fui perseguida, mas graças a Deus, com fé em Deus e nos guias, venci toda essa parte e estou com o terreiro aberto até hoje. (1988, caixa 28, p.07)

No momento da entrevista, a sra. Ana realizava atendimentos no centro de umbanda no bairro do Ipiranga, em residência própria.

Djanira Aparecida Batista – 2ª geração (filha da sra. Ana Xavier Batista)

Nasceu em 23/09/1943 na cidade de São Paulo. Tinha 44 anos no período da entrevista.

Conta que teve uma infância muito sofrida:

A gente, na época ... nós somos sete irmãos. Eu sou a mais velha das mulheres, tinha mais dois que faleceram, que mais, eram os homens né, que só morreram os mais velhos. Depois morreram os outros. Então a minha mãe sempre trabalhou muito, e a gente tinha que tomar toda a responsabilidade de todo mundo que ia nascendo. Então a gente tinha que correr muito, né? Eu comecei a trabalhar aos doze anos, assim fora de casa e não parei até hoje! (1988, caixa 28, p.10)

A entrevistada lembra que nasceu em São Paulo, passou parte da infância na cidade de Barra do Pirai (RJ), na zona rural, com parentes que trabalhavam na roça. Quando tinha 10 anos aproximadamente, mudou-se definitivamente para São Paulo, no bairro do Ipiranga, onde foi criada.

Concluiu o 4º ano primário, mas não informou onde e em quais condições adquiriu esta formação. Mas relatou que foi muito difícil estudar aqui em São Paulo, principalmente porque deveria ajudar a mãe no trato dos irmãos mais novos:

Os pais da minha época não ligavam tanto para isso, porque eles achavam que não era preciso, não é? Então, quando eu falava em ir pra escola, sempre eu tinha aquela resposta: eu preciso de você mais em casa. Então a gente muito mal se formava, né ... naquele tempo era quarta série ... (1988, caixa 28, p.10)

A partir dos 12 anos, a sra. Djanira informou que trabalhou para ajudar a mãe no sustento da família e na criação dos irmãos mais novos. Relatou ter tido uma infância sofrida, pois o pai “era muito bom ... mas ele bebia muito ... e era aquela irresponsabilidade”. Nesta fase, ela observou o sacrifício da mãe :

O que eu me lembro, as coisas que marcaram mais, sempre foi a minha infância, sabe? Que eu lembro assim da minha mãe fazendo aquele sacrifício para lavar roupa, cozinhando para fora, fazendo bolo ... Ela fazia bolo para fora, para casamento, aniversário ... e lavava muita roupa. E na época que a gente veio morar aqui pro Ipiranga, ela ... Agora eu sei a distância, porque naquela época a gente não sabia, né? A gente mora lá no Ipiranga e ela vinha pra lavar roupa aqui perto do cemitério São Paulo, aqui em Pinheiros ... (1988, caixa 28, p.03)

Casou-se com 23 anos, ficou casada por quatro anos. Após a separação conjugal, completou o curso ginásial e ingressou na área da enfermagem. Trabalhou em hospitais e em sanatório psiquiátrico. No período da entrevista, relatou com orgulho que realizou concurso público e trabalhava como auxiliar de biblioteca na Universidade de São Paulo (USP). A depoente residia no bairro do Ipiranga, no período da entrevista.

4.2.6. FAMÍLIA 06 – TEREZA PEREIRA DE CAMPOS – 1ª GERAÇÃO

Nasceu em 09/09/1929, na cidade de São Bento do Sapucaí, município localizado na microrregião de Campos do Jordão (SP). Tinha 59 anos no período da pesquisa.

Declarou-se semi-alfabetizada. Afirmou que não teve oportunidade de estudar pois o pai faleceu e a mãe foi obrigada a separar-se dos filhos. Relata que foi criada por uma tia:

Fui criada com a minha tia que era muito pobre e a gente precisava trabalhar ... então eu não podia ir à escola, porque ela não podia ficar em casa pra cuidar de mim, ela ia trabalhar, eu tinha que ir junto com ela pro serviço de roça, enfim, todo lugar que ela ia eu ia ... eu não tinha com quem ficar, então eu não tinha oportunidade de estudar. (1988, caixa 29, p.01-02)

A sra. Tereza casou-se com treze anos, teve a primeira filha com quinze anos. Relatou que o marido “bebia muito, e não tinha aquela responsabilidade, não parava em emprego”. Nesse período, reencontrou-se com a mãe e mudou para a sua residência em Presidente Prudente. Mais tarde, na década de 1940, mudou-se para São Paulo.

No período da entrevista, a entrevistada residia no bairro Campo Limpo, região sul da capital paulista e trabalhava como doméstica.

Maria Benedita de Jesus Silva – 2ª geração (filha da sra. Tereza Pereira de Campos)

Nasceu em 17/05/1944 na cidade de São Bento do Sapucaí (SP). Tinha 44 anos no período da entrevista.

A entrevistada relatou que a família realizava muitas mudanças:

Meu pai não tinha muito juízo, que bebia, né? Então ... eu via aquilo lá ... não que ele fosse ruim, mas não tinha juízo, bebia demais ... e depois disso maltratava, né? A gente vivia mudando de casa, porque não dava pra comprar... uma vez ele comprou (uma casa) ele perdeu a entrada ... porque negócio de poceiro não era assim um trabalho fixo, era bico... Ele fazia poço, não tinha encanamento, essas coisas ... então ele fazia poço. (1988, caixa 29, p.01)

Também relatou uma infância pobre:

Muitas pessoas, naquele tempo, não tinham fogão de gás, elas tinham um fogão assim ... punha um pedacinho de lenha, outros colocavam carvão, e a gente que era pobre, a maioria por ali era assim ... tinha aquelas casinhas que eles alugavam, fundo de quintal. Lavar roupa era... a maioria lavava no rio. (1988, caixa 29, p.06)

A entrevistada relatou que viveu esta situação de pobreza na Vila Penteado, região norte da capital paulista. Recordou que atravessava diariamente uma chácara e um rio que “não tinha ponte, era um ... palito roliço, com um negócio para segurar bem perigoso!” para comprar alimento. Utilizavam como pratos as “latinhas de goiabada” e os copos eram as “latinhas de leite condensado” vazias. Quando a mãe arrumou um “serviço para dormir” como doméstica, ela mudou-se para a casa da avó.

Residiram na chácara de uma amiga da avó, na região do Campo Limpo. Declarou ter o 4º ano primário, estudou em escola estadual próximo ao bairro Ferreira (região oeste da capital paulista). Suas lembranças se referem à pobreza e às dificuldades que enfrentava para estudar:

Eu estudei até o quarto ano, e não repeti nenhum ano! Então, eu gostava de estudar. E as professoras também ... eu não fazia jeito delas ter dó, mas todas tinham dó de mim... Então, como eu tava falando da escola, né, daí passei pela Dona Alice, que era uma moça assim meiga ...em Pinheiros, tinha uma padaria Colombo, pequenininha, era do pai dela. E daí, para aquelas pessoas que eram pobres, ela sempre levava pãozinho, sabe? ... Ela levava porque ela era uma pessoa muito humana e ela tinha dó, então chegava lá pra Dona Mercedes, que era a moça que cuidava lá, então ela falava assim: Oh, dê para essas pessoas mais pobres! Então ela chegava no recreio, ela pegava e dava um pãozinho pra cada um. Ah! Mas a gente ficava super contente!

(...) E a diretora era uma pessoa ... que todo mundo tinha medo dela ... Ai um dia eu fui sem uniforme, tava “de molho”, aí eu tinha, deixa eu ver, no segundo ano, eu tinha nove anos, que eu entrei com oito, tava com nove anos. Daí ela chamou assim, eu vi e me escondi atrás duma mureta, que eu sabia que ela era danada e me mandava embora. Aí ela falou: Sai daí de trás da mureta! Daí eu sai e e ela falou: Porque você veio sem uniforme? Daí eu falei o motivo. Mas ela não falou nada. Eu percebia assim pelo olho dela que ela tinha dó.

(...) Eu tinha minhas coleguinhas, às vezes elas levavam lanches ... pão com salame, pão com aquele queijo branco ... elas comiam a metade e repartiam comigo o pão. (1988, caixa 29, p.25-27).

Realizou curso de bordado em uma escola em Pinheiros, e demonstrou ter boas lembranças:

Quando a gente tava na escola de Pinheiros, então a gente começava a bordar ... eu comecei até que bordar bem, né, pra minha idade, todo mundo gostava ... eu fazia ponto cruz, ponto atrás, que eles falava, aquelas barrinha, ponto “ajour”. É, a japonesa ensinava, que era professora da nossa equipe, né. Porque na escola a gente ia fazendo, engomava tudo e no final do ano a gente fazia exposição. Ficava muito bonito, vinha bastante gente para ver. (1988, caixa 29, p.16)

A entrevistada casou-se, teve três filhos, trabalhou como doméstica. No momento da entrevista, era servente do Museu da Casa Brasileira e residia no bairro Campo Limpo, região sul da capital paulista, em residência adquirida pela família.

4.2.7. FAMÍLIA 07 – GERALDINA MARIA PATRICIO DA LUZ – 1ª GERAÇÃO (ÚNICA)

Sem informação de data de nascimento; provavelmente nasceu em 1924. Nasceu na cidade de Jaboticabal (SP), região oeste do estado. Afirmou ter 64 anos no período da entrevista.

Lembrou-se de uma infância pobre em Jaboticabal, do carro de boi que carregava lenha “porque a gente cozinhava com lenha”. Era cuidada pela avó, até o seu falecimento. Com seis anos de idade, e a mãe trouxe-a para São Paulo, e a matriculou na escola.

Ai, né, minha mãe me trouxe embora, me trouxe embora, chegou aí me pôs na escola, que nem na escola eu tava, né? Entrei no primeiro ano, passei pro segundo, quando eu fui passar pro terceiro eu não enxerguei a classe do terceiro ano, ela me tirou, fui trabalhar, aí fui trabalhar de empregada aí na Vila Mariana. (1988, caixa 30, p.06)

Com nove anos, portando na década de 1930, a entrevistada iniciou a vida produtiva:

Trabalhei de empregada ali, com nove anos fui trabalhar de empregada e a minha mãe com aquela criançada, carregando esterco ... Estrume de cavalo ... Nós íamos buscar lá ... onde é o Zoológico hoje ... Instituto Biológico. Nós íamos catar esterco pra vender pr’aquelas famílias ricas, pra usarem no jardim.

Nós vendíamos sacos, enchia até em cima de esterco pra vender pra ajudar, porque meu pai ganhava pouco e tinha uma filharada ... (1988, caixa 30, p.07)

A sra. Geraldina relatou que viviam na região centro-sul da capital paulista. A vida era sacrificada, e todos ajudavam para garantir a sobrevivência da família, constituída de “oito irmãos e dois de criação”, e garantir o pagamento do aluguel. A mãe era lavadeira, a sra. Geraldina era empregada, e todos os irmãos menores ajudavam na venda de esterco.

Anos depois, a família comprou um terreno na Vila Santa Isabel (região leste da capital paulista) e a sra Geraldina foi indicada para trabalhar na empresa Nitro Química¹³³, em São Miguel Paulista. A depoente tinha apenas 12 anos de idade, o que impossibilitava a sua entrada na fábrica; porém, um tio ajudou-a a falsificar os documentos para este emprego:

Meu tio tirou uma carteira de saúde com quatorze anos, porque aquele tempo juiz dava ordem. Podia tirar, menor podia trabalhar, mas tinha que tirar o documento mais velho, pagava não sei quanto ... meu tio tirou o documento para eu trabalhar. (1988, caixa 30, p.07-08)

A entrevistada casou-se e relatou a melhora da sua condição financeira:

(...) Eu não tive infância, nunca tive uma boneca, nunca tive um carrinho, nunca tive nada, eu não tive infância, eu tive vida boa depois que eu casei, porque aí meu marido me comprava vestido bonito ... entrei na escola de corte e costura, me formei de costureira. (1988, caixa 30, p.20)

No momento da entrevista, a sra. Geraldina já era aposentada e residia na Vila Carrão, região leste da capital paulista.

¹³³ A Companhia Nitro Química Brasileira foi instalada em 1935 pelo empresário, engenheiro e político brasileiro José Ermírio de Moraes (1900-1973), fundador do Grupo Votorantim. Instalada em São Miguel, região leste da capital, próxima à ferrovia Central do Brasil e ao Rio Tietê, visava a fabricação e comercialização de produtos químicos (ácido sulfúrico, tintas e sulfato de sódio, entre outros) e têxteis, sendo a primeira do ramo na América Latina. Em meados do século XX, a empresa empregava 8.000 funcionários. A empresa foi um grande estímulo à ocupação mais intensa de São Miguel, pois muitos operários e suas famílias adquiriram moradias próximas à fábrica. MEMÓRIA VOTORANTIM. Disponível em: http://www.memoriavotorantim.com.br/memoria_votorantim. Acesso em 20/12/2012.

4.2.8. FAMÍLIA 08 – SALVADOR DE MELLO MACHADO – 1ª GERAÇÃO

Nasceu na cidade de Porto Feliz (SP), região oeste do estado de São Paulo, em 21/02/1910. Tinha 77 anos no período da entrevista.

Residiu em Porto Feliz e depois em Laranjal Paulista (SP), onde o pai havia adquirido um sítio para os filhos trabalharem. O sr. Salvador declarou ter cursado até o 4º ano primário, porém não informou onde e em quais condições concluiu esta formação.

Casou-se com 21 anos. Teve dois filhos. Mudou-se para São Paulo na década de 1930, em busca de melhores oportunidades de emprego e moradia.

Trabalhou na empresa Light¹³⁴ na manutenção de cabos elétricos. No período da entrevista estava aposentado. Adquiriu patrimônio (terrenos e casas) no bairro Peruche (região norte da cidade de São Paulo), utilizadas como moradias da sua própria família e dos filhos casados.

Maria Aparecida Mello Carvalho - 2ª geração (filha do sr. Salvador de Mello Machado)

Nasceu na cidade de Laranjal Paulista (SP) em 06/04/1935. Tinha 52 anos no período da entrevista. A sra. Maria Aparecida lembrou de uma infância boa:

O que me lembro, assim, que nós viemos do interior, eu tinha dois anos quando nós viemos para cá, depois fomos morar no Bom Retiro ... e todos esses anos a gente ia passear na casa do meu avô, lá no interior, Laranjal Paulista, né? A gente teve uma infância ... na minha época foi uma infância boa, tinha muitos netos, era ... a gente se reunia tudo junto, ele (avô) contava muitos causos pra gente ... (1988, caixa 31, p.01)

Informou ter concluído a 8ª série (primeiro grau). Não deu informações precisas sobre esta escolaridade, muito provavelmente realizada no Parque Peruche (região norte da capital paulista):

¹³⁴ A Brazilian Traction Light & Power Co. Ltd. fundada no Canadá na virada do século XX, com capitais internacionais, estendeu-se através de várias empresas filiadas e subsidiárias, e concentrou a maior parte dos serviços públicos do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, tais como: energia elétrica, transporte coletivo urbano, telefone, gás, esgoto e água. Em São Paulo, a The São Paulo Trainway Light and Power Company instalou a Usina Hidrelétrica Parnaíba, no Rio Tietê, e posteriormente passou a operar os serviços de geração e distribuição de energia elétrica, além dos serviços de bondes elétricos urbanos. Ver: PRADO JR, C. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2008.

Não tinha luz, a gente morria de medo (risos) e assim foi a infância da gente, né, depois eu estudava também em colégio, era muito levada, sabe? Quando saí do colégio, tinha treze anos, já comecei a trabalhar em casa de família, para ajudar ...”. (1988, caixa 31, p.01)

Aos treze anos, a depoente iniciou a vida produtiva, como doméstica, no bairro Bom Retiro (região central da capital paulista). Casou-se, teve 01 filho e começou a trabalhar como costureira em uma malharia. No período da entrevista residia no Parque Peruche, e orgulhou-se da profissão adquirida:

Eu tinha uma amiguinha, uma lituana ... perto do lugar onde nós morávamos, ela trabalhava numa malharia ... Eu comecei a trabalhar por minha conta mesmo, mamãe não queria, né, mas eu comecei a trabalhar na malharia ... e hoje sou uma profissional, graças a Deus, aprendi de tudo ... atualmente eu trabalho em casa ... (1988, caixa 31, p.03)

4.2.9. FAMÍLIA 09 – ILMA ROSA DE OLIVEIRA – 1ª GERAÇÃO

Nascida em 16/06/1938, na cidade de Florianópolis (SC). Tinha 49 anos no momento da entrevista.

Estudou até o 2º ano primário. Relata que aos 07 anos de idade mudou-se para a cidade de Santos, município portuário localizado no litoral do estado de São Paulo, para residir com a avó:

Eu tinha mais ou menos sete anos ... vamos dizer ...uns sete anos ... que era a época que eu já estava na escola, então é uma época que eu já lembro. Então eu morava no morro ... e minha mãe veio para São Paulo ... e eu fiquei morando com a minha avó, lá no morro da Caixa D'água.

(...) Então eu ia com a minha avó, ia turma de crianças, senhoras, homens, ia todo mundo pro mato tirar lenha. Chegava lá, a gente ficava ali horas e horas, tirando feixes de lenha, né e... depois trazia para casa. Chegava em casa, a gente punha no barracão, deixava secar bem, pra minha avó poder fazer o almoço. Quer dizer que não era fácil. E minha avó ela também costumava moer assim por exemplo ... café ... e gente ia lá no cafezal tirava colhia café ... e minha vó trazia para casa, punha no chão pra secar ... no sol ... A gente tinha aquele trabalho, por pra dentro e por pra fora, pra secar,

depois quando tava bem sequinho, ai minha vó levava lá no pilão e socava. E lá ela peneirava, moía bem, peneirado, e trazia para casa.

(...) Plantava cana, aipim, batata doce, a gente ia lá e arrancava que ele vinha com raiz e tudo, sabe. Em vez de estar comprando toda hora na padaria ... a gente já cozinhava tudo, tinha assim, em casa...(1988, caixa 32, p.01-02)

A declarante casou-se e teve quatro filhos. Um das filhas - Celma Regina de Andrade, nascida em 14/12/1958 - declarou que apesar dos pais não possuírem o primário completo, eram muito esforçados e valorizavam a educação formal: ela concluiu II Grau, estudou seis anos em escola de inglês, aprendeu piano e balé clássico.

A sra. Ilma atuava como cabeleireira, no período da pesquisa. Também alugava quartos para moças na sua residência, no bairro Água Branca, região oeste da capital.

4.2.10. FAMÍLIA 10 – FELIPE MIGUEL PEREIRA – 1ª GERAÇÃO

Nasceu em 19/12/1892. Tinha 96 anos no momento da entrevista.

Os avós eram africanos e foram escravos na região de Taubaté, um município da região metropolitana do Vale do Paraíba, no estado de São Paulo. A mãe, escrava nascida no Brasil, chamava-se Maria Teodora, e seu pai (segundo o depoente) era o próprio proprietário da fazenda onde a mãe fora escravizada.

O sr. Felipe não soube informar a sua naturalidade, pois nasceu e foi criado em várias fazendas nos municípios de Areia Branca, bairro localizado a noroeste da cidade de Santos (SP) e Espírito Santo do Pinhal (SP), cidade localizada a oeste do estado de São Paulo.

O entrevistado era analfabeto, trabalhou desde cedo nas plantações de café e relatou as perseguições sofridas pelos feitores das fazendas, as andanças em busca de trabalho, as relações com os imigrantes e o trabalho árduo desenvolvido nas fazendas.

Na década de 1920 casou-se e mudou-se para São Paulo, pois acreditava que aqui encontrariam melhores condições de trabalho. Aposentado, residia no município de Itapevi (SP) no período da entrevista.

Glória Pereira Paraná – 2ª geração (filha de Felipe Miguel Pereira)

Nasceu em 04/02/1923 na cidade de Espírito Santo do Pinhal (SP). Tinha 63 anos no período da entrevista.

O pai ficou viúvo quando a entrevistada tinha três anos de idade e após o segundo casamento, nasceram outros filhos – possui nove irmãos. A sra. Glória declarou que estudou até o 3º ano primário, e explicou porque não prosseguiu os estudos:

A gente teve uma vida muito sacrificada, tinha bastante filho, meu pai tinha, nós éramos em ... nove filhos ... e nós tivemos uma infância muito difícil. Até, eu estudei pouco, né, não pude estudar muito, a gente trabalhava ... desde os cinco anos eu trabalho, comecei a trabalhar com cinco anos de idade! (1988, caixa 33, p.01)

(...) A gente estudava longe, a gente tinha que andar muito longe pra poder ir pra escola, né, que a escola era longe ... A escola era num bairro. Nós morávamos numa fazenda, do Alberto Florence, e a escola era na Areia Branca. Então, a gente aquele tempo, a gente precisava ... precisava cantar o Hino Nacional antes de começar a aula ... Então a gente ia pra escola, depois voltava da escola e tinha que trabalhar de novo, né? Fazia a lição ... com luz de querosene ... Não deu pra estudar muito, mas o pouco que a gente sabe foi com sacrifício. (1988, caixa 33, p.21-22)

Moravam na fazenda da família Florence¹³⁵, e a depoente afirmou trabalhar desde os cinco anos “tomando conta de outra criança”:

Eu tomava conta de outra criança ... (risos)... para poder, porque a gente era pobre, então a gente precisava pra ganhar um sapatinho, um vestidinho, então a gente tinha que trabalhar, né. E assim eu fiquei um tempo fora de casa, morando com essa família. Com quatorze anos eu era ... trabalhava como cozinheira na casa de uns fazendeiros ... eu e minha irmã ... ela

¹³⁵ A família Florence é descendente de Hércules Florence, francês, pintor e inventor que participou da expedição Langsdorff entre os anos de 1824 e 1829. A expedição, organizada pelo barão Langsdorff, médico alemão naturalizado russo, percorreu dezesseis mil quilômetros pelo interior do Brasil para registrar aspectos da natureza e sociedade. Os descendentes de Hércules Florence foram cidadãos influentes nas cidades de Espírito Santo do Pinhal (SP): Alberto Florence, capitão, membro da primeira câmara republicana de Pinhal, empossada em 1892, e Francisco Álvares Florence, médico, presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Ver: HISTÓRIA DE ESPIRITO SANTO DO PINHAL. Disponível em: <http://www.proerdpinhal.com.br>. Acesso em 20/12/2012.

também começou a trabalhar com sete anos ... coitada! Precisava subir num banquinho pra poder arrumar a cozinha. Sabe, na fazenda, aqueles fogões grandes, e eu já torrava café, fazia pão ... presunto defumado ... sabão ... (1988, caixa 33, p.01)

A família mudou para São Paulo, na década de 1950, após um acidente que vitimou os srs. Alberto Florence e Francisco Álvares Florence. Trabalhou como doméstica e cozinheira. Casou-se e teve quatro filhos.

A sra. Glória relatou que em São Paulo obteve melhores condições de vida e escolaridade:

Gosto mais da vida de São Paulo, eu não sei, eu gosto daqui ... parece que eu nasci aqui, e não tem outro lugar igual para mim (risos). Foi aqui que eu aprendi muita coisa, foi aqui que eu comecei a botar roupas melhores ... guardava um dinheirinho ... depois eu fui na escola, tinha essa escola Santa Zita, é das empregadas domésticas ... era na Avenida Angélica ... Tinha uma senhora ... que fez essa casa pras empregadas domésticas ... aquelas que não sabiam ler ... iam aprender ler ... aquela que não sabia costurar, bordar ... então lá eles ensinavam. A gente ia lá e depois, quando chegava na missa, a gente cantava no coro ... na Igreja de Santa Terezinha. Então ... tudo que a gente aprendeu, que teve uma experiência de vida melhor foi aqui! (1988, caixa 33, p.01)

A escola para empregadas domésticas, mencionada pela sra. Glória, é a Congregação das Irmãs de Santa Zita¹³⁶. A Congregação foi iniciada em 1946 pela Madre Maria Amélia de Andrade Reis; localizada no bairro de Higienópolis, na Paróquia de Santa Terezinha, promoveu cursos de alfabetização, corte e costura, catequese e atividades de lazer, com o apostolado destinado às domésticas. A entrevistada relatou, nesse trecho, que sua preferência pela vida em São Paulo não é só pelo bem estar material, mas também pela sensação acolhimento que sentiu aqui. Afirmou que “os patrões (do interior) se pareciam com os patrões do tempo da escravidão”.

A sra. Glória também empenhou-se na educação dos filhos João Batista, Oswaldo José, Maria Tereza e Cristiana (3ª geração):

¹³⁶ Ver: CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS DE SANTA ZITA. Disponível em: <http://www.congregacaosantazita.com.br>. Acesso em 23/12/2012.

Meus filhos nasceram no Ipiranga, lá na Rua do Manifesto, estudaram no Visconde de Itaúna, os meninos, e a Maria Tereza e a Cristiana estudaram no Seminário da Glória. (1988, caixa 33, pg. 04)

A entrevistada estava aposentada, residindo com a família no bairro Ipiranga (região sudeste da capital paulista), no período da entrevista.

4.2.11. FAMÍLIA 11 -JOÃO DOS SANTOS – 1ª GERAÇÃO

Nasceu em 09/09/1916 na cidade de São Paulo. Tinha 71 anos no momento da entrevista.

Filho de mãe mineira e pai baiano, cresceu numa família de onze irmãos. Relatou uma infância no bairro do Belém, região leste da capital paulista, focada na escola e nas dificuldades em frequentá-la:

A minha infância foi toda aqui na Rua Siqueira Bueno ... esquina com o largo Ubirajara, ali foi a minha infância.

(...) Toda a minha infância, quando eu era criança, tava na escola, aquele tempo acho que tinha muito racismo, me expulsaram da escola porque eu tive uma desavença com um garoto, que era filho do diretor ... nós pegamos, brigamos, eu fui expulso da escola e não deixaram eu estudar mais, perdi diversos anos. Aí, fui estudar com meu irmão, que ele tinha um colégio, chamado “Escola Cruz e Souza”, no Ipiranga, na Rua Bom Pastor, ele tinha um colégio e ali estudei ... tinha bons professores, Arlindo Veiga dos Santos, Doutor Barretos. Ali eu fiz todo o primário em dois meses, ai eu fui embora. Aí eu fui trabalhar no comércio. (1988, caixa 34, p.01)

Apesar de não localizadas as informações sobre a Escola Cruz e Souza, o professor Arlindo Veiga dos Santos, mencionado nesse depoimento, representou uma das lideranças negras com maior destaque em São Paulo na década de 1920. Arlindo Veiga dos Santos nasceu na cidade de Itu em 1902; foi poeta, escritor e militante político; ministrou aulas de latim, inglês e português no Colégio São Luis e na Faculdade São Bento, que viria a se tornar a PUC-SP. Fundou o Centro Cívico Palmares em 1926, constituindo a sua primeira diretoria. Inaugurou e presidiu a Frente Negra Brasileira nos anos de 1931 a 1934, período no qual afastou-se da liderança da entidade para candidatar-se à Constituinte de 1933.

Foi um dos fundadores do jornal “A Voz da Raça”, juntamente com o irmão Isaltino Veiga dos Santos.

O sr. João também referiu-se à escolaridade e profissões dos irmãos:

Tem um irmão que gostava de estudar, ele chamava José Eusébio dos Santos, era diretor de escola, estudou muito, falava inglês, francês ... eu nasci com o violino dele no ouvido, viu, essas obras difíceis ele tocava mesmo! Outros irmãos, mais seis irmãs, todas elas trabalhavam.

(...) O meu irmão mais velho, que é Mario, ele era tipógrafo, trabalhou na indústria dos irmãos Spina, cada vez que eu passo ali no metrô, eu vejo e lembro do Mário ... O Epaminondas, também era um artista, trabalhava com artesanato ... Luis era pintor de paredes, cheguei a trabalhar com ele também. (1988, caixa 34, p.14)

O entrevistado refere-se com orgulho sobre a escolaridade e as profissões dos irmãos, citando, por exemplo, a trajetória do irmão Mário na empresa Grupo Spina¹³⁷. O próprio sr. João trabalhou muitos anos no comércio da capital, inclusive foi funcionário da casa Ao Boticão Universal¹³⁸. Depois trabalhou como motorista de táxi, durante dez anos, e motorista particular, durante quatorze anos. Em suas reminiscências, reclamou que enfrentou muito preconceito e racismo na juventude e que o negro “era posto de lado...”:

Tem mais facilidade o negro, agora, de progredir, né. Naquele tempo o negro era posto pra trás, não tinha condições, mesmo, no meu tempo de rapaz, dezoito anos, não tinha, mas hoje o negro se impondo, ele tem condições, tem apoio, o racismo não tá tão forte quanto antigamente. Graças a Deus! Os negros, agora, se eles tiverem juízo, a gente vê muitos negros aí, progredindo, estudando, aprendendo. No meu tempo de rapaz era difícil, era muito você ascender. Eu lembro que estudava no colégio do Belém. Toda vez que eu passo ali eu olho, lembro até hoje ... ali apanhei muito ... naquele

¹³⁷ O Estabelecimento Graphico Irmãos Spina era uma gráfica fundada em 1924 pelos irmãos Paschoal, Nicolino, Francisco, Miguel e Isaias Spina no bairro do Bom Retiro. O produto inicial era o caderno do tipo brochura além da confecção de impressos em geral. Ver: SPINA. 82 ANOS DE HISTORIA. Disponível em <http://www.spina.com.br>. Acesso em 20/12/2012.

¹³⁸ Inaugurada nos anos finais do século XIX, a casa Ao Boticão Universal, localizada na rua São Bento, importava e comercializava artigos dentários provenientes da Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos. Ver: BARBUY, H. *A Cidade-exposição: Comércio e Cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

colégio ... Até me jogaram pra fora, não deixaram eu estudar, né? (1988, caixa 34, p.12-14).

No período da entrevista o entrevistado estava aposentado, e residia no bairro da Mooca com a família.

Hilda Andreza dos Santos – 2ª geração (sobrinha do sr. João dos Santos)

Nasceu em 20/01/1937 na cidade de São Paulo. Tinha 50 anos no período da entrevista.

Teve muitas dificuldades na infância e juventude:

Eu fui criada sem mãe, assim, por uma tia, né. Que na realidade não era irmã da minha mãe, era amiga. Quando a minha mãe faleceu eu tinha três anos, mas a falta da minha mãe não foi marcante na minha infância porque essa tia, primas, elas supriram bem ... a falta né! Só fui sentir a falta mesmo da minha mãe depois que eu me casei, que tinha necessidade, quando eu tive o primeiro filho. (1988, caixa 34, p.01-04)

A sra.Hilda não deu muitas informações precisas sobre a sua escolaridade. Declarou ter estudado até a 8ª série ginasial (1º Grau) porém não informou onde e em quais condições concluiu esta formação.

A entrevistada ressaltou que tanto o pai, como o marido, acreditavam que a mulher deveria ser “dona de casa” e não havia necessidade de estudar. Casou-se jovem, e teve três filhos. O marido concluiu o ensino superior, enquanto ela se dedicava à criação dos filhos menores de idade.

O marido completou o ensino superior, formou-se em Educação Física e trabalhou como professor em escolas públicas. Houve uma separação conjugal e a sra. Hilda ficou com toda a responsabilidade de educar os filhos. Afirma que, ao contrário do que aconteceu em sua trajetória de vida, preparou melhor os filhos “para a vida”:

Pra que eles estudem e sejam independentes financeiramente porque antigamente a mulher casava pra receber do marido um INPS (segurança financeira) ... E as minhas filhas, uma formou-se professora de Educação Física ... e outra está terminando Contabilidade ... E tenho um filho, esse não quis estudar, ficou só no ginásio ... (1988, caixa 34, p.06)

No período da entrevista a sra.Hilda trabalhava como Auxiliar de Enfermagem em hospital público, e residia no bairro da Mooca com a família.

4.2.12. FAMÍLIA 12 - JOSÉ BENEDITO DOS SANTOS – 1ª GERAÇÃO

Nasceu na cidade de Guaratinguetá (SP) em 10/07/1924. Tinha 63 anos no período da entrevista.

O sr. José era solteiro e residia com a irmã Regina dos Santos. Informou que sua família era de Guaratinguetá e vieram para São Paulo ainda crianças. Sempre moraram no bairro Moinho Velho, próximo ao Ipiranga, região sudeste da capital. Relatou que a mãe era descendente de portugueses, porém não mantinham relações com este lado da família. A mãe produzia doces e licores caseiros para comercializar.

O entrevistado relatou que estudou até o 2º ano primário. Desde cedo iniciou a vida produtiva, como operário em fábricas e serviços gerais na indústria. No período da entrevista atuava como motorista autônomo e residia no bairro Vila Vermelha, na região do Sacomã, região sudeste da capital.

Teresinha Moreira dos Santos – 2ª geração (irmã do sr. José Benedito dos Santos)

Nasceu em 09/12/1931 na cidade de Guaratinguetá (SP). Tinha cinquenta e cinco anos no período da entrevista.

Com relação à sua infância, diz:

Eu tive uma infância como toda criança, né, brincava muito na rua, ia à escola, agora o que eu sempre gostei quando era pequena, eu admirava e gostava muito assim de piano, sabe, eu tinha loucura por piano ... Quando chegava em casa eu cantava, na escola tinha piano e eu gostava muito, tinha aula de orfeon ... ai que vontade de ter um piano, se eu pudesse! Imagine, pobre, não podia ter piano, de que jeito ia ter um piano? (1988, caixa 35, p.01)

A sra. Teresinha estudou até o 4º ano primário, mas não informou em qual escola:

Depois eu sai da escola e fui trabalhar cedo, sabe, que meu pai separou da minha mãe e ela tudo com os filhos pequenos, então eu fui trabalhar cedo, com treze anos eu comecei a trabalhar. Trabalhava em casa de família, depois como pajem, era um sacrifício ... Ai foi indo, foi indo ... parei tudo, parei, eu não vou estudar mais. Porque eu estudei nove anos, seis anos eu estudei, mais dois de aperfeiçoamento, depois eu comecei a fazer ... no conservatório onde eu estudava ... dando aula lá em Moema ...num senhor que era professor desta escola, ele tava querendo uma professora de canto, a minha professora: vai! Eu falei: Mas Dona Elvira, eu não sei tocar piano! Ela falou: Eu te ensino uns acordes aqui, uma coisa, você vai ... Eu andei dando aula, eu dei aula até quando pude, mas ai depois não dava mais pra ir pra frente porque aí o aluno queria cantar música, e eu não tinha capacidade para tocar piano, fazer acompanhamento, eu tava começando. Ai eu parei... Depois parei de estudar (canto) fiz o curso, que eu comecei a trabalhar em escritório. Vou continuar trabalhando, assim, de auxiliar de escritório, que é um dinheiro que eu tenho, eu preciso, não posso ficar nessa agora, cantar de graça, cantar, trabalhar! (1988, caixa 35, p.10)

A entrevistada recorda que na juventude dedicou-se ao piano e às aulas de canto. Por dificuldades financeiras, a sra. Teresinha abandonou o canto e as apresentações musicais. No período da entrevista, era casada, aposentada e cuidava do lar, residindo na Vila Vermelha, na região do Sacomã, região sudeste da capital.

4.2.13. FAMILIA 13 – DALGISA MORAES DA SILVA – 1ª GERAÇÃO

Nasceu em 08/04/1913 na cidade de São Carlos, localizada no centro-oeste do estado de São Paulo. Tinha 74 anos no momento da entrevista.

A entrevistada relata que o padrasto foi escravo até os oito anos de idade, quando fugiu da fazenda onde era escravizado. Afirmou que o padrasto fugiu com uma família de imigrantes italianos, que trabalharam (assalariados) pela fazenda e ficaram indignados com o tratamento dado aos escravos:

Ai a italiana, quando viu aquelas crianças comendo no cocho, né, diz que ela falava: meu Deus, não é bicho ! ... E aí uma italiana invocô com o meu padrasto, quando ele era pequenininho ... Falou: Meu Deus, aí, tão bonito,

que negrinho mais bonito ! Eu vou fugir desta fazenda ! Porque eles faziam assim, trabalhar e não pagavam, quando na hora de pagar, davam aquela surra e mandavam embora... Aí falou com a mãe dele: Se nós vai embora, né, nós queremos a ajuda de vocês para fugir ... Dos escravos. E o dia que eu for embora, posso levar ele? ... Mas é um favor que vocês me fazem, respondeu a mãe... Cria bem ele pra mim, pelo amor de Deus!... E beijou ele e deixou trazer ... (1988, caixa 36, p.01)

Criado por esta família italiana, o padrasto casou-se com a mãe da sra. Dalgisa quando a mesma tinha três anos aproximadamente. A entrevistada relata que o padrasto era “muito bom”. Ele sempre a defendia na escola:

Então na escola, ele ia tomar parte das briguinhas da escola. Que foi minha filha? Ele dizia. Ah! Eu to triste porque aconteceu assim... Não, então vamos lá falar com a professora! Quando fizemos dois anos de grupo, ela (a mãe) disse: Tá muito bom, já sabe escrever, fazer o nome! Era para sair da escola. Ele (o padrasto) falou: Não senhora! Quem falou pra você que ela vai sair da escola? Se ela quiser sair, bem, se ela não quiser sair, ela vai estudar, porque chega de ignorante. (1988, caixa 36, p.04)

Dessa forma, o padrasto apoiou a enteada, até que ela terminasse o 4º ano primário na cidade de Marília.

Casou-se com o sr. Osvaldo, e a família mudou de Marília para São Paulo, no bairro do Brás, região central da capital, na residência de uma cunhada. Teve 03 filhos e aprendeu corte e costura. A sra. Dalgisa relatou as dificuldades financeiras na capital e como adquiriram um negócio próprio (uma sapataria na Rua Amaral Gurgel, próximo à Rua da Consolação, região central de São Paulo). Construíram um patrimônio, como residências próprias (Freguesia do Ó, na região norte da capital, e no Jd. Alzira, na região sul da capital).

Helena Tereza da Silva Alves – 2ª geração (filha da sra. Dalgisa Moraes da Silva)

Nasceu em 13/08/1937 em Marília, município situado na região centro-oeste paulista. Tinha 50 anos no período da entrevista.

A sra. Helena não forneceu dados sobre a sua escolaridade. Declarou ter o primeiro grau completo (8ª série ginasial) porém não informou onde e em quais condições concluiu esta formação.

Seu relato está centrado em informações pessoais como casamento e o nascimento dos 2 filhos. Adquiriu a profissão de costureira, ofício que aprendeu com a mãe. Desde os 14 anos trabalhou em várias empresas. No período da entrevista, ainda exercia a profissão de costureira e residia no Jd. Alzira, na região sul da capital.

* * *

A Coleção Memória da Escravidão de Famílias Negras de São Paulo representa um conjunto de representações quase inexploradas, e proporcionam um questionamento dos discursos oficiais que relataram a ausência das crianças negras na escola.

Podemos observar, nos 25 (vinte e cinco) relatos citados, pertencentes a 13 (treze) famílias negras residentes na cidade de São Paulo, que a maioria dos entrevistados são escolarizados. Cinco entrevistados declararam possuir curso ginásio completo, onze entrevistados possuíam ensino primário completo, cinco entrevistado possuíam curso primário incompleto e apenas quatro depoentes eram analfabetos, conforme apresentado na Tabela 24, Tabela 25 e Gráfico 03.

**Tabela 24. Resumo dos dados da Coleção Memórias da Escravidão
em Famílias Negras de São Paulo (1987-1988)**

Caixas 25 a 36 – Famílias residentes em São Paulo – Capital

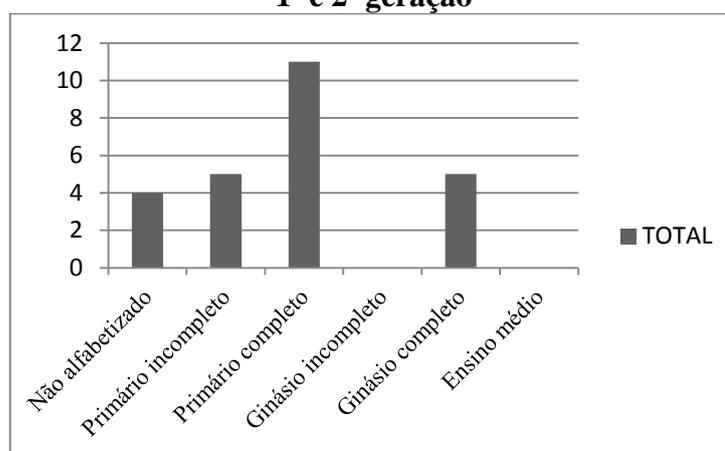
Localização	Grupo Familiar 1ª Geração	Data de Nascimento	Escolaridade Grupo Escolar	Ocupações exercidas	Grupo Familiar 2º Geração	Data de Nascimento	Escolaridade	Ocupações exercidas
Caixa 25	Albina Maria Antonia	14/06/1912 Santa Lúcia (SP)	Analfabeta	Lavradora	Leonice de Oliveira Silva	05/04/1935 Catanduva (SP)	4º ano primário	Costureira
	Aparecida Gumerinda de Souza (irmã)	27/09/1916 Santa Lúcia (SP)	Analfabeta	Lavradora Doméstica				
Caixa 26	Benedita de Jesus Atanásio	s/d (provavelmente nasceu em 1910) Casa Branca (SP)	4º ano primário	Prendas Domésticas				
Caixa 26	Benedito Atanásio (irmão)	20/08/1934 Descalvado (SP)	1º grau completo	Mecânico				
	Anna Atanásio de Oliveira (irmã)	12/11/1937 Descalvado (SP)	4º ano primário	Costureira Operária				
	Maria de Lourdes Ferreira (irmã)	05/05/1941 São Paulo (SP)	4º ano primário	Costureira				
Caixa 27	Sebastião Augusto	19/01/1928 Catanduva (SP)	4º ano primário	Alfaiate Func. Público	Irene Augusto (filha)	14/07/1946 Catanduva (SP)	4º ano primário	Doméstica Cabelereira
Caixa 28	Ana Xavier Batista	03/04/1915 Lorena (SP)	Analfabeta	Lavradora Doméstica Mãe de Santo	Djanira Aparecida Batista (filha)	23/09/1943 São Paulo (SP)	1º grau completo	Aux. Enfermagem Aux. Biblioteca
Caixa 29	Teresa Pereira de Campos	09/09/1929 São Bento do Sapucaí (SP)	Semi-alfabetizada	Doméstica	Maria Benedita de Jesus da Silva (filha)	17/05/1944 São Bento do Sapucaí (SP)	4º ano primário	Operária Funcionária pública
Caixa 30	Geraldina Patricio da Luz	s/d (provavelmente nasceu no ano de 1924) Jaboticabal	2º ano primário	Doméstica Operária				
Caixa 31	Salvador de Nello Machado	21/02/1910 Porto Feliz (SP)	4º ano primário	Operário (Light)	Maria Aparecida de Mello Carvalho (filha)	06/04/1935 Laranjal Paulista (SP)	1º grau completo	Costureira

Localização	Grupo Familiar 1ª Geração	Data de Nascimento	Escolaridade Grupo Escolar	Ocupações exercidas	Grupo Familiar 2ª Geração	Data de Nascimento	Escolaridade	Ocupações exercidas
Caixa 32	Ima Rosa de Oliveira	16/06/1938 Florianópolis (SC)	2º ano primário	Doméstica Cabeleira				
Caixa 33	Felipe Miguel Pereira	19/12/1892	Analfabeto	Lavrador	Glória Pereira Paraná (filha)	04/02/1923 Espírito Santo do Pinhal (SP)	3º ano primário	Doméstica
Caixa 34	João dos Santos	09/09/1916 São Paulo (SP)	4ª ano primário	Comerciário Motorista	Hilda Andreza dos Santos (filha)	20/01/1937 São Paulo (SP)	1º grau completo	Inspetora de alunos Aux. Enfermagem
Caixa 35	José Benedito dos Santos	10/07/1924 Guaratinguetá (SP)	2ª ano primário	Motorista autônomo Serviços gerais na indústria				
	Teresinha Moreira dos Santos	09/12/1931 Guaratinguetá (SP)	4ª ano primário	Montadora (TV) faturista Cantora Lírica				
Caixa 36	Dalgisa Moraes da Silva	08/04/1913 São Carlos (SP)	4ª ano primário	Costureira Doméstica	Helena da Silva Alves (filha)	1/08/1937 São Paulo (SP)	1º grau completo	Costureira

**Tabela 25. Resumo dos dados de escolaridade em Famílias Negras de São Paulo
Famílias residentes em São Paulo – Capital**

Escolaridade	Não alfabetizados	Primário incompleto	Primário completo	Ginásio incompleto	Ginásio completo (I Grau)	Ensino médio (II Grau)
1ª geração	4	4	8	0	1	0
2ª geração	0	1	3	0	4	0
TOTAL	4	5	11	0	5	0

**Gráfico 03. Escolaridade de Famílias Negras de São Paulo
1ª e 2ª geração**



Observa-se que conforme avança a escala do grau de escolaridade (ginásio e ensino médio) o índice de inserção da amostra é menor. Em suma, a instituição da obrigatoriedade e o aumento da matrícula no ensino primário no século XX em São Paulo pode ter proporcionado o ingresso da criança negra na escola pública, mas não garantiu a permanência nos níveis de ensino mais avançados.

Com relação à amostra apresentada, pertencem ao sexo feminino um total de 19 (dezenove) mulheres, e ao sexo masculino apenas 06 (seis) homens. Os entrevistados mais idosos foram: a sra. Albina Maria Antonia, nascida em 1912, a sra. Aparecida Gumerinda de Souza, nascida em 1916, a sra. Benedita de Jesus Atanásio, que não forneceu a data de nascimento, porém a família informou que provavelmente nasceu no ano de 1910, a sra. Ana Xavier Batista, nascida em 1915, o sr. Salvador de Mello Machado, nascido em 1910, o sr. Felipe Miguel Pereira, nascido em 1892, o sr. João dos Santos, nascido em 1916 e a sra. Dalgisa Moraes da Silva, nascida em 1913.

O grupo de componentes da primeira geração indicou muitas dificuldades no ingresso e na permanência na escola. Os entrevistados Albina, Aparecida, Ana Xavier e Felipe são analfabetos; vale ressaltar, os únicos analfabetos da amostra. A sra. Albina informou que trabalhou desde os 08 anos “na rua de café para carpir” e sua família migrou de cidade a cidade, sempre trabalhando na lavoura. Os demais forneceram respostas nesse mesmo sentido, ou seja, iniciaram na vida produtiva ainda crianças, geralmente em plantações de café, onde os pais já eram lavradores.

O sr. Felipe Miguel Pereira, o mais idoso dos entrevistados, foi filho de mulher escrava; nasceu livre porém submetido à pobreza e à dura rotina do trabalho na lavoura e por este motivo não frequentou a escola primária. Sofreu muitas perseguições por “feitores” das fazendas, e afirmou que no período do pós-abolição havia muito preconceito e discriminação racial, e este fato dificultava a conquista de empregos. O sr. Felipe e sua família residiu em várias casas, sempre em busca de trabalho nas fazendas de Espírito Santo do Pinhal (SP) e adjacências, até mudar-se para São Paulo em meados de 1920 em busca de melhores oportunidades de emprego.

A sra. Albina Maria Antonia igualmente constatou o racismo e a discriminação racial presentes no período pós-abolição. Nascida em Lorena em 1912, informou que não frequentou a escola pois “a escola não era para qualquer um, principalmente gente de cor”. A sra. Albina ressaltou que as famílias negras procuravam as escolas públicas, mas as professoras informavam: “não temos vagas”.

A menção aos antepassados escravos e as histórias do cativo vão aparecer, com maior frequência, nos testemunhos dos entrevistados da primeira geração. São enfatizados os aspectos da pobreza e a vida de sofrimento; as famílias são extensas, com muitos filhos e há muitos registros de doenças e mortes na família.

Os demais entrevistados da 1ª geração nasceram na década de 1920 e 1930, e já apresentaram melhores índices de escolarização, apesar de destacarem a rotina de trabalho recorrentemente. De acordo com o Gráfico 03, oito entrevistados da 1ª geração informaram possuir o curso primário de quatro anos.

Em suas reminiscências, este grupo demonstrou possuir boas lembranças da escola, alguns declararam estarem “entre os melhores alunos” e mostraram orgulho pelo fato de terem concluído o ensino primário.

Teresinha Moreira dos Santos que nasceu em 1931 na cidade de Guaratinguetá, e provavelmente frequentou um dos grupos escolares da região, informou que cursou piano na escola primária. Relatou que gostaria muito de continuar as aulas de piano, mas estas foram

interrompidas quando a depoente terminou o 4º ano primário e os pais não tiveram condições de pagar por aulas particulares, muito menos possuíam condições de adquirir um piano.

Nas narrativas da 1ª geração a escola primária é realizada juntamente com uma atividade produtiva; o depoente Sebastião Augusto, nascido em 1928 em Catanduva informou sobre a rotina dessas crianças:

Minha infância ... eu praticamente quase não tive infância, né ... porque ... comecei a trabalhar muito cedo, com nove anos de idade, quando meu pai me pôs numa alfaiataria para aprender a profissão e... comecei a trabalhar e estudar ... Fiz o primário. (1988, caixa 27, p.01)

Em suma, trabalho e escola primária são memórias recorrentes à maioria dos entrevistados da 1ª geração. Outra informação relevante é que essas pessoas frequentaram cursos primários nas cidades do interior do estado, muito provavelmente escolas primárias rurais, como Casa Branca, Lins, São Carlos, Descalvado, Catanduva, Laranjal Paulista, Areia Branca, Espírito Santo do Pinhal, Guaratinguetá e Marília, o que pode indicar que a obrigatoriedade do ensino primário pressionava as famílias para que matriculassem as crianças, mesmo que estas já estivessem inseridas nas atividades produtivas. Diante dessa situação, vários deles informaram que frequentaram sim a escola primária, em período alternado ao trabalho.

Os entrevistados da 2ª geração nasceram nas décadas de 1930 e 1940. Apresentaram os melhores índices de escolarização da amostra, apesar de também apontarem uma rotina de trabalho desde a infância. De acordo com o gráfico 03, todos frequentaram a escola.

Somente a sra. Glória Pereira Paraná relatou ter cursado apenas o 3º ano do ensino primário, pois era proveniente de uma família muito pobre e extensa (eram nove irmãos). Ela nasceu em 1923 na cidade de Espírito Santo do Pinhal e revelou ter boas lembranças da escola, apesar dos sacrifícios empreendidos para estudar:

(...) A gente estudava longe, a gente tinha que andar muito longe pra poder ir pra escola, né, que a escola era longe. (...) A escola era num bairro. Nós morávamos numa fazenda, do Alberto Florence, e a escola era na Areia Branca. (1988, caixa 33, p.21-22)

No retorno da escola, Glória informou que ainda realizava trabalhos na fazenda: foi pajem aos cinco anos de idade e cozinheira aos quatorze anos de idade.

Os demais depoentes da 2ª geração possuem o primário completo e ginásio completo, escolaridade geralmente adquirida na capital paulista. A maioria nasceu nas cidades do oeste paulista, pois os pais trabalhavam nas lavouras, e vieram ainda crianças para São Paulo. As famílias negras depoentes, de uma maneira geral, vieram para São Paulo em busca de melhores oportunidades de trabalho, e ingressaram em atividades domésticas, em residências luxuosas da área central da cidade, ou nas fábricas recém inauguradas.

As crianças na faixa de sete anos de idade foram matriculadas nas escolas públicas dos bairros aonde residiam ou trabalhavam.

Por exemplo, a sra. Maria Aparecida de Mello, nascida em 1935 em Laranjal Paulista, realizou os estudos na capital paulista. Informou ter concluído a 8ª série do primeiro grau na região norte da capital paulista:

Não tinha luz, a gente morria de medo (risos) e assim foi a infância da gente. (...) Quando saí do colégio, tinha treze anos, já comecei a trabalhar em casa de família, para ajudar. (1988, caixa 31, p.01)

As escolas mencionadas pelos depoentes estão localizadas nos seguintes bairros: Vila Santa Maria (zona norte); Freguesia do Ó (zona norte); Ipiranga (zona sul); Bairro Ferreira (zona oeste); Parque Peruche (zona norte); Visconde de Itaúna (Ipiranga/zona sul); Bairro do Belém (Centro); Moinho Velho (Ipiranga), Vila Vermelha (Sacomã) e Vila Palmeiras (zona norte).

Aqui verifica-se uma incidência de experiências escolares na região norte de São Paulo, revelando que as pesquisas anteriormente citadas sobre a concentração de famílias negras nas áreas periféricas da cidade, assim como o mapa de cor das crianças nos grupos escolares, são condizentes com as memórias das famílias negras.

Também é importante ressaltar que entrevistados da 1ª e 2ª geração realizaram suas trajetórias educacionais ou mencionaram a possibilidade de realizá-las nas seguintes associações: Preventório Jacareí (SP), Associação Cívica Feminina (Perdizes), Escola Cruz e Souza (Ipiranga), Projeto Mobral e Congregação Irmãs Santa Zita (Centro). Estes dados são flagrantes da existência de outras oportunidades de escolarização para famílias negras na capital paulista, além dos grupos escolares. As famílias negras com situação socioeconômica

precária poderiam encaminhar seus filhos (ou ter seus filhos encaminhados) para uma entidade de assistência para “pobres”.

O grupo de famílias negras aqui estudado relata situações de luta, de enfrentamento, de organização, de decepções e sucessos. Devemos reconhecer, no entanto, que de maneira geral, as trajetórias aqui apresentadas resultaram em êxito, pois muitos eram os obstáculos a serem enfrentados.

Os entrevistados ingressaram precocemente no mercado de trabalho. Vários deles iniciaram a atividade produtiva entre sete e doze anos de idade. Porém, a atividade profissional foi vivida e sentida de maneira diferente entre os entrevistados. Variáveis como idade, situação socioeconômica da família, grau de instrução dos pais, natureza das atividades e condições do setor em que atuavam foram elementos importantes que definiram o sucesso ou o fracasso nas suas trajetórias profissionais.

Poucos comentaram relações com brinquedos e brincadeiras na fase infantil. Porém todos relataram a condição de trabalhadores, o que me levou a deduzir que o trabalho constituiu o cerne da identidade dos entrevistados. Como bem assinalou Fernandes (2008) o processo de inclusão do trabalhador negro caracterizou-se por uma absorção lenta, em ocupações humildes e mal-remuneradas, em disputa constante com o trabalhador imigrante, sob o antigo estigma da escravidão. Foi necessário muito esforço para desempenhar papéis relevantes no mercado de trabalho.

Por este motivo a frequência escolar foi valorizada, pois representava um passo social importante, bem como a possibilidade de acesso a um universo maior de informações e melhores postos de trabalho. Nessa perspectiva, detectei uma ascensão profissional significativa na 2ª geração. Sobretudo nesses casos, os níveis de escolaridade foram maiores e as profissões desempenhadas foram de prestígio, como serviços técnicos em fábricas e no funcionalismo público.

O processo escolar das famílias negras, obstante os obstáculos, configura uma realidade oposta àquela exposta nos trabalhos que afirmam a *herança deformadora da escravidão*. Estes depoimentos reforçam a tese de que, na prática, várias crianças negras estavam na escola (na ordem de 10% do público escolar), pois suas famílias desejavam ascender moral, social e economicamente. As famílias negras demonstraram consciência sobre a importância do ensino, assim, a criação de uma rede de escolas públicas nas primeiras décadas do século XX garantiu, parcialmente, a educação de seus filhos.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da educação e das relações étnico-raciais objetiva propiciar ao pesquisador em história da educação o conhecimento do processo de escolarização, das estratégias de ensino, da constituição dos sujeitos, das relações de permanência e rupturas das práticas escolares num sentido mais amplo. Estudar o processo escolar por meio do viés étnico-racial é buscar compreender como o ensino se configurou em determinado tempo histórico, contemplando todas as culturas e suas contribuições na organização do processo escolar do país. Para Fonseca (2007) a questão racial é um elemento estruturante da sociedade e está relacionada com as múltiplas dimensões da vida social brasileira.

Tendo esse aspecto em vista, identificar os processos de inserção da população negra paulista nas primeiras décadas do século XX pode enriquecer o debate historiográfico educacional, engendrando uma dimensão ampla de conhecimento em torno da história da escolarização e da educação atual.

Após os estudos realizados ao longo deste trabalho, concluiu-se que dois fatores concorreram significativamente para o desenvolvimento de São Paulo nos séculos XIX e XX: a economia agroexportadora e a industrialização. A riqueza gerada pelo café transferiu-se para diferentes setores da economia urbana: setores financeiros e comerciais, indústrias extrativas, de transformação, de transportes, de iluminação pública e de abastecimento de água, e também as atividades sociais e educacionais. O desenvolvimento desses setores está intimamente ligado ao segmento populacional negro, pois como definiu Fernandes (2008) a participação dos trabalhadores negros foi essencial para a transformação do trabalho em riqueza, e esses homens processaram, com as próprias vidas, todas as fases de evolução da economia paulista.

A indústria paulista teve um surto modernizador no limiar do século XX, seja pela ação de investidores nacionais, seja pela entrada de capital estrangeiro, afinal, nesse momento de organização das estruturas capitalistas, eram infinitas as possibilidades de enriquecimento. Abertos os caminhos para a expansão urbana, a abertura de bairros, e a subsequente geração de empregos, surgem novas classes sociais: industriais e operários. O engrossamento das camadas médias urbanas, ou classes médias, é tributário desse momento de transformação.

Porém, a inclusão do negro na sociedade industrial e capitalista caracterizou-se por uma absorção lenta, em ocupações braçais e mal-remuneradas como carregadores, ajudantes, serventes, pedreiros, quitandeiras, engomadeiras, cocheiros ou em trabalhos semiqualeificados

como barbeiros, sapateiros, alfaiates, ferreiros, domésticos e artesãos. Essa situação de abandono e pobreza, aliada à disputa direta com os imigrantes europeus, propiciaram o desenvolvimento de novos dispositivos psicossociais de sobrevivência: é de acordo com este argumento que entendo a emergência das associações civis e os jornais da imprensa negra do século XX.

As reformas no ensino público e a criação da escola primária de ensino obrigatório, laico e gratuito, de caráter estatal, foi um atributo do século XX intimamente ligado ao processo de reorganização do capital. No que diz respeito a São Paulo, o debate acerca da educação elementar ganha contornos diferenciados. Concomitantemente ao processo de modernização, que tinha como focos principais o desenvolvimento industrial e a formação de um Estado único, à educação foi atribuída a função de “regenerar” o cidadão.

Faz-se notar, de acordo com as ideias de Foucault para a governamentalidade, que o movimento escolanovista promoveu transformações no ensino público paulista, em busca de “saberes” para tornar “governáveis” as especificidades dos alunos brancos, na sua maioria imigrantes, e negros, descendentes de ex-escravos: o ideal era que “todos” fossem submetidos à ação homogeneizadora da educação. A aplicação do teste ABC e a formação de classes seletivas contribuem para este entendimento, e aqui foram analisados sob o ponto de vista da bio-política.

Tendo em vista que educação expressava uma preocupação com o indivíduo não somente na esfera intelectual, mas também nas esferas física e moral, foram ampliadas as ações para o aumento do índice de alfabetização do estado e da capital, seja para manutenção da ordem social, seja para desenvolver novos comportamentos necessários à sociedade moderna (Lourenço Filho, 1931). Em suma, intelectuais, políticos e educadores expressaram uma inquietação com relação à alfabetização da população paulistana - na qual não bastava somente instruir, mas educar e imbuir hábitos saudáveis (Schwarcz, 1993).

Contrariando uma corrente da história da educação paulista do período republicano, que defendeu a hipótese de que os negros foram relegados ao analfabetismo, as pesquisas aqui apresentadas comprovam que a população escolar contava com 10% de crianças negras (pretas e mulatas). Os dados estatísticos e os depoimentos orais também contribuíram para esta conclusão, e revelam a existência de estratégias de inserção da criança negra na escola pública primária da capital paulista.

Os discursos dos educadores paulistas relataram um direcionamento para que as crianças pobres fossem encaminhadas para o aprendizado de um ofício, após a frequência na escola primária. O modelo dualista de escola dos liberais, explícita na promoção do ginásio e dos cursos superiores para as elites, e da escola primária e do ensino técnico para os trabalhadores, como revelou Hilsdorf (2007), foi assimilado e reinterpretado pela população negra, que visualizou, nesta perspectiva, oportunidades de inserção na sociedade mais ampla. Observou-se com frequência um discurso semelhante nos jornais da imprensa negra paulista nas décadas de 1920 a 1940: a escola primária (*diurna*, para as crianças, e *noturna*, para os adultos) e o ensino profissional técnico são estratégias destacadas para que os negros acompanhassem o progresso da capital, a exemplo dos imigrantes.

É preciso ter em mente que a frequência de crianças negras nos grupos escolares não constituiu, em si mesma, índice de inexistência de preconceito e de discriminação racial. Na situação que me competiu investigar foram constatadas condições e efeitos dos mecanismos sociais que impediram o ingresso de crianças negras no sistema educacional, como o depoimento da sra. Albina, que revelou a negação de matrícula em fazendas da região de Santa Lúcia (SP), na década de 1910, e as denúncias dos jornais da imprensa negra na década de 1930 a respeito dos grupos escolares que “menosprezavam a dignidade da criança negra, deixando-as de lado para que não aprendam”. Situações como estas, apresentadas no decorrer da tese, precisam ser reveladas e promovidas à uma discussão crítica.

Os estudos realizados ao longo deste trabalho e das análises realizadas anteriormente indicam os avanços conquistados em relação à compreensão da escolaridade dos negros nos anos iniciais do século XX. Também sugerem uma mudança na direção das pesquisas em história da educação, com a finalidade de instituir a categoria *raça/etnia* como instrumento de análise em relação aos mais diversos objetos de pesquisa tratados pelos historiadores educacionais.

Com os questionamentos que apresentei neste texto e mediante a diversidade de fontes aqui (re) elaboradas, foi possível problematizar alguns aspectos que configuraram a história da educação dos negros nos grupos escolares de São Paulo. A partir dessa problematização, cujos resultados são preliminares, é possível visualizar as diversas lacunas e questões ainda sem respostas.

A existência de lacunas, porém, indicam que as possibilidades de investigação são muitas, e podem reverter na preservação da memória educacional. Uma pesquisa dessa natureza é apenas o início de uma longa e árdua caminhada, devendo ela ser trilhada por outros pesquisadores.

VI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, M. A escola da Frente Negra Brasileira na cidade de São Paulo (1931-1937). Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- ARAÚJO, O. E. Enquistamentos étnicos. Revista do Arquivo Municipal, nº 65, Departamento Municipal de Cultura, 1940. pp 227-45.
- ARAÚJO, O. E. Ensaio de um método de estudo da distribuição da nacionalidade dos pais dos alunos dos grupos escolares de São Paulo. Revista do Arquivo Municipal, nº 25. São Paulo, 1936.
- ASCOLANI, A. VIDAL, D. G. (orgs.). Reformas educativas no Brasil e na Argentina – ensaios de História Comparada da Educação (1820-2000). São Paulo: Cortez, 2009.
- AZEVEDO, C. M. M. Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites do século XIX. São Paulo: Annablume, 2004.
- BANDEIRA JR. A indústria no Estado de São Paulo em 1901. In: BORGES, M. I. M. Cotidiano e sobrevivência. A vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo 1890/1914. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.
- BARBOSA, I. M. F. Enfrentando preconceitos. Um estudo da escola como estratégia de superação de desigualdades. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1997.
- BARBOSA, M. Frente Negra Brasileira: depoimentos. São Paulo: Quilombhoje, 1998.
- BARBUY, H. A Cidade-exposição: Comércio e Cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- BARROS, S. A. P. Negrinhos que por ali andam: a escolarização da população negra em São Paulo (1870-1920). Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- BASTIDE, R. FERNANDES, F. Brancos e Negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. 4ª Edição Revisada. São Paulo: Global, 2008.
- BERGAMASCHI, M. A. Educação escolar indígena no século XX: da escola para os índios à escola específica e diferenciada. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. (Org.). História e Memória da Educação no Brasil. Volume II. São Paulo: Vozes, 2005.
- BERTIN, E. Alforrias na São Paulo do século XIX: liberdade e dominação. São Paulo: Humanitas, 2004.
- BONDUKI, N. Origens da habitação social no Brasil. São Paulo, 1994. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- BOSI, A. As letras na Primeira República. In: FAUSTO, B. (org.). História geral da civilização brasileira. III – O Brasil Republicano. São Paulo, Difel, 1978.
- BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: Distrito Federal: Ministério da Educação –MEC, 2004.
- BRASIL. Educação Anti-Racista: Caminhos Abertos pela Lei Federal Nº 10.639/03. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

- BURKE, P. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, P. (org). A escrita da história: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- CANO, W. Raízes da concentração industrial em São Paulo. RJ, DIFEL, 1977.
- CARRIL, L. F. B. Quilombo, favela e periferia: a longa busca da cidadania. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- CARVALHO, G. L. A imprensa negra paulista entre 1915 e 1937: características, mudanças e permanências. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- CARVALHO, J. M. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CARVALHO, M. M. C. Reformas da Instrução Pública. In: LOPES, E. M. T; FARIA FILHO, L. M de; VEIGA, C. G. (org). 500 Anos de Educação no Brasil. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- CASTRO, H. M. M. Das cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil século XIX. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.
- CATELLANI, J. Os maçons e a abolição da escravatura. Londrina: A Trolha, 1998.
- CAVALLEIRO E. S. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação racial na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2000.
- CAVALLEIRO, E. S. Discriminação racial e pluralismo em escolas públicas da cidade de São Paulo. In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- CERTEAU, M. A escrita da história. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHALHOUB, S. Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. Companhia das Letras, 2003.
- COSTA, E. V. História, Metáfora e Memória: a Revolta de Escravos de 1823 em Demerara. Boletim do Arquivo Brasileiro História e Informação, São Paulo, v.1, n.9, 1988.
- COSTA. E. V. Da senzala à Colônia. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.
- CRUZ, M. Uma abordagem sobre a história da educação dos negros. In: ROMÃO, J. (org.). História da educação do negro e outras histórias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- CUNHA JR., H. RAMOS, M. E. R. Bairro da Liberdade: a comunicação urbana em território de maioria afrodescendente. In: II ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. 2006, Bahia, Salvador.
- CURI, L.M. Excluir, isolar conviver: um estudo sobre a lepra e a hanseníase no Brasil. Tese (Doutorado). Minas Gerais: Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.
- DEAECTO, M. M. Entre Rendas e Pince-nez: a dinâmica do Centro de São Paulo - Comércio e Vida Urbana: combinação estimulante, síntese do desenvolvimento vertiginoso da capital paulista no limiar do século XX. Revista Cultura e Extensão. Universidade de São Paulo, São Paulo, vol. 08, novembro de 2012.

- DECCA, E. O nascimento das fábricas. 5ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- DECCA, E. O Silêncio dos vencidos. Brasiliense: São Paulo, 1981.
- DEMARTINI Z. B. Relatos orais de famílias de imigrantes japoneses: Elementos para a história da educação brasileira. Educação & Sociedade, ano XXI, n.72, ago. 2000.
- DEMARTINI Z. B. Velhos mestres das novas escolas: um estudo das memórias de professores da Primeira República em São Paulo. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.
- DEMARTINI, Z. B. A escolarização da população negra na cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século. Revista Ande, n. 14, p. 51-60. São Paulo, 1986.
- DEMARTINI, Z. B. F. Relações interétnicas na prática pedagógica. In: ARAÚJO, M. M. Intelectuais, Estado e Educação. Rio Grande do Norte: EDUFRN, 2006.
- DI CAVALCANTI. E. Viagem da minha vida. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1955.
- DIAS, M. O. S. Quotidiano e poder em S. Paulo no século XIX: Ana Gertrudes de Jesus. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- DOMINGUES, P. J. A insurgência do ébano: a história da Frente Negra Brasileira (1931-1937). Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia e Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- ELIAS, N. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994.
- FAUSTO B. A crise dos anos vinte e a Revolução de 1930. In: FAUSTO, B. (org.). História geral da civilização brasileira. III – O Brasil Republicano. São Paulo, Difel, 1978.
- FAUSTO B. Crime e cotidiano: criminalidade em São Paulo 1880-1924. São Paulo, EDUSP, 2001.
- FAUSTO B. Imigração e política em São Paulo. São Paulo: Sumaré: Fapesp, 1995.
- FAUSTO B. TRUZZI, O. GRÜN, R, SAKURAI, C. Imigração e política em São Paulo. São Paulo: Editora Sumaré, 1995.
- FAUSTO, B. Historiografia da imigração para São Paulo. São Paulo: Sumaré: Fapesp, 1991.
- FELIX, M. As práticas político-pedagógicas da Frente Negra Brasileira na cidade de São Paulo (1931-1937). 2001. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.
- FERNANDES, F. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Ática, 1964.
- FERNANDES, F. Do escravo ao cidadão. In: BASTIDE, R. FERNANDES, F. Brancos e negros em São Paulo. 4ª Ed. São Paulo: Global, 2008.
- FERRARA, M. N. A imprensa negra paulista (1915-1963). Revista Brasileira de História. V.5. Nº 10. PP.197-207. Março/Agosto de 1985.
- FONSECA, M. V. A arte de construir o invisível o negro na historiografia educacional brasileira. Revista Brasileira de História da Educação. jan./abr., 2007 n. 13.
- FONSECA, M. V. Concepções e práticas em relação à educação dos negros no processo de abolição do trabalho escravo no Brasil (1867-1889). 2000. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.
- FONSECA, M. V. Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX. 2007. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

- FONSECA, M.V. A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição do trabalho escravo no Brasil. In: Educação em Revista. Educação e Relações Etnico-Raciais. Número Especial. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, setembro, 2000.
- FOUCAULT M. A Ordem do Discurso. São Paulo: Loyola, 1998.
- FOUCAULT, M. A governamentalidade. In: FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- FOUCAULT, M. Microfísica do Poder. 30ª Reimpressão. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.
- FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H; RABINOW, P. Michel Foucault. Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.
- FRANCO, M. S. C. Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo: Kairós, 1983
- FREITAG, B. Florestan Fernandes: revisitado. Estudos Avançados, dez. 2005, v.19, n.55, p.229-243.
- FREITAS M. C. Fazer história da Educação com Gilberto Freire. In: FARIA FILHO, L. M.(org.). Pensadores Sociais e História da Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- FREITAS, M. C. A pesquisa educacional como questão intelectual na história da educação brasileira. São Paulo: Edusf, 1999.
- FREYRE, G. Casa Grande e Senzala. São Paulo: Global, ed.47, 2003.
- GOMES, N. L. Levantamento bibliográfico sobre relações raciais e educação: uma contribuição aos pesquisadores e às pesquisadoras da área. In: MIRANDA, C.; AGUIAR, F. L.; PIERRÔ, M. C. (orgs.). Bibliografia básica sobre relações raciais e educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- GOMIDE, L.R.S. Orfãos de pais vivos – a lepra e as instituições preventivas no Brasil: estigmas, preconceitos e segregação. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1991.
- GONÇALVES, L. A. O. Negros e Educação no Brasil. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L.; VEIGA, C. G. 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- GONÇALVES, L. A. O.; SILVA, P. B. G. Movimento Negro e Educação. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, v.15, n.15, p.134-158, 2000.
- GONDRA, J. G. (Org.). Pesquisa em história da educação no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.
- GONDRA, J. G.; SCHUELER, A. Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro. São Paulo: Editora Cortez, 2008.
- GUIMARÃES, A. S. A. Como trabalhar com raça em sociologia. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p.93-107, jan./jun. 2003.
- GUIMARÃES, A. S. A. Intelectuais negros e formas de integração nacional. Estudos Avançados. Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Avançados, 2004, vol.18, n.50, jan/abr 2004.
- GUIMARÃES, A. S. A. Intelectuais negros e modernidade no Brasil. Oxford: Centre for Brazilian Studies, 2002.
- HILSDORF, M. L. S. História da educação brasileira: leituras. 3ª reimpressão da 1ª edição de 2003. São Paulo: Pioneira, 2007.

- HOLLANDA, S. B. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria J. Olympio, 1971.
- JACINO, R. O trabalho do negro livre na cidade de São Paulo (1872-1890). Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- JANOTTI, M. L. M.; QUEIROZ, S. R. R. Projeto Coleção Memória da Escravidão de Famílias Negras de São Paulo (1987-1988). São Paulo: CAPH, 1988. (Mimeo).
- KABENGELE, M. (org). Superando o Racismo na Escola. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- KARASCH, M. A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850). Tradução: Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- KOSSLING, K. S. Inventário DEOPS. Os movimentos negros: identidade étnica e identidade política (1924-1954). São Paulo: Imprensa do Estado de São Paulo, 2005.
- KOSSOY, B. Fotografia e história. São Paulo, Ática, 1989
- KREUTZ, L. Escolas étnicas na história da educação: a contribuição dos imigrantes. In Stephanou, Maria; Bastos, Maria Helena Camara (Org.). História e Memória da Educação no Brasil, Vol. 3: Século XX. Petrópolis, RJ: 2004.
- LACOMBE, A. J.; SILVA, E.; BARBOSA, F. A. Rui Barbosa e a Queima dos Arquivos. Brasília: Ministério da Justiça; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.
- LE GOFF, J. O ofício do historiador: a história de hoje. In: LE GOFF, J. História e memória. Lisboa : Edições 70, 2000.
- LEITE, J. C. E disse o velho militante José Correia Leite: depoimentos e artigos. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- LIMA, A. L. G. Testes ABC: proposta de governo de uma população problemática. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE). Volume 11, Número 1, Janeiro/Junho de 2007, p.139-163.
- LOBO, L. F. Racismo e controle social no Brasil: a Psiquiatria e os Saberes Competentes. In: BRANDÃO, A. A. P. (org.). Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira. Cadernos PENESB: 5. Niterói: EdUFF, 2000.
- LOPES, M.T.; FARIA FILHO, L.; VEIGA, C. G. 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- LOURENÇO FILHO, M. B. A pedagogia de Rui Barbosa. (Org.). Ruy Lourenço Filho. 4ª Ed. Ver. Ampl. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2001 (Coleção Lourenço Filho, v.2).
- LOURENÇO FILHO, M. B. Introdução ao estudo da Escola Nova por Lourenço Filho. 4ª edição, revista e argumentada. São Paulo: Editora Proprietária Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1930.
- LOWRIE, S. H. Origem da população da cidade de São Paulo e diferenciação das classes sociais. Revista do Arquivo Municipal, Nº XXXIX, 1938, p.195-212.
- MAESTRI, M. A pedagogia do medo: disciplina, aprendizado e trabalho na escravidão brasileira. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. (Org.). História e Memória da Educação no Brasil. Volume I. São Paulo: Vozes, 2005.

- MAIO, M. C. O Projeto Unesco e a agenda das Ciências Sociais no Brasil dos anos 40 e 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.14, n.41, out. 1999.
- MARCÍLIO, M. L. História da escola em São Paulo e no Brasil. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Instituto Fernand Braudel, 2005.
- MARTINS, A. E. São Paulo Antigo. 1554 a 1910. Editora Paz e Terra, 2003.
- MARTINS, J. S. São Paulo no século XX: primeira metade. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011.
- MATE, C. H. Tempos Modernos na escola: os anos 30 e a racionalização da educação brasileira. Bauru, SP: EDUSC; Brasília, DF: INEP, 2002.
- MATTOS, H. M. Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil Século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- MATTOS, H. M. Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- MIRANDA, C.; AGUIAR, F. L.; PIERRÔ, M. C. (orgs.). Bibliografia básica sobre relações raciais e educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- MONARCHA, C. Brasil arcaico, escola nova: ciência, técnica & utopia nos anos de 1920-1930. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- MORSE, R. M. Anatomia da Metrópole In: De Comunidade a Metrópole: Biografia de São Paulo. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.
- MOTTA, R. Paradigmas de interpretação das relações raciais no Brasil. *Estudos Afro-asiáticos*, n.38, p.113-133. dez.2000.
- MOURA C. História do Negro Brasileiro. São Paulo: Ática, 1994.
- MOURA C. Sociologia do Negro Brasileiro. São Paulo: Ática, 1988.
- MOURA, C. Quilombos: resistência ao escravismo. São Paulo: Ática, 1987.
- MUNANGA K. (Org). Superando o racismo na escola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- MUNANGA K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: BRANDÃO, A. A. P. (org.). Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira. Cadernos PENESB: 5. Niterói: EdUFF, 2000.
- MUNANGA, K. GOMES, N. L. Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidade, problemas e caminhos. São Paulo: Global: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação, 2004.
- NAGLE, J. A Educação na Primeira República. In: FAUSTO, B. (org.). História geral da civilização brasileira. III – O Brasil Republicano. São Paulo, Difel, 1978.
- NUNES, C. CARVALHO, M. C. Historiografia da educação e fontes. *Cadernos ANPED*, n. 5, p.7-64, set. 1993.
- NUNES, C. Memória e história da educação: entre práticas e representações. In: LEAL, M.C.; PIMENTEL, M.A.L. História e memória da Escola Nova. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- OLIVEIRA, G. J. A Resistência de ébano: uma abordagem da Frente Negra Brasileira a partir do simbólico (1930). 2006. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, São Paulo, 2006.

- PAULA SOUZA, R. Contribuição à Etnologia Paulista. Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, nº XXXI, 1936, p.95-105.
- PEIXOTO, A. M. C. Uma nova era na escola mineira: a reforma Francisco Campos e Mario Casasanta (1927-1928). In: LEAL, M. C.; PIMENTEL, M. A. L. (org.). História e Memória da Escola Nova. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- PEREIRA, A. M. Escola: espaço privilegiado para a construção da cultura de consciência negra. In: ROMÃO, J. (org.). História da educação do negro e outras histórias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- PERES E. T. Sob(re) o silêncio das fontes: a trajetória de uma pesquisa em história da educação e o tratamento das questões étnico-raciais. Revista Brasileira de História da Educação, Bragança Paulista, n. 4, p.75-102, 2002.
- PERES E. T. Templo de Luz: os cursos noturnos masculinos de instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense – 1875-1915. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 1993.
- PETRONE, M. T. S. Imigração. In: FAUSTO, Bóris (org.). História geral da civilização brasileira. III – O Brasil Republicano. São Paulo: Difel, 1984.
- PINHEIRO P. S. O proletariado industrial na Primeira República. In: FAUSTO, Bóris (org.). História geral da civilização brasileira. III – O Brasil Republicano. São Paulo, Difel, 1978.
- PINHEIRO, P. S. Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política. In: FAUSTO, Bóris (org.). História geral da civilização brasileira. III – O Brasil Republicano. São Paulo, Difel, 1978.
- PNUD BRASIL. Relatório de Desenvolvimento Humano - Brasil 2005. Brasília, DF, 2005.
- PRADO JUNIOR, C. História Econômica do Brasil. 49ª reimpressão da 1ª edição de 1945. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.
- RAGO, Margareth. Do cabaré ao lar- a utopia da cidade disciplinar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- RAMOS, A. O espírito Associativo do Negro Brasileiro. Revista do Arquivo Municipal. Ano IV, vol. XLVII, São Paulo, maio, pp. 105-126.
- RODRIGUES, R. N. A escolarização dos saberes domésticos e as múltiplas representações do feminino. Rio de Janeiro - 1920 e 1930. In: VIDAL, D. G. (org.). Educação e Reforma: o Rio de Janeiro nos anos 1920-1930. Belo Horizonte: Argvmentvm; São Paulo: CNPq: USP, Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação, 2008.
- ROLNIK, R. A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1997.
- ROMÃO, J. Educação, instrução e alfabetização no Teatro Experimental do Negro. In: ROMÃO, J. (org.). História da educação do negro e outras histórias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- ROSEMBERG, F. Caminhos cruzados: educação e gênero na produção acadêmica. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.27, n.1, p.47-68, 2001.
- SAKURAI, C. Primeiros deputados nikkeis no Brasil. In: FAUSTO, B.; TRUZZI, O.; GRÜN, R.; SAKURAI, C. Imigração e política em São Paulo. São Paulo: Editora Sumaré, 1995.

- SANTANA, J. V. J.; MORAES, J. O. História do negro na educação: indagações sobre currículo e diversidade cultural. Universidade Estadual de Maringá, Paraná: Revista Espaço Acadêmico. Nr. 103, Dezembro de 2009. Ano IX – ISSN 1519-6186.
- SANTOS, C. J. Nem tudo era italiano – São Paulo e Pobreza (1890/1915). São Paulo: Annablume: Fapes, 2003.
- SANTOS, J. A. Imprensa negra: a voz e a vez da raça na história dos trabalhadores brasileiros. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/> Acesso em 12/12/2011.
- SANTOS, J. A. Raiou a Alvorada: intelectuais negros e imprensa, Pelotas (1907-1957). Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2000.
- SANTOS, M. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2004.
- SANTOS, M. Pobreza Urbana. São Paulo: Hucitec, 1979.
- SCHWARCZ, L. M. Dando nome às diferenças. In: SAMARA, E. M. (org.). Racismo e racistas: trajetória do pensamento racista no Brasil. São Paulo: Humanitas, 2001.
- SCHWARCZ, L. M. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SHIBATA, H. As escolas japonesas paulistas (1915-1945): a afirmação de uma identidade étnica. 1997. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- SILVA A. M. P. S. Aprender com perfeição: escolarização e construção da liberdade na Corte da primeira metade do século XIX. 1999. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1999.
- SILVA A. M. P. S. Visibilidade e respeitabilidade. Memória e luta dos negros nas associações culturais e recreativas de São Paulo (1930-1968). 1997. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.
- SILVA A. M. P. S.. A escola de Pretextato dos Passos e Silva: questões a respeito das práticas de escolarização no mundo escravista. Revista Brasileira de História da Educação, Bragança Paulista, n. 4, jul/dez, 2002.
- SILVA, C. C.; GUIMARÃES, M. S. Pesquisa sobre a mancha pigmentaria congênita na Cidade de São Paulo. Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, nº XXXVI, 1936, p.43-70.
- SILVA, E.; REIS, J. J. (Org). Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- SILVA, G. ARAÚJO, M. Da interdição escolar às ações educacionais de sucesso: escolas dos movimentos negros e escolas profissionais, técnicas e tecnológicas. In: ROMÃO, J. (org.). História da educação do negro e outras histórias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- SILVA, M. A. P. A Voz da Raça: uma expressão negra no Brasil que queria ser branco. 2003. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.
- SLENES, R. W. Na senzala, uma flor: Lembranças e recordações na formação da família escrava. Brasil Sudeste, século XIX. Nova Fronteira, 1999.
- STEIN, S. Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil. 1850-1950. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

- STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. (Org.). História e Memória da Educação no Brasil. Volumes I, II e III. São Paulo: Vozes, 2005.
- TELLES, V. S. Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios. In: TELLES, V. S. CABANES, R. (orgs.). Trajetórias urbanas: fios de uma descrição da cidade. São Paulo: Humanitas, 2006.
- THOMPSON, P. A voz do passado - história oral. Rio de Janeiro: Cortez, 1993.
- VEIGA, C. G. Cidadania e Educação na trama da cidade: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX. Bragança Paulista: Edusf, 2002.
- VELLOSO, M. P. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. Revista de Sociologia e Política. Universidade federal do Paraná, Paraná, n.9, p.57-74. 1997.
- VIANNA, O. A evolução do povo brasileiro. São Paulo: Moteiro Lobato & C.^a Editores São Paulo, 1923.
- VIDAL, D. G. CARVALHO, M. P. Mulheres e Magistério Primário: tensões, ambigüidades e deslocamentos. In: Brasil 500 anos. Tópicos em História da Educação. VIDAL, D.; HILSDORF, M. L. S.. São Paulo: Edusp, 2001.
- VIDAL, D. G. Educação e Reforma. O Rio de Janeiro nos anos 1920-1930. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.
- VIDAL, D. G. Escola Nova e processo educativo. In: LOPES, E.M.T.; FARIA FILHO, L.M.; VEIGA, C.G. 500 anos de Educação no Brasil. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- VIEIRA, E. A. Oliveira Vianna & O Estado corporativo. São Paulo: Grijalbo, 1976.
- WESSELING, H. História do além mar. In BURKE, P. A escrita da história: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- WISSENBACH M. C. C. Sonhos africanos, vivências ladinas. 1998. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- WISSENBACH, M. C. C. Cartas, procurações, escapulários e patuás: os múltiplos significados da escrita entre escravos e forros na sociedade oitocentista brasileira. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas, v.4, p.103-122. 2002.
- XAVIER, M. C. Manifesto dos pioneiros da educação: um legado educacional em debate. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ZILBERMAN, R. Modernismo periférico no Rio Grande do Sul. In: BULHÕES, M. A. e KERN, M. L. B. (orgs.). A Semana de 22 e a emergência da modernidade no Brasil. Porto Alegre, Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p.39-45.

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

ANDREOTTI, A. L. O Governo Vargas e o equilíbrio entre a Pedagogia Tradicional e a Pedagogia Nova. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/periodo_era_vargas_intro.html#_ftn1. Acesso: 23/01/2012.

BARBOSA, F. A. Apresentação ao livro Rui Barbosa e a queima dos arquivos. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos>. Acesso em 02/04/2012.

BELLO, J. L. P. Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL. História da Educação no Brasil. Período do Regime Militar. (on line). Pedagogia em Foco, Vitória, 1993.

BRASIL. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <http://www.ibge.com.br>. Acesso em 02/julho/2012.

BRASIL. IBGE. Síntese de Indicadores Sociais 2012. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=2268G. Acesso em 02/julho/2012.

BRASIL. Parecer CNE/CP 003/2004, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em <http://www.prograd.ufba.br/Arquivos/CPC/Parecer%20CNE%203-2004.pdf>. Acesso em 02/julho/2012.

CAMARGO, L. S. Habitações populares em São Paulo: precedentes. (on line). Informativo Arquivo Histórico Municipal, 4 (19): jul/ago. 2008.

CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO MARIO COVAS. Memorial da Educação. Histórias de Escolas Estaduais Paulistas. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/memorial.php>. Acesso em 20/01/2013.

COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL. 1854. Tomo 17. Parte 2. Seção 12. Decreto nº 1331 A de 17 de fevereiro de 1854. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br>. Acesso em 03/03/2012.

CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS DE SANTA ZITA. Disponível em: <http://www.congregacaosantazita.com.br>. Acesso em 23/12/2012.

GOMES, N. L. Educação, relações étnico-raciais e a Lei 10.639/03. Disponível em <http://www.acordacultura.org.br/artigo-25-08-2011>. Acesso em 02/julho/2012.

HISTÓRIA DA SANTA MARINA. Disponível em: <http://www.santamarina.com.br>. Acesso em 19/01/2013.

HISTÓRIA DA SINGER. Disponível em: <http://www.singelamaquinas.com.br/historia-da-singer>. Acesso em 03/12/2012.

HISTÓRIA DE ESPIRITO SANTO DO PINHAL. Disponível em: <http://www.proerdpinhal.com.br>. Acesso em 20/12/2012.

IBGE – HISTÓRICO DE SÃO PAULO. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat>. Acesso em 20/01/2012.

INDUSTRIAS BARDELLA: UM BREVE HISTÓRICO. Disponível em: <http://www.econoinfo.com.br/comunicados/BARDELLA>. Acesso em: 02/01/2013.

MEMÓRIA VOTORANTIM. Disponível em: http://www.memoriavotorantim.com.br/memoria_votorantim. Acesso em 20/12/2012.

O MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA (1932) – A reconstrução educacional no Brasil – ao povo e ao governo. Disponível em <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb07a.htm>. Acesso em 20/11/2011.

SANTOS, J. A. Imprensa negra: a voz e a vez da raça na história dos trabalhadores brasileiros. UFRGS. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/mundosdotrabalho/tex/josesantos.pdf>. Acesso em 12/12/2011.

SENADO FEDERAL. Disponível em www.senado.gov.br/legislacao/listapublicacoes.action?id=34342. Acesso em 23/01/2013.

SPINA. 82 ANOS DE HISTORIA. Disponível em <http://www.spina.com.br>. Acesso em 20/12/2012.

VEIGA, C. G. A escolarização como projeto de civilização. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, n. 21, Dec. 2002 .Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782002000300008. Acesso em 20/01/2012.

VEIGA, C. G. Escola de alma branca. O direito biológico à educação no movimento da Escola Nova. Educação em Revista (on line). 2000. Número especial, pp. 123-150. Acesso em 02/04/2012.

VIEIRA, S. A. B. Os parques infantis da cidade de São Paulo (1935-1938): análise do modelo didático-pedagógico. Revista de Iniciação Científica da FFC – Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP, Marília, v.4, n.1, 2004. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/ric/article/viewFile/75/77>. Acesso em 28/04/2012.

ZANDONA, E. P. Desigualdades raciais na trajetória escolar de alunos negros no ensino médio. ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. GT-21: Afro-Brasileiros e Educação. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/2poster/gt21-4566>. Acesso em 03/01/2013.

FONTES CONSULTADAS

AESP - ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA.

PROVINCIA DE SÃO PAULO. Relatório sobre o estado da Instrução Pública na Província de São Paulo. Anno de 1880. Apresentada ao Presidente da Província Dr. Laurindo Abelardo de Brito pelo Inspector Geral o Bacharel Francisco Aurélio de Souza Carvalho. São Paulo: Santos – Typographia a vapor do Diário de Santos, 1881.

ANUÁRIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Séries 1909, 1910, 1917, 1927, 1930, 1934, 1935 e 1937

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Séries 1931 a 1938

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA

DO ESTADO DE SÃO PAULO

Relatórios diversos dos anos de 1931 a 1937.

SÉRIE PERIÓDICOS MICROFILMADOS

Jornais da Imprensa Negra

IEB/USP

INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FUNDO MÁRIO DE ANDRADE

FUNDO JORNAIS NEGROS BRASILEIROS

Série Microfilmes. Documentação resultante das pesquisas dos professores Michael Mitchell e Miriam Ferrara.

O Alfinete – 03/09/1918

O Alfinete – 28/08/1921

A Sentinela – 1920

O Kosmos – 22/06/1924

O Kosmos – 25/01/1925

O Clarim – 03/02/1924

O Clarim – 06/04/1924

O Clarim da Alvorada – 03/02/1929

O Clarim da Alvorada – 13/05/1929

O Clarim da Alvorada – 28/09/1930

O Clarim da Alvorada – 28/09/1940

Elite – 20/01/1924

Auriverde – 29/04/1928

Auriverde – 13/05/1928

Progresso – 31/01/1930

Chibata – 02/1930

A Voz da Raça – 18/03/1933

A Voz da Raça – 17/03/1934

A Voz da Raça – 31/08/1935

A Voz da Raça – 07/1937

A Tribuna Negra – 09/1935

A Liberdade – 14/07/1919

A Liberdade – 09/05/1920

A Liberdade – 12/09/1920

A Liberdade – 31/10/1920

CPDOC/RJ

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL DO RIO DE JANEIRO

ACERVO LOURENÇO FILHO

Revista Escola Nova “Iniciação ao Estudo dos Testes”, Edição de Março/Abril de 1931.

LOURENÇO FILHO. A Escola Nova. Resposta ao inquérito que, acerca do ensino paulista, promoveu o “O Estado de São Paulo” em junho de 1926. Rio de Janeiro, 1927.

CDAPH/USP - CENTRO DE APOIO À PESQUISA EM HISTÓRIA “SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA” DA FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.

PROJETO COLEÇÃO MEMÓRIA DA ESCRAVIDÃO DE FAMÍLIAS NEGRAS DE SÃO PAULO (1987-1988).